

Rita de Cássia Pacheco Limberti
Vânia Maria Lescano Guerra
Edgar César Nolasco
(Organizadores)

OLHARES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO:
CULTURA E DIVERSIDADE



2013

Universidade Federal da Grande Dourados
Editora UFGD

Coordenador editorial : Edvaldo Cesar Moretti
Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho
Redatora: Raquel Correia de Oliveira
Programadora visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial
Edvaldo Cesar Moretti | Presidente
Wedson Desidério Fernandes
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Guilherme Augusto Biscaro
Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti
Rozanna Marques Muzzi
Fábio Edir dos Santos Costa

Diagramação e Impressão: Gráfica Triunfal| Assis | SP

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

306
O459

Olhares sobre a constituição do sujeito contemporâneo : cultura e diversidade / organizadores: Rita de Cássia Pacheco Limberti, Vânia Maria Lescano Guerra, Edgar César Nolasco – Dourados-MS : Ed. UFGD, 2013.
216 p.

ISBN: 978-85-8147-064-1
Possui referências.

1. Sujeito (Filosofia). 2. Cultura. 3. Constituição do sujeito. I. Limberti, Rita de Cássia Pacheco. II. Guerra, Vânia Maria Lescano. III. Nolasco, Edgar César.

[...] subjetividade não é o ser, mas os modos de ser, não é a essência do ser ou da universalidade de uma condição, não se trata de estados da alma, mas uma produção tributária do social, da cultura, de qualquer elemento que de algum modo crie possibilidades de um “si”, de uma “consciência de si”, sempre provisória...

São modos pelo qual o sujeito se observa e se reconhece como um lugar de saber e de produção de verdade.

(BERNARDES e HOENISCH.

Subjetividade e identidades,

2003, p. 117).

Atento ao que sou e vejo,
Torno-me eles e não eu.
Cada meu sonho ou desejo
É do que nasce e não meu.
Sou minha própria paisagem;
Assisto à minha passagem,
Diverso, móbil e só,
Não sei sentir-me onde estou.

(Fernando Pessoa, *Obra Poética*, 1986, p.193)

SUMÁRIO

Prefácio	7
<i>Denize Elena Garcia da Silva</i> <i>Brasília, junho de 2011.</i>	
Apresentação	11
<i>Rita de Cássia Pacheco Limberti</i> <i>Vânia Maria Lescano Guerra</i> <i>Edgar César Nolasco</i>	
A leitura na diferença: uma visão desconstrutivista do movimento interpretativo	19
<i>Edgar César Nolasco</i> <i>Vânia Maria Lescano Guerra</i>	
Um estudo do desenvolvimento tecnológico da perspectiva discursiva	35
<i>Izabel Eugenia de Souza Oliveira dos Santos</i> <i>Marlene Durigan</i> <i>Vânia Maria Lescano Guerra</i>	
O silêncio da linguagem em <i>A paixão segundo G.H.</i>	53
<i>Luiza de Oliveira</i> <i>Edgar César Nolasco</i>	
O simulacro da família sob a ótica de dois adolescentes indígenas: uma análise semiótica	73
<i>Sonia Aparecida Verga Brumatti</i> <i>Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti</i>	

As relações do sujeito e do poder na mídia nacional e local: identidade e discurso <i>Vânia Maria Lescano Guerra</i> <i>Mateus Cruz Maciel de Carvalho</i>	83
What can a book give us that a blog or website can't? <i>Quelciane Ferreira Marucci</i> <i>Edgar Cézár Nolasco</i>	103
Trajetória da educação escolar para indígenas: o percurso de construção de sentido <i>Maria Aparecida da Silva Ramos</i> <i>Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti</i>	119
Um olhar sobre a China: discurso, representação e cultura <i>Elza Mieko Koba Perles</i> <i>Vânia Maria Lescano Guerra</i>	143
Retratos como <i>biopictografias</i> de Clarice Lispector <i>Marcos Antônio Bessa-Oliveira</i> <i>Edgar Cézár Nolasco</i>	163
Preconceito e intolerância: um estudo a partir de textos de alunos indígenas <i>Olinda Siqueira Correa Viana</i> <i>Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti</i>	183
Varição <i>trópico-nômade</i> : Henry Miller e o nomadismo de Deleuze e Guattari <i>Daniel Rossi</i> <i>Edgar Cézár Nolasco</i>	201

PREFÁCIO

Este livro cai em boa hora nas mãos do público leitor que, certamente, descobrirá diálogos teórico-metodológicos renovados, bem como propostas revestidas de práticas discursivas transformadoras concernentes aos estudos de linguagem, advindos de docentes/pesquisadores que abrilhantam três Programas de Mestrado da região centro-oeste. Quiçá atenda também àquele leitor exigente que tem buscado subsídios para compreender porque Linguística e Literatura não deveriam migrar para blocos distintos. Isso porque os dez trabalhos reunidos nesta coletânea nos levam a refletir que ambas as disciplinas constituem uma unidade de força constante na tessitura dos saberes, sobretudo, no universo da grande área das Letras, razão pela qual significam muito mais que linhas paralelas que se cruzam somente no infinito, mais para lá do mundo acadêmico-científico.

O título, *Olhares sobre a constituição do sujeito contemporâneo: cultura e diversidade*, já sugere ao leitor uma pluralidade cultural, assim como uma interdisciplinaridade no material que edificará a categoria representação. A obra reúne trabalhos de pesquisa lavrados com rigor intelectual, produzidos por autores que entrelaçam conhecimento e reflexividade, desde a complexa representação do conceito de “morte” nas culturas indígenas até a esfera globalizada do mundo virtual, o que nos remete à ideia de uma “desterritorialização” constante do sujeito contemporâneo.

Os artigos encontram-se ancorados em pressupostos teóricos clássicos, colhidos desde a fonte wittgensteineana, passando pelo pensamento de Derrida, até chegar a propostas mais recentes, tais como a de Pierre Lévy (1996, p.37), para quem “escutar, olhar, ler equivale finalmente a se construir”. Mas as ações sugeridas por Lévy devem ser movidas por algo mais que todos necessitamos – curiosidade intelectual –, tanto no público leigo quanto pesquisadores, docentes e, sobretudo, estudantes. A propósito, peço licença ao leitor para abrir, aqui, um pequeno espaço e registrar o que evoca, para Michael Foucault, a palavra curiosidade:

Evoca o *cuidado*, evoca a atenção que se tem com o que existe e o que poderia existir, um sentido agudizado do real, mas que nunca se imobiliza perante ele, uma profundidade para encontrar algo raro e singular entre o que nos rodeia, um certo desprendimento ao nos desfazer de nossas familiaridades e olhar de outro modo as mesmas coisas, um certo ardor em captar o que sucede e o que passa, uma desenvoltura diante das hierarquias tradicionais entre o importante e o essencial. (FOUCAULT, 1999, p. 222)

Se interiorizarmos as reflexões acima destacadas e as transportarmos para cada página desta coletânea, atualizaremos leituras por novos caminhos. Isso porque ideias e teorias, sobretudo da vertente francesa se desdobram aqui em várias reflexões: umas voltadas para o ensino de leitura, outras ancoradas teoricamente no enfoque da diferença e da desconstrução do movimento interpretativo, sendo que a maioria dos trabalhos enfoca temas desde uma perspectiva discursiva – o que inclui a linguagem do silêncio, ou os que se estendem para as culturas indígenas, em termos de análise semiótica, com ênfase em aspectos políticos sobre nossos povos indígenas e a sociedade nacional.

Por outro lado, os estudos que formam esta coletânea constituem um exemplo valioso de caminhos metodológicos, uma vez que configuram um leque de categorias analíticas que emergem a partir de diferentes dados selecionados para análise. Assim é que, desenvolvidas com base em dados empíricos, as pesquisas aqui reunidas nos brindam não só pelas reflexões analíticas, mas também pela variedade na natureza dos dados, desde os que foram gerados com base em procedimentos etnográficos, como os colhidos em contextos de educação escolar indígena, até os dados documentais, como os garimpados no discurso jornalístico, ou os que foram obtidos a partir do mergulho de pesquisadores em obras literárias, tais como os que trazem à tona a linguagem de Clarice Lispector. Ainda na trilha dos dados documentais, merece destaque o gênero relatório. Vale aqui registrar um texto selecionado: *Relatório de exploração do rio Tietê, de 1905*, fonte inesgotável de análise linguístico-discursiva, que nos permite vislumbrar uma comparação entre o sujeito contemporâneo (internauta) e o sujeito (navegante) do passado. Pode-se afirmar, ainda, que as análises levadas a cabo pelos autores, além de proporcionar uma leitura ancorada no duplo subtema – cultura e representação – aguçam a curiosidade intelectual do leitor pela rica variedade dos dados, assim como pela variedade dos temas discutidos com uma riqueza que faz com que elevemos nosso olhar e reconheçamos um novo tempo no mundo acadêmico do Centro-Oeste brasileiro.

Eis, pois, que uma nova corrente de bandeirantes corta o espaço brasileiro das letras e, em sentido contrário ao movimento histórico das entradas e bandeiras, navega rio abaixo em velocidade rápida e em tempo real, levando uma coletânea de textos que carimbo como produto da alta qualidade. Por certo, o volume apresentado seguirá em águas que desembocam no mar das grandes metrópoles do Sudeste e, quem sabe, em outras paragens. E será recebido e aclamado como um genuíno produto intelectual, garimpado com suor e esforço acadêmico-científico, uma vez que significam esmeraldas das mais puras, bizotadas e polidas pelas mãos de cada ourives-pesquisador. Cabe a você, leitor, o prazer de ter em suas mãos essas dez esmeraldas que, certamente, vão lhe ajudar na ampliação da riqueza dos seus saberes.

Denize Elena Garcia da Silva
Brasília, junho de 2011.

Referências

FOUCAULT, Michael. *Estética, ética y hermenêutica*: respectivas reflexões críticas. Barcelona: Paidós, 1999.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

APRESENTAÇÃO

Este livro trata basicamente de questões relacionadas ao funcionamento da linguagem e procura dar uma visão panorâmica de algumas das atuais possibilidades de estudo nas diferentes Ciências da Linguagem, bem como possíveis diálogos entre estas ciências e as demais humanidades. Os trabalhos aqui reunidos são o resultado de pesquisas realizadas no âmbito de três programas de mestrado da região centro-oeste: da Universidade Federal da Grande Dourados (Letras) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Estudos de Linguagens e Letras).

Muito embora sob o termo genérico de “humanidade” possamos reconhecer uma série de características biológicas, funcionais, psíquicas, comuns a todos os humanos, é sempre de formas muito diferentes que essas determinações são incorporadas, (re)trabalhadas pelas diversas culturas e momentos históricos, sob a forma de costumes, de representações, de formas de encarar o mundo, de definir sua existência e, no caso que nos interessa aqui, de organizar e valorar as atividades humanas e as suas linguagens.

O conjunto das relações contemporâneas e seu “regime de verdades” que se relacionam com poder, ou seja, os tipos de discursos que são aceitos e que fazem sentido como verdade, os mecanismos e instâncias que nos habilitam a discutir sobre falsos e verdadeiros e o *ethos* daqueles que são encarregados de dizerem as coisas que contam como verdadeiras, “conspira” para que o sujeito contemporâneo esteja em evidência nos trabalhos sobre a linguagem, seja da perspectiva da Linguística, da Literatura, da Semiótica, dentre outras.

Romper com comportamentos fossilizados e cristalizados para que se construam novas noções, valores e formas de agir e pensar na contemporaneidade é necessário. A ética como premissa básica de convivência e sobrevivência para a humanidade deve ser nossa sustentação como professores e pesquisadores que somos. Trata-se de criar relações nas quais o “Outro” não seja transformado no “Mesmo”, nas quais o “Outro” intervenha a todo o momento. Trata-se de criar relações

formadas pela alteridade, em constante transformação por causa da diversidade e da singularidade que congregam. Trata-se, portanto, de criar um mundo que é um não mundo, pois é constituído por um devir intrínseco, por uma exterioridade constitutiva que constantemente o dilui.

Nessa (con) fusão, instaura-se a “Torre de Babel”: a presença da heterogeneidade e da diversidade nas/das língua(gens). Instaura-se, com isso, o reino da diferença. E onde há diferenças, há conflitos, tensões, embates e disputas de poder-saber. Para Jacques Derrida, em seu livro “O monolinguismo do outro. Ou a prótese de origem” (Porto: Portugal: Campo das Letras, 2001 [1996]), o idioma do sujeito é onde ele pode estar-em-casa, mas “o que é este estar-em-casa na língua em direção ao qual não cessaremos de voltar?” (p.30).

Diante da pluralidade de trabalhos e perspectivas que se abrigam sob o título OLHARES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO: CULTURA E DIVERSIDADE procuramos agrupar os trabalhos com o intuito de valorizar a interface entre as diversas áreas de conhecimento e, institucionalmente, os diversos Programas de Pós Graduação e IFES, insistindo na questão significativa dos diálogos frutíferos e das trocas que se estabelecem, a partir das diferentes reflexões em desenvolvimento por pesquisadores comprometidos com os estudos de linguagens no estado de Mato Grosso do Sul. Assim, os critérios sob os quais os capítulos aqui publicados foram escolhidos se pautam na transdisciplinaridade, em que procuramos aproximar leituras que, quer por enfoque linguístico, quer por enfoque literário, estabelecem um movimento de olhares e alteridades na direção do possível/impossível da linguagem, sem regiões fronteiriças, a partir das teorias ligadas à subjetividade/identidade.

Apresentamos o primeiro texto intitulado “A leitura na diferença: uma visão desconstrutivista do movimento interpretativo”, de Edgar César Nolasco e Vânia Maria Lescano Guerra, que traz pontos de vista de estudiosos contemporâneos, da Linguística, da Psicanálise e da Semiologia, para articular a abordagem metodológica baseada na diferença e na desconstrução para o ensino da leitura. Os autores entendem que um pensamento logocêntrico de que o sentido se encontra depositado no texto, à espera de que fosse descoberto pelo sujeito-leitor, impede a produção do aluno. Longe de uma ideia totalizante, o significado é produzido pelo aprendiz na medida em que este se constitui como sujeito e como leitor. Para Nolasco e Guerra, “tanto o trabalho de ler, quanto o de escrever, é sempre um recorte dado no mapa cultural do mundo, como forma de assegurar o pensamento da época e do sujeito dessa mesma época”.

Prosseguindo, “Um estudo do desenvolvimento tecnológico da perspectiva discursiva”, de Izabel Eugenia de Souza Oliveira dos Santos, de Marlene Durigan e de Vânia Maria Lescano Guerra, nos moldes da Análise do Discurso de origem francesa, traz para a teoria do discurso as noções de história e de sujeito para estudar o texto do *Relatório de exploração do rio Tietê*, de 1905, por meio das observações registradas pelos seus três relatores. O *corpus* da pesquisa constitui-se de um relatório de cunho científico elaborado pela *Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo*, atrelado aos interesses econômicos do Estado, cuja preocupação era o desenvolvimento industrial do Estado e a necessidade de energia para a manutenção de futuros parques industriais na capital e no interior paulistas. Para as autoras, a leitura do relatório é o puro relato do conhecimento, pois “ele se apodera dos objetos em seus conceitos e classifica todas as coisas ordenando-as de tal modo que nos ensina o que é e o que pensar sobre, como nos ensinam nas escolas, na sociedade, na família, nas faculdades, nos exércitos”.

Luiza de Oliveira e Edgar César Nolasco, no texto intitulado “O silêncio da linguagem em *A paixão segundo GH*,” examinam a linguagem de Clarice Lispector, tendo por estofamento teórico-crítico os postulados do filósofo Ludwig Wittgenstein. Para os autores, a questão do silêncio constitui um traço diferenciador da linguagem empregada no livro da escritora. A premissa de Oliveira e Nolasco é a de que essa discussão arrolada por Wittgenstein pode ser verificável na linguagem empregada por Clarice Lispector em *A paixão segundo G.H.* Postula-se haver na linguagem do livro algo que não pode ser dito, não no sentido de não poder ser mencionado, mas em detrimento da própria limitação da linguagem, da consciência dos limites do que é dizível. Para Wittgenstein, o que se exprime na linguagem não pode ser expresso por meio dela, uma vez que a linguagem não pode representar em sua totalidade.

“O simulacro da família sob a ótica de dois adolescentes indígenas: uma análise semiótica”, de Sonia Aparecida Verga Brumatti e de Rita de Cássia Pacheco Limberti, constitui-se da análise semiótica de dois textos de adolescentes indígenas, habitantes da Reserva Indígena de Dourados (MS). Considerando-se a maneira como os adolescentes discursivizaram a constituição de suas famílias, é possível perceber a configuração de dois simulacros distintos da organização familiar indígena. O discurso de J.L.S., ao narrativizar essa constituição, configura-se como sendo uma parábola, uma metáfora da destruição da família e da cultura índia. Em seu discurso, o menino se representa duas vezes envolvido com a “morte”: como adolescente que

está em mudança (“morte” do “menino”/nascimento do adulto) e como indígena que vê “morrer” sua cultura representada na família (povo índio), para ver surgir outro modo de ser, uma outra “identidade” quase que destituída de traços de indianidade, sem que ele nada possa fazer (“*sou como posso ser*”) a respeito disso.

Vânia Maria Lescano Guerra e Mateus Cruz Maciel de Carvalho, no trabalho “As relações do sujeito e do poder na mídia nacional e local: identidade e discurso”, investigam a constituição dos discursos midiáticos a partir do caos instalado na cidade de São Paulo e da sua repercussão no Estado de Mato Grosso do Sul, por ocasião do feriado de Dia das Mães de 2006. O texto estuda a representação das identidades transgressoras e da violência presentes nesse embate social e político. Guerra e Carvalho buscam interpretar as páginas dos jornais sul-mato-grossenses “Correio do Estado” e “O Progresso”, observando de que modo é falado, disposto e nomeado o acontecimento que trata de cenas de violência comandadas por grupos policiais de repressão e pelo crime organizado. A partir da irrupção de uma relação necessária entre a Língua e a História, ou seja, dos princípios teórico-metodológicos da Análise de Discurso francesa e dos estudos foucaultianos, buscou-se compreender todos esses fatores como gênese de uma ameaça contínua e de uma guerra constante, travada entre membros de uma facção criminosa, o Primeiro Comando da Capital, e a polícia brasileira.

Quelciane Ferreira Marucci e Edgar César Nolasco, no texto intitulado “*What can a book give us that a blog or website can't?*”, afirmam que é crescente a publicação no meio digital das literaturas consideradas menores pela crítica literária. Segundo eles, o *blog* é o meio mais utilizado para isso, onde se encontram pela internet os chamados livros eletrônicos, ou seja, os *e-books* de vários gêneros literários. No entanto, é a ficção científica que mais se utiliza desse meio (publicação *on-line*) para divulgar suas obras. Os estudos de Fredric Jameson e Pierre Lévy são os subsídios teóricos para este ensaio, já que Marucci e Nolasco discorrem sobre a pós-modernidade e os avanços da tecnologia. Examina-se também o ciberespaço e a cibercultura, de acordo com os teóricos André Lemos, Lúcia Santaella e Pierry Lévy e, ainda, o hipertexto e o *e-book*, a partir do que propõe o crítico Sérgio Bellei.

O trabalho intitulado “Trajetória da educação escolar para indígenas: o percurso de construção de sentido”, de Maria Aparecida da Silva Ramos e Rita de Cássia Pacheco Limberti, apresenta reflexões concernentes à relação entre os povos indígenas e a sociedade nacional. Ten-

do como fio condutor as políticas de Educação Formal desenvolvidas ao longo da história desse contato, o texto examina as “políticas indigenistas”, cujo início se deu no Brasil Colonial. O estudo busca compreender as representações que os professores indígenas constroem sobre educação formal. Essas representações adquirem sentido por meio da linguagem, visto que refletem sobre como os indivíduos, os grupos e os sujeitos sociais edificam o conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural e, nesse sentido, a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e as relações em seu interior. O foco analítico está sustentado pelas teorias semióticas que distinguem papéis narrativos “ativos” de ação e de transformação, de papéis narrativos “passivos” de ser agido e transformado. Historicamente a educação escolar para indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e de negação de identidades diferenciadas, por meio de diferentes processos como: a catequização, a civilização, a assimilação e a integração. Atualmente, a educação escolar indígena tornou-se um meio de acesso a conhecimentos universais e de valorização e sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais.

“Um olhar sobre a China: discurso, representação e cultura”, de Elza Mieko Koba Perles e Vânia Maria Lescano Guerra, vem problematizar os discursos dos jornais “Folha de S. Paulo” (FSP) e “Folha da Região” (FR) acerca da China, país em franco desenvolvimento e sede das Olimpíadas de 2008, e examinar as relações de poder que determinam a imagem identitária daquele país frente aos brasileiros. Tomando como acontecimento discursivo as *Olimpíadas de Pequim*, por ser um evento de relevância internacional, o texto parte da hipótese de que o evento esportivo fez emergir um novo discurso acerca da China nos órgãos midiáticos. À luz dos preceitos teóricos da Análise do Discurso de origem francesa, Guerra e Perles afirmam que o discurso da FSP, jornal de circulação nacional, marca uma *vontade de verdade*, que atribui à China uma representação heterogênea, permeada pelo autoritarismo, controle rigoroso da informação, ausência de direitos constitucionais básicos apregoados pelo Ocidente, e pela imagem de subalternidade, de país periférico que busca superar a condição de colonizado.

O ensaio “Retratos como *biopictografias* de Clarice Lispector”, de Marcos Antônio Besa-Oliveira e Edgar César Nolasco, tem por meta compreender como se deram as relações de amizade entre Lispector e os quatro artistas plásticos que retrataram a escritora – Giorgio De Chirico, Carlos Scliar, Alfredo Ceschiatti e Dimitri Ismailovitch – um italiano, dois brasileiros e um ucraniano descendente da mesma região daquele país que a escritora, e quais “frutos” elas

renderam a eles. Atravessado pelas questões relacionadas às políticas das amígdalas com relação à diáspora nas imagens/retratos de Clarice Lispector, o texto tem como subsídios teóricos os estudos de Stuart Hall e Jacques Derrida. Para Bessa-Oliveira e Nolasco, Clarice Lispector – influenciada ou não por eles – vai se aproximar das artes plásticas ao ponto de tornar-se também uma pintora, mesmo que amadora, e seus “amigos”, sem nenhuma exceção, vão tornar-se difusores da imagem diaspórica da escritora, não só na América Latina, mas em toda esfera globalizada como comprova a produção crítica sobre a escritora.

O texto intitulado “Preconceito e intolerância: um estudo a partir de textos de alunos indígenas”, de Olinda Siqueira Correa Viana e Rita de Cássia Pacheco Limberti, vem analisar, da perspectiva da Semiótica, textos produzidos por alunos indígenas que deixam claro, ou nas entrelinhas, o grave problema do preconceito e da intolerância por que passam perante a sociedade não indígena. Este trabalho surgiu da necessidade encontrada durante as aulas de língua portuguesa, destinadas à produção de texto de se tratar com maior seriedade o problema que constantemente se delineava nos textos produzidos pelos alunos da Escola Municipal Francisco Meireles do município de Dourados (MS), o preconceito e a intolerância. Essa escola é caracterizada por ser missionária, ligada à *Missão Evangélica Caiuá*, e ao mesmo tempo pública, uma vez que é mantida pelo município de Dourados. Apesar de não ser classificada como indígena, ela atende a alunos de três etnias diferentes: Guarani, Kaiowá e Terena, além de alunos não indígenas e a uma minoria Kadiwéu, bem como os filhos de casamentos interétnicos. Seu quadro de professores é composto por indígenas e não indígenas.

“Variação *trópico-nômade*: Henry Miller e o nomadismo de Deleuze e Guattari”, dos autores Daniel Rossi e Edgar César Nolasco, versa sobre as relações estabelecidas entre a filosofia e a literatura nas obras de Deleuze e Guattari e de Henry Miller. Partindo do conceito de nomadismo, cunhado por Deleuze e Guattari, o texto procura compreender o romance de *Trópico de câncer*, de Henry Miller. O intuito é criar um campo de interação entre filosofia e literatura e compreendê-las a partir de suas relações, sem estabelecer uma hierarquia entre os dois campos de conhecimento. Como uma aliança entre combatentes de um inimigo comum, Rossi e Nolasco afirmam que se pode perceber que Miller, Deleuze e Guattari “entram em um processo de dupla influência, como em um campo onde os três abandonariam suas individu-

alidades em um movimento nômade, responsável por desestabilizar boa parte do pensamento filosófico ocidental”.

Diante desta coletânea, todas as sugestões e críticas são oportunas e construtivas na direção de olhar os sujeitos que se movimentam em um espaço de interpretação afetado pelo simbólico, pelo político, dentro da história e da cultura contemporâneas.

Rita de Cássia Pacheco Limberti
Vânia Maria Lescano Guerra
Edgar César Nolasco

A LEITURA NA DIFERENÇA: UMA VISÃO DESCONSTRUTIVISTA DO MOVIMENTO INTERPRETATIVO

Edgar César Nolasco
Vânia Maria Lescano Guerra

Os professores universitários podem ler o que quiserem, desconstruir ou neo-historicizar o que quiserem, mas dentro de uma sala de aula deveriam assumir honrosamente sua função de fazer com que as pessoas conheçam os livros suficientemente para saber o que, neles, é digno de amor. Se falharem nisso, quer porque desprezem a humanidade da tarefa, quer porque eles mesmos não amam a literatura, eles são fracassos e fraudes. (Frank Kermade, 1993, p.251)

Considerações preliminares

Como já nos indica a epígrafe, procuramos mostrar que, no terreno minado da leitura, não existe “mestre”, não existe a ideia totalizadora do que quer que seja, mas somente “aprendiz”, ou seja, aquele que deve aprender a buscar o que deseja, longe da pretensão impossível e autoritária de pensar que alcançaria a última leitura, o significado derradeiro.

Valendo-nos de pontos de vista de estudiosos contemporâneos, quer sejam da Linguística, da Psicanálise e, sobretudo, da Semiologia, e considerando o tanto que tais escolhas podem ter de pessoal, este texto¹ tem ainda por objetivo propor que o aluno/ leitor seja, ao fim e ao cabo, *o autor incondicional daquilo que lê*.

1 Agradecemos à Profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini (UNICAMP/IEL) pela valiosa e atenta leitura de nosso texto; os problemas que permanecem são de nossa inteira (i)responsabilidade.

Sabemos, entretanto, que essa questão passa necessariamente pela própria prática da leitura salvaguardada, no espaço da sala de aula, pelo professor. Um pensamento logocêntrico de que o sentido se encontraria depositado no texto, à espera de que fosse descoberto pelo sujeito-leitor, impediria a produção do que quer que seja; enquanto aquela prática que abraça o leque textual para a “convencionalidade” do sentido, longe de uma ideia totalizante, veria que o significado é produzido pelo aluno na medida em que este se constitui como sujeito e como leitor. Deve-se esclarecer que isso ocorre porque qualquer relação entre sujeito e objeto é, inevitavelmente, permeada por uma interpretação, produto das circunstâncias que fazem esse sujeito (Cf. ARROJO, 1993).

Questões como as apontadas já são o suficiente para que o professor saiba que nenhuma leitura pode ser considerada absolutamente *correta* ou *incorreta*, *aceitável* ou *inaceitável*, porque cada leitura está circunscrita a uma determinada situação e perspectiva. Cada leitura só pode ser considerada correta e aceitável apenas dentro de uma determinada situação e perspectiva, porque o sujeito lê o que lê a partir de tudo o que o constitui como sujeito: seu inconsciente, sua história, sua cultura, sua ideologia.

Em vista do exposto, seria um embuste pensar que o significado se mantém guardado (depositado no texto como um parasita) à espera de um guardião que o acolhesse passivamente, feito um pai protetor. Projetar para fora do sujeito a origem do significado é *defender a possibilidade de um sentido literal do e no texto, anterior à interpretação e às diferenças de contexto e perspectiva*.

Práticas pedagógicas de leituras que pressupõem que o significado é imposto pelo texto e que apontam marcas no texto como a origem unificável de toda significação reforçam apenas a tese de que o professor não somente escamoteia a autoridade que lhe permite estabelecer os significados julgados por ele como corretos e aceitáveis, como também “ensina” a seus alunos a se ignorarem enquanto sujeitos. Não haveria, nesse caso, no contexto da sala de aula, espaço para o conhecimento, porque não haveria produção do que quer que fosse, mas somente reprodução do já instituído como certo, como se o *saber* fosse uma mercadoria que se repassasse a outrem sem envolvimento pessoal desse outro.

Com base nisso, perguntar-se-ia: como o aluno, na sala de aula, poderia assumir-se como *autor* de um produto (texto) alheio ao seu próprio corpo/desejo? Falsificam-se rubricas,

mas como copiar o conhecimento – aquilo que já existe, mas no outro? De acordo com Arrojo (1993, p. 89), “o professor que não se percebe enquanto sujeito-ideológico, produtor de significados, e que inadvertidamente transfere para o texto a autoridade que na realidade exerce sobre seus alunos presta um desserviço à educação”. Nesse mundo minado pelo poder, mais a constatação de que todo significado estaria marcado ideologicamente, só resta ao profissional ter consciência crítica do papel formador que desempenha no outro e para o outro (aluno).

Segundo Arrojo (1993), para que a educação se transforme num processo verdadeiramente formador e que seja efetivamente centrada no aluno e em seus interesses, é importante, inicialmente, que o professor tenha consciência da ideologia que, marcadamente ou não, direciona suas decisões, critérios e julgamento. Portanto, para que o aluno se assuma como único e legítimo dono (autor) de seu significado – incluídas aí as produções escrita e leitura – é preciso, antes de tudo, que ele construa o que se lerá.

Direcionamos nosso olhar para algumas questões ligadas às representações de leitura que influenciam diretamente o modo de interpretar. É mesmo que a leitura tenha sido alvo de diversos estudos, ao longo dos anos, as práticas sobre ela ainda necessitam de mais discussões. Isto porque é visível a distância entre os conceitos sobre ela e sua prática em sala de aula.

A leitura e suas representações sociais

Segundo Coracini (2005), podemos depreender duas representações clássicas de leitura que têm direcionado nosso olhar sobre o objeto, seja ele texto, mundo, obra de arte, nós mesmos: (a) a leitura como decodificação – descoberta de um sentido, presente na escola, e (b) leitura como interação – construção de um sentido, presente na academia. Com base na primeira concepção de leitura como descoberta de um sentido, um modelo que representa tal concepção, muito cristalizado no espaço da escola, é o modelo estruturalista. Em virtude disso, a leitura é representada como decodificação de mensagens, a partir do reconhecimento de itens linguísticos, lexicais. Nessa ótica caberia diferenciar o significado literal em contraposição ao metafórico, o denotativo em relação ao conotativo, e assim também distinguir o objetivo do subjetivo. Nessa visão estruturalista há uma leitura única correta: a do professor, a do livro didático.

No entanto, “O autor deixa marcas no texto, determinantes para os sentidos e com as quais o leitor poderá interagir, logo, é a autoridade, é o responsável pelos sentidos do texto. Nesse sentido, as leituras dependem do texto e do autor, que podem autorizar ou não certas leituras” (CORACINI, 2005, p. 25). Esses níveis de leitura variam não só em relação ao contexto imediato, mas também de acordo com o contexto sócio/histórico/ideológico, em que se apoiam. “Ler, compreender, interpretar ou produzir sentido é uma questão de ângulo, de percepção, ou de posição enunciativa”, afirma Coracini (2005, p.25).

Para Jacques Derrida (2005), há uma mesma linha de força orientando a concepção de texto. Embora contextualizado no estruturalismo, nele empreende uma rasura. E várias são as noções desenvolvidas em suas obras que, remetendo direta ou indiretamente para a questão da interpretação, de qualquer modo fazem referência a uma maneira bem semelhante de entendimento de discurso. Apenas para situar o rol de conceitos não estranho à interpretação do desconstrutivismo derridiano, citamos as concepções de sujeito, descontinuidade, jogo, força, traço, escritura, diferença, indecidibilidade e descentramento. Nesse sentido, a crítica feita por Derrida ao modo estruturalista de interpretação reside no fato de aí se ter reverenciado o significado, em detrimento da própria força do significante; de ter valorizado a profundidade em prejuízo da superfície; de ter se privilegiado apenas as oposições; de ter se descartado, portanto, da diferença – do signo que não encontrava seu lugar nos paradigmas semânticos exclusivamente opositivos e binários; de não ter permitido falar o próprio significante; enfim, de não ter deixado aflorar a interpretação indecidível – a interpretação da interpretação. Essa interpretação fundamentada na *différance* é a mola propulsora desse *pharmakon*, que é a escrita.

A metáfora do *pharmakon*, com que trabalha Derrida em “A farmácia de Platão” (1972) permite a ilustração da atividade interpretativa que não se decide por um único significado do signo, uma vez que, contrariamente, impulsiona a força do significante. Remédio e veneno, o *pharmakon* é essa *différance*, esse instante em que os diferentes significados se encontram presentes.

Segundo Derrida (1972), a interpretação não apaga nenhum dos significados, pelo contrário, permite que as forças do remédio e do veneno, do bem e do mal, do claro e do escuro afluam. Enfim, de todas as oposições, de todas as distinções, de todas as *différences* passíveis de verificação, tendo em mente o princípio de que a escrita é escritura, de que a escrita é *différance*.

Logo, na interpretação pensada segundo as bases do desconstrutivismo derridiano, o que se tem a fazer é acionar a indecidibilidade, permitir a irrupção da polissemia, fazer emergir os significados, dar voz à alteridade, disseminar os significantes, agenciar o jogo desses significantes, privilegiar a mobilidade característica da estruturalidade da estrutura, enfim, mobilizar a força do texto.

Para Arrojo (1993), esse movimento de desconstrução desenvolvido por Derrida volta-se a um desmascaramento quase obsessivo dos momentos de aporia, especialmente dos pontos cegos e das contradições subjacentes que se inscrevem nas bases de qualquer dicotomia (universalidade) a partir das quais desenvolvemos nossos métodos científicos, nossas teorizações e nossas perspectivas de mundo. Com isso, a missão do leitor/donstrutor não se reduz à academia e aos estudos de linguagem, uma vez que, ao balançar os alicerces de nossos mais famosos e tradicionais edifícios teóricos, a desconstrução de qualquer texto contempla irremediavelmente multifacetados níveis: institucionais e pedagógicos, teóricos e filosóficos, públicos e privados, políticos e jurídicos, teológicos e científicos, sexuais e morais (ARROJO, 1993).

Para nós, o jogo de desconstrução não representa um método ou técnica, ou ainda um modelo de crítica aplicado; significa, pois, destruição e reconstrução de sentidos: desconstrução e deslocamento. Isso implica dizer que os sentidos não são sempre os mesmos e que há uma flutuação, um movimento que caracteriza o vir-a-ser-sempre da linguagem: efeito de sentido.

Sob o olhar genealógico, Foucault (2005) afirma que Nietzsche proporciona aos historiadores novas técnicas de interpretação, advindas de uma hermenêutica moderna, numa preocupação com a nova situação do Homem no mundo e de sua relação numa adequação à *realidade insondável*. Nietzsche mostra que não há um *interpretandum* que não seja já *interpretans*; a interpretação, cunhada na hermenêutica clássica, não mais satisfaz, uma vez que não há um signo a ser interpretado, apenas *camadas sucessivas de interpretações*. Pode-se até admitir os signos, no entanto, fica a convicção de que eles não nos prescrevem nada mais do que a interpretação de sua interpretação.

É nesse aspecto que, segundo Foucault (2005), o *genealogista* se diferencia do *historiador*: o próprio signo, tal como se mostra em sua aparente singularidade e univocidade, não passa do resultado de um longo processo histórico de subjetivação. Tem-se aqui a consciência de que o segredo do mundo é a total ausência de um segredo fundador: “O intérprete, para Nietzsche, é o

‘verídico’: ele é o ‘verdadeiro’, não porque se apodera de uma verdade adormecida para proferi-la, mas porque ele pronuncia a interpretação que toda verdade tem por função velar” (p.24).

Face à leitura que empreendemos, Foucault (2005) considera Nietzsche, Marx e Freud como os grandes hermeneutas do século XX, por terem articulado questionamentos diante da homogeneidade codificadora das *epistemes* (vigente desde o século XVI), mobilizando os símbolos em redes inesgotáveis e relegando à interpretação uma postura plural e autorreflexiva. Interessante é que, dessa ótica, Foucault apresenta os três autores sem a preocupação de diferenciá-los ou de submetê-los a aspectos redutores, no que se refere às questões interpretativas:

O inacabado da interpretação, o fato de que seja sempre fragmentada, e que queda em suspenso ao abordar-se a si mesma, encontra-se, creio eu, de maneira bastante análoga em Marx, Nietzsche e Freud, sob a forma de negação do começo que tem a relação entre o analisado e o analista, relação que é evidentemente fundamental para a psicanálise, e que abre o espaço em que não deixa de deslocar-se sem chegar a acabar nunca (2005, p. 20).

É certo que o feixe das teorias contemporâneas fundamentado nas ideias de Nietzsche, Freud e Marx era o anúncio de que a nossa época havia *perdido a ingenuidade*. Isso porque tais concepções, que iam de encontro ao abusivo crédito dado às versões completas e totalizantes, na compreensão do passado, davam-nos a sensação de poder e controle sobre os acontecimentos. Mesmo assim, esse novo olhar sobre os acontecimentos, ocasionado, em parte, pela exclusão da noção de completude das narrativas que trazem tais fatos, não nos afastou do narcisismo, visão que muito contribui para a noção equivocada de que o processo de interpretação termina em nós.

Para Foucault (2005), com esses pensadores, é possível refletir também que a interpretação do que nos cerca é relativa e nossa compreensão é parcial, oferecida pelas versões, pelos ensaios, que nos oferecem visões parciais da complexa rede textual que nos envolve. Para eles, subjacente ao processo interpretativo que quisesse ir em direção à profundidade, restaria a falsa premissa de que o símbolo conduziria à coisa em si, como se o símbolo repousasse numa origem que lhe pertencesse, ou *se colasse à coisa que apenas simboliza*.

Pensamos que as ideias de Foucault contribuem, de forma decisiva, para uma postura de *estranhamento* das instituições, à medida que marca que a sua visão de verdade e hermenêutica

incide fortemente para descaracterizar o discurso como um discurso universal, homogêneo, transparente e neutro. Sabemos que esse processo interpretativo, construído sempre sobre o mundo *da obra e o do intérprete*, precisa ser bem entendido a fim de que se possa refletir, a partir desses dois mundos, sobre a dinâmica da compreensão. Sabe-se que ela carrega certo apagamento do intérprete em favor da obra, como uma “desapropriação de si”, na direção de permitir que o texto nos interpele na sua estranheza, para também deixar construir uma transformação de ambos, por meio do confronto entre o universo do intérprete e o universo interpretado.

Na esteira de Derrida, Coracini e Foucault, podemos afirmar que o ato de ler possui suas implicações em múltiplas estâncias do saber, relações essas tensionais; e é na tensão que se formam os sentidos. Um dos grandes méritos dessa abordagem de leitura é propiciar, ao professor em exercício e aos profissionais interessados na constituição heterogênea da linguagem, reflexões que implicam, em última análise, indagar, de um lado, sobre a natureza humana e, de outro, sobre a formação do sujeito contemporâneo. Como nos afirma Pêcheux, “intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido *pele* fogo de um trabalho crítico” (1988, p. 294).

Posto isso, reiteramos nossa opção por uma reflexão séria, consistente, comprometida com a heterogeneidade constitutiva da linguagem e com olhares possíveis sobre a leitura, nem sempre convergentes, em um diálogo profícuo e crítico entre orientações teóricas, a partir de nossas leituras sobre interpretação, numa perspectiva de (pós)modernidade, que visam à desconstrução de verdades universalizadas e de discursos cristalizados em que se inserem os sujeitos da educação: aluno e professor.

Leitura de uma onda

O mar está levemente encrespado e pequenas ondas quebram na praia arenosa. O senhor Palomar está de pé na areia e observa uma onda. Não que esteja absorto na contemplação das ondas. Não está absorto, porque sabe bem o que faz: *quer observar uma onda e a observa*. Não está contemplando, porque para a contemplação é preciso um temperamento conforme, um estado de ânimo conforme e um concurso de circunstâncias externas conforme: e embora em princípio o senhor Palomar nada tenha contra a contemplação, nenhuma daquelas três condições, todavia, se verifica para ele. Em suma, não são

“as ondas” que ele pretende observar, mas *uma simples onda e pronto: no intuito de evitar as sensações vagas, ele predetermina para cada um de seus atos um objetivo limitado e preciso.* (Ítalo Calvino, 1990, p. 7. Grifos nossos).

Valendo-nos do exemplo do senhor Palomar que quer fazer somente a leitura de uma onda e a faz, diríamos que ler implica julgar, e que esse julgamento vai ser sempre permeado pelas situações históricas do momento (o contexto, o “*locus* de enunciação”), mais a historicidade pessoal que faz o sujeito-leitor. Seria por isso que a leitura (o ato) está sempre demarcada por uma perspectiva; e é dessa posição que o leitor – tal qual o senhor observador – escolhe uma “zona de ataque”, ou seja, faz um recorte na grande rede (a metáfora do mar como texto) e puxa um fio que significa alguma coisa naquele momento para aquele sujeito. Somente o trabalho – a leitura – operando pelo sujeito-leitor é testemunha dessa verdade que significa. Porque como a onda que se abre para outra, a leitura efetuada demanda outra leitura, sucessivamente.

Não é por acaso que Compagnon (1996), em seu *O trabalho da citação*, já dissera que toda leitura é uma citação: a leitura é prática da escrita assim como a esta é a prática daquela. Na prática geral de ambas, nesse jogo infundável recomeçado a cada livro, a cada leitura, o leitor, valendo-se do trabalho de recortar e colar, acaba construindo um mundo à sua imagem, um mundo ao qual ele se pertence, e é um mundo de papel (BARTHES, 1980). Nesse sentido, ler é sempre reler: a leitura, como um fragmento escolhido, converte-se ela mesma em texto independente. É isso que deveria fazer toda leitura: explodir o texto tutor, desmontá-lo, dispersá-lo na cadeia significante, descentrando-o de qualquer origem. Por tudo isso, o texto, para Compagnon, é a *prática do papel*; e lê-lo, então, seria recortá-lo e colá-lo, por meio do gesto cuidadoso e inventivo do leitor.

É porque a leitura é uma citação (do sujeito e do mundo) que estamos sempre voltando aos mesmos textos e fazendo sempre as mesmas leituras. Entender a leitura enquanto citação é querer entender também que o leitor nunca faz a mesma leitura de um mesmo texto. Porque a leitura é a *diferença* (DERRIDA, 1995). De modo que cada nova leitura efetuada a um *mesmo texto* corresponde a um *grifo* novo, que equivale a um “acréscimo” de sentido dado ao texto, o traço que marca a inserção do sujeito-leitor no texto. Nas palavras de Compagnon, o grifo “superpõe ao texto uma nova pontuação, feita ao ritmo da minha leitura: são os pontilhados sobre as quais mais tarde farei recortes” (COMPAGNON, 1996, p. 25).

Recortes sobre recortes, colagens sobre colagens, escritas sobre escritas e leituras sobre leituras, constituem o mundo cultural que faz sentido para o leitor. Ou seja, a construção do sentido é o mundo. Recortar e colar, *ler com o lápis na mão é muito bom para o leitor*, porque mesmo quando ele o faz pela “inutilidade”, realiza-se algo da ordem de seu desejo e o sujeito aí deixa sua marca, inscrevendo-se como tal. A título de ilustração do que dissemos, citamos o “homem da tesoura” que, para Compagnon, é o *único e verdadeiro leitor*:

Tenho uma biblioteca unicamente para meu uso e não a apresento como exemplo. Movimento-me muito durante o dia, e à noite gosto de descansar perto dos meus livros. É meu refúgio, apaguei todas as pegadas – ali estou em casa. Há livros de todos os tipos, mas se você fosse abri-los ficaria surpreso. *São todos incompletos*, alguns não contêm mais do que duas ou três folhas. Acho que se deve fazer comodamente o que se faz todos os dias; então leio com a tesoura nas mãos, desculpem-me, e corto tudo o que me desagrada. Faço assim leituras que não me ofendem jamais. (COMPAGNON, 1996, p. 26)

Parece-nos que é só por meio dessa prática de leitura, que exhibe um mundo da *ordem da incompletude, da impossibilidade de se terminar, de se totalizar, de se esgotar, de se completar algo da ordem da edificação e da totalidade do que quer que seja, que o leitor se aproxima mais dele mesmo e se trans-conhece* (DERRIDA, 1995). Disso tudo, aquele que ensina literatura/leitura, ou qualquer ciência da ordem de conhecimento, precisa e deve saber. Porque ninguém “ensina” sem se “misturar” àquilo que ensina. Qualquer relação, quer seja entre leitor e objeto-texto, professor e aluno, é sempre mapeada pela “transferência”, que nada mais é que o desejo – “esse atributo especialmente humano que marca todas as nossas produções como o desenho de nossa própria história”. (ARROJO, 1993, p. 129). Não é à toa que para aqueles de ideias logocêntricas, conforme nos ensina Derrida,

há sempre uma surpresa guardada para a anatomia ou para a fisiologia de qualquer crítica que possa pensar que domina o jogo, que controla todos os fios simultaneamente, enganado-se também ao querer olhar para o texto sem tocá-lo, sem pôr a mão no objeto, sem arriscar – que é a única chance de se entrar no jogo, tendo algum fio novo. Acrescentar, aqui, não é nada além do que entregar à leitura. (2005, p. 23)

Sem tal relação entre leitor e texto, não pode haver nenhuma leitura; logo, não ocorre produção e o conhecimento não se realiza. É por isso que se diz que a leitura é o ato *parricida*

por excelência: porque, ao exercê-la, o sujeito-leitor ocupa o lugar daquele que supunha trazer consigo o “significado” de todas as coisas, de todas as leituras. Também é por tudo isso que ensinar, levar o aluno (o outro) a ser autor de sua própria leitura, demanda um trabalho no mínimo consciente por parte daquele que ensina.

Nessa direção, é preciso que o professor leve o aprendiz a desvelar as estratégias discursivas e a complexidade do texto da literatura infantil e discutir como o texto pode construir imagens que corroboram as discursividades de uma época (ou refutam esses dizeres), já que há discursos que são (des)autorizados em um determinado momento histórico (FOUCAULT, 2003). Essas imagens materializadas nas formulações do texto literário produzem sentidos e desvelam como as práticas discursivas e não discursivas se constituem nos dispositivos sociais em que são produzidos, fato esse que constituirá a interpretação das imagens de uma categoria profissional que se (des)harmonizam no bojo das relações de poder.

Na sociedade (pós)moderna, grande parte das atividades intelectuais e profissionais gira em torno da língua escrita. Ter a habilidade de leitura proficiente garante o exercício de cidadania, o acesso aos bens culturais e a inclusão social. A leitura possui um caráter formativo e instrumental, ou seja, serve para nos aprimorarmos enquanto pessoas e serve também para aprimorar o nosso desempenho em inúmeras atividades que realizamos em nossa vida social, acadêmica e profissional. Por meio da leitura testamos os nossos valores e experiências com as dos outros: no final de cada livro, ficamos enriquecidos com novas experiências, novas ideias, novas pessoas.

Conheceremos melhor o mundo e um pouco melhor de nós próprios: os livros podem ser intrigantes, melancólicos, assustadores, e por vezes, complicados; partilham sentimentos e pensamentos, feitos e interesses; colocam-nos em outros tempos, outros lugares, outras culturas; encontramos-nos em situações e dilemas que nós nunca imaginaríamos estar. Na escola, aprendemos gramática e vocabulário, contudo essa aprendizagem em nada é comparada com o que se pode absorver de forma natural, prazerosa e sem custo por meio da leitura regular de livros.

O movimento interpretativo: conhecimento, cultura e amor

Emaranhados entre pessoas, personagens, textos, discursos, comentários e contras-comentários, traduções e notas de rodapé e outras notas de rodapé de histórias reais e imaginadas, cenas vistas e contadas, reconstruídas, revistas, negadas;

emaranhamentos entre o desejo e a frustração, o domínio e a perda, a loucura e a razão [...] Resumindo numa palavra, amor. Que alguns chamam de leitura. Que alguns chamam de escritura. Que alguns chamam de *écriture*. Que alguns chamam de deslocamento, fenda. Que alguns chamam de inconsciente. (BEN SULEIMAN, *apud* ROSEMARY ARROJO, 1993, p. 38).

A passagem nos faz pensar, entre tantas outras coisas, que aquilo que o intérprete leitor lê no texto do outro (do autor) já está, de alguma forma, “emaranhado” nele mesmo. É por isso que, ao invés de se pensar num possível *resgate* de significados, tanto a leitura quanto a interpretação estão mais próximas de um “reconhecimento” ou de uma “apropriação” em que o intérprete cria, ou melhor, *recria* o texto com o qual se relaciona. Daí dizermos que a descoberta do conhecimento passa necessariamente pelo outro.

É por isso também que a leitura como produção de uma escrita se constitui a partir do outro e segundo seu próprio sujeito-leitor enquanto autor. Este (autor-leitor), por sua vez, resgata a suposta leitura do outro e atualiza não só a leitura do outro como também a suposta leitura desse outro, numa (inter)troca produtiva e infinita (aqui a leitura como um diálogo intertextual e cultural).

A leitura está presente em nossas vidas de forma muito intensa, pois está associada a muitas de nossas atividades, sejam de trabalho, lazer ou mesmo de nossa rotina cotidiana como fazer compras ou ler um bilhete deixado por um familiar ou amigo. Lemos sempre com um propósito: lemos jornais para nos informarmos sobre o mundo à nossa volta; rótulos de produtos para identificar seus componentes e prazos de validade; lemos manuais para podermos operar equipamentos; lemos cartas e e-mails para interagirmos com as pessoas; lemos formulários para inserirmos as informações solicitadas; romances e contos para nos distrairmos e pelo prazer estético.

Um dos aspectos mais fascinantes suscitados durante o processo de leitura é, sem dúvida, aquele que dá ao leitor a possibilidade de lançar um olhar individualizado sobre as linhas que diante dele se vão revelando. Tratando especificamente da narrativa ficcional, diz Umberto Eco: “Numa história sempre há um leitor, e esse leitor é um ingrediente fundamental não só do processo de contar uma história, como também da própria história” (1994, p. 7). O papel do

leitor diante do texto é, pois, predominantemente ativo, atuando de forma efetiva na produção dos significados. Eco ensina, ainda, que: “Nada consola mais o autor de um romance do que descobrir nele leituras nas quais não pensava e que os leitores lhe sugerem” (1985, p. 10). A aceitação dessa ideia implica o reconhecimento de que a matéria textual não é capaz de comportar um conjunto de significados estanques e predefinidos, imunes à interferência externa daquele que se propõe a decodificá-lo. Implica também o reconhecimento de que um objeto só existe na medida em que sua relação com o sujeito é considerada.

No questionamento sobre o lugar do linguístico nesse modelo de leitura, garantimos que ele se dá, à medida que se manifestam as necessidades do grupo, como apoio para que o aluno possa acessar as verdades e questioná-las. Se considerarmos que toda manifestação cultural é em essência produtora de sentidos diversos, como todo romance é “uma máquina para gerar interpretações” (ECO, 1985, p. 8), não poderemos nos esquecer de que o próprio agente de qualquer processo de leitura, ou seja, o ser humano, encontra-se também submetido a interpretações variadas.

De acordo com Foucault (2005), Deleuze, para além das aparências e das essências platonianas, discute a questão do *acontecimento* numa empreitada que objetiva a subversão do próprio platonismo, fazendo-o “inclinarse para o real, para o mundo e para o tempo”. A discussão põe em relevo os fantasmas do interior na sua permanente ação sobre os corpos. Por outro lado, há as observações sobre o pensamento estoico, com sua excessiva preocupação com a austeridade. Assim, Foucault observa que tanto epicuristas como estoicos são lados do platonismo: a ascese e o prazer.

A filosofia de Deleuze, acessada por Foucault, apresenta-se como uma forma de repensar a metafísica; não no sentido de colocá-la lado a lado com as questões tradicionais da lógica, do sentido; mas como uma maneira de pensar que subverte o que está dado desde Platão e Aristóteles. Nesse sentido, Deleuze e Guattari (1995) rompem com a ideia de essência, da lógica circular e da história enquanto retorno ou causa e efeito. Sua filosofia requer o *acontecimento* que se dá como sentido-acontecimento e deslocado de toda noção originária e essencial.

Foucault (2005) observa que os empreendimentos que tentaram pensar o acontecimento falharam: o neopositivismo (ancorado nas questões da lógica) confundiu o acontecimento com o estado das coisas; a fenomenologia deslocou o acontecimento na direção do sentido e

também fazia suposições prévias em torno do eu; e a filosofia da história por ter confinado o acontecimento no ciclo do tempo. Assim, Deleuze (1974) destaca a necessidade de se articular o acontecimento com o fantasma; este como encenação e repetição do acontecimento em que o pensamento tem a função de produzir teatralmente o fantasma. Nessa sua forma de pensar, já que se dá como deslocamento, ou como algo que não está de acordo com as tradições do pensamento filosófico, Deleuze (1974) não quer pensar em comum com os outros, como se estivesse sob o domínio do modelo pedagógico.

Em se tratando da *diferença*, ela não deve ser pensada como se fosse situada em alguma coisa – ou como diz Foucault, no domínio orgânico do conceito aristotélico –, mas enquanto deslocamento, como repetição, no qual o pensamento ou pensamento do conceito deva estar fora do “quadro ordenado das semelhanças”, fora da filosofia da representação. Para se pensar a diferença é preciso também despojar-se da dialética hegeliana, visto que esta sempre *recaptura o contrário, a negação*. Deleuze e Guattari (1995) defendem um pensamento que diga sim à divergência, instrumento de dispersão e de disjunção, fora do espaço do *verdadeiro e do falso*, fora das *categorizações*.

Nessa visão, o movimento interpretante por excelência é feito pelo próprio aparato e se dá a partir do modelo indicado pelo funcionamento psíquico. No entanto, ele pressupõe a cena analítica e o laço transferencial. É esse último que, ao se instalar na cena analítica, permite à interpretação feita pelo aparato se presentificar. A interpretação, nesse ponto, não é algo a ser dado pelo analista ao analisando. Ela toma seu lugar entre a escuta e a associação livre.

As questões suscitadas pelo tema seriam intermináveis. O fato é que, qualquer que seja o viés analítico, o fenômeno da leitura não permite um enfoque raso e ingênuo, tamanho o volume de implicações e desdobramentos que provoca. Os aspectos envolvidos tornam complexo o ato de ler, exigindo dos estudiosos uma postura investigativa e aberta que seja capaz de promover a dissolução de modelos autoritários e dogmáticos, substituindo-os por outros mais afeitos aos tempos atuais (pós-modernos?), tempos de globalização e concomitantes proximidades e afastamentos culturais, e também de inegável acessibilidade à informação de toda ordem.

Para facilitar o interesse, a aceitação e daí o gosto pela leitura pelos alunos, é imprescindível considerar a correlação com o real de suas vidas, o contexto sociocultural em que vivem. O professor, sempre um bom leitor, é um incentivador da leitura. Para tal, deverá criar situações que estimulam

os alunos para gostar de ler. Ele poderá estabelecer com a classe alguns horários destinados a atividades preparatórias ou que estimulem a leitura. Assim, o aluno ganha um lugar na vida, porque é dono da palavra. E ganha uma arma para se afirmar como sujeito pensante, criativo e capaz de modificar a realidade, criticá-la e enfrentá-la. Ganha espaço e capacidade de ser respeitado. Por mais texto que tenham os livros de literatura, por mais ricos que eles sejam, sempre deixarão espaço para o aluno imaginar. Serão sempre um convite ao sonho, especialmente no início da vida escolar.

Com isso, salientamos a importância de se dar ênfase ao ensino literário destinado à infância e juventude, ainda que muitos estranhem e reajam mal diante do fato de, no ensino da literatura em sala de aula, extrapolarmos a leitura primária e ousarmos traçar objetivos mais ambiciosos, desafiando a criança e o jovem para uma leitura mais abrangente e profunda. Cremos ser válida e coerente essa postura, pois sabemos da especificidade da vida infantil e juvenil, que não representa uma miniatura do mundo adulto, pelo contrário, a criança e o jovem constroem seu próprio universo, a partir do coletivo.

De um ponto de vista diferente porém muito perspicaz, ao analisar as possibilidades e limites da interpretação, Eco (1993) afirma que é fundamental levar em consideração o *outro*, que há um sistema *dialógico* em jogo, o que, inevitavelmente, funciona como um entrave à ideia de dissociação entre as dimensões objetiva e subjetiva de uma obra e uma ação humana. Porque esse outro, por sua vez, vem compor um sistema *triádico* com um outro *outro*, entrando no tecido da significação social, à medida que o coletivo formado por um par não poderia sustentar o movimento de construção histórica *ad infinitum*.

Trilhando esse caminho, para nós, a leitura é sempre um texto por fazer, ao mesmo tempo em que esse texto se quer acabado para ser desfeito no tempo da leitura posterior (BARTHES, 1980). Nesse jogo e troca de papéis, ocorre não só um descentramento do sujeito(s) e do próprio texto, como uma “briga” pelo poder da autoridade textual. Esta, por sua vez, fica relegada, porque perdeu de vez seu lugar de “mestre” e circula agora longe da margem, quer do texto quer da leitura. *A assinatura aí acontece sempre do lado do destinatário*, conforme postula Derrida. Porque texto, escrita e leitura são lugares limítrofes e, por isso mesmo, para sempre dessituados. Diante disso, então, o que sobra ao leitor é somente “jogar” com o texto, encenar sua leitura, para que os sentidos aflorem e se disseminem na rede textual, obrigando o leitor a jogar infinitamente até se dar por satisfeito nesse trabalho de recortar e colar tudo aquilo que chamamos de bom grado de

texto ou de leitura. Nessa instância, o leitor é já um texto. Porque tanto o trabalho de ler, quanto o de escrever, é sempre um recorte dado no mapa cultural do mundo, como forma de assegurar o pensamento da época e do sujeito dessa mesma temporalidade.

Por fim, na direção de que a representação de leitura do professor tem que ser (re)construída e (re)historicizada, visando a que o aluno, na sala de aula, possa assumir-se como *autor* de um texto pertinente ao seu próprio corpo/desejo, transcrevemos uma passagem do livro *Indez*, de Bartolomeu Campos Queiroz (s/d), para ilustrar o que dissemos até aqui:

Quando os pássaros, entrando pela boca da noite, escreviam, com penas noturnas no céu, o avô lia os sinais dos ventos, das cores, das nuvens e previa chuva, colheita, frio.

Por outras vezes, o pai, escutando o tempo, fazia leituras do silêncio e soltando a língua traduzia seus ruídos em palavras que traziam de volta a infância antiga ou decifravam o futuro escrito por Deus em linhas tortas.

Enquanto bordava, a mãe lia chegadas de cartas, visitas, presentes, na medida em que a agulha lhe espetava os dedos e encarnava de vida o linho branco. E quando na beira do tanque, entre espuma cril, enxaguava as roupas, o voo dos insetos lhe trazia pequenos pressentimentos de chegadas e partidas, percebidos pela intensidade do bater das asas.

[...] Na escola a professora ensinava leitura. Foi sem esforço que o menino aprendeu. Ele já conhecia que entre as letras e seus silêncios podia-se saber muito mais longe. Era possível viajar mundos distantes. Mundo que o olhar não alcançava, mas o livro trazia. E daí, para Antonio escrever, restou ter apenas um lápis.

Referências

ARROJO, Rosemary. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BARTHES, Roland. *S/Z*. Trad. de Maria de S. Cruz e Ana M. Leite. Lisboa: 70, 1980.

CALVINO, Ítalo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Trad. de Cleonice P. B. Mourão, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

CORACINI, Maria José R. F. Concepções de leitura na (pós)modernidade. IN: LIMA, Regina C. de C. Paschoal (Org.). *Leitura: múltiplos olhares*. Campinas: Mercado de Letras; São João da Boa Vista: Unifeob, 2005, p.15-43.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Trad. de Aurélio Guerra e Célia P. Costa. Rio de Janeiro: 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Trad. de Luis Roberto Fontes. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DERRIDA, Jaques. *A escritura e a diferença*. Trad. de Maria Beatriz M. Nizzada Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. *A farmácia de Platão*. Trad. de Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, [1972] 2005.

ECO, Humberto. *O nome da rosa*. Trad. de Aurora F. Bernardini e Homero F. de Andrade. São Paulo: Círculo do Livro, 1985, p. 94-103.

_____. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

_____. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Theatrum Philosophicum. Critique*, n° 282, 1970, p. 885-908. Trad. bras. *Ditos e Escritos. Vol. II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Trad. E. Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Microfísica do poder*. 18 ed. Trad. R. Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

KERMADE, Frank. *Um apetite pela poesia: ensaios de interpretação literária*. Trad. de Sebastião U. Leite. São Paulo: Edusp, 1993. (Série Criação & Crítica n. 7). 256 p.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 1988.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Indez*. Belo Horizonte: Miguilim (s.d).

UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Izabel Eugenia de Souza Oliveira dos Santos
Marlene Durigan
Vânia Maria Lescano Guerra

O Estado capitalista absorve o tempo e o espaço sociais, estabelece as matrizes de tempo e espaço e monopoliza a organização do tempo e do espaço que se transformam, por meio da ação do Estado, em redes de dominação e de poder.
(Nicos Poulantzas, 1978, p. 109).

Considerações iniciais

O embate entre a lógica capitalista e a perspectiva ambiental é histórico. Atualmente o mundo se defronta com limitações de recursos e padece com a degradação ambiental e com a exacerbação da mídia para a emergência de uma agenda política e empresarial direcionada para a recuperação do meio ambiente. Inserir os interesses ambientais no processo produtivo capitalista, introduzir na esfera econômica a questão ambiental, vem (res)significar uma tentativa de potencializar os interesses tanto do capital quanto da sobrevivência do homem, levando a questão ambiental a fazer parte dos processos decisórios das atividades econômicas, de forma a apresentar um perceptível alinhamento das estratégias de desenvolvimento sustentado com a estratégia capitalista¹ de preservação dos lucros.

1 Existem dois sistemas político-econômicos praticados no mundo denominados de capitalismo e socialismo, que se diferem por características totalmente distintas. Atualmente, há uma predominância significativa do capitalismo, que possui uma série de aspectos essencialmente ligados ao capital produtivo e sua acumulação. São características clássicas do capitalismo: propriedade privada, economia de mercado e divisão de classes (CASTELLS, 2008).

Dentre as principais marcas do sistema capitalista está a “divisão de classes”, que constitui um dos pontos mais polêmicos do capitalismo. De um lado está uma minoria denominada de capitalistas ou donos dos meios de produção e de capitais; e do outro lado a maioria chamada proletários, que vende sua força de trabalho em troca de um salário que garanta habitação, saúde, alimentação, transporte, lazer, educação. No entanto, é nesse ponto que a divisão das classes surge complexa e paradoxal, uma vez que nem sempre o capitalista oferece uma remuneração que seja suficiente para compensar/solucionar todas as necessidades básicas da maioria dos trabalhadores. Desse processo o capitalista adquiriu a *mais-valia*, que corresponde aos lucros oriundos do trabalho do proletário. Assim, sabemos que o questionamento da incompatibilidade entre os objetivos de crescimento econômico e os da preservação dos recursos naturais é tema antigo, que vem desde o século XV, época das grandes conquistas/descobertas e colonizações mundiais.

Posto isso, ao iniciarmos este trabalho optamos pelo estudo do discurso da tecnologia e do desenvolvimento, assunto que tem despertado o debate mundial, uma vez que se fez necessária a utilização cada vez maior da energia como combustível para o desenvolvimento das empresas que geram “a riqueza” das nações. Atualmente, discute-se o uso de matérias-primas renováveis e menos poluentes para desacelerar a destruição causada no meio ambiente desde a revolução industrial – marco da história oficial da industrialização mundial – que prejudicou a sociedade no que diz respeito também às condições econômico-sociais.

Pensando nisso, elegemos o relatório de 1905, pesquisa encomendada pelo governador do estado para atender aos interesses econômicos do Brasil, em relação à construção de usinas hidrelétricas no Estado de São Paulo. Esse estado já se mostrava um polo de concentração de pequenas indústrias que contavam com imigrantes que não haviam prosperado nas lavouras de café e procuravam trabalho.

Nos moldes da Análise do Discurso de origem francesa (AD), que traz para a teoria do discurso a história e o sujeito, destacamos o interdiscurso da ideologia do Estado (representante da globalização²). Estudamos no texto, por meio da materialização linguístico-discursiva das

2 As principais características da globalização são: a homogeneização dos centros urbanos, a expansão das corporações para regiões fora de seus núcleos geopolíticos, a revolução tecnológica nas comunicações e na eletrônica, a reorganização geopolítica do mundo em blocos comerciais (não mais ideológicos), a hibridização entre culturas populares locais e uma cultura de massa universal (CASTELLS, 2008).

observações registradas pelos relatores, as perspectivas do chefe da comissão João P. Cardoso, o chefe da turma, do engenheiro Jorge Black Scorrar e do engenheiro Guilherme Florence, no *Relatório de exploração do rio Tietê*, de 1905: a) o assujeitamento à ideologia do Estado de São Paulo; b) a relação com o interdiscurso da ideologia positivista, no que tange às consequências do desenvolvimento da sociedade (liberal, burguesa e capitalista) vinculada à ciência e à utilização de instrumentos tecnológicos especializados na produção econômica; c) a história da exploração do interior do Estado de São Paulo, desde o século XVIII, por meio do rio Tietê; d) a posição do sujeito diante da história, sua interpretação e produção de sentidos e os processos de apagamento-exclusão da população regional e desumanização dos sujeitos no discurso científico.

Buscamos aqui compreender como os discursos de exploração do rio Tietê estão historicamente marcados pela ideologia do Estado de São Paulo e pela participação da elite paulista do Período Colonial até o período de articulação do projeto, que resultou no discurso do relatório de 1905. Em outras palavras, procuramos compreender como os sujeitos do discurso-relatório analisado atingem os objetivos econômicos do estado de São Paulo e da burguesia pré-industrial no período inicial do século XX, por meio de um discurso racional científico que ancora o discurso institucional do Estado, sustentado pela filosofia positivista de cunho científico.

Importa acrescentar que, para responder às questões de pesquisa – assujeitamento ideológico, a construção do discurso-relatório institucional a partir da História, a formação do sujeito, os processos de apagamento-exclusão e a desumanização no discurso científico –, tomamos como referência as orientações teóricas de Michel Pêcheux, na perspectiva discursiva, e os estudos do historiador Michel Foucault, que buscam, na exterioridade, elementos constitutivos da argumentação discursiva do sujeito do discurso e auxiliam na interpretação dos sentidos produzidos. Trata-se de identificar efeitos de sentido produzidos no discurso científico de exploração energética do rio Tietê (tendo como enunciados sustentadores a busca por riquezas) que constitui/é constituído no relatório dos engenheiros. Tomamos também o método arqueológico para analisarmos as descontinuidades na história, suas rupturas para sustentar o discurso da exploração.

O *corpus* da pesquisa constitui-se de um relatório de cunho científico elaborado pela *Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo*, atrelado aos interesses econômicos do

Estado, cuja preocupação era o desenvolvimento industrial do Estado e a necessidade de energia para a manutenção de futuros parques industriais na capital e no interior paulista. Há que se apontar aqui a complexidade do real discursivo em relação à instabilidade e heterogeneidade enunciativa que resultam da necessidade e do *desejo da verdade* (ilusão de completude dos sentidos, controle) dos seus enunciadores e de seus processos de subjetivação evidenciados na leitura desse relatório escrito, com fins de trabalho. Ou seja, a verdade é pautada na construção da imagem positiva do Estado e de suas instituições geradoras de energia.

É pertinente dizer que encontramos oito pesquisas em Análise do Discurso a respeito do discurso da tecnologia e do desenvolvimento, no que tange à construção de usinas hidrelétricas como apoio para a industrialização. Frente a esse número restrito de pesquisas e à importância do tema para o futuro do modo de vida mundial, esperamos colaborar como mais um fio de discurso nessa trama que ainda se encontra “rarefeita”.

Um olhar sobre o trabalho de Michel Pêcheux

Na análise do discurso proposta por Pêcheux, a exterioridade torna-se um elemento constitutivo dos sentidos. Segundo Gregolin (2001, p.12), esse deslocamento teórico demonstra uma crise interna da linguística, especialmente a semântica: “Decorre dessa nova concepção de discurso uma teoria não subjetiva, com base nas propostas de Althusser sobre o assujeitamento ideológico e de Foucault com a noção de formação discursiva”. Esse questionamento prevê na AD o encontro entre uma teoria linguística (Saussure), uma teoria do sujeito (Freud) e uma teoria da história (Marx). Esse questionamento que é fundamental, sobre a relação entre “intradiscurso” e “interdiscurso”, vai ser operado por meio da noção de “formação discursiva”, emprestada de Foucault e reinterpretada por Pêcheux.

Uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos) (PÊCHEUX, 1990).

Desde a concepção da AAD-69, Pêcheux (1993, p. 75) afirma que o sentido depende da formação discursiva a que o texto pertence e que é necessário constituir um *corpus*, conjunto de

textos que permitam confrontar os efeitos de sentido heterogêneos para localizar as correspondências entre as formações discursivas e interpretações. Pêcheux antecipa a noção de interdiscurso: o discurso apoia-se em um discurso anterior que fará a vez de matéria-prima. Em outras palavras, o discurso é uma articulação multiforme (até contraditória) de formações discursivas, que se referem a formações ideológicas antagônicas (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

Nesse trabalho, duas ilusões foram denunciadas: a ilusão do sujeito falante dono de seu discurso e a da semântica, que considera que um sentido comunicado pelo texto pode ser compreendido pelo leitor a partir da combinatória das palavras e frases desse texto. Como instrumento de análise, a AAD 69 utiliza a análise harrisiana, que seleciona classes de enunciados elementares em relação de paráfrase, desconsiderando a enunciação.

O materialismo histórico de Marx serviu ainda para Pêcheux verificar lugares na estrutura de uma formação social, como os lugares do “patrão” (diretor, chefe de empresa), do funcionário de repartição, do contramestre e do operário no interior da produção econômica e daí formular sua noção de sujeito. Pêcheux acrescenta ao discurso o conceito de inconsciente reformulado por Lacan, que o inscreve exclusivamente no registro da estrutura, definindo que o inconsciente é estruturado como a linguagem e que o inconsciente do sujeito é o discurso do outro. Essas revelações de Lacan se juntam ao “lugar social” de que fala Althusser, orientando-se para o conceito de “condições de produção” do discurso, ou seja, circunstâncias nas quais um discurso é produzido.

Nesse aspecto podemos entender que a relação dos sentidos torna-se diferente de acordo com a formação discursiva, como nos orientou Michel Foucault, apresentado no item a seguir.

A visada histórica de Michel Foucault

A “análise arqueológica” que Foucault realizou constitui um método original em *História das ideias* e suas bases são formadas em *Arqueologia do saber*, publicado em 1969. Essa análise é em sua essência uma análise do discurso, em que Foucault procura examinar com rigor o modo como as categorias ocorrem nos discursos e problematizar como o próprio discurso se constitui.

O método arqueológico busca elementos que possam ser articulados oferecendo um panorama das condições de produção de um saber de uma época. Ele investiga os diferentes

modos de discursos, que circulam em uma época. No método arqueológico, Foucault (2003) propõe não a “busca da origem” ou a escavação de “significados secretos”, mas sim uma “origem visível”, começos relativos e nesses “começos” busca sentidos escondidos atrás da materialidade das palavras.

Foucault (2005) argumenta que o poder é uma tentativa de impor uma ordem num mundo em movimento. Acredita ainda que o poder é exercido em sistemas e em instituições e que a “verdade” jamais é absoluta, mas sempre contingente, além de expressar as normas sociais e políticas prevalecentes, que são produtos das relações de poder e, portanto, não são de influência niveladora, uma vez que, no mundo moderno, o poder permeia a sociedade, não é mais centralizado, exercido de baixo para cima. O poder soberano foi substituído pelo “poder disciplinar”, poder da coação exercido por sistemas de controle que vão de instituições penais ao materialismo comunista (ROHNANN, 2000, p.167-8).

Em relação à vontade de verdade, os sujeitos têm a ilusória (e necessária) “intenção” de passar o que é verdadeiro, de estar com o que é tido como “regime de verdade”. E não existe uma “chave interpretativa” capaz de trazer à tona as “verdades ocultas”, pois o que está ao alcance do analista são gestos interpretativos com os quais ele passa a entender o próprio funcionamento. Verdade e poder caminham juntos.

O conceito de “condições de produção” aproxima-se da noção de “circunstâncias” nas quais o discurso é produzido (processo de produção), assim, é possível explicitar o que condicionou o contexto do discurso – no caso do relatório, todo o estado de coisas que se organizava política e economicamente no país no início do século XX, e os momentos da história oficial do Brasil que depois de mais de 500 anos não mudou, ou seja, a busca por riquezas e a exploração. No entanto, no que concerne ao desenvolvimento histórico capitalista, ele se expande a partir da década de 1950, mas é na década de 80 que se evidencia a crise global que ameaçava o seu desenvolvimento e que ganhava contornos definidos à medida que se encontravam conexões com as questões ambiental, social ou política. Conforme afirma David Reid (1995, p.12):

Muitos dos problemas que constituem a crise global estão conectados uns aos outros, como o Relatório de Burtland (WCED, 1987, p.4) reconhece: “as várias crises globais... não são crises separadas: a crise do meio ambiente, a crise do desenvolvimento, a crise de energia. Eles são todos um”. Reconhecendo essas conexões, o Clube de Roma, um grupo

de industriais, cunhou o termo “global problématique” para referir à complexidade dos problemas globais e às interações dinâmicas existentes entre eles: não são apenas problemas ligados a diferentes aspectos, mas eles estão sempre mudando “à medida que seus contextos estão mudando.¹ (Tradução nossa³).

A emergência de outras vozes na produção dos discursos

Pêcheux (1997) designa “por meio do termo processo de produção o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em circunstâncias dadas” (p. 74-5). Os estudos dos processos discursivos supõem duas ordens de pesquisa: o estudo das variações específicas (semântica, retórica e pragmática), fundo invariante da língua, e o estudo de ligação entre “circunstâncias” de um discurso, chamado de condições de produção, pano de fundo específico dos discursos, “o que torna possível sua formulação e compreensão”.

Segundo o autor, “[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1993, p. 77) e está relacionado com seu lugar num mecanismo institucional extralinguístico. Em outras palavras, o processo discursivo na verdade não tem início, pois um discurso é sempre matéria prima do outro (id, p. 78). No caso, o relatório datado de 1905 foi editado posteriormente em 1930, e emergiu novamente como acontecimento discursivo quando no Brasil ocorria a aceleração da política de industrialização, decorrente da quebra da bolsa de valores e da desvalorização do café em 1929, até então principal fonte de riqueza do nosso país. Esse relatório defende os interesses econômicos (industriais) do Estado, uma vez que apresenta a análise de todo o território às margens do rio Tietê, explorando as possibilidades de investimento, especialmente a construção de usinas hidrelétricas para alimentar o aparato industrial que se pretendia instalar no Brasil já em 1905.

3 Do original: “Many of the problems that constitute the global crisis are connected with each other, as the Burtland Report” (WCED, 1987, p.4) acknowledges: “the various global crisis...are not separate crisis: an environmental crisis, a development crisis, an energy crisis. They are all one”. Recognizing these connections, the Club of Rome, a group of industrialists, coined the term “global problématique” to refer to the complex of global problems and the dynamic interactions which exist between them: not only are problems linked in complex ways, but they change even as their contexts are changing.

Esse interesse pelas riquezas do interior paulista é registrado na história oficial do Brasil desde o século XVI. Segundo Michel Foucault (2002), tradicionalmente os historiadores abarcavam uma densa camada de acontecimentos em sucessão linear, que até então eram objetos de pesquisa. Esses foram substituídos por um jogo de interrupções, pois, à medida que se desce para alicerces mais profundos, as escansões tornam-se cada vez maiores:

Por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar: história do trigo ou das minas de ouro, história da seca e da irrigação, história da rotação de culturas, história do equilíbrio obtido pela espécie humana entre a fome e a proliferação (p.3).

A arqueologia de Foucault rompe com o fio da continuidade (dos historiadores tradicionais) e volta-se para as brechas, descobrindo o descontínuo, buscando o emaranhado de fatos discursivos que antecedem um acontecimento, podendo explicá-lo e determiná-lo. E uma consequência de a história de nossos dias voltar-se para a arqueologia é a descontinuidade como lugar de onde o historiador pode falar: a ruptura, que lhe oferece como objetivo a história e sua própria história.

A infinitude de sentido é transformada por completude, pelos textos, mas esse efeito dura até o leitor investigar as marcas inscritas na materialidade textual, na prática da interpretação devolve ao texto sua incompletude. O texto, inserido na memória e na história, nasce de um ininterrupto diálogo com outros textos, portanto não há como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte. O sujeito só consegue enxergar os sentidos nessa movimentação.

No texto analisado, encontram-se vozes e “discursos” da história que se estende desde o processo inicial da colonização portuguesa no Brasil, a partir do século XVI, até o início da modernidade liberal republicana, no começo do século XX, que se apoiam interdiscursivamente e intradiscursivamente. As descontinuidades, rupturas causadas por circunstâncias ideológicas, sociais, políticas (interna e externa), constituem a história do Brasil: a história da escravidão, da cana-de-açúcar, do ouro, do café, da pecuária. Essas histórias, como os afluentes, deságuam na história da exploração, que no início do século XIX sofreram outra ruptura, mudando apenas o alvo: o próprio Tietê, que já havia servido de caminho para o explorador (COTRIN, 1994).

O discurso de exploração do rio Tietê inaugura-se na sociedade brasileira no início do processo de colonização da coroa portuguesa no século XVI. Os jesuítas e os bandeirantes

utilizaram da geografia natural do rio, que possui suas nascentes na Serra do Mar, o que permitia o avanço colonizador e explorador para o interior do Estado e da colônia, fazendo, dessa forma, o caminho contrário ao que é comum para os rios: desembocar no oceano. No Período Colonial, esses discursos ganharam força, pois o rio paulista aparecia como um dos melhores caminhos rumo ao interior e com conseqüente expansão do território colonial. Esse processo de interiorização da colônia brasileira pelos portugueses chegou a ser quase natural, em decorrência da presença marcante dos bandeirantes paulistas, que, em busca de escravos indígenas e pedras preciosas, como nos orientam Silva e Bastos (1989), organizavam “as bandeiras, que se tornaram verdadeiras empresas em busca de riquezas nos sertões, aproveitando-se dos grandes rios, como, por exemplo, o rio Tietê, o Paraíba do Sul e o rio Paraná” (p. 66).

Importa considerar que os sujeitos dos discursos de exploração do rio Tietê sempre tiveram o aval institucional dos poderosos, como por exemplo o colonizador Martim Afonso de Souza ou o padre José de Anchieta. Os jesuítas, responsáveis pela educação e cristianização dos povos naturais da região e dos estrangeiros, seguiam a ideologia da Igreja Católica; já os bandeirantes assujeitavam-se à ideologia do Estado português colonizador e dos proprietários de terras particulares (condicionados à ideologia da coroa portuguesa), para exploração da região em busca de metais preciosos, escravização dos índios e expansão territorial da colônia brasileira.

No discurso-relatório em questão, encontramos essa vinculação ideológica institucional com o Estado. Já na apresentação do relatório o chefe da comissão, João P. Cardoso (1º. Enunciador), esclarece ao Secretário da Agricultura do Estado (1905), o Dr. Carlos Botelho, que:

Em obediência às instruções aprovadas pelo Governo do Estado para a exploração do extremo sertão, foi organizada a turma que devia proceder ao levantamento do Rio Tietê desde a barra do Jacaré até a sua foz no Paraná (§1º).

Durante a expedição de 1905, que resultou no discurso que ora analisamos, também encontramos semelhanças linguístico-discursivas entre a ação dos bandeirantes sobre os índios e os exploradores cientistas modernos. O próprio chefe da comissão, João P. Cardoso (E 1), ainda em sua apresentação inicial, ao divagar sobre a utilização do rio Tietê no futuro, “prevê”, intui que, “quando ahi for um centro industrial e comercial, para o que basta que todas essas

fontes de riqueza sejam convenientemente exploradas e povoada essa grande extensão do Estado ocupada hoje pelos ferozes índios Coroados” (§15).

Com relação a esse aspecto, encontramos no relatório preocupação com a verificação científica e detalhada sobre as pedras preciosas (antigamente perseguidas pelos bandeirantes) que ainda existiam (e possivelmente ainda existem em algumas partes), como notamos no item do relatório relacionado às notas geológicas sobre o rio Tietê:

Ainda hoje vê-se a escavação que devia ligar o leito superior com o inferior e é fácil verificar que a causa do mallogro foi a dureza do granito na extremidade superior do canal. O ouro, contido no cascalho do leito, motivou essa tentativa (§180).

A vida colonial e os discursos voltam-se para as descobertas de pedras preciosas nas regiões de Minas Gerais, porém existia necessidade de abastecimento de alimentos. Uma das alternativas encontradas pela população colonial e pela coroa portuguesa, para resolver a carência alimentícia na região do ouro, foi o incentivo à criação pecuária. O discurso liberal capitalista burguês ganha impulso no Brasil com a produção de café. No século XIX, o Estado de São Paulo e Rio de Janeiro transformaram-se nos maiores produtores exportadores de café do mundo.

No relatório encontramos ressonância desse discurso, quando os exploradores cientistas detalham as cercanias do município de Itapura, ponto de onde praticamente partiram nossas indagações, como reparamos no detalhe descrito pelo engenheiro: “Os espigões são quase na sua totalidade formados de terra roxa e vermelha e de grande fertilidade” (§110).

Mais adiante encontramos:

De summa importância, não só do lado puramente científico como também do lado econômico, são as rochas eruptivas, diábase e diábase-porphico (2) [...] são estas rochas (vulgarmente chamadas “pedra de ferro”), que pelas suas propriedades químicas e físicas produzem a afamada terra roxa. (§ 199).

Na última década do século XIX, no Brasil, na fase de transição da monarquia para a república, o Estado de São Paulo começou a conhecer o seu potencial político, que atingiu sua maturidade somente no século XX, motivado a ser potência econômica do país, com o seu setor moderno cafeeiro. Os dois primeiros presidentes do Brasil, Deodoro da Fonseca

e Floriano Peixoto (1889 – 1894), militares, eram naturais do Rio de Janeiro, que era a capital do país, pertencendo à oligarquia cafeeira do setor tradicional. A partir de 1894, até a data de execução do relatório (1905) aqui analisado, todos os presidentes civis (Prudente de Morais, Campos Sales e Rodrigues Alves) eram paulistas pertencentes à oligarquia cafeeira moderna.

Os discursos políticos da elite cafeeira foram, para nós, o fator que mais acelerou e provocou o advento do processo de industrialização no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, no Brasil. Transformava-se o Estado que, durante quase todo o século XIX (monarquia), era o maior produtor de café, na maior potência industrial do país no início do século XX, segundo Cotrin (1994).

Agora as margens dos discursos colonial (bandeirantes) e liberal (exploradores cientistas) afunilam-se mais e mais, de modo que encontramos então incorporados ao discurso do gênero científico que analisamos, mais essa preocupação: a indústria.

Verificamos que nessa análise inicial esses setores modernos da oligarquia cafeeira do Estado de São Paulo e do Brasil propiciaram o aparecimento dessa comissão geográfica. Esta elaborou um relatório de conhecimento sobre o rio Tietê, enquadrado no gênero de discurso científico, para possível adequação e utilização na produção de energia elétrica para sustentação de um futuro parque industrial na sociedade paulista.

Análise e discussão dos dados

O *topos*⁴ do discurso-relatório nos dois textos é aquele que se apoia nos discursos de exploração do rio Tietê para obtenção de energia elétrica, pensando no desenvolvimento econômico, industrial, burguês e capitalista no Brasil. O primeiro enunciador dá o tom do discurso, garantindo, pelo *topos* argumentativo de desenvolvimento econômico industrial do estado de

⁴ A palavra *topos* (plural, *topoi*) foi emprestada do grego. Ela corresponde ao latim *locus communis*, de que resultou *lugar comum*. Aqui um *tópos* é um esquema discursivo característico de um tipo de argumento. A época contemporânea juntou novas acepções a esses sentidos de base. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 474).

São Paulo, o argumento da apresentação que será repetido, valorizado e até melhorado, no relatório seguinte exposto no texto:

ora tendo em consideração todos esses elementos, julgo que não é optimismo prever que sobre as ruínas do Itapura hão de surgir multiplas e variadas construcções quando abi for um centro industrial e comercial, para o que basta que todas essas fontes de riqueza sejam convenientemente exploradas e povoada essa grande extensão do Estado occupada hoje pelos ferozes índios Corôado. (§ 15).

O trabalho de exploração do rio Tietê teve o respaldo do Governo do Estado, corroborado pela construção que os sujeitos fazem utilizando-se de discursos estabilizados e até cristalizados (interdiscursos), para formar uma imagem positiva do que está por vir, o desenvolvimento. Por meio do discurso jurídico (um dos fios que legitimam esse discurso construído), o sujeito inscreve-se na ordem do discurso enunciável, que legalizou a empreitada, concedendo, aos interessados no desenvolvimento da região, o direito de reconhecer o terreno, demarcá-lo e analisá-lo de acordo com os princípios da lei da época, com os princípios científicos e com as premissas do desenvolvimento vigentes.

Logo na abertura do relatório encontramos o título: *Relatório de exploração do sertão noroeste*; faz-se importante notar que, segundo o dicionário Aurélio (2001), o termo “explorar”, além de significar “procurar”, “descobrir”, ainda equivale a “tirar partido” ou “proveito”, “ludibriar”. Já o termo “sertão” significa “zona pouco povoada do interior do país”, o que provoca efeitos de interpretação que concebemos nesta análise. O sujeito busca a garantia da homogeneidade, da verdade, crê que é dono do seu discurso, que é coerente e tem consciência do que diz e constrói uma “imagem” de confiança que confere com a imagem positiva do Estado e do seu Governo.

Não se pode negar a presença da memória, de fios do discurso do bandeirante, do explorador, do colonizador, que tem em mente tomar posse do terreno e “amansar” os índios ferozes, o que se acentua novamente no parágrafo 15 da apresentação do relatório realizada pelo Chefe da Comissão, João P. Cardoso:

A colocação dessa colonia é excellente sob todos os pontos de vista para a criação de uma cidade; pois basta observar que em seus arredores encontram-se os saltos de Urubupungá

e Saltinho no Rio Paraná, e Itapura no Rio Tietê; que a estrada de ferro noroeste deverá passar em suas proximidades pondo em comunicação as longinquoas paragens do Mato Grosso com o nosso Estado [...] **ocupada hoje pelos ferozes índios Coroados**⁵ (§ 15).

Com esses discursos já cristalizados na nossa história, podemos recorrer ao discurso dos Bandeirantes, pois foram eles que partiram em expedição conhecendo todo o rio Tietê e o relato do enunciador cria um sentido de dominação e de exploração do Brasil e de suas riquezas como no passado. Ao mesmo tempo em que exalta o desenvolvimento, quando a língua falha ele se expõe, deixando vir à tona justamente a marca do que não trouxe benefício ao país, da tomada de posse da terra, do massacre dos nativos (povo), tudo isso feito por esses personagens da História do Brasil. Isso acontece porque ele, sujeito, não controla o seu discurso, durante a sua estratégia enunciativa algo lhe escapa. Nessas falhas podemos identificar a todo momento o projeto do Estado de apropriação da região para o desenvolvimento “do país” e não do da população, sem a preocupação com o meio ambiente. Isso é dizer-se no repetível.

A saudação com que o primeiro enunciador (chefe da comissão João P. Cardoso) cumprimenta o Exmo. Secretário da Agricultura Carlos Botelho deixa claro o interdiscurso da ideologia iluminista-científico-positivista de liberdade, igualdade e fraternidade, no parágrafo 20: “Saúde e fraternidade”. O discurso legislador que confere ao relatório autoridade e direito de exploração, demonstrando o poder da instituição na instauração da verdade, como explicou Pêcheux (1995), materializa-se no parágrafo 21, lembrando que o estado de São Paulo era o centro de maior concentração de advogados já no início do século XX. O trecho revela a ideologia capitalista liberal do Estado, pois há no discurso as marcas do Estado e dos interesses de particulares, em detrimento das questões ambientais e seu impacto na região. Toda a descrição/ análise tem o respaldo do Governo, como podemos observar logo na primeira linha do texto do Relatório propriamente dito, em que o sujeito/chefe declara o cumprimento da lei:

A fim de dar cumprimento ao Decreto No. 1278 de Março de 1905, relativo ao levantamento do rio Tietê até a barra do Paraná e por este acima até o Salto do Urubupungá, foi organizada sob minha chefia (§ 21).

5 Grifos nossos.

Em relação ao conteúdo do relatório, são raras as referências aos seres humanos (à população) e ao ecossistema (flora e fauna), como se o objetivo fosse criar um ambiente ao dispor do homem “civilizado”, como se não houvesse vida (útil) no lugar e sua modificação não dependesse de mais nada a não ser de um projeto desenvolvimentista para beneficiar os interesses de riqueza e de desenvolvimento do Estado. Como podemos comprovar no parágrafo 118, o sujeito/médico (terceiro enunciador) utiliza o termo “abandonada” na formulação do enunciado:

*Toda essa força vegetativa, que abi jaz **abandonada**, ha de um dia transformar-se em bellas searas, á luz radiante do sol pelo trabalho inteligente do **homem civilizado** (§ 118).*

O relator associa “o trabalho inteligente ao homem civilizado”, àquele que está de acordo com a ordem do discurso (FOUCAULT, 2003), que domina a natureza, a ordem do desenvolvimento, que se identifica com o discurso da industrialização do capitalismo que se instaurou no mundo. Essa necessidade cega do sujeito de acreditar que tem consciência do que diz, e que o que diz é a verdade, leva o sujeito do relatório a descrever uma região rica e abandonada, com algumas tribos de índios que poderão ter destino parecido como tiveram os índios da época dos bandeirantes. O sujeito que relata não demonstra preocupação com esse assunto, pois ele está assujeitado pela ideologia dominante e preconiza os mesmos projetos; a construção da verdade, organizada pelas instituições, faz com que ele veja esta realidade como normal, a partir de um discurso que formata e normaliza população e natureza, numa identificação do sujeito com determinada ideologia que comanda.

Além disso, todo dizer remete a um não dito, que envolve as noções de interdiscurso, ideologia e formação discursiva. Ou seja, quando o sujeito pouco se refere à população ribeirinha, sabemos que isso também faz sentido, uma vez que o projeto industrial não foi desenvolvido para beneficiar essa parcela da sociedade.

Podemos verificar, diante dessa reflexão, que os sujeitos engenheiros se utilizam da lógica para objetivar seus estudos, ou melhor, eles partem dos resultados do termômetro (instrumento da ciência) para a análise. Desse modo, sua leitura do exterior é, seja pelas próprias distribuições políticas e ideológicas, seja pela formação acadêmico-social-cultural-econômica, ideologicamente diferente da visão de mundo do habitante daquela região. Aquele que é instituído para descrever-relatar precisa representar ali aquilo que é pertinente para o progresso e útil ao

sistema capitalista, que, à medida que aperfeiçoa o processo de obtenção de lucro, estabelece novos valores sociais, geralmente não humanos.

Todas essas informações serão úteis para o povoamento da região, para a agricultura, para o desenvolvimento do interior do estado de São Paulo, e especialmente para reflexões e ações políticas e sociais diante do meio ambiente impactado.

Considerações finais

Não existem movimentos sociais “bons” ou “maus”, progressistas ou retrógrados. Eles são reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação, uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, infernos ou de infernos paradisíacos (Manuel Castells, 2008, p. 20)

Com essa análise verificamos que os discursos da história de colonização e exploração do Brasil estão cristalizados, e o sujeito do relatório e sua equipe estão em busca da riqueza. O sujeito na sua essência é ideológico e histórico porque ocupa um lugar num determinado tempo, e ele seleciona alguns dizeres e apaga outros; segundo o “esquecimento 1 e 2” de Pêcheux, essa ilusão é necessária na formação do sujeito para que ele continue a produzir discursos.

Nesses espaços discursivos, o sujeito tem a impressão de saber o que fala, pois os enunciados logicamente estabilizados possuem propriedades estruturadoras, independentes de sua enunciação. Trata-se de uma descrição discursiva adequada do real e esses espaços são unificados por “evidências lógico-práticas”. Existe a impressão de uma aparente homogeneidade lógica, criando proposições verdadeiras e falsas.

A impressão que nos causa a leitura do relatório é de que o mundo exterior é o puro relato do conhecimento, pois se apodera dos objetos em seus conceitos e classifica todas as coisas ordenando-as de tal modo que nos ensina “o que é” e o que pensar sobre “o que é”, como nos ensinam nas escolas, na sociedade, na família, nas faculdades, nos exércitos.

Problematiza-se que o processo de incorporação da questão ambiental à lógica capitalista serve de cenário para o capital industrial, dependente dos recursos naturais, já naquela época, para obter respaldo da sociedade no caminho da realização de seus objetivos. Isso é articulado trazendo-se um discurso unificador, normalizador e controlador, mas que “con-

vence”, tornando a relação do capital e a questão ambiental harmônicas. Essa problemática ambiental leva ao paradoxo de que, se a lógica capitalista ainda não foi capaz de considerar o ambientalismo, isso se deve a motivos próprios do capital em lograr a consciência dos indivíduos sobre a gravidade da poluição e da destruição do meio ambiente. No entanto, é importante o fato de que essa emergência ambientalista vinga-se também na melhoria no desempenho das questões sociais, da gradual pressão do mercado a exigir que as empresas adotem essa postura de conscientização e responsabilidade social/ambiental perante a sociedade, e esta cobra por resultados.

Assume-se assim que o texto, inserido na memória e na história, nasce de um ininterrupto diálogo com outros textos e suas formações discursivas: da lei, da ecologia, da história dos bandeirantes, da ciência, da economia. Portanto não há como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte. Considera-se, com os apontamentos e a análise apresentados, que o discurso não é nem um sistema de ideias nem um todo estratificado passível de decomposição mecânica e que a enunciação não presume apenas os conflitos sociais, a língua, os ritos, os lugares institucionais, mas, antes de qualquer coisa, um grupo específico e sociologicamente caracterizável e não um grupo aleatório de *porta-vozes*. Conseqüentemente se estabelece uma imbricação e não uma simples relação de exterioridade entre o grupo e o discurso, visto que não é o grupo que gera o seu discurso a partir do exterior, mas sim um jogo de coerções, instaurado segundo uma mesma lógica, que possibilita tanto o discurso quanto o grupo. Dessa ótica, a AD não pode ser percebida como um inventário de conceitos herméticos, concebidos exclusiva e mecanicamente como recursos, como meros instrumentos de análise, sem, no entanto, serem repensados e confrontados com a especificidade dos discursos em estudo – neste caso, um discurso sócio-histórico que caracteriza o avanço tecnológico.

Referências

- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. v. II. 6. ed. Trad. Klaus B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- COTRIN, G. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1994.

Dicionário Aurélio básico de língua portuguesa. São Paulo: Folha de São & Cortez, 2001.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 6 ed. Trad. Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A ordem do discurso*. 16 ed. Trad. Laura de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 34 ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2005.

GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, M. R. V.; CRUVINEL, M. Fátima e KHALIL, Marisa G. *Análise do Discurso: entornos do sentido*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001, p. 09-36.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Trad. Bethânia S. Mariani. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 61-87.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Trad. Bethania S. Mariani et. al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 39-60.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi; Lourenço Chacon Jurado Filho; Manoel Luiz Gonçalves Corrêa; Silvana Mabel Serrani. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

POULANTZAS, Nicos. *Letat, le pouvoir, le socialisme*. Paris: Presses Universitaires de France – Politiques, 1978.

RELATÓRIO DA COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. 3. ed. São Paulo: Typografi a Brazil de Rothschild & Cia., 1930.

REID, David. *Sustainable development: an introductory guide*. London: Earthscan, 1995.

ROHMANN, C. *Livro das idéias*. Trad. Jussara Simões. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1989.

WCED. World Comission on Environment and Development. *Our Commom Future*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

O SILÊNCIO DA LINGUAGEM EM A PAIXÃO SEGUNDO G.H.

Luiza de Oliveira
Edgar C zar Nolasco

Eu tenho   medida que designo – e este é o esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais   medida que não consigo designar. (Lispector, Clarice. *A paixão segundo GH*, p.112)

A linguagem em Wittgenstein

Compreende-se tradicionalmente o pensamento de Wittgenstein como abrangendo dois períodos claramente. O primeiro vai de 1911 a 1921, desde a chegada do filósofo a Cambridge para estudar lógica com Bertrand Russell – seguindo um conselho do matemático e filósofo alemão Gottlob Frege – até a publicação do *Tractatus* no último número do periódico *Annalen der naturwissenschaft*, sob o título *Logisch-philosophische Abhandlung* (“Tratado Lógico-Filosófico”; o título em latim, sugerido pelo filósofo inglês G.E. Moore, foi adotado a partir da edição inglesa, de 1922). Já o segundo período vai de meados da década de 1920, quando ele, após o abandono da atividade filosófica que se seguiu   finalização do *Tractatus*, aos poucos vai retomando a familiaridade com filósofos e com questões filosóficas, até o momento de sua morte, em 1951.

Vários especialistas na filosofia wittgensteiniana consideram, entretanto, equivocada a atribuição a Wittgenstein de duas filosofias distintas. Alguns sustentam que as diferenças entre as concepções defendidas no primeiro e segundo período são superficiais, havendo na verdade uma unidade profunda no pensamento de Wittgenstein que desautorizaria essa compartimentalização temporal estanque das suas reflexões. Esta é a posição aqui defendida.

O objetivo central do *Tractatus*, conforme declara o próprio Wittgenstein no prefácio, consiste no estabelecimento dos limites do que se deixa expressar por meio de proposições dotadas de sentido. Segundo ele, ao traçarmos os limites do discurso significativo, traçamos também os limites do pensamento, uma vez que os pensamentos nada mais são que conteúdos proposicionais. Trata-se assim, no *Tractatus*, de uma tentativa de determinação dos limites daquilo que pode ser pensado, através de uma delimitação do que pode ser dito por meio da linguagem.

A fixação dos limites do dizer realiza-se, no *Tractatus*, via determinação das condições que precisam ser satisfeitas para que uma proposição com sentido possa ser formulada. A ideia central¹ aqui é a de que podemos traçar os limites do que pode ser dito se pudermos estabelecer as condições sem as quais uma proposição significativa não pode ser construída. Tudo aquilo cuja natureza não satisfaça essas condições estará fora da esfera do que pode ser dito com sentido, isto é, não pertencerá ao campo do discurso significativo e não poderá, portanto, ser objeto de proposições significativas. Isso não quer dizer que esse algo não exista, mas apenas que ele não se deixa descrever através dos conteúdos proposicionais veiculados por meio da linguagem.

Estabelecer as condições de possibilidade da constituição de proposições é a mesma coisa que desvelar o que há de comum a todas as proposições, isto é, desvelar os traços formais presentes em todas as proposições que nos permitem que as conheçamos como tais. A tentativa de determinação dos limites do que pode ser dito – ou seja, dos limites da linguagem – revela-se, ao fim e ao cabo, como consistindo, em última instância, em uma tentativa de determinação da essência da proposição. Dessa maneira, o *Tractatus* deve ser compreendido como a realização de um projeto de descrição de uma essência com o propósito de demarcação de um campo no qual ela tem vigência. Assim, ao trazermos à luz o que é uma proposição, em sua essência, explicitamos as condições necessárias para sua constituição e fixamos, de maneira absolutamente interna à própria linguagem, os limites da linguagem significativa.

1 Este ensaio faz parte de um projeto maior, intitulado “Clarice e Wittgenstein: o silêncio da linguagem em *A paixão segundo G.H.*”, sob a orientação do Prof. Dr. Edgar Cezar Nolasco.

As questões das quais parte o *Tractatus* dizem respeito, então, fundamentalmente à especificação da constituição daquilo que chamamos de proposição. Segundo o *Tractatus*, “a proposição é uma figura da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como a pensamos” (4.01). De acordo com essa concepção, uma proposição desempenha o papel de remeter a algo distinto dela ao fornecer um modelo ou figuração da realidade. Isto é, sons e sinais gráficos possuem um sentido proposicional quando projetam modelos ou figurações da realidade. Compreender uma proposição consiste em saber que figuração ou modelo da realidade ela projeta. Isso significa dizer que por meio de uma proposição significativa formamos uma representação de um modo possível de ordenação da realidade. Quando compreendemos uma proposição, tomamos consciência de uma das fisionomias que a realidade pode assumir em sua efetivação. O que a proposição significativa apresenta é uma figuração, um modelo de uma configuração possível no mundo, de tal maneira que, ao compreendermos seu sentido, sabemos que situação existe no mundo, se a proposição for verdadeira. Ou, nas palavras do próprio Wittgenstein: “Entender uma proposição significa saber o que é o caso se ela for verdadeira” (4.024).

Wittgenstein estabelece assim uma relação interna entre compreender o sentido de uma proposição e determinar suas condições de verdade. Uma vez que uma proposição somente possui sentido quando projeta um modelo de uma situação possível, ao compreendermos o sentido de uma proposição sabemos as precondições que devem ser satisfeitas pelo mundo para que ela possa ser verdadeira, ou seja, sabemos qual situação deve ser um fato do mundo para que a proposição corresponda à verdade. De certa maneira, o que uma proposição dotada de sentido faz é colocar a realidade diante de duas alternativas exaustivas e mutuamente excludentes: ou a situação projetada corresponde aos fatos ou não. No primeiro caso a proposição é verdadeira, no segundo é falsa. A esse respeito Wittgenstein afirma: “A realidade deve, por meio da proposição, ficar restrita a um sim e um não. Para isso, deve ser completamente descrita por ela” (4.023).

O resultado final da concepção figurativa do significado desenvolvida no *Tractatus* consiste na explicitação dos limites da linguagem significativa. De acordo com ela, encontram-se no interior desse limite unicamente proposições que descrevem ligações contingentes de objetos, possuindo assim condições de verdade. Tanto o discurso acerca da estruturação lógica da linguagem e do mundo quanto o discurso ético acerca dos valores e do sentido da existência permanecem fora desse limite.

A filosofia, para Wittgenstein, possui uma natureza completamente distinta da das ciências, residindo a diferença principal exatamente no fato de não haver proposições filosóficas. A filosofia tem como objetivo fundamental o esclarecimento dos pensamentos, consistindo não em uma teoria, mas em uma atividade. O produto da atividade filosófica deve ser não teses e teorias formuladas através de proposições, mas sim a elucidação lógica dos pensamentos expressos por meio destas. As concepções filosóficas presentes no *Tractatus* devem ser compreendidas não como teorias ou teses arbitrariamente formuladas por seu autor, mas como resultado de uma atividade de aclaração das proposições que constituem nossa linguagem.

Em momentos posteriores de seu pensamento, Wittgenstein permanece fiel a essa ideia de que a filosofia consiste em uma atividade de análise da linguagem, alterando, contudo, sua concepção acerca tanto do objetivo a ser alcançado quanto de seu modo de realização. A análise não terá mais como objetivo a explicitação da essência da linguagem, simplesmente porque Wittgenstein abandona a ideia de que *haja* uma essência a ser revelada. De acordo com sua nova concepção, a linguagem se compõe de múltiplas esferas de interações linguísticas e não linguísticas que são irreduzíveis umas às outras. Desse modo, toda análise adquire um caráter restrito e limitado. Além disso, a explicitação das regras constitutivas de cada uma dessas esferas somente pode se dar a partir da análise dos usos concretos dos termos e expressões – algo que se encontra, portanto, nas antípodas do *Tractatus*.

As *Investigações* transformam, mais do que abandonam, as ideias metodológicas do *Tractatus*. A filosofia deve ser interpretada como crítica da linguagem: *Toda filosofia é “crítica da linguagem”* (4.0031). Ela não é uma disciplina cognitiva – não há proposições que expressem o conhecimento filosófico – e não pode emular os métodos da ciência. Diferentemente da ciência, a filosofia diz respeito não à verdade, mas ao significado. Os problemas filosóficos evidenciam confusões conceituais que surgem da distorção ou mal entendimento das palavras com as quais estamos perfeitamente familiarizados fora da filosofia. Esses problemas não devem ser resolvidos através da construção de teorias, mas dissolvidos através da descrição de regras para o uso das palavras.

Pioneiro de uma visão dinâmica da linguagem e do significado linguístico, Wittgenstein entende a filosofia como análise da linguagem através da constatação e descrição dos usos ou jogos linguísticos. O *jogo de linguagem* designa o novo método, ou técnica, de análise filosófica

utilizada por Wittgenstein e contribui para a obtenção final de uma *visão panorâmica* da gramática de nossa linguagem. Contudo, sua utilidade não se limita à facilidade de obter-se uma visão de conjunto, mas, sobretudo, ajuda-nos a *ver conexões, analogias e diferenças* que põem à mostra as articulações de nossa linguagem. O conceito de jogo torna-se, para Wittgenstein, o exemplo privilegiado de um conceito do tipo *semelhança de família*. Permite compreender perfeitamente o que ele entende por essa expressão e como ela se aplica aos conceitos de linguagem, de proposição e de regra.

A linguagem em Clarice: o silêncio em *A paixão segundo G.H.*

Há um grande silêncio dentro de mim. E esse silêncio tem sido a fonte de minhas palavras. E do silêncio tem vindo o que é mais precioso que tudo: o próprio silêncio. (Lispector, *apud* Gotlib. *Clarice Fotobiografia*, p. 373)

Segundo a teoria da linguagem de Ludwig Wittgenstein, os limites do mundo são os limites da linguagem. Para o filósofo, o que se exprime na linguagem, não pode ser representado em sua totalidade, ou seja, não se pode exprimir por meio dela. Wittgenstein chamou de místico ao mostrar que há, na linguagem, algo que é indizível – o silêncio. Sua defesa seria que aquilo que ele chama de místico pode ser mostrado em sua terminologia, porém não pode ser dito, ou seja, expresso via linguagem. Não há em Wittgenstein um misticismo particular ou doutrinário, como poderia sugerir algum leitor “desavisado”.

No romance *A paixão segundo G.H.*, Clarice Lispector coloca a linguagem num embate decisivo com a realidade que pode ser observado ao longo da narrativa, em que a personagem G.H, dado seu entendimento sobre a limitação da linguagem, uma linguagem que se esforça por dar conta de uma experiência que lhe escapa, tenta reproduzir a experiência da conquista do que é originário, o sacrifício da perda da identidade para ir em busca do indizível. O trecho do romance *A paixão segundo G.H* transcrito a seguir, faz ver como Wittgenstein e Clarice Lispector pensam a linguagem de maneira semelhante, como o modo de buscar a realidade:

A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho. Mas é do buscar e do não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantane-

amente reconheço. A linguagem é meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção é que obtenho o que ela não conseguiu. (LISPECTOR, 1988, p.113).

Benedito Nunes, em seu livro *O dorso do tigre*, mostra a partir do conceito wittgensteiniano de jogo de linguagem que a obra literária de Clarice Lispector faz parte de um domínio da linguagem que se dá sem pretensão de ser verdadeiro ou falso, de um jogo de linguagem artístico. Nunes abre o último capítulo do livro com a passagem:

Em *A paixão segundo G.H* que Clarice Lispector leva ao extremo o jogo de linguagem iniciado em *Perto do Coração Selvagem*, e já plenamente desenvolvido em *A Maçã no escuro*. Não empregamos aqui a palavra jogo, e a expressão jogo de linguagem no sentido comum, em geral depreciativo, que é o que prevalece quando nos referimos a “jogo de palavras”, “jogo verbal”, etc. A literatura, de um modo especial a poesia, comportam uma qualificação lúdica. São atividades criadoras desinteressadas, cujos produtos gozam de existência estética, aparente, dentro do mundo imaginário projetado na expressão verbal. (NUNES, 1976, p.129)

E a respeito dos jogos de linguagem também diz:

Em suas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein fala-nos em “jogos de linguagem”. São esses jogos processos linguísticos, mobilizados pela diferentes atitudes que assumimos, nomeando as coisas e usando as palavras de conformidade com as regras que estabelecemos. (NUNES, 1976, p.130)

Segundo Benedito Nunes, a moderna filosofia da linguagem acrescenta um aspecto ontológico ao jogo de linguagem estético, pois, por meio da imaginação, a experiência imediata das coisas dá acesso a novas possibilidades do ser, possíveis modos de ser que não coincidem com nenhum aspecto determinado da realidade ou da existência humana. E afirma:

Se o objeto de *A Paixão Segundo G.H* é, como vimos uma experiência não objetiva, se a romancista recriou imaginariamente a visão mística do encontro da consciência com a realidade última, o romance dessa visão terá que ser, num certo sentido, obscuro. A

linguagem de Clarice porém, não é nada obscura. Obscura é a experiência do que ela trata. Sob esse aspecto, que analisaremos oportunamente, a atitude de G.H, abdicando do entendimento claro para ir ao encontro do que é impossível compreender, lança a linguagem numa espécie de jogo decisivo com a realidade, que mais reforça o sentido místico do romance de Clarice Lispector. (NUNES, 1976, p.111)

Já em seu primeiro romance, Clarice observa a relação entre a ação narrada e o jogo de linguagem enquanto situação problemática dos personagens que estão tentando se comunicar, se expressar. Assim, Benedito Nunes conclui que “a linguagem tematizada na obra de Clarice Lispector, envolve o próprio objeto da narrativa, abrangendo o problema da existência como problema da expressão e da comunicação”. Isto se verifica em *A paixão segundo G.H*, pois no romance são paradoxais os enunciados que tentam decifrar ou interpretar a experiência de G.H, como na passagem “Eu era a imagem do que eu não era, essa imagem do não ser me cumulava toda” (LISPECTOR, 1988, p.22) e também em:

Aquilo que se vive – e por não ter nome só a mudez pronuncia é disso que me aproximo através da grande larguesa de deixar de me ser. Não porque eu encontre o nome do nome e torne concreto o impalpável – mas porque designo o impalpável como impalpável, e então o sopro recrudescer como na chama de uma vela. (LISPECTOR, 1988, p. 112).

A oposição entre existência e linguagem se torna, nessa perspectiva, representativa dos problemas metafísicos inerentes à condição humana, e é, para Nunes, o que ocorre nos romances de Lispector. Para tornar mais clara esta tese, vejamos o que Nunes diz nessa direção:

A inquietação que neles tortura o indivíduo é o desejo de ser, completa e autenticamente – o desejo de superar a aparência, conquistando algo assim como um estado definitivo, realização das possibilidades em nós latentes. Aspiração contraditória! Realizar estas possibilidades é dar-lhes forma, e conseqüentemente, expressá-las. Não nos contentamos em viver, precisamos saber o que somos, necessitamos compreendê-lo e dizer, mesmo em silêncio, para nós mesmos, aquilo em que vamos nos tornando.[...] O ser que conquistamos não é, pois aquele para o qual o nosso desejo tende, mas aquele que a expressão capta e constrói, e que é, de qualquer modo, uma realidade provisória, mutável, substituível, que oferecemos aos outros e a nós mesmos. Daí a relativa falência da expressão afetando a comunicação entre os homens. (NUNES, 1976, p.132-133)

Benedito Nunes encerra seu livro *O dorso do tigre* propondo uma réplica da escritora ao que teria defendido Wittgenstein:

Wittgenstein escrevia, no fecho de seu *Tractatus Lógico-Philosophicus*, que devemos silenciar a respeito daquilo sobre o qual nada se pode dizer. Clarice Lispector rompe com esse dever de silêncio. O fracasso de sua linguagem, revertido em triunfo, redundando numa réplica espontânea ao filósofo. Podemos formular assim a réplica que ela deu: “é preciso falar daquilo que nos obriga ao silêncio”. Resume-se nessa resposta o sentido existencial de sua criação literária. (NUNES, 1976, p.139)

Gostaríamos de salientar, a respeito dessa passagem, que também Wittgenstein rompe com o dever de silêncio e no final do *Tractatus* se vê obrigado a rejeitar o próprio livro. No aforismo 6.54, escreveu:

Minhas proposições elucidam desta maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado delas – por elas – para além delas (Devo, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela) deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente. (WITTGENSTEIN, 2008, p.281)

A “superação” do *Tractatus* é uma condição necessária para compreender a posição defendida pelo filósofo. Por conseguinte, se o sentido existencial da criação literária de Clarice, segundo Nunes, resume-se na máxima: ‘É preciso falar daquilo que nos obriga ao silêncio’, podemos concluir que a função terapêutica presente em Wittgenstein, tanto no *Tractatus* quanto nas *Investigações Filosóficas*, de nos convidar a dissolver problemas cotidianos fundados no mau uso da linguagem, para que esta seja um meio efetivo de comunicação que nos permita falar inclusive sobre aquilo que nos obriga ao silêncio, também se faz presente na obra de Lispector, especialmente em *A paixão segundo G.H.* Ilustra o que estamos dizendo a passagem:

Mas – como era antes o meu silêncio, é o que eu não sei e nunca soube. Às vezes, olhando um instantâneo tirado na praia ou numa festa, percebia com leve apreensão irônica o que aquele rosto sorridente e escurecido me revelava: um silêncio. Um silêncio e um destino que me escapavam, [...] Nunca então havia eu de pensar que iria de encontro com este silêncio. “Ao estilhamento do silêncio” (LISPECTOR, 1988, p.18).

A visão da personagem-narradora GH é inseparável do ato de contá-la, e a consciência da linguagem enquanto o que não pode ser totalmente verbalizado está presente na ficção. A personagem GH, ao afirmar que viver não é relatável, entende que o momento da vivência – instantâneo – foge à palavra que o expressa. G.H sabe que o ato de narrar não compreende, não engloba o fato vivido. A passagem a seguir do romance corrobora o que estamos discutindo:

Vou criar o que me aconteceu. Só porque viver não é relatável. Viver não é vivível. Terei de criar sobre a vida. E sem mentir. Criar sim, mentir não. Criar não é imaginação, é correr o grande risco de se ter a realidade. Entender é uma criação, meu único modo. Precisarei com esforço traduzir sinais de telégrafo – traduzir o desconhecido para uma língua que desconheço e sem sequer entender para que valem os sinais. Falarei nessa linguagem sonâmbula que se eu não estivesse não seria linguagem. [...] Até criar a verdade do que me aconteceu. Ah, será mais um grafismo do que uma escrita pois tenho mais uma reprodução do que uma expressão. (LISPECTOR, 1988, p. 15).

A personagem G.H propõe criar sobre a realidade, criar a “verdade” do que lhe aconteceu, como uma reprodução dos sentimentos vividos, porque sabe que qualquer tentativa de relatar – através da linguagem – um momento vivido tenderá ao fracasso, por ser aquilo que a expressão verbal não consegue descrever em sua totalidade. E a autora reconhece que o criar literário, a imaginação no momento da escrita, é o que se faz sem pretensão de ter um valor de verdade tal ou qual, como propõe Wittgenstein.

Segundo Wittgenstein, o trabalho essencial da linguagem é afirmar ou negar fatos. Portanto, importam-lhe as condições que teria que cumprir uma linguagem logicamente perfeita, em que uma sentença “signifique” algo bem definido. Pois para que se afirme um fato deve haver algo em comum entre a estrutura sentença e a estrutura do fato. Mas o que há em comum entre a sentença e o fato, Wittgenstein sustenta, não pode, por sua vez, ser *dito* na linguagem. Pode em sua terminologia, ser *mostrado*, pois o que se queira dizer precisará também ter a mesma estrutura, a mesma figuração lógica. O que para Wittgenstein seria impossível, pois para o filósofo *os limites do mundo são também os limites da linguagem*; o que se exprime na linguagem, esta não pode representar, não pode exprimir por meio dela. Vê-se claramente que Wittgenstein quer abolir a metafísica, ou melhor, o discurso metafísico, isto é, a tentativa de dizer o que se

mostra, mas não abolir a arte, a moral, os domínios da linguagem humana que “mostram” sem pretensão de dizer algo verdadeiro ou falso.

Com efeito, a eliminação das afirmações metafísicas desejada por Wittgenstein, no *Tractatus-lógico-philosophicus*, é agora realizada nas *Investigações Filosóficas* de diferentes formas, sendo a principal, o esclarecimento das regras dos diferentes tipos de jogos de linguagem. Podemos concluir, então, que o objetivo de Wittgenstein em as *Investigações Filosóficas* é parecido com o do *Tractatus*. Quer dizer, as afirmações metafísicas devem desaparecer para que possamos ver o mundo corretamente e viver melhor. Ressaltando que Wittgenstein, com a noção de jogos de linguagem não quer introduzir um relativismo.

É verdade, que com a noção de jogos de linguagem, Wittgenstein está propondo salvaguardar um lugar para arte, para a literatura, para a música e também para outros modos artísticos de se expressar. Pois essas são práticas que se dão através da linguagem, mas que não querem se comprometer em ter um valor de verdade, não são feitas para serem postas em prova. Wittgenstein sugere, dado o entendimento de que a linguagem não expressa com precisão as experiências em momentos da realidade, que essa é sua limitação, e o conhecimento de sua limitação é o que nos permite falar sobre o que quisermos, ainda mais quando não temos pretensão de dar modelos explicativos da realidade – de fazer ciência.

É o que se verifica no romance *A paixão segundo G.H.*: o entendimento da personagem-narradora sobre a limitação da linguagem é evidente na passagem do livro, onde a vontade de G. H. de se aproximar do que é ser uma barata, de regressar a um estado primitivo, originário que faz com que a personagem seja lançada para fora do mundo humano, deixando-a na “borda da vida”, com a consciência de que narrar sua experiência não engloba o fato vivido. O desejo de encontrar o que resta do homem quando a linguagem se esgota, é o que move a literatura de Clarice Lispector. Em termos wittgenstenianos, encontrar o que resta do homem, quando a linguagem se esgota, seria o desvelamento do inefável, o incessante esforço da linguagem para captar aquilo que lhe foge. Para ilustrar o que acabamos de dizer vejamos mais uma passagem do livro em questão:

Ah, mas para se chegar à mudez, que grande esforço da voz. Minha voz é o modo como vou buscar a realidade; a realidade, antes da minha linguagem, existe como um pensamento que não se pensa, mas por fatalidade fui e sou impelida a precisar saber o que o pensamento pensa. A realidade antecede a voz que a procura, mas como a terra antecede a

árvore, mas como o mundo antecede o homem, mas como o mar antecede a visão de mar, a vida antecede o amor, a matéria do corpo antecede o corpo, e por sua vez a linguagem um dia terá antecedido a posse do silêncio (LISPECTOR, 1988, p.112-113).

O romance *A paixão segundo G.H* é, para Benedito Nunes, um dos textos mais originais da ficção brasileira e também, como escreve na introdução da Edição Crítica do romance coordenada por ele, ‘o livro maior de Clarice Lispector’, por abrir para o leitor, pelo envolvimento de sua narrativa, “a fronteira entre o real e o imaginário, entre a linguagem e o mundo, por onde jorra a fonte poética de toda ficção”. (NUNES, 1988, p. XXIV)

Segundo Benedito Nunes, por um lado, *A paixão segundo G.H* faz parte da linha ficcional de criação que Clarice Lispector adotou desde o seu primeiro romance, *Perto do Coração Selvagem*; por outro lado, ele diz tratar-se de um romance singular, “não tanto em função de sua história quanto pela introspecção exacerbada, que condiciona o ato de contá-la” (NUNES, 1988, p. XXIV), que se transforma, segundo o filósofo, no embate da narradora com a linguagem, levada a domínios que ultrapassam o limite da expressão verbal. Sobre isso afirma:

Em a paixão segundo G.H, a consciência da linguagem enquanto simbolização do que não pode ser inteiramente verbalizado, incorpora-se à ficção regida pelo movimento da escrita, que arrasta consigo os vestígios do mundo pré-verbal e as marcas “arqueológicas” do imaginário até onde desceu. G.H tenta dizer a coisa sem nome, descortinada no instante do êxtase, e que se entremostra no silêncio intervalar das palavras. Mas o que ela enuncia não pode deixar de simbolizar o substrato inconsciente da narração que, matéria comum aos sonhos e aos mitos, sobe das camadas profundas do imaginário que constituem o subsolo da ficção. (NUNES, 1988, p.XXVII)

Nessa perspectiva, para Nunes extrema-se o drama da linguagem, e este é o momento em que a narrativa se torna: “o espaço agônico de quem narra e do sentido de sua narração – o espaço onde a narradora erra, isto é, onde ela se busca, buscando o sentido do real, que só atinge quando a linguagem fracassa em dizê-lo” (NUNES 1988, p. XXVIII). Em uma passagem de *O dorso do tigre*, pertinente a esse momento, Nunes afirma:

A mensagem de G.H, no fim de seu calvário, compreendendo que a existência em si é não humana, e que toda linguagem tem no silêncio a sua origem e seu fim, é, no que diz

respeito à caracterização do mundo imaginário de Lispector, verdadeiramente exemplar. Clarice Lispector expõe-se, no seu *A Paixão Segundo G.H.*, ao risco de optar pelo silêncio. Lançou um desafio supremo a si mesma: jogou com a linguagem para captar o mundo pré-linguístico. E teve que admitir, no final, o fracasso do seu empreendimento. Mas foi um fracasso significativo, que acarretou para a autora a mais surpreendente vitória. Essa vitória, registrada nas últimas páginas do relato de G.H, traduz o reconhecimento da miséria do esplendor da linguagem, de sua falência e de sua de sua essencialidade. (NUNES, 1976, p.139)

Nesta perspectiva, estamos, segundo Nunes, diante do fracasso existencial, correlato ao fracasso da linguagem. De maneira que, os dois fracassos, o da existência e o da linguagem, estão intimamente associados. O fracasso existencial da personagem G.H acontece, como em todo ser humano que fracassa, por ser “incapaz de atingir pelo conhecimento, pela ação ou pelo coração a plenitude que aspiram”. (NUNES, 1976, p. 137). E o fracasso da romancista com a linguagem, isto é, com a experiência levada ao seu limite último, é resultado do confronto decisivo entre realidade e expressão.

Para Benedito Nunes, do processo da linguagem resulta uma ficção erradia, que é, para ele, como afirma Clarice Lispector, em passagem de *A paixão segundo G.H.*, mais um grafismo do que uma escrita. Pois a atitude da personagem G.H de abdicar do entendimento claro para ir ao encontro do que é impossível compreender, lança a linguagem num jogo decisivo com a realidade e reforça o sentido místico do romance. Segundo o autor, parece-nos que o conteúdo místico da experiência da personagem é fundamental para compreendermos as intenções do romancista:

O silêncio, desistência da compreensão e da linguagem, é o termo final da aventura espiritual de G.H, que principia pela náusea e culmina no êxtase do Absoluto, indiscernível do Nada. Mas essa aventura, não o esqueçamos, é a via *crucis* de uma paixão. No título que adotou *A paixão segundo G.H.*, Clarice Lispector sintetiza, por uma translação parodística (Paixão segundo S. Mateus, segundo S. João, etc.) o sentido místico da Paixão dessa mulher comum a quem cabe qualquer nome delimitado pelas iniciais G.H, submetida ao sacrifício de sua identidade pessoal na ara da existência transformada em calvário. (NUNES, 1976, P.112)

Emília Amaral no livro *O leitor segundo G.H.*, detém-se, no terceiro capítulo de sua obra, na fortuna crítica de *A paixão segundo G.H.* Para ela, Benedito Nunes, em *O Dorso do Tigre*,

propõe a examinar as situações vivenciadas pelos personagens claricianos à luz da experiência sartreana da náusea, o que o leva, conseqüentemente, a discernir a “modificação” que tal experiência sofreu no romance de Lispector. Diz Amaral:

Para Nunes, em *A paixão segundo G.H* o estado de náusea “atinge o máximo desenvolvimento”, além de ter “função espiritual marcante” e já por esta razão distinguir-se da náusea sartreana, pois enquanto em Sartre prevalece a humanização da náusea, no romance ocorre o contrário: a experiência da náusea se aprofunda, pois libera em G.H. “o impulso primitivo, mágico, de participação, abrindo para ela o caminho de acesso a realidade pura, sem princípio nem fim”. O caráter espiritual de *A paixão segundo G.H* aproxima-se, segundo o crítico, da “união com o absoluto” que os grandes místicos do ocidente e do oriente visaram alcançar, por meio do amortecimento das impressões sensíveis exteriores, da mortificação dos desejos e do apaziguamento da mente, os quais levam à “perda da individualidade”, ao “deslocamento do eu individual e pessoal para o núcleo secreto da alma, que se comunica como o ser e que é partícipe de sua existência universal e ilimitada”. (AMARAL, 2005, p.109)

Ainda tratando da fortuna crítica do romance de Clarice Lispector, Emília Amaral escreve também sobre a obra de Benedito Nunes, *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*, na qual o autor estuda o conjunto ficcional da escritora, dedicando um capítulo *A paixão segundo G.H.* (“*O Itinerário Místico de G.H.*”). Deste capítulo, Emília Amaral destaca alguns elementos que, segundo ela, são depuradores da compreensão desta visada crítica sobre o romance.

Amaral destaca que Nunes pontua o fato de no romance, “uma complexa metamorfose interior e espiritual”, resultar de um pequeno incidente doméstico. Pois, também para Nunes, a barata não se confunde com qualquer “entidade alegórica”. Para ele, o que se destaca na análise da presença do animal no livro é sua ancestralidade em relação ao homem e também o significado que possui de “máxima oposição que engloba os demais contrastes expostos no relato de G.H, entre humano e não-humano, o natural e o cultural”. (NUNES *apud* AMARAL, 2005, p.111)

Para Amaral, Benedito Nunes, além de se ocupar com a análise sobre o sentido místico do caminho de G.H, detém-se no aspecto formal do texto, procurando mostrar como a verdade procurada por G.H depende da “veracidade de sua narração”. Mas para a autora, o que lhe parece central e, portanto, merecedor de destaque, refere-se à distância entre a palavra e a coisa,

que se intensifica à medida que a experiência de G.H progride, “pois essa progressão a aproxima crescentemente do silêncio da materialidade da vida em sua mudez” . E conclui:

A necessidade de expressar a identidade do ser, que prescinde de linguagem, assinala, para o crítico, “o extremo limite da introspecção e da linguagem” já que a identidade pura, para a plenitude do ser, seria o silêncio inenarrável. Abre-se desta forma no romance “um hiato entre o ser e o dizer”, “entre a imanência e a transcendência”, “entre a realidade e a linguagem”, “que a própria linguagem assinala e na qual ela se move”. Na medida em que necessariamente aprofunda esse hiato, por meio da própria narrativa, que caminha “à contracorrente da experiência narrada, G.H. é um “sujeito que se desagrega”, com ela se desagregando o próprio ato de narrar. Assim, à metamorfose de G.H. corresponde a metamorfose da narrativa, à perda de identidade de G.H. corresponde a perda de identidade da narrativa, as duas coisas ocorrendo como um esvaziamento: “esvaziamento da alma e da narrativa”, “a desapossada do eu e a narrativa do seu objeto”.(AMARAL, 2005,p.113)

A análise de fragmentos da fortuna crítica de *A paixão segundo G.H.* feita por Benedito Nunes, principalmente, e Emília Amaral, expostos aqui, contribui para elucidar, na esteira do que diz Wittgenstein, em seus estudos sobre a linguagem, que neste romance de Clarice Lispector o jogo entre linguagem e realidade é o tema central. A consciência da linguagem como o que não pode ser totalmente verbalizado, ou seja, a consciência dos limites da linguagem que se faz presente na ficção. É justamente o embate narrativa *versus* consciência que dá vida à protagonista G.H: *a tentação de saber, de designar a coisa sem nome*, a experiência limite de percorrer o caminho da linguagem até o silêncio tendo em vista o fracasso.

Clarice e a crítica comparativista

Leyla Perrone-Moisés, no prefácio do livro *A clave do poético (2009)*, de Benedito Nunes, escreve:

Benedito é um tesouro nacional, guardado na Amazônia há décadas. Digo “guardado”, e não “escondido”, como costumam ser os tesouros, porque este já foi descoberto há muito tempo, por todos os que buscam o saber filosófico e poético. (PERRONE-MOISES *apud* NUNES, 2009, p.15)

Para a autora, a primeira grande qualidade de Benedito Nunes é ser um prodigioso leitor, e comenta que o índice de *A clave do poético* dá uma ideia da quantidade de autores que ele leu, e com os quais dialoga. Perrone-Moisés afirma que, percorrendo os textos críticos de Benedito Nunes, vemos que nenhum dos grandes escritores de nossa língua escapou à sua atenção – tratou em seus textos de autores como, Fernando Pessoa, Guimarães Rosa, Drummond, João Cabral, Clarice Lispector e Oswald de Andrade. Ainda segundo a autora, outra característica desse crítico-filósofo (palavras dela) é sua inclinação e competência para traçar panoramas da produção literária brasileira, no campo da ficção, poesia e crítica literária. Cito a autora:

Arrisco dizer que, por estar longe dos centros culturais e universitários hegemônicos, B.N. é o menos provinciano de nossos intelectuais. Ele não apenas olha para o Brasil como um todo, mas pensa a literatura e a crítica em termos nacionais e internacionais. (PERRONE-MOISES *apud* NUNES, 2009, p.16)

No prefácio de Perrone-Moisés, são muitos os elogios ao autor, para ela Benedito Nunes “é coisa rara entre nós”. Ela o descreve como um crítico literário com uma sólida formação filosófica usada a serviço da linguagem poética, pela qual tem verdadeira paixão. Em uma passagem lembra o que Clarice Lispector teria dito sobre ele:

Fiquei muito surpreendida quando ele me disse que sofreu muito ao escrever sobre mim. Minha opinião é que ele sofreu porque é mais artista do que crítico: ele me viveu e se viveu nesse livro. O livro não me elogia, só interpreta profundamente. (LISPECTOR *apud* NUNES, 2009, p. 17)

Leyla Perrone-Moisés escreve ainda que Benedito Nunes não é apenas um excelente leitor-crítico, é também um teórico da literatura. Como grande parte dos teóricos literários da modernidade, Nunes tem suas raízes fincadas nos românticos alemães, que uniram filosofia à poesia. Segundo a autora:

Para ele, filosofia e poesia “são unidades móveis, em conexão recíproca”. E como filósofo contemporâneo da crise da metafísica, leitor de Nietzsche, Heidegger e Wittgenstein, ele

não busca, na literatura, a verdade, mas verdades no plural, ou melhor, diferentes maneiras de dizer e compensar a perda da verdade. Por isso, em “Meu caminho na crítica”, ele fala de “filosofias no plural e não no singular. (PERRONE-MOISES *apud* NUNES, 2009, p.18)

Conforme a exposição de Perrone-Moisés, o depoimento de Benedito Nunes presente nos ensaios “Meu caminho na crítica” e “Ocaso da literatura ou falência da crítica?” são fundamentais não só para esclarecer sua trajetória crítica, mas também para lembrar que filosofia e crítica estão indissoluvelmente ligadas. Lição que, segundo a autora, “nenhum crítico literário devia esquecer, para exercer seu ofício com o conhecimento e responsabilidade que dele se esperam”.

Benedito Nunes conta-nos, no texto “Meu caminho na crítica”, presente na parte I do livro *A chave do poético (Pensando a literatura)*, que num dos encontros com Clarice Lispector em Belém, depois de ter publicado *O drama da linguagem*, sobre o conjunto da obra dessa escritora, ela antes do cumprimento que se faz de praxe, disse-lhe: “você não é um crítico, mas algo diferente que eu não sei o que é”. Segundo Nunes, no momento o juízo de Clarice o perturbou, mas depois pode ver como foi certo tal juízo: pois Lispector percebia, lendo o que escreveu sobre ela, que seu interesse intelectual não nascia nem acabava no campo da crítica literária. Para o autor seu interesse é mais filosófico do que apenas literário, e lembra que desde Kant a filosofia também foi chamada de crítica. No entanto, afirma não saber por qual das críticas começou, se foi pela literatura ou pela filosófica, pois as duas se uniram tão intimamente em sua atividade. E nesta direção afirma:

No “algo diferente” a que Clarice se referia para qualificar-me, estava implícita semelhante união. Não sou um duplo, crítico literário por um lado e filósofo por outro. Constituo um tipo híbrido, mestiço das duas espécies. Literatura e Filosofia são hoje, pra mim, aquela união convertida em tema reflexivo único, ambas domínios em conflito, embora inseparáveis, intercomunicantes. (NUNES, 2009, p.23-24)

Nunes comenta que nunca pretendeu aplicar a filosofia, como método, ao conhecimento da literatura, muito menos fazer da literatura um instrumento da filosofia ou uma figuração de verdades filosóficas. Segundo o autor, se fosse o caso, passaríamos a literatura, sob exame crítico, à condição de serva de um método filosófico. Sobre a relação entre filosofia e literatura Nunes diz: “Afinal, o que, de imediato, há, em comum, entre filosofia e literatura? A

linguagem. Como assim? É que ambas só existem operativamente ou poeticamente, no sentido originário da palavra grega *poiesis*.” (NUNES, 2009, p.27)

Segundo o autor, em *A paixão segundo G.H.*, por exemplo, não é a filosofia que serve de guia. Para Nunes, no romance de Clarice Lispector:

A trajetória mística seguida pela personagem é uma contrafilosofia que, em vez do discurso de esclarecimento do real, lhe impõe, pelo uso mesmo da linguagem levada a seu extremo limite de expressão, a visão extática, o descortínio, silencioso das coisas. [...] o arrebatamento da visão extática sobrepõe o mostrar ao dizer, o silêncio do olhar à sonoridade das palavras, o vislumbre intuitivo à frase. O poético, que se confunde com o místico, tal como Wittgenstein o entedia, é o aparecer do que se mostra, o indizível. “*Das Mystisch zeigt sich*” (O místico se mostra). (NUNES, 2009, p.31)

Nunes escreve que o movimento de vai e vem da filosofia remonta à compreensão preliminar, languageira, do ser no meio do qual nos encontramos. Para o filósofo, o pensamento requer a linguagem interligada à fala, ao discurso, e, requerendo a linguagem, o pensamento já se interpretou nela. Para ilustrar esta discussão Benedito Nunes usa as palavras de Wittgenstein: “à medida que a filosofia se torna mais consciente da maneira como o pensamento requer a linguagem mais ela se aproxima da poesia”.

O ético, o religioso e o metafísico em Wittgenstein pertencem à categoria do indizível, isto é, daquilo que não pode ser articulado proposicionalmente: o indizível é o místico, o indizível é o que só pode ser mostrado. E é com base neste argumento, como sugere a passagem de Benedito Nunes que segue, que Wittgenstein aponta os limites da filosofia:

Wittgenstein, leitor e adepto de Tolstói, admirador de Rilke e de Trakl, pôs à conta da literatura, da poesia, por excludência lógica, o que pode ser mostrado (dito numa forma de linguagem não proposicional): a verdade essencial relativa à ação humana, a verdade do *ethos* de que a filosofia não pode falar. Ela pode, ironicamente, como fez no caso de Wittgenstein, falar dessa impossibilidade e, por meio dela, transar com a poesia. Mas, concluímos nós quando a Filosofia e as Ciências se calam, é sempre a poesia, que diz a última palavra. (NUNES, 2009, p.42)

Na esteira do que propõe Wittgenstein, Nunes afirma:

Tudo então pode ser narrado, mas tendendo para o inenarrável em que tudo culmina. O que quer que se narre, é sempre uma figura do mundo, a parcela discernível de uma cadeia ilimitada de eventos que o ficcionista desenrola elo após elo, sobre um fundo vazio a preencher. (NUNES, 2009, p.211)

Segundo o crítico-filósofo, como chamado por Perrone-Moises, no quinto romance de Clarice Lispector, *A paixão segundo G.H.*, um relato confessional provocado por um simples incidente doméstico, a morte de uma barata, a escritora chegou ao ponto crítico da literatura, pôs em jogo a natureza, o alcance e os limites da ficção. Benedito Nunes salienta que tomamos a palavra jogo aqui, no sentido de uma prática poética. Porque, para o autor, o jogar com as palavras:

Abre um hiato de silêncio, espécie de momento contemplativo, indizível, conquistado à superfície revelante das frases, e que, inenarrável, já não pode articular-se em palavras, convidando o leitor a uma atitude receptiva, de absorção no objeto sobre o qual se especula. Nos seus romances, Clarice Lispector procura alcançar esse intervalo de silêncio. (NUNES, 2009, p.210-211)

Wittgenstein, concordando com Gottlog Frege, um dos fundadores da lógica simbólica, acerca do valor de verdade da referência, negou o conhecimento ético, mas não a importância do empenho moral para o homem. Para Wittgenstein, paradoxalmente, o seu *Tractatus lógico-philosophicus*, era uma introdução à ética. Certamente uma introdução negativa, comenta Nunes, pois os enunciados sobre o bem ou a felicidade são insustentáveis e sem sentido. Por isso teria dito Wittgenstein numa conferência que é impossível escrever uma ética, por que os juízos da ética seriam intraduzíveis, inexpressáveis. Faltariam expressões que os asseverassem. Sobre o que não podemos dizer é melhor silenciar, escreveu Wittgenstein. Mas vale lembrar que o filósofo estava se referindo ao que não pode ser dito proposicionalmente, ao fracasso da linguagem de que a personagem GH falava.

Referências

Do corpus literário:

CLARICE, Lispector. *A paixão segundo G.H.* Coord. Benedito Nunes. Paris: Association Archives de la littérature latino-américaine, des Caraïbes et africaine du XXe siècle; Brasília: CNPq, 1988. Ed. Crítica.

Sobre o *corpus* literário:

AMARAL, Emília. *O leitor segundo G.H.* Cotia: Ateliê, 2005.

GOTLIB, Nádía Battella. *Clarice: uma vida que se conta*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

NUNES, Benedito. *A chave do poético*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

_____. .A paixão de Clarice Lispector. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Funarte/Companhia das Letras, 1987, p. 269-281.

_____. Introdução do coordenador. In: *A paixão segundo G.H. Coord. Benedito Nunes*. Paris: Association Archives de la littérature latino-américaine, des Caraïbes et africaine du XXe siècle; Brasília: CNPq, 1988. Ed. Crítica.

_____. *O dorso do tigre*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Ática, 1995.

SÁ, Olga de. *A escritura de Clarice Lispector*. 2. ed. Petrópolis; São Paulo: Vozes; PUC, 1993.

_____. *Clarice Lispector: a travessia do oposto*. São Paulo: Anna-Blume, 1993.

_____. Paródia e metafísica. *A paixão segundo G.H. Coord. Benedito Nunes*. Paris: Association Archives de la littérature latino-américaine, des Caraïbes et africaine du XXe siècle; Brasília: CNPq, 1988. Ed. Crítica.

ABRAMOVICH, Léia Schacher. *Ludwig Wittgenstein e a teoria da literatura*. Porto Alegre: EDIPUC, 1999.

DALAGNOLL, Darlei. *Ética e linguagem: uma introdução a Wittgenstein*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus lógico-philosophicus*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

_____. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 2005.

PERRONE-MOISES, Leyla. *Flores da escrivainha: ensaios*. São Paulo: companhia das Letras, 1990.

_____. Prefácio à primeira edição. In: NUNES, Benedito (Org.). *A chave do poético*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

O SIMULACRO DA FAMÍLIA SOB A ÓTICA DE DOIS ADOLESCENTES INDÍGENAS: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA

Sonia Aparecida Verga Brumatti
Rita de Cássia Pacheco Limberti

Este trabalho constitui-se da análise de dois textos de adolescentes indígenas da Reserva Indígena de Dourados – Mato Grosso do Sul – e é parte integrante de minha dissertação de mestrado “Identidade indígena: algumas características de estudantes indígenas da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados-MS”, cujo objetivo principal foi investigar como adolescentes indígenas constroem suas identidades, por meio de redações, em contexto escolar não indígena. A partir dessa análise, construída com base na semiótica discursiva de linha francesa, é possível perceber que esses indígenas, ao assumirem-se como sujeitos da enunciação em seus discursos, buscam construir o simulacro de suas famílias de forma distinta: ora como uma metáfora da destruição da cultura e da organização familiar próprias desse grupo étnico específico, ora como um agrupamento de pessoas, cujos simulacros se assemelham aos de “heróis” modernos que, geralmente pertencendo às camadas mais pobres da população, superam inúmeras dificuldades e desafios e “vencem na vida” por mérito e esforço próprios.

Ao descreverem a organização familiar da qual fazem parte, sob o discurso desses adolescentes delineia-se a figura do enunciatário – um sujeito não índio – a quem eles buscam reiteradamente fazer-criar, através de diferentes mecanismos argumentativos (como a figurativização, por exemplo), que a imagem do índio (construída pelos não índios), muitas vezes constituída basicamente de elementos disfóricos, é falsa.

Para proceder à análise, cito trechos dos textos (respeitando-se a grafia original das produções textuais) e analiso-os em seguida. O primeiro texto a ser analisado (Texto 1) pertence ao adolescente indígena J.L.S. e o segundo (Texto 2) à adolescente E.J.L.

A análise

Texto 1: “Minha família”

Em minha família existe muitas características, como no trabalho em casa, e no convívio no trabalho na sociedade. Meu pai era uma pessoa muito exigente, pedia um ponto claro de todas as coisas, exigia direitos na política, fazia críticas a corruptos. De um tempo para cá meu pai foi mudando, não só no físico mas também no comportamento. Eu tive muitos animais que eram considerados parte da família, muitos morreram pelo tempo que só deixaram lembranças em fotos (Texto 1, linhas 1-6).

Um enunciado de estado inicia a narrativa de J.L.S. – um sujeito em conjunção com o objeto família – para, em seguida, passar-se à descrição da figura paterna. O simulacro do pai, construído a partir de uma pequena narrativa, revela que o enunciador recorre à memória para referir-se ao pai:

A narração implica a memória.

Por conseguinte, quando contamos, o que sai de nossa memória não é a realidade mesma (*res ipsae*), que não é mais, mas palavras nascidas das imagens que formamos dessas realidades (*uerba concepta ex imaginibus earum*), que, atravessando nosso espírito, deixaram traços (*uestigia*) de sua passagem (Agostinho, XVIII, 23) (FIORIN, 1999, p. 131-132).

As palavras de J.L.S., que nascem das “imagens” que tem do pai, constroem o simulacro de um sujeito que sofrera transformações (“Meu pai era...”). O sujeito inicial da narrativa do menino não é somente um sujeito virtual, modalizado pelo *querer* e/ou *dever*, mas um sujeito atual, competente que sabe e pode realizar a ação de exigir “direitos na política”, de fazer “críticas a corruptos”; as ações praticadas por ele (exigir, criticar) configuram-se como atos que revelam coragem, ousadia, por parte de quem os pratica. Em se considerando ser o pai de J.L.S. um indígena, essas características se tornam ainda mais significativas porque “exigir direitos na política” e “fazer críticas a corruptos” parece não ser postura tão comum entre os índios (a menos que se trate de uma liderança, de um capitão..., informação que não consta no discurso do menino). Mas esse sujeito competente, “de um tempo para cá foi mudando, não só no físico, mas também no comportamento”.

Ancorar inicialmente sua narrativa em um tempo passado (tempo em que o pai “era”) e retornar ao presente (“De um tempo para cá”), em que o “cá” refere-se ao “agora” da enunciação, permite a J.L.S. constatar as mudanças que começaram (e continuam) a ocorrer (“foi mudando”) em um tempo indeterminado e cujas consequências atingem não só o aspecto físico, como também o comportamental do sujeito pai. Se forem consideradas eufóricas as características iniciais desse sujeito, enunciar que houve uma mudança em seu estado, que ele não é mais o que “era”, uma pressuposição se delinea: as características que passam a compor o simulacro identitário do pai são disfóricas para o adolescente.

Ao referir-se aos animais de estimação, mais uma vez J.L.S. ancora seu discurso em um tempo anterior ao momento da enunciação. A forma verbal “tive” instala uma debreagem temporal enunciativa por indicar anterioridade em relação ao momento da enunciação e expressar descontinuidade em relação à posse desses animais, “considerados parte da família”: em determinado período de um tempo passado ele os teve, mas não os têm mais – restaram “as lembranças em fotos”. Ao reportar-se ao passado (“eu tive muitos animais”, “muitos morreram”, “só deixaram lembranças”) para compor seu discurso, o que sai da memória do indígena não é a realidade mesma, mas palavras nascidas das imagens formadas a partir dessa realidade que deixaram marcas de sua passagem. Essas “marcas” (lembranças) configuram-se como disfóricas porque remetem a um estado de disjunção entre sujeito (índio) e objeto (animais de estimação). Tanto na memória que faz do pai, quanto na que faz dos animais, J.L.S. constrói de si o simulacro de um sujeito cujo estado patêmico é de insatisfação: em relação ao pai, por este estar “perdendo” atributos como coragem, ousadia; em relação aos animais, por ter se estabelecido um estado disjunto entre eles e o adolescente.

“Minha família é bem grande, somos em sete pessoas, com meus parentes somos muitos, que nem conta se há” (J.L.S. Texto 1, linhas 6-7). Se se considera que um discurso sempre se constrói por oposição a outro discurso, o sentido desse enunciado parece constituir-se por oposição à configuração familiar não índia, geralmente composta pelo pai, mãe e poucos filhos. Entretanto, há nele uma ambiguidade que orienta para a construção de sentidos diferentes: se a expressão “bem grande” referir-se a “sete pessoas” mais os “parentes” “que nem conta se há”, então J.L.S. está discursivizando a constituição da família-grande, formação própria da cultura índia, em oposição aos núcleos familiares pequenos, próprios da cultura não índia. Se,

ao contrário, a expressão referir-se apenas a “sete pessoas”, seu discurso soa como sendo uma assunção declarada dos valores próprios da cultura branca, em oposição aos valores próprios da cultura indígena: segundo a ótica branca, uma família composta por sete pessoas é considerada “bem grande”; segundo a ótica índia, uma organização familiar que conte com esse número de pessoas parece não ser considerada “muito grande”, haja vista que muitas famílias indígenas são compostas por sete ou mais pessoas.

“Minha mãe era muito boa no começo da minha vida, o tempo foi tomando conta de sua personalidade” (J.L.S. Texto 1, linhas 8-9). “O tempo é tido como uma força de destruição, que arruína tudo que é tido como eufórico” (FIORIN, 1999, p. 128). A força dessa expressão parece estar sintetizada no discurso de J.L.S.: foi o tempo que transformou a “personalidade” do pai, tornando disfórico o que era eufórico; é assim também em relação à mãe, em quem “o tempo foi tomando conta de sua personalidade”, transformando-a.

O adolescente, ao tentar construir o simulacro da figura materna, não especifica em que consistia sua bondade. Mas há todo um percurso narrativo pressuposto em seu discurso: para ser considerada boa, a mãe foi modalizada pelo *querer* e/ou *dever ser* e realizou determinadas ações (que *sabia* e *podia*), a partir das quais foi reconhecida, sancionada cognitivamente, como sendo boa. Ser “muito boa” faz pressupor a figura de um sujeito cujo simulacro identitário é composto por características de valor eufórico bastante elevado. Essas características, entretanto, só compõem o simulacro do sujeito mãe no começo da vida de J.L.S. Trata-se de um espaço temporal não especificado claramente, ancorado no passado em relação ao momento presente da enunciação (talvez os primeiros anos da infância de que o adolescente se recorde), a partir do qual o tempo – antissujeito que tudo arruína – foi operando uma transformação no modo de ser do sujeito mãe. O aspecto não limitado, inacabado da forma verbal “era” indica que esse estado ocorreu de modo durativo. J.L.S. não especifica em que ponto do percurso entre ser boa e ser má sua mãe se encontra, declara apenas que a transformação está ocorrendo, e se considera o estado “ser boa” como revestido de valores positivos e “ser má” revestido de valores negativos, então o discurso do indígena aponta para a passagem, no simulacro do sujeito mãe, de um estado eufórico para um disfórico.

No discurso do indígena em relação às mudanças ocorridas na “personalidade” do sujeito mãe observa-se uma articulação tensiva em que o “ser boa” é da ordem da extensividade,

posto que seu conteúdo garante uma significação sobre a qual o conteúdo de “ser má” deixa marcas intensas. Sobre esses dois eixos (extensidade/intensidade) se assenta a relação entre os estados “ser boa/ser má” atribuídos à mãe de J.L.S.: à medida que o segundo avança, o primeiro diminui; enquanto o “ser má” ganha tonicidade, o “ser boa” perde tonicidade, gerando uma curva de tensão inversa, uma gradação, em que o estado eufórico (boa) da mãe diminui à proporção que o disfórico (má) cresce, tomando conta de sua personalidade.

Mais uma vez, a imagem que se delineia do enunciador é a de um sujeito que tende à insatisfação, estado patêmico que se estabelece por constatar uma disforização dos elementos que compõem o seu círculo familiar.

“Tenho cinco irmão, são três irmãs e dois irmãos comigo, minhas irmãs são muito chatas, e só querem essas coisas da moda, eu sou um pouco alegre com as pessoas, com meus amigos, sou como posso ser” (J.L.S. Texto1, linhas 9-11). Ao traçar o retrato de sua família, J.L.S. selecionou os elementos que a compõem respeitando uma hierarquia: descreveu o pai, a mãe, para finalmente mencionar os irmãos e a si mesmo. Ele tem um irmão – apenas citado em seu discurso – e três irmãs “chatas”. Ser uma pessoa chata aponta para um sujeito com características disfóricas para quem assim o considera. O adolescente não especifica quais são essas características, mas considerando-se que um indivíduo chato é o que aborrece, que irrita aqueles com os quais convive, ao declarar serem suas irmãs chatas, o discurso do indígena faz pressupor a existência de uma relação não tão harmoniosa entre ele e as irmãs. Segundo a ótica do adolescente, além de serem “chatas”, as irmãs “só querem essas coisas da moda”. Atribuir valor a vestimentas, calçados, acessórios que estão “na moda” é típico da cultura não indígena e entre os adolescentes não índios vestir-se de acordo com a moda vigente configura-se como um poderoso instrumento que facilita a inserção grupal e denota certo status social.

De acordo com essa perspectiva, as irmãs de J.L.S. assumiram, como sendo seus, valores próprios da cultura branca, em detrimento dos valores próprios da cultura indígena; somente ao final desse discurso que busca construir o simulacro de sua família é que o adolescente faz menção a si mesmo: “sou um pouco alegre”, “sou como posso ser”. A forma como ele discursiviza o seu modo de ser índio aponta para o simulacro de um sujeito frustrado, que sabe *não poder ser* de outra maneira. Note-se que o adolescente, ao mencionar o pai e a mãe, evoca imagens que transitam entre um passado distante em que o simulacro de ambos compunha-se de valores

eufóricos e entre o momento da enunciação em que esses mesmos valores – transformados pelo tempo – assumem um caráter disfórico; em relação às irmãs, nenhum aspecto eufórico é mencionado. Como o enunciador utiliza as figuras do discurso para que o enunciatário creia nas “verdades” que estão sendo enunciadas, o pai, a mãe, os irmãos são postos no discurso como a figurativização de um relacionamento familiar pouco harmonioso (metáfora da situação atual das famílias indígenas), responsável pelo jeito “pouco alegre” de ser do indígena. Tem-se então o simulacro de um sujeito que é como é (“pouco alegre”), não porque assim o deseja, mas porque as configurações e reconfigurações do modo de ser índio, da cultura índia, pressupostas no seu discurso, não permitem que ele atinja um estado passional diferente: “sou como posso ser” é a assunção, por parte do enunciador, da incapacidade do sujeito de realizar uma ação que transforme seu estado passional de insatisfação em um estado de conjunção plena com a alegria, tornando-se, assim, um sujeito satisfeito.

Texto 2: (sem título)

Quando eu era pequeno agente morava numa casa muito pequena, sofremos muito, passamos a cada dificuldade, depois meu pai pensou a comprar outro lugar para agente morar, por que a vida que nós levava lá onde moramos era muito sofrida.

Ninguém mais da minha família aguentava ficar lá, nós não tinha comida para comer, não tinha onde estudar, dormíamos no chão as coisas ficava difícil ao nosso lado (Texto 2, linhas 1-6).

Esse discurso da menina indígena, apesar da ausência de título, é o que se refere à família; ela descreve o percurso narrativo de sua família desde que “era pequeno” até “agora”. Instaurando a debreagem enunciativa, E.J.S. utiliza-se de marcadores temporais e espaciais de forma a demarcar claramente os diferentes momentos vividos por ela e sua família dentro desse percurso narrativo.

Inicialmente, a indígena ancora seu discurso em um tempo anterior ao momento da enunciação (quando era pequena) e em um espaço (“lá onde moramos”) que se opõe ao “aqui”, a aldeia, lugar de sua residência atual, para, então, descrever as condições de existência da família da qual faz parte. A primeira imagem que E.J.S. busca construir de seu círculo familiar

é a de um conjunto de pessoas que passam por inúmeras dificuldades: moram em uma “casa muito pequena”, não têm “comida para comer”, não têm “onde estudar”, não têm lugar para dormir (“dormíamos no chão”). São sujeitos afetados por um estado de penúria extrema, em disjunção com valores básicos para a sobrevivência, e que, modalizados pelo dever, impelidos pela necessidade (“Ninguém mais da minha família aguentava ficar la”), buscam transformar essa relação de disjunção em conjunção: “meu pai pensou a comprar outro lugar para agente morar, por que a vida que nós levavam la onde moramos era muito sofrido”.

Depois que mudemos de la começamos a melhorar nossa vida, minha mãe colocou agente na escola e meu pai começou arrumar emprego, e agente começou a ter mais idade, fomos melhorando a cada dia a nossa vida que levamos. Meus irmão também naquela [época] era pequeno e já trabalhava com meu pai.

E nós ajudava nossa mãe em casa. Assim montamos e lutamos e vencemos a miséria (Texto 2, linhas 6-11).

Um outro marcador temporal (“depois que mudamos de la”) inicia uma nova sequência narrativa dos sujeitos que compõem a família da indígena. A adolescente não menciona como se desenvolvem as ações que possibilitaram essa “mudança”, mas há todo um percurso de aquisição de competência e *performance* pressuposto em seu discurso: para adquirir um outro lugar para morar era necessário que os pais de E.J.S. se tornassem sujeitos reais (no sentido semiótico do termo), que além de *querer* e/ou *dever*, *saber* e *poder* realizar a *performance* de adquirir um outro espaço onde pudessem residir com melhores condições de sobrevivência, eles efetivamente realizassem essa ação. A menina não narra esse percurso que subjaz ao seu discurso, mas ele se configura como sendo responsável por mudanças significativas no modo de ser e de viver de sua família. Note-se que a partir de um marco temporal não especificado, depois da mudança de localidade, os enunciados de estado que marcam o início da narrativa são substituídos por enunciados de fazer: a mãe colocou os filhos na escola, o pai começou a trabalhar, os irmãos ajudavam o pai, as meninas ajudavam a mãe (“E nós ajudava nossa mãe em casa”). Assim, a indígena atribui à vinda para a aldeia o estatuto de transformação principal ocorrido na história de sua família, posto que foi a partir da mudança deles para esse espaço geográfico que os sujeitos componentes de seu círculo familiar se tornaram competentes para realizar ações que

possibilitaram a conjunção com objetos como estudo, trabalho, alimentos, enfim, com as condições básicas de sobrevivência que lhes eram disjuntas no início da narrativa.

“Agora estamos muito tranquilo, porque melhoramos nossa vida saímos da rotina mudamos para as coisa melhor, e ficamos muito feliz, e eu estou super contente com meu estudo maravilhoso.” (E.J.S. Texto 2, linhas 11-13). Ao retornar ao momento da enunciação, E.J.S. descreve o estado atual de sua família. Ela utiliza-se de verbos no presente com a conotação de duratividade, que traduzem um momento de referência mais longo do que o momento da enunciação. O advérbio “agora” corrobora essa extensão dos estados dos sujeitos, com o sentido de um estado que é concomitante ao momento da enunciação, mas que não se restringe a ele; é um “agora” que denota continuidade; são sujeitos cujo estado passional é de tranquilidade (“estamos muito tranquilo”), de felicidade (“ficamos muito feliz”).

Considerações finais

Considerando-se a maneira como os adolescentes discursivizaram a constituição de suas famílias, é possível perceber a configuração de dois simulacros distintos da organização familiar indígena. O discurso de J.L.S., ao narrativizar essa constituição, configura-se como sendo uma parábola, uma metáfora da destruição da família e da cultura índia. Enquanto sujeito da enunciação que busca persuadir o seu enunciatário das verdades de seu discurso, o menino, ao descrever o agrupamento familiar do qual faz parte, constrói de si a imagem de um sujeito que tem consciência das mudanças irreversíveis que, no decorrer do tempo, estão ocorrendo na cultura índia: o tempo transformou em disfórico o estado do pai, da mãe, das irmãs (que ele vê “embranquecer” sem resistência) e o dele.

Em seu discurso, o menino se representa duas vezes envolvido com a “morte”: como adolescente que está em mudança (“morte” do “menino”/nascimento do adulto) e como indígena que vê “morrer” sua cultura representada na família (= povo índio), para ver surgir outro modo de ser, uma outra “identidade” quase que destituída de traços de indianidade, sem que ele nada possa fazer (“*sou como posso ser*”) a respeito disso. Da forma como J.L.S. descreve seus pais, suas irmãs e a si mesmo emerge a imagem de uma família cujo simulacro parece não representar mais a primitiva constituição familiar indígena.

E.J.S. descreve de forma diferente o seu agrupamento familiar. Ao narrar a história de sua família (e conseqüentemente a sua), a menina busca construir o simulacro de uma família unida, cujos sujeitos cooperam entre si para alcançarem melhores condições de vida e conseguem “vencer na vida”. A maneira como ela discursiviza a trajetória desse conjunto de sujeitos se assemelha a um “romance com final feliz”. São sujeitos que inicialmente enfrentam dificuldades extremas, lutam para mudar a situação em que se encontram e conseguem vencer a “miséria” por esforço e méritos próprios (“lutamos e vencemos a miséria”). A adolescente, ao assumir-se como sujeito da enunciação, sabe ser seu enunciatário um não índio que provavelmente conhece as condições de vida de muitas famílias indígenas, as quais, para sobreviverem, dependem de programas assistenciais de governo ou vivem a pedir “pão” (comida) e roupas pelas ruas da cidade.

Assim, ao retratar esse pequeno agrupamento familiar do qual faz parte, ela não descreve individualmente cada elemento, ou quantos são os irmãos e irmãs, nem qual a atividade do pai, enfim, não cita características específicas de qualquer um deles. Trata-se de uma família indígena como tantas outras que hoje habitam na Reserva, mas com um diferencial: eles são vencedores. Por isso, seu discurso busca construir o simulacro de uma família em que valores como a união, a persistência, a coragem (para lutar), a disposição para o trabalho são características que o compõem. É uma imagem que se constrói por oposição à de muitas outras famílias indígenas que não conseguem vencer as dificuldades advindas do contato intenso e constante com os não índios e vivem na mendicância. Além disso, ao discursivizar os componentes de sua família como sujeitos realizados (no sentido semiótico do termo), E.J.S. quer *fazer-creer* ao seu enunciatário que a imagem negativa do índio, de incapacidade, de preguiça, é falsa, já que os não índios “[...] tendem a estigmatizar o silvícola como indolente por natureza e economicamente incapaz” (SCHADEN, 1974, p. 54).

Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2005, p. 25-36.

_____. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 187-213.

_____. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1997.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. A noção de texto na semiótica. *Organon*. Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 163-173, 1995.

_____. *Elementos de análise do discurso*. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Pragmática. In.: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 161-181.

_____. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. *DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v.15, n. 2, p.177-207, 1999.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Trad. Michel Arrivé. São Paulo: Humanitas, 2001.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et. al. São Paulo: Cultrix, [s.d.].

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LANDOWSKI, Eric. *Presenças do outro: ensaios de sociosemiótica*. Trad. Mary A. L. de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PIETROFORTE, Antônio Vicente. *Análise do texto visual: a construção da imagem*. São Paulo: Contexto, 2007.

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974.

AS RELAÇÕES DO SUJEITO E DO PODER NA MÍDIA NACIONAL E LOCAL: IDENTIDADE E DISCURSO

Vânia Maria Lescano Guerra
Mateus Cruz Maciel de Carvalho

O que dá consistência ao universo à nossa volta não é a aparente solidez dos materiais efêmeros com que se constroem os corpos. Mas é a chama de organização que, desde a origem, perpassa pelo mundo e nele se propaga. (Teilhard de Chardin, 1986, p. 126).

Introdução

A crise na segurança pública ganhou recentemente espaço de discussão na sociedade brasileira, ora em primeiro lugar, por remeter às ações de um grupo identificado como PCC (Primeiro Comando da Capital) que age pelas margens da nação; ora em segundo lugar, pelo conjunto formado entre as ações daquele grupo com a atitude da mídia impressa brasileira. Esses acontecimentos recuperam-se com extrema identificação: embora os contextos de cada discurso sejam diferentes, tratam-se das mesmas formações discursivas (segurança *versus* criminalidade; punição penal *versus* Direitos Humanos; exclusão *versus* ressocialização). De acordo com “A arqueologia do saber” (1969/2004) de Michel Foucault, é possível compreender que a

formação discursiva não desempenha o papel de uma figura que para no tempo e o enregela por décadas ou séculos; ela determina uma regularidade própria a processos temporais; coloca princípios de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outra série de acontecimentos, de transformações, de mutações e de processos. Não há uma forma intemporal, mas um esquema de correspondência entre diversas séries temporais (p.92).

Nosso intuito¹ é justamente o de propor uma relação entre esses acontecimentos cercados pelo tempo, entre publicações na mídia impressa de maio de 2006 e de janeiro de 2007, embora articulem o mesmo “problema”: a crise da segurança e a ascensão do crime organizado, no que tangem às identidades transgressoras, isto é, sujeitos que cometeram crimes contra a sociedade em que estão inseridos. Para isso, dispomos de enunciados do jornal impresso de circulação nacional “Folha de São Paulo” e do jornal impresso sul-mato-grossense “Correio do Estado”, os quais nos permitem mobilizar o cotejo no que se referem, ainda, às rebeliões e tentativas de fuga de seus “arquibancas” (Fernandinho Beira Mar, Juan Carlos Abadia), do presídio de Campo Grande (MS).

Sabemos que os meios de comunicação e de informação, nas sociedades contemporâneas, têm provocado uma série de mudanças na constituição subjetiva dos sujeitos, a partir das formas como estes se relacionam com o contexto social e histórico em que vivem. Novas formas de ver, sentir e ser decorrem das mudanças na relação dos indivíduos com o conhecimento e a informação, com as novas relações tempo/espaço, com a presença marcante da informação, do espetáculo do terror e da imagem no mundo atual. Pensamos e somos aquilo que os discursos constroem e autorizam num determinado tempo e espaço. Produzimos discursos e, ao mesmo tempo, também somos por eles produzidos. Vivemos numa realidade fluida, fragmentada – a “instantaneidade do tempo” (BAUMAN, 2001, p. 147) vivência que, nos dias atuais, nos conduz a um “território não mapeado e inexplorado”, onde a maioria dos hábitos aprendidos para lidar com os afazeres da vida perdeu sua utilidade e sentido.

Com este estudo, pretendemos contribuir para os estudos da linguagem e sua manifestação em contextos institucionalizados, bem como problematizar o lugar do leitor e da subjetividade e dos discursos midiáticos, a partir da ótica do crime e da transgressão. Nessa direção, buscamos interpretar as páginas do jornal sul-mato-grossense “Correio do Estado” e o jornal de circulação nacional “Folha de S. Paulo”, observando de que modo é designado e representado o acontecimento que trata de cenas de violência comandadas por grupos paramilitares e pelo crime organizado.

1 Parte integrante do Relatório Final do Projeto de Pesquisa intitulado “Um estudo das identidades transgressoras: a violência nas mídias de Mato Grosso do Sul e de circulação nacional”, com o apoio de dois bolsistas do PIBIC/CNPq-UFMS (2008-2010).

Tomamos o ponto de vista transdisciplinar (ORLANDI, 2007; CORACINI, 2007) que subsidia os métodos e os princípios analíticos a partir das concepções de enunciado, acontecimento, arquivo e memória (FOUCAULT, 2004). Nossa discussão do regime das formações discursivas no discurso da mídia pauta-se entre reparações legais que visam à integração do sujeito à margem da sociedade e discursos de autoridade, populares, do aparelho jurídico sob apropriação da mídia, que requerem a completa expurgação das identidades transgressoras do convívio social, em decorrência do efeito do terror no espetáculo da escrita midiática (GREGOLIN, 2003). Além disso, os sujeitos encontram-se enredados em relações de poder que compreendem todo “um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos” (FOUCAULT, 2004, p.177).

Tais relações ocorrem tão sutilmente que sequer são percebidas pelos sujeitos, que contribuem para acentuá-las e reproduzi-las por meio dos discursos. A esse respeito temos algumas indagações: que imagens sobre o discurso midiático e, especialmente, sobre o jornal impresso atravessam os dizeres dos leitores no tocante à violência e à transgressão? Como essas imagens incidem nos modos de subjetivação desses leitores, atravessados continuamente por relações de poder? Na contemporaneidade, que lugar ocupa o jornal impresso, de circulação nacional e local, na construção da violência?

Neste trabalho partimos da premissa de que os *mass media* não só incorporam elementos da realidade, mas também, (res)significam essa mesma realidade podendo ou não reforçá-la. Sustentado e legitimado pela repetição, pelo lugar do jornal, o discurso midiático na atualidade aponta para deslocamentos na subjetividade. Nessa esteira, analisamos as imagens ligadas ao espetáculo que a mídia constrói do crime organizado e da violência; discutimos e problematizamos as relações de poder, que afetam a subjetividade, conformadas nesses enunciados, a partir da mídia regional e nacional; apontamos os interdiscursos que atravessam a produção discursiva da mídia tendo por tema os ataques do PCC à sociedade, em maio de 2006, no intuito de relacioná-los à constituição de um dispositivo estratégico obediente a *regimes de verdade*.

Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa

Procuramos fundamentar nossa análise numa bibliografia pertinente ao tema para pensarmos os meios de comunicação de massa como um lugar de construção de memória. A partir

do lugar e da forma como essa memória é construída, tentamos verificar o lugar estratégico que os *mass media* ocupavam (e ocupam) na sociedade, seja como formadores de opinião, seja como lugar de referência da memória popular.

A coleta e a análise/discussão dos dados utilizaram distintos procedimentos, que partem de uma representação das condições e do processo de produção do discurso e considerarão formações discursivas e formações ideológicas (Cf. CORACINI, 1991, p. 338-9), além de interdiscursos advindos do discurso oficial, do discurso político, do discurso jornalístico, do discurso didático, do discurso jurídico etc. Também a noção de acontecimento discursivo, reconfigurada por Foucault, em “A arqueologia do saber” (1969/2004; 1990), torna-se um princípio teórico-metodológico com o qual é possível abordar o discurso na sua irrupção e no seu acaso, ou seja, despojá-lo de toda e qualquer referência a uma origem supostamente determinável ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas.

Foucault (1996) afirma que o discurso é regrado, possui leis internas. Esse filósofo identifica três grandes sistemas de exclusão do discurso: a “palavra proibida”; a “segregação da loucura” e a “vontade de verdade”. Acreditamos que o mais evidente deles seja a “palavra proibida”, pois “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (p. 09). A estrutura da sociedade impõe regras do que pode ou não ser dito de acordo com a posição que o sujeito ocupa nela. Tomamos, neste estudo, o discurso como a palavra em movimento, uma prática social: o discurso está à disposição de todos os sujeitos, que, para usá-lo, devem apenas seguir algumas regras: “ninguém estará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências” (FOUCAULT, 1996, p. 37). Essas regras mostram que o discurso deve ser consoante à posição ocupada pelo sujeito na sociedade.

Para isso, consideramos aqui o enunciado como a unidade mínima de um discurso. Um enunciado, quando produzido, retoma outros enunciados e inclusive ele mesmo, pois tudo já foi dito. Sua significação se dá no momento sócio-histórico da produção, levando em consideração também tudo o que está exterior à língua. O que há de novo em enunciado não é sua materialidade linguística, mas sim o acontecimento que o fez surgir novamente (FOUCAULT, 1996). Pensando assim, o que há de novo é a enunciação que se caracteriza como um re-enunciar, que é “reviver” um enunciado já produzido em outro momento sócio-histórico. O enunciado, portanto, é o produto e a enunciação o processo.

O arquivo, na concepção de Foucault (2004, p. 147), é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como singulares”. Como se sabe, um enunciado sempre traz outros enunciados, retomando sempre outros e outros já produzidos. Essa é a concepção que temos de arquivo: um emaranhado de enunciados relacionados a determinado assunto. Nessa visão, arquivo e memória estão intrinsecamente relacionados, pois o arquivo constitui a memória.

Se pensarmos na questão dos já-ditos, chegaremos ao conceito de heterogeneidade constitutiva do sujeito e do discurso proposto por Authier-Revuz (1990). A autora, fazendo referência a um texto de Bakhtin, afirma que “somente o Adão mítico, abordando com sua fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento de já dito na fala de outro” (1990, p. 27). Assim, todos os discursos que vieram depois do “discurso adâmico” são heterogêneos e carregam outros discursos. A “heterogeneidade mostrada” que inscreve o outro no discurso por meio de discurso direto, aspas, formas de retoque ou de glosa, discurso indireto livre e ironia, é capaz de colocar, a qualquer momento, o enunciator distante de sua língua e de seu discurso. A “heterogeneidade constitutiva” mostra que “toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito e que este ‘é mais falado do que fala’” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26).

O sujeito, ou o autor – como diz Foucault (1996, p. 26) –, é o “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”. É nítida, portanto, a importância do sujeito produtor do discurso para a análise e produção dos sentidos. Expostas as teorias que fundamentam esta pesquisa, podemos afirmar que todo discurso diz respeito aos sujeitos envolvidos na trama discursiva, levando em consideração a situação imediata e o contexto sócio-histórico mais amplo do processo discursivo (ORLANDI, 2001). Pensando assim, cabe-nos trazer alguns dados do amplo contexto do acontecimento da megarrebelião de 2006 e que propiciaram a irrupção de discursos midiáticos que representaram o crime organizado e construíram a opinião pública sobre os transgressores pela influência que a mídia exerce na sociedade.

Em maio de 2006, foi instalada uma guerra na cidade de São Paulo que teve como estopim a transferência de presos líderes do PCC para o presídio de Presidente Venceslau, no interior de São Paulo, fato que gerou a rebelião instalada em 73 presídios deste estado, e

propagou-se por mais alguns estados como Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, causando um “efeito dominó”. Depois dessa transferência dos presos líderes do PCC, começaram os ataques da facção criminosa a ônibus, delegacias policiais, presídios. A Segurança Pública, por sua vez, tentava controlar os ataques; era como se houvesse uma guerra organizada entre esta e os criminosos.

Trazemos algumas palavras sobre a origem do PCC, já que esse grupo foi responsável pelo acontecimento que gerou os discursos que analisamos aqui. A partir das informações veiculadas pelo artigo publicado no Jornal “Zero Hora”, do Rio grande do Sul, no dia 23 de julho de 2006 e também pelo site do PT do Rio Grande do Sul, em 24 de julho de 2006, sabe-se que, em 1993, no Anexo “Casa de Custódia de Taubaté”, surgiu o grupo PCC como uma resposta aos presos que eram espancados com barras de ferro, cujo estopim foi o massacre do dia dois de outubro de 1992 no Carandiru, quando 111 presos foram executados. A primeira reivindicação do PCC era o fim das surras com barras de ferro, que não foi atendida pelas autoridades. Algum tempo depois, o governo de São Paulo implantou o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) sem ampla discussão dos seus aspectos legais, fato este que foi o ponto de partida da guerra entre o PCC e a Segurança Pública.

Como resposta à criação do RDD, o PCC, no ano de 2001, parou dezenas de presídios, alegando que não haveria mortes nem fugas no movimento e que só queriam ser ouvidos. A resposta do governo a esses atos ilegais foi a “Operação Castelinho”, e 12 pessoas foram executadas em um ônibus por 53 policiais. Nesse momento a guerra aumentou e, a cada atitude de um dos lados, uma resposta do outro era enviada, causando pânico e terror à sociedade brasileira. Semelhantemente a uma brincadeira ancorada num humor negro exagerado, podemos até relacionar a história de guerra entre o PCC e a Segurança Pública com o behaviorismo de Bloomfield: uma parte dá o estímulo e a outra dá a resposta: essa relação tensa serve para explicar a história dos confrontos entre o PCC (desde seu surgimento até os dias atuais) com o poder estatal.

É relevante ainda dizer que atualmente podemos tomar conhecimento de um fato que aconteceu no Brasil ou em qualquer parte do mundo em questões de minutos por meio dos *mass media*. Mas é bom lembrar que eles não trabalham isolados, precisam de suportes que os ajudem no encaminhamento das notícias, a partir de televisão, rádio, internet, jornais, revis-

tas... Todos esses suportes, parte do mundo pós-moderno, proporcionam à sociedade conhecimento quase que imediato dos fatos. Aliado a essa questão midiática há o fato de o Brasil do século XXI ser um país capitalista que vive a globalização no bojo de uma sociedade de consumo: em um país capitalista, é claro, as instituições precisam de capital para continuar existindo. Enquadrando essa visão à questão midiática e especificamente aos jornais – objeto deste estudo –, para alcançar a venda e a circulação de suas notícias, os jornais (e os *mass media* em geral) utilizam-se de algumas estratégias na direção de provocar o desejo e o interesse, por parte da sociedade, de consumir os produtos e as notícias veiculadas.

A instância midiática de produção de informações, de acordo com Charaudeau (2007, p. 72), tem um duplo papel: “de fornecedor de informação e de propulsor do desejo de consumir as informações”, cuja função ocorre concomitantemente aos jogos de interesse, pois, ao fornecer a informação, o produtor da informação usa estratégias discursivas para produzir o desejo de consumo das informações por parte dos leitores. É pertinente lembrar que o jornal necessita da linguagem para produzir suas informações, e é justamente nela que a mídia encontra suas principais estratégias para conquistar os seus consumidores. Assim, o *lead*, pequena manchete que resume o fato, é uma relevante estratégia que desperta o interesse do leitor de consumir as informações contidas no jornal.

Por trazer a informação à sociedade, o discurso midiático é visto como o detentor do saber; aquele que detém o “conhecimento” e o propaga na sociedade. O saber carrega consigo o poder: “o discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder pela autoridade que o saber lhe confere” (CHARAUDEAU, 2007, p. 70). Posto isso, fica clara a importância da mídia na sociedade, pelo fato de que constrói a opinião pública por meio das notícias, colabora na construção da história: faz circular um saber na sociedade e ajuda a construir a memória social.

Dadas as teorias que embasam este trabalho e as considerações sobre o discurso do PCC e da mídia, cabe-nos trazer alguns dados históricos sobre a “Folha de S. Paulo” e o “Correio do Estado”, o que faremos no item, a seguir, juntamente com a análise e discussão dos dados coletados para esta pesquisa, na direção de problematizar esse discurso midiático, no que tange ao acontecimento da megarrebelião de maio de 2006, sob a assunção do PCC. No intuito de localizar, por meio da materialidade linguística, a sociedade, no momento da megarrebelião,

este trabalho investiga a língua em funcionamento, como uma prática social, mediadora das relações sociais e de poder, a partir dos efeitos de sentido entre interlocutores, qual seja, examina a língua sob a ótica do discurso.

Análise e discussão dos dados

São analisados recortes extraídos da “Folha de S. Paulo” e do “Correio do Estado”, jornal sul-mato-grossense, com o objetivo de se chegar, por meio da problematização dos enunciados dessas duas instituições midiáticas, ao lugar ocupado pela sociedade na guerra entre crime organizado e segurança pública e à construção da identidade do transgressor.²

No propósito de contextualizar o objeto deste estudo, afirmamos que o jornal que hoje é conhecido como a “Folha de S. Paulo” teve sua origem em 1921, quando foi criada a “Folha da Noite”, por Orival Costa e Pedro Cunha. Em 1925 é lançada a “Folha da Manhã”, edição matutina da “Folha da Noite”. Em 1945, o controle acionário passa para as mãos de José Nabantino Ramos e a imparcialidade é adotada como política redacional. No ano de 1949 é lançada a “Folha da Tarde”. No ano de 1960, os três títulos se fundem e formam o jornal “Folha de S. Paulo”. Dezesesseis anos após o surgimento da “Folha de S. Paulo”, esse jornal desempenha um papel decisivo no processo de redemocratização do Brasil, pois abriu suas páginas ao debate de ideias que fervilhavam na sociedade civil. No ano de 1992, o empresário Octávio Farias de Oliveira passa a deter a totalidade do controle acionário da companhia e, em janeiro, a “Folha” se consolida como o jornal de maior circulação paga aos domingos, como média de 522.215 de exemplares. No ano seguinte, os três jornais do grupo “Folha” atingem uma circulação média diária de 560 mil exemplares e mais de 700 mil aos domingos, a maior do país.

Diante disso, propomos um enunciador **E**, que é mobilizado a partir dos excertos que recortamos (**1**, **2**, **3**), tendo em vista as relações de força, no que diz respeito à perspectiva foucaultiana, já explicitada neste trabalho, cujo pensamento se baseia, especialmente, na ne-

2 Uma versão deste texto foi apresentada por ocasião da “V Semana de Letras: linguagem, cultura e diversidade” e do “V Seminário de Pesquisa do Mestrado em Letras”, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPTL), por seus autores, no dia 24 de setembro de 2010.

cessidade de despojar o discurso de toda e qualquer referência a uma origem supostamente determinável ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas. Vale notar que há marcas de regularidade no arquivo em análise, tais como a luta pelo poder, as relações de força entre PCC e Segurança Pública, e suas implicações sociais envolvidas nesse fogo cruzado, o que pode ser verificado já no primeiro recorte, na notícia veiculada no dia nove de junho de 2006 pela “Folha de S. Paulo”, um mês após o acontecimento dos ataques à capital paulistana:

E 1 - Presos **ligados** ao PCC de ao menos 40 unidades prisionais de São Paulo mantiveram nesta sexta-feira a chamada “rebelião branca”. Em uma demonstração de força, eles têm se **recusado** a deixar as prisões para participar de audiências judiciais nos fóruns (Folha de São Paulo, 09/06/2006).

É passível de investigação que o item lexical “ligados” (os grifos nos recortes são nossos), em **E 1**, exerce relevante papel na mobilização dos sentidos dessa notícia. Segundo o dicionário Houaiss (2008, p. 1756), “ligado” significa “posto em contato; unido, junto, pegado”. Pensando assim, “ligados” vem nomear quem são os autores da “rebelião branca” nas, aproximadamente, 40 unidades prisionais do estado de São Paulo. Eles não são considerados quaisquer presos, são pertencentes (“ligados”) ao PCC. O fato de nomeá-los como ligados ao PCC faz com que a sociedade crie uma imagem desses infratores pela memória discursiva, ou melhor, pelo arquivo (FOUCAULT, 2004), que tem do PCC, e construa assim uma representação social desses transgressores. A imagem que a sociedade tem dos transgressores é aquela que foi construída pela mídia no decorrer da história. Conforme foram ocorrendo os acontecimentos envolvendo o grupo (seu surgimento em 1993, a manifestação em 2001, a megarebelião do dia das mães em 2006, entre outros acontecimentos), a mídia representava essa facção criminosa dando-lhe traços identitários e construindo a opinião da sociedade sobre os integrantes desse grupo. Dentre os traços identitários, cabe-nos mencionar o poder, a organização, a força que o grupo tem quando mede força com a segurança nacional, a ponto de parar a cidade de São Paulo por meio da violência, conforme pode ser comprovado ao longo da história contemporânea sobre o PCC.

Sobre o trecho de **E 1**, “Em uma demonstração de força, eles têm se **recusado** a deixar as prisões para participar de audiências judiciais nos fóruns”, pode-se dizer que há uma ruptura no

imaginário da sociedade, uma quebra de expectativa, no que se refere ao fato de estar havendo luta, relações de conflito, entre os criminosos e os representantes da Justiça. Isso porque tal fato vem na contramão da Lei: essa demonstração de força dos criminosos constitui uma afronta ao poder judiciário, resistência que leva a sociedade a (re)pensar a imagem que tem da Segurança Pública e dos criminosos do PCC, diante da (res)significação dessas discursivizações. É relevante pensarmos no contexto sócio-histórico em que esse discurso irrompeu: a maior rebelião da história do Brasil havia acabado recentemente e a sociedade ainda estava aterrorizada diante do que havia acontecido: ônibus queimados, policiais e bandidos mortos, presídios destruídos, delegacias de polícias baleadas...

Essa imagem veiculada pela mídia deixa escapar sentidos outros que vão construindo uma determinada imagem e representação do PCC no que concerne à organização disciplinada e consciente de seu papel e de sua força, no bojo da sociedade civil.

O recorte seguinte, **E 2**, assim como o anterior, da mesma notícia, traz alguns itens lexicais importantes para a produção de sentidos.

E 2 - A Folha apurou que o **boicote** é uma forma de pressionar o Estado a mudar a forma de tratamento dada aos chefes do PCC (Primeiro Comando da Capital). “**Eles querem que os líderes voltem às penitenciárias e não tenham regime diferenciado**”, disse um agente que não se identificou (Folha de São Paulo, 09/06/2006).

Nos dois enunciados (**E1** e **E2**), algumas formas linguísticas marcam a resistência, por parte dos presos, ao poder do Direito. Essas formas linguísticas são: “eles têm se **recusado** [a] (...) participar de audiências judiciais nos fóruns”, em **E1**, e “o **boicote** é uma forma de pressionar o Estado”, em **E 2**. O item lexical “boicote”, segundo Houaiss (2008, p. 478) significa, na sua terceira acepção, “esquiva coletiva ou individual a qualquer atividade a que se tenha sido convidado”. De acordo com o enunciado, tem-se uma esquiva coletiva a uma atividade, porém uma atividade a que os detentos eram convocados, e não convidados. Foucault (1990) afirma que “onde há poder, há resistência”. A resistência dos criminosos ao poder do Estado, em **E 1** e **E 2**, vem provocar um desconforto geral, um sentimento de insegurança e medo na sociedade, pois nunca se sabe quando o poder da “resistência” (PCC) pode se tornar mais forte do que o poder da “segurança” (Estado).

Prosseguindo o foco analítico, verifica-se que no trecho, “é uma forma de **pressionar** o Estado”, o item lexical “pressionar”, que segundo Houaiss (2008, p. 2293) significa “fazer pressão sobre (alguma coisa); comprimir, apertar, calcar”, tem seu significado deslocado. Isso porque fica marcado linguisticamente que os criminosos estão buscando formas de alcançar seus objetivos por meio do poder que detêm, num exemplo claro de luta pelo e entre poder(es) travada por dois grupos, em que, de um lado estão os criminosos do PCC e, de outro lado, as autoridades repressoras e o Estado. Em **E 2**, podemos notar o que Authier-Revuz (1990) chama de “heterogeneidade mostrada”. Essa estratégia discursiva insere o outro no discurso (nesse caso marcado pelas aspas e pelo discurso direto) e é capaz de colocar o enunciador distante de seu discurso. Aqui o autor do discurso delega a voz a outro sujeito, isentando-se, assim, da responsabilidade daquilo que foi dito (“Eles querem que os líderes voltem às penitenciárias e não tenham regime diferenciado”, **disse** um agente), num mecanismo de controle desse já-dito.

Foucault (1996) fala-nos que a “doutrina”, um mecanismo de controle dos discursos, liga os indivíduos a certos tipos de discursivizações e interdita-lhes todos os outros, mas, em reciprocidade, serve-se de determinados tipos de discursivizações para ligar indivíduos entre si, e dessa forma os distinguir de todos os demais. Em **E 2**, pode-se notar que os transgressores seguem um posicionamento que os ligam a determinadas enunciações e lhes interdita outras. O discurso dos integrantes do PCC tem marcas próprias e, por isso, é diferente de todos os outros discursos que circulam na sociedade; a doutrina do PCC é diferente de todas as outras doutrinas, uma vez que elas são, por princípio, diferentes entre si. Em uma doutrina, a única condição que se requer é o reconhecimento das mesmas verdades e da conformidade com determinada regra, de relativa mobilidade, numa aceitação dos discursos tidos como “validados” (FOUCAULT, 1996). Em **E 2**, “A Folha apurou que o **boicote** é uma forma de pressionar o Estado a mudar a forma de tratamento dada aos chefes do PCC”, é nítido que os integrantes do PCC participam do “boicote” porque seguem a doutrina do PCC, e isso porque reconhecem as mesmas verdades e aceitam suas regras internas, logo estão em conformidade com os discursos da doutrina/facção criminosa.

O enunciado, a seguir, recorte da notícia veiculada pela “Folha de S. Paulo” no dia 23 de maio de 2006, dias depois dos ataques, traz novamente a “heterogeneidade mostrada”

(AUTHIER-REVUZ, 1990) e, além das aspas, o enunciador mobiliza o discurso indireto livre, em que não há ruptura da ordem sintática da enunciação.

E 3 - A megaoperação de violência realizada pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) **intensificou** o sentimento de insegurança entre os paulistanos. Com medo dos ataques que se espalharam por diversos pontos do Estado, **muitos alteraram suas rotinas evitando sair de casa à noite**, por exemplo. Para Mário Baptista de Oliveira, gerente-geral de segurança privada do Grupo Protege, os paulistanos devem voltar a agir como faziam antes dos ataques. “São Paulo é uma cidade violenta e seus moradores devem estar sempre atentos. No entanto, não há motivos para pensar que as ações do PCC vão aumentar os índices da violência”, afirma (Folha de São Paulo, 23/05/2006).

E 3 constrói aqui uma imagem dos integrantes do PCC para a sociedade, ao delegar a eles, por meio da expressão passiva “realizada pelo PCC”, a autoria da “megaoperação” de violência em diversos pontos do Estado de São Paulo. Vemos, portanto, que a mídia desempenha um papel de criadora de opiniões e produtora de identidades sociais, ao trazer a autoria dos ataques atrelada às expressões “medo” e “insegurança”, numa constatação de que “muitos alteraram suas rotinas evitando sair de casa à noite”. Atentos à materialidade linguística do texto, ainda examinamos em **E 3** o seguinte trecho: “a megaoperação de violência realizada pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) **intensificou** o sentimento de insegurança entre os paulistanos”. O item verbal que nos chama a atenção é “intensificou”, que significa “tornou mais forte, mais intenso” (HOUAISS, 2008, p. 1631). O uso desse verbo no tempo passado vem (res)significar que já havia esse sentimento mesmo antes da onda de violência, e a megaoperação o intensificou, tornou-o mais forte ainda, o que implica uma crítica ao governo da cidade, já que os cidadãos pagam seus impostos e têm direito à segurança/proteção.

Interessante notar que **E 3** traz em sua materialidade linguística alguns itens lexicais que, no enunciado, pertencem ao mesmo campo semântico e contribuem para a produção de sentido por parte dos leitores do jornal, numa construção da imagem negativa da transgressão, a saber: insegurança; medo; ataques; cidade violenta; índices de violência. Esses vocábulos carregam consigo uma carga negativa e, quando utilizados nesse acontecimento discursivo específico (a maior rebelião da história do País), os efeitos de sentido são multiplicados, ou seja,

a insegurança e o medo na sociedade chegam a situações alarmantes e incontroláveis, numa demonstração de força do poder e da doutrina do PCC.

O enunciado que segue, recorte da mesma notícia anterior, vem reafirmar o conflito armado e o jogo de interesses do crime organizado de 2006:

E 4 - Segundo o especialista [Mário Baptista de Oliveira], a recente onda de ataques está ligada a negociações entre a facção e o poder público. Por isso, o PCC não tem seu interesse voltado a roubar carros, sequestrar pessoas ou matar aqueles que não têm qualquer relação com as negociações. **“Este cenário, no entanto, pode mudar futuramente, caso as duas partes não consigam se entender”, alerta o especialista.** Por ora, afirma, este não é o caso (Folha de S. Paulo, 23/05/2006).

A luta entre a facção criminosa e o Estado é o fio de regularidade que perpassa esse discurso da “Folha de S. Paulo”. Em **E 4**, mais uma vez esse fio discursivo se apresenta, agora de maneira mais forte, proporcionando um maior impacto à notícia. Isso porque é discursivizado que a facção criminosa está negociando com o poder público, e, no imaginário social, o poder público não negocia, mas detém o poder e o exerce na sociedade e sobre os criminosos. Para isso, o discurso da “Folha de S. Paulo” traz a voz de Mário Baptista de Oliveira, perito em segurança, com o intuito de que seu discurso tenha maior credibilidade, pois quem fala é um especialista na área e, por isso, tem o saber, já que ocupa uma posição que lhe permite dizer e, por isso, é conferido ao seu discurso um “valor de verdade” (FOUCAULT, 1996). Já no início de seu discurso, ele quer tranquilizar a sociedade ao afirmar que a luta é entre a facção criminosa e o poder público, e que a sociedade civil não é o centro de interesses dos criminosos. Porém, no final de sua fala, ele alerta que “este cenário, **no entanto, pode mudar** futuramente”. A oposição às ideias anteriores começa a ser mobilizada pelo uso do operador contrastivo “no entanto” que vem corroborar a expressão verbal modalizada por “pode mudar”. Esses itens lexicais rompem com a orientação argumentativa que o discurso vinha apresentando e produzem alguns efeitos de sentido, especialmente se pensarmos no restante da fala do especialista que veicula a oração condicional “**caso** as duas partes não consigam se entender”.

Em **E 4**, podemos ver o que Authier-Revuz (1990, p. 29) chama de “discurso relatado direto”. No enunciado, “o fragmento citado, (...) nitidamente delimitado na cadeia discursiva,

é apresentado como objeto; é extraído da cadeia enunciativa normal e remetido a outro lugar: aquele de um outro ato de enunciação”. O discurso do especialista é usado pelo escritor da matéria e, portanto, é extraído do seu ato de enunciação e incorporado em outro. Como já foi dito, as palavras de um especialista na área trazem maior credibilidade a um discurso pela sua posição social e por seu saber que lhe confere poder (CHARAUDEAU, 2007), assim a discursividade veiculada pela “Folha de S. Paulo” confere ao discurso autoridade ao mesmo tempo em que vem desestabilizar, emocionalmente, os cidadãos, ao mobilizar a imagem dos transgressores como organização poderosamente organizada.

Os próximos enunciados, extraídos do jornal “Correio do Estado”, vêm reafirmar a guerra entre o crime organizado e a Segurança Pública. Esse jornal é considerado o líder de venda no Estado de Mato Grosso do Sul, com uma tiragem de 20 mil exemplares, daí a nossa escolha como objeto deste estudo. Fundado em sete de fevereiro de 1954, em Campo Grande, MS, o jornal “Correio do Estado” nasceu vinculado ao grupo político integrante da União Democrática Nacional (UDN). Em 1957, devido à crise financeira e desinteresse dos proprietários, a direção do jornal passa para o gerente José Barbosa Rodrigues que inicia uma nova fase do periódico, redimensionando o jornal e consolidando-o no mercado, sendo o mais antigo diário de Campo Grande com circulação ininterrupta.

Em **E 5**, como se pode verificar, o excerto retirado da notícia do dia 15 de maio de 2006, três dias após os ataques do PCC à capital paulistana, procura informar sobre o número de assassinatos, numa espetacularização da mídia:

E 5 - Ao menos 14 pessoas - entre eles policiais militares, civis, guardas civis - foram assassinadas em São Paulo entre a noite de sexta-feira (12) e a madrugada deste sábado. A série de ataques **seria** uma **resposta** do PCC (Primeiro Comando da Capital) à decisão do governo do Estado de isolar líderes da facção criminosa (Correio do Estado, 15/05/2006).

Em **E 5**, o uso do futuro do pretérito do verbo “ser” isenta o “Correio do Estado” da responsabilidade da informação, já que esse tempo carrega consigo um valor de incerteza. Com isso, os sentidos ligados à incerteza/ao desconhecimento, por parte da instância midiática, sobre a real causa dos ataques do PCC, aliado ao item lexical “resposta”, denunciam que os assassinatos e a série de ataques feitos pelo PCC [talvez] tenham sido uma resposta à atitude do

Estado. Tal relação de estímulo/resposta, já mencionada neste texto, aparece no enunciado e parece ser uma estratégia desse discurso midiático também. Toda a história do PCC é perpassada pela relação de aparente estabilidade “lógica” com que a mídia noticia os fatos ocorridos entre a organização criminosa e as autoridades policiais e políticas envolvidas.

O discurso de **E 5** introduz as falas da autoridade, como voz legitimada para falar a partir do conhecimento que tem dos dados estatísticos sobre o ocorrido: “Ao menos **14 pessoas** foram assassinadas”. Conforme Maingueneau (1993, p.86), o que se enuncia passa por verdadeiro, pois não é apenas o locutor que diz, mas produz um outro para dizer, embora seu dizer com o dele se mescle. Assim, o que está silenciado, mas indiscutivelmente se materializa também nessa fala de **E 5**, é que as autoridades policiais e políticas são incapazes de combater efetivamente a impunidade, isto é, a matriz é a falência do Estado (“A série de ataques seria uma resposta do PCC à **decisão do governo do Estado** de isolar líderes da facção criminosa”). E, ao descrever o ato contra a organização, **E 5** abre um espaço de disputa dentro da formação discursiva da mídia regional. Embora sua ideologia seja bem definida quanto à sanção da transgressão (dos assassinatos e dos ataques), também deixa rastros da espetacularização do terror, em consonância com os numerais aliados à expressão “ao menos”: “**Ao menos 14** pessoas foram assassinadas”. Acrescenta-se a isso a (res)significação do enunciado “A série de ataques **seria** uma **resposta** do PCC”, em que o fato noticiado passa a ocupar um espaço de maior destaque na mídia, na sociedade, na história. Aqui a identidade transgressora emerge como “organização criminosa”, cujas formações discursivas são perpassadas pelo sensacionalismo e pela espetacularização da violência, enquadrada por meio da linguagem e da lógica mercadológicas. Há também a construção de um imaginário sobre a violência que inspiraria e orientaria políticas públicas que estaria relacionado às tentativas legitimadoras do Estado, e a constatação crítica da sua falência no efetivo combate à transgressão social.

No último excerto analisado, extraído do “Correio do Estado”, do dia 12 de maio de 2006, temos a veiculação de informações referentes ao “efeito dominó”, quando as penitenciárias paulistas se encontravam em poder do comando do PCC, após a transferência dos seus principais líderes e demais integrantes:

E 6 - Detentos de duas penitenciárias do interior de São Paulo mantêm **24 reféns** desde a tarde desta sexta-feira. Não há informações sobre feridos ou reivindicações. O movimento

ocorre horas após uma **megaoperação** de **transferência em massa** e o término de outra rebelião e paralelo à vinda de líderes do PCC (Primeiro Comando da Capital) para a capital. Na quinta-feira (11), uma **megaoperação** transferiu **mais de 600 detentos** para a recém-reformada P-2 de Presidente Venceslau (620 km a oeste de São Paulo) e **realizou revistas em todas as prisões** de regime fechado. O objetivo seria desarticular a comunicação entre as unidades (Correio do Estado, 12/05/2006).

É pertinente verificar que os operadores quantitativos mobilizados pelos numerais (“**24** reféns” e “mais de **600** detentos”) apresentam-se como estratégias desse discurso midiático regional no intuito de construir uma imagem grandiosa do acontecimento, corroboradas também pelo uso do substantivo “megaoperação” que dialoga com o vocábulo “megarrebelião” (discursivizado em outro momento), para fazer referência à decisão das autoridades de proceder a “revistas em todas as prisões” e à “transferência em massa” com a onda de ataques do PCC. Segundo Houaiss (2008, p. 1815), “Mega (M) é um prefixo do sistema internacional de unidades que indica que a unidade padrão foi multiplicada por um milhão. Este prefixo, adotado em 1960, vem do grego μέγας, significando grande”. Assim, como um mecanismo discursivo de valorização do trabalho das autoridades políticas e policiais, temos o vocábulo “megaoperação”, em **E 6**, que potencializa a cultura da insegurança, do medo/caos que havia tomado conta da capital e do interior paulista, por ocasião da luta travada entre os integrantes do PCC e as autoridades responsáveis pela desarticulação “da comunicação entre as unidades” penitenciárias. Se antes os laços de solidariedade estavam frouxos, agora voltam a ser atados, sob outra forma, em função da experiência compartilhada do medo. As enunciações procuram sempre manter essa relação estreita com o leitor, ora *apocalíptica*, ora *integrada*. Ou seja, a partir do tema da criminalidade organizada pudemos verificar como as cidades brasileiras violentas são apresentadas aos leitores.

Em suma, os quatro enunciados, E 1, E 3, E 5 e E 6, mostram que a mídia de circulação nacional e a de circulação regional, a partir do sensacionalismo e da espetacularização da violência (GREGOLIN, 2003), enquadram o fenômeno a uma linguagem e lógica mercadológicas. Em consonância com essa forma de apreender o sujeito do discurso, afirma-se, também, que toda a objetivação discursiva possui um ponto de vista autoral. Estamos nos referindo ao posicionamento do sujeito sobre a realidade no discurso, a marca de sua subjetividade, ao escolher

aquele item lexical e não outro para articular sua ideia. Diante disso, vale dizer que o jornal nacional e o jornal regional não veiculam a memória pública inocentemente, na medida em que possuem um mecanismo ideológico próprio nos quais os acontecimentos (res)significam, podendo ou não reforçá-los. A notícia no jornal regional, portanto, não é apenas um fenômeno natural que emerge de fatos da vida real, mas é social e culturalmente determinada. Ela é produzida por pessoas que fazem parte de uma rede de relações sociais revelando, portanto, não só as próprias ideologias, mas também as do grupo social a que pertencem. Por maior que seja o controle da narrativa e do discurso as resistências aparecem, pois, sendo esse discurso a expressão do poder, é, por isso mesmo, lugar de resistência, de “insubmissão da liberdade” (SOUZA, 2008).

Considerações finais

Em decorrência de uma multiplicidade de discursos que se imbricam, da lei, da política, da moral, do capitalismo, da espetacularização, só para citar alguns, problematizamos que os discursos analisados neste estudo estariam no entre-lugar da in(e)stabilidade, sendo perpassados por diferentes formações discursivas e subjetividades, ou seja, identidades em construção atravessadas pelas relações sociais de poder. Isso porque a história se movimenta de forma descontínua entre o arquivo e o devir, o que nos leva a considerar que essas “novas” identidades ainda não conseguiram desvencilhar, completamente, dos estereótipos, pelo menos não do modo como essa transformação aparece nos discursos da mídia contemporânea. Nessa perspectiva, os discursos divulgados nos jornais de circulação nacional e regional estabelecem novos sentidos e representações, instituindo assim as condições para formação de novas identidades, ora disciplinadas, organizadas e poderosas, ora caóticas, vitimizadas e marginalizadas; sejam estas ligadas às imagens dos transgressores, sejam relacionadas às marcas identitárias dos políticos ou dos responsáveis pela segurança pública.

Os dizeres desses dois discursos midiáticos revelam ainda a heterogeneidade do que se pautaram as notícias, do discurso político, do discurso jurídico, do discurso popular, do discurso capitalista, que criam uma longa cadeia discursiva. Se os argumentos adiantados têm validade, pode-se afirmar que a fragmentação se constitui em categoria chave para pensar a

transgressão e a própria sociedade brasileira. Transgressão real e representação da transgressão como forma de manifestação de exclusão simbólica e material são fenômenos interdependentes e se constituem em fatores orientadores da ação (ou da sua ausência). Nessa direção, este trabalho nos leva a considerar que a identidade transgressora na mídia também produz ou induz ao medo e isso se imbrica na forma dramática com que a matéria é elaborada. Esse medo pode conduzir ao aumento da desconfiança nas relações intersubjetivas, crescimento da distância social e apoio à prática de justiça informal. Mas acima de tudo, Foucault (2003) destaca que o que sustentava o suplício era a política do medo, reativando o poder.

Diante do que foi exposto, percebe-se que a construção da identidade do transgressor é um processo que está diretamente ligado ao contexto sociocultural no qual ele está inserido (GUERRA; BARBOSA, 2009). Isto não significa que o meio seja o determinante – no sentido rígido da palavra – da configuração de uma identidade, mas ele é sim um forte contingente para que esta identidade se constitua. O processo de aproximação com essa realidade específica nos fez pensar que a constituição da identidade faz menção a um contexto que vai além de espaços da vida cotidiana. Por fim, sabemos que o funcionamento da ideologia na linguagem tem como principal objetivo tornar naturalizado para os participantes o que, na verdade, é de interesse de um grupo social, ou seja, a ideologia leva para o terreno do senso comum, representações sobre o mundo que manifestam o interesse de um determinado grupo ou classe social, como se fosse neutro, universal ou de interesse de todos, segundo Foucault (1996). Trazer essas questões para o ambiente acadêmico é singular, no sentido de promover o debate científico sobre assuntos considerados, ainda, tabus e/ou marginais.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa (s). Trad. Celene M. Cruz e João W. Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Unicamp, n. 19, p.25-42, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CORACINI, M. José R. F. Análise do discurso: em busca de uma metodologia. *D.E.L.T.A.* São Paulo, v. 7, n.1, p. 333-355, fev.1991.

_____. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FOUCAULT, Michel. Method. In: FOUCAULT, Michel. *The history of sexuality: an introduction*, v. 1, Vintage, 1990 [1976], p. 92-102.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Lara Sampaio. 12 ed. São Paulo; Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 5 ed. Trad. de L.M.P. Vassallo. Petrópolis: Vozes, 2003 [1975].

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Neves 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004 [1969].

GREGOLIN, Maria R. V. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

GUERRA, Vânia M. L.; BARBOSA, Leandro Araujo. O crime organizado e a crise da segurança pública brasileira no discurso midiático: aspectos identitários da transgressão. *Revista Interletras*. Dourados: Unigran, v. 2/2009, p. 16-37.

HOUAISS, Antônio. *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Jornal “Correio do Estado”. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 12 de maio de 2006, p. 01.

_____. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 15 de maio de 2006, p. 02.

Jornal “Folha de S. Paulo”. São Paulo, São Paulo, 23 de maio de 2006, p.04, caderno 1.

_____. São Paulo, São Paulo, 09 de junho de 2006, p.07, caderno 1.

Jornal “Zero Hora”. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 23 de julho de 2006, p. 01.

MAINGUENEAU, Dominique *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.

MORAES, D. *Planeta mídia: tendências da comunicação na era global*. 2 ed. Campo Grande: Letra livre, 2000.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

Site do Partido dos Trabalhadores (PT) do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.pt.rs.org.br/>>. Acesso em: 12 maio 2009.

SOUZA, Jefferson B. de. O discurso midiático no fogo cruzado entre grupos transgressores organizados e equipes de segurança nacional: balas perdidas ou tiros certos? Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008.

TEILHARD DE CHARDIN, Pierre. *O fenômeno humano*. São Paulo: Cultrix, 1986.

WHAT CAN A BOOK GIVE US THAT A BLOG OR WEBSITE CAN'T?

Quelciane Ferreira Marucci
Edgar C ezar Nolasco

Todo homem deve ser capaz de todas as ideias e acredito que no futuro será.
(Jorge L. Borges. *Pierre Menard, autor do Quixote*, 1997, p. 58).

O que um livro pode nos proporcionar que um blog ou uma website não pode? A pergunta de Jeff Gomez em seu livro, *Print is dead*, é um tanto complexa, principalmente frente às recentes discussões sobre o livro impresso e o *e-book*, mas é pertinente no que tange à reflexão deste ensaio. No entanto, não devemos negar que há muitos *blogs* e *sites* que oportunizam um espaço para divulga o de obras e autores nas páginas da *web*.

Diante dessas inova es em rela o   literatura e os novos meios digitais, Ana Cláudia Viegas, em seu texto intitulado “A fic o brasileira contemporânea e as redes hipertextuais”, discorre que tais mudanças não são somente “fontes de informa o em si, mas, sim, a intera o entre essas novas práticas de comunica es e as transforma es sociais”.¹ Ou seja, a internet não somente propaga informa es imediatas, mas também, proporciona um espaço no qual os leitores e os autores podem interagir e se comunicar. O *blog* tornou-se um dos meios digitais mais comuns entre os autores para divulgar seus trabalhos. Escritores dos mais variados g neros buscam nessas páginas discutir sobre as obras lidas, tornar público o lançamentos de livro, sejam eles *on-line* ou impressos, e também receber o *feedback* dos internautas que leram tais obras.

1 VIEGAS. *A fic o brasileira contemporânea e as redes hipertextuais*, p. 213.

Dentre os gêneros que possuem uma vasta produção das malhas da rede, podemos destacar: fantasia, horror, terror, ficção científica, etc.

Para mencionar alguns exemplos, o escritor e crítico de ficção científica Fábio Fernandes possui um livro eletrônico intitulado *Interface com o vampiro e outras histórias*, na página da *web* denominada “Overmundo” no ano de 2000. Já o escritor Miguel Carqueija publicou sua obra em *e-book*, *A face oculta da galáxia*, em 2006 no *site* “Casa da cultura.” Também publicou *As Portas do Magma*, no *site* da “Scarium” em 2008, juntamente com o escritor Jorge Luiz Calife, ambos também escritores do gênero de ficção científica.

No entanto, devemos ressaltar que tais gêneros se tornam mais visíveis para aqueles que acompanham as suas atualidades na internet, ou seja, essa literatura é visível aos fãs do gênero. Como afirma Viegas: “a leitura em computador pode ser definida como uma edição, uma montagem singular, através da qual uma reserva de informação possível se realiza para um leitor particular”.² Então, apesar do “fácil” acesso a essas informações bem como aos conteúdos disponibilizados na página da *web* que muitos possuem ao utilizar a internet, somente aqueles interessados nestes assuntos, de fato, leem e fazem uso dessas novas tecnologias.

Ainda na esteira de Viegas, podemos refletir sobre a contribuição do *blog* para a produção da literatura digital. Segundo a autora:

Web (página na *internet*) + *log* (diário de bordo) = “diário íntimo da internet”. Como um diário “íntimo” pode ser exposto na rede para quem quiser acessar, e, além de ler, comentar, rasurar, participando do processo de criação? Se os diários, sempre trouxeram em si um interlocutor, ‘já que toda escrita se dirige a alguém’, agora esse outro, ainda que virtual e desconhecido, se explicita e atualiza o processo ativo de toda leitura.³

Diante do exposto, podemos intuir que, além dos comentários que os autores recebem ao disponibilizarem suas obras nos seus *blogs*, também podem receber propostas de editoras que estão em busca de novos autores. Veiga ainda discorre que a internet passou a ser usada

2 Ibidem, p. 215.

3 Ibidem, p. 223.

como uma “vitrine do texto para o público em geral e/ou editores”.⁴ Portanto, a internet é uma referência quando se trata em encontrar novos autores ou novas narrativas literárias contemporâneas.

Muitos críticos discorrem sobre a possibilidade dos livros eletrônicos substituírem o livro impresso. Sérgio Bellei, por exemplo, relata como o computador pode afetar o livro. Há duas maneiras distintas: a primeira, sem muitas consequências, é simplesmente reproduzir livros impressos no meio eletrônico e apresentá-los na tela. Aqui há até um benefício, pois haveria menos espaço para armazenamento de textos e maior facilidade de acesso. O problema maior poderia ser das editoras e dos donos de livrarias, pois a possibilidade do acesso gratuito a textos facilmente armazenados em tela acabaria diminuindo a procura real dos livros em livrarias. A segunda afeta de forma mais radical, transformando-o em hipertexto.

A primeira situação, ou seja, esse armazenamento do texto impresso na rede é o que podemos denominar também de *e-book*. Afinal, o livro eletrônico não é somente aquele que é produzido *on-line*, mas é também um livro impresso digitalizado e exposto nas bibliotecas virtuais. Segundo Bellei:

Quando [...] transfere um livro para o meio eletrônico, o que ocorre não é a morte do livro, mas a sua transformação: o livro material, por assim dizer, perde seu corpo e se transforma em livro virtual e, simultaneamente, perde algumas de suas características (materialidade, localização como objeto em certos espaços físicos) e ganha outras (imaterialidade, facilidade de acesso).⁵

Porém, o crítico levanta uma questão relevante quanto a essas digitalizações: “como evitar reduplicações, como definir a questão de padrões a serem estabelecidos para a digitação dos textos, como tratar o problema dos direitos autorais?”.⁶ Apesar de se deparar com essas dificuldades para a criação de tais acervos eletrônicos, vale a pena ressaltar a importância dela no decorrer dos anos. Afinal, os livros impressos sofrem, aos poucos, a corrosão do papel por substâncias ácidas, provocando deterioração em acervos muito importantes. Com a transfe-

4 Ibidem, p. 221.

5 BELLEI. *O livro, a literatura e o computador*, p. 41.

6 BELLEI. *O livro, a literatura e o computador*, p. 35.

rência para o meio eletrônico, não haveria problema de corrosão, sem contar que não haveria problema também com o espaço físico, necessário para o armazenamento dos livros em uma biblioteca comum.

Já a segunda modificação discorrida pelo autor é a questão do hipertexto. Bellei postula que os hipertextos são “textos especificamente gerados a partir da nova tecnologia e, na prática e por motivos de ordem principalmente econômica, impossíveis de obter em outros meios”.⁷ Se muitos acreditam que com as novas tecnologias ocorrerá a morte do livro, para o crítico não existirá essa morte, ou seja, não haverá o *fim do livro*, mas sim, *o livro sem fim*. É como o autor denomina o hipertexto: livro sem fim. Portanto:

A definição deixa a desejar na medida em que tenta definir o hipertexto em contraste com noções e preconceitos a respeito do texto impresso: esse é linear e sequencial, o hipertexto multilinear; o leitor do texto impresso segue a rota prevista pelo autor, da primeira à última página, enquanto leitor do hipertexto escolhe seus próprios caminhos.⁸

Apesar da definição de hipertexto vir sempre acompanhada da distinção deste ao livro impresso, é certo afirmar que o meio de comunicação no qual podemos encontrá-lo é, normalmente, em uma tela interativa, ou seja, no computador.

Não podemos negar que nessas produções *on-line*, *e-book* e hipertexto, por exemplo, além de possuírem um caráter cultural, também não deixa de existir, mesmo que em pano de fundo, um caráter de produção de consumo. Ora, quando um livro se encontra disponível em um *site* para a leitura, certamente essa obra está mais ao acesso de todos do que se estivesse somente exposta em uma prateleira de uma livraria. Partindo dessa afirmação, Jameson (2001) relata que essas produções culturais geram produções de consumo e lucro ou vice-versa.

Nos últimos anos tenho argumentado com insistência que tal conjuntura é marcada por uma desdiferenciação de campos, de modo que a economia acabou por coincidir com a cultura, fazendo com que tudo, inclusive a produção de mercadorias e a alta especulação

7 Ibidem, p. 34.

8 Ibidem, p. 44.

financeira, se tornasse cultura, enquanto que a cultura tornou-se profundamente econômica, igualmente orientada para a produção de mercadorias.⁹

Sob a mesma perspectiva de Jameson, Mike Featherstone em seu livro intitulado *Cultura de consumo e pós-modernismo* (1995), discorre que as atividades sociais estão envolvidas pela indústria cultural: “a recepção é ditada pelo valor de troca à medida que os valores e propósitos mais elevados da cultura sucumbem à lógica do processo de produção e do mercado”.¹⁰ É correto afirmar, segundo Featherstone, que a cultura de consumo é vista sob duas óticas: a primeira, considerada positiva, que alguns veem como um “resultado em maior igualitarismo e liberdade individual” e a segunda, vista como “manipulação ideológica e controle ‘sedutor’ da população”.¹¹ Diante dessas proposições, devemos mencionar aqui que a mídia foi e ainda é o meio pelo qual as produções culturais se tornaram também produções mercadológicas/cultura de consumo. Sob a égide de Everaldo Rocha (2004), afirmamos: “Mídia, publicidade *marketing* são instâncias de interpretação da esfera da produção, socializando para o consumo ao oferecer um sistema classificatório que permite ligar um produto a cada outro e todos juntos às nossas experiências de vida”.¹²

O crítico discorre também que as empresas de fato investem nessa produção midiática para que através dela haja mais consumo. Como corrobora a assertiva de Featherstone, ao relatar a questão das mídias serem produtoras de consumo: “a publicidade é especialmente capaz de explorar essas possibilidades, fixando imagens de romance, exotismo, desejo, beleza, realização, comunalidade, progresso científico [...]”.¹³

Percebemos também tais reflexões nos postulados de Douglas Kellner, na obra *A cultura da mídia* (2001). Segundo o autor, “os vários meios de comunicação – rádio, cinema, televisão,

9 JAMESON. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*, p. 73.

10 FEATHERSTONE. *Cultura de consumo e pós-modernismo*, p. 32.

11 *Ibidem*, p. 31.

12 ROCHA. *Comunicação, troca e classificação: notas para uma pesquisa do consumo como sistema cultural*, p. 81.

13 FEATHERSTONE. *Cultura de consumo e pós-modernismo*, p. 33.

música, imprensa e, [acrescentamos a internet] – privilegiam ora os meios visuais, ora os auditivos, ou então misturam os dois sentidos, jogando com uma vasta gama de emoções [...]”.¹⁴

Kellner discorre igualmente as propostas de leitura dos autores já mencionados quanto à mídia ser produtora de cultura. Não obstante, essas novas tecnologias mudam os padrões de vida da sociedade e reorganizam as formas de lazer e também de trabalho, possibilitando um acesso maior ao conhecimento e à informação. Como afirma o autor, “as novas tecnologias do computador substituíram muitos empregos e criaram outros novos, oferecendo novas formas de acesso à informação e à comunicação com outras pessoas e propiciando as alegrias de uma nova esfera pública informatizada”.¹⁵ Ainda na esteira de Douglas Kellner:

A cultura veiculada pela mídia [e outras tecnologias] transformou-se numa força dominante de socialização: suas imagens e celebridades substituem a família, a escola e a Igreja como árbitros de gosto, valor e pensamento, produzindo novos modelos de identificação e imagens vibrantes de estilo, moda e comportamento.¹⁶

Então podemos afirmar que estes meios de comunicação são dominantes e são fontes profundas por contribuir para uma aprendizagem de comportamentos estabelecidos por eles mesmos. Porém, é válido ressaltar que, como menciona Kellner, devemos saber ler e criticar tais meios, assim “poderão aumentar sua autonomia diante da cultura da mídia e adquirir mais poder sobre o meio cultural, bem como os necessários conhecimentos para produzir novas formas de cultura”.¹⁷

Porém, vale a pena salientar aqui que não iremos discutir sobre o desaparecimento do livro com a chegada das tecnologias que abarcam o seu mundo – e que, por sua vez, moldam o seu formato bem como a maneira de lê-lo. Aliás, em nenhum momento cogitamos essa possibilidade, ou seja, o fim do livro, mas sim em uma coexistência dos dois suportes, como aconteceu com o cinema e a televisão; o *e-mail* e a carta, por exemplo. Sabemos que ainda

14 KELLNER. *A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*, p. 09.

15 Ibidem, p. 26.

16 KELLNER. *A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*, p. 27.

17 Ibidem, p. 10.

existem os *booklovers*, afinal, como menciona Jeff Gomez: “eles amam a maneira como os livros se apresentam nas prateleiras, mesas de centro e criados-mudos”.¹⁸ Mas não podemos ignorar a produção do livro nas páginas da *web*, mesmo que tais livros eletrônicos estejam expostos na rede como produtos culturais e/ou produtos de consumo.

Portanto, a chegada do computador e – não podemos deixar de mencionar – o aperfeiçoamento desta tecnologia juntamente com a internet, contribuíram significativamente para inovações tanto no meio social e cultural quanto no meio literário, pois o ciberespaço possibilitou o acesso instantâneo às informações, oportunizando aos autores a disponibilização de seus arquivos nos *blogs* e *websites*. Diante desses avanços, faremos a seguir uma introdução sobre as novas tecnologias e suas contribuições para a literatura.

Os avanços tecnológicos: uma contribuição para a literatura

Para falarmos desta era informatizada, devemos primeiramente conhecer a época de tal evolução. Iniciou-se no pós-modernismo que surgiu para combater o alto modernismo dominante nas universidades, museus, galerias de artes e fundações. Há controvérsias quanto ao seu verdadeiro significado, e estas controvérsias dificultam examinar os processos em curso e também perceber com clareza os limites ou os sinais de ruptura. Alguns críticos não o consideram como “pós”, pois para eles não houve ruptura de fato com os tempos modernos. Porém, para o crítico Fredric Jameson, em seu livro *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (2004), a pós-modernidade é a “lógica do capitalismo tardio” correspondente à terceira fase do capitalismo.

Com essa evolução, surgem as novas tecnologias que começam a atender as necessidades da sociedade. O computador não chegou apenas para ficar, mas também para tornar a nossa vida social melhor e mais produtiva. Juntamente com o computador, a internet também inovou a forma de vida da sociedade. Basta ter um computador e um *modem* que estaremos conectados com o resto do mundo no ciberespaço.

18 Tradução livre do original. “They love the way books look on their shelves, coffee tables and nightstands”. (GOMEZ, *Print is dead*, p. 13).

Mas, afinal, o que é o ciberespaço? O termo foi criado em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromancer*:

No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica cultural. Em *Neuromancer*, a exploração do ciberespaço coloca em cena as fortalezas de informações secretas protegidas pelos programas ICE, ilhas banhadas pelos oceanos de dados que se metamorfoseiam e são trocados em grande velocidade ao redor do planeta. Alguns heróis são capazes de entrar “fisicamente” nesse espaço de dados para lá viver todos os tipos de aventuras. O ciberespaço de Gibson torna sensível a geografia móvel da informação, normalmente invisível. O termo foi imediatamente retomado pelos usuários e criadores de redes digitais. Existe hoje no mundo uma profusão de correntes literárias, musicais, artísticas e talvez até políticas que se dizem parte da “cibercultura”.¹⁹

Uma das principais funções do ciberespaço é a de promover o acesso à distância aos diversos recursos de um computador. Por exemplo, quando conectamos um pequeno computador a um enorme computador situado a milhares de quilômetros, ele executa, em poucos minutos, os cálculos que o pequeno computador levaria meses para executar. Além disso, é possível também ter acesso a conteúdos de bancos de dados ou, em geral, à memória de um computador distante. A partir do momento em que uma informação pública se encontra no ciberespaço, está virtual e inteiramente à nossa disposição. Podemos ler um livro, assistir a filmes, ouvir músicas etc. Outro fator importante que podemos encontrar no ciberespaço é a transferência de dados, ou seja, *upload*. Isto consiste em copiar um pacote de informação de uma memória digital para outra. Vale ressaltar que esta transferência só ocorrerá quando estes arquivos estiverem classificados como de domínio público pelos administradores do computador.

Não há como negar que os correios eletrônicos estão entre as funções mais importantes e usadas do ciberespaço. Qualquer pessoa ligada a uma rede de computadores por ter sua caixa postal eletrônica identificada por um endereço específico, receber mensagens enviadas por seus correspondentes e enviar mensagens a todos aqueles que possuam um endereço eletrônico

19 LÉVY. *Cibercultura*, p. 92.

acessível através da rede. E em qualquer lugar onde haja a possibilidade da conexão, podemos tomar conhecimento das mensagens que nos são enviadas ou enviar novas mensagens.

É o mesmo que acontece com os *e-books*. *E-book* é a abreviação de *eletronic book*, ou seja, livro eletrônico. Ele pode ser lido na tela de um computador ou impresso em papel comum por meio de uma impressora. Os formatos de *e-books* mais conhecidos são o *Adobe Reader* e a *Microsoft Reader*. Uma das vantagens dos *e-books* é a portabilidade. Pelo formato digital, ele pode ser transmitido rapidamente por meio da internet. A outra vantagem é o preço, pois os custos de produção e entrega são baixos, podendo ser vendidos até 50% a menos do preço de um livro impresso – porém alguns estão disponíveis gratuitamente pela internet. Ao contrário do que muitos imaginam, os *e-books* são protegidos por leis de direitos autorais, ou seja, não podem ser alterados, plagiados, distribuídos ou até mesmo comercializados sem a expressa autorização do autor.

A partir desta propagação, em que autores se reúnem em um determinado espaço *on-line* divulgando suas obras e tornando referências ao seu público/leitor, Beatriz Resende, em seu livro *Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI* (2008), mostra que dois fatores devem ser acrescentados nesta cadeia:

1. A crítica literária não pode mais ignorar o fenômeno, mesmo porque os próprios autores passam a exercer o papel de críticos, comentando uns aos outros. 2. As editoras tradicionais, aquelas que continuam produzindo livros em papel, descubram que podem *pescar* na rede novos autores, perceber novas tendências, avaliar com facilidade novas práticas literárias e, ao mesmo tempo, verificar a repercussão que textos e autores têm junto a esse novo tipo de leitor, o que recebe de imediato, em casa, a qualquer momento, um produto literário similar ao que elas levam tempo em preparar, imprimir, divulgar, lançar e vender.²⁰

Nas propostas de leitura de Resende, não se pode negar a importância das editoras, bem como as obras sob forma de livro e também “o sentido que vem adquirindo a utilização do espaço virtual como via de mão dupla: do ciberespaço para o papel impresso, do papel para os caminhos do ciberespaço”.²¹

20 RESENDE. *Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI*, p. 136.

21 *Ibidem*, p. 137.

Coerentemente com o tal avanço, podemos perceber que qualquer pessoa iniciada, ou seja, que tenha algum conhecimento relacionado à internet, pode navegar no ciberespaço. Basta saber clicar em alguns botões corretos ou digitar alguns comandos que são rapidamente decorados, tais como: *sites* de pesquisas (www.google.com.br) ou *sites* de relacionamentos (orkut e facebook). Porém, alguns especialistas continuam suas pesquisas com o objetivo de transformar o ciberespaço em um “único mundo virtual, imenso, infinitamente variado e perpetuamente mutante”.²²

Não devemos deixar de mencionar que os avanços tecnológicos estão cada vez mais incorporados em nossa cultura, transformando-a, de fato, em uma cibercultura. Posto isto, André Lemos, em seu livro intitulado *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea* (2008), discorre que nossa cultura, ou seja, “a cultura contemporânea, associada às tecnologias digitais (ciberespaço, simulação, tempo real, processos de virtualização, etc.), vai criar uma nova relação entre a técnica e a vida social que chamaremos de cibercultura”.²³ Embora pareça recente o termo cibercultura, Lemos revela que “ela nasce nos anos 50, [...] e se estabelece completamente nos anos 80 e 90 [...], principalmente com o *boom* da internet”.²⁴ Lemos aponta que “a atitude dispersa, efêmera e hedonista da sociedade contemporânea vai marcar, de forma constitutiva, a cibercultura”.²⁵ Percebemos, então, que a realidade da sociedade está cada vez mais impulsionada pelas tecnologias que a cercam e, principalmente, pelas máquinas de informação, como os computadores. Com o surgimento do ciberespaço, houve uma conexão mundial, ou seja, partimos para a existência da cultura impressa à cibercultura, e até podemos dizer, também, de uma literatura impressa a uma (ciber) literatura. Como afirma o autor:

A cibercultura será uma configuração sociotécnica onde haverá modelos tribais associados às tecnologias digitais, opondo-se ao individualismo da cultura do impresso, moderna e tecnocrática. Com a cibercultura, estamos diante de um processo de aceleração, realizando a abolição do espaço homogêneo e delimitado por fronteiras geopolíticas e do tempo cronológico e linear, dois pilares da modernidade ocidental [...].²⁶

22 LÉVY. *Cibercultura*, p. 107.

23 LEMOS. *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*, p. 15.

24 Ibidem, p. 16.

25 Ibidem, p. 18.

26 Ibidem, p. 72.

Podemos perceber, portanto, que a nossa cultura, aos poucos, vai se tornando uma cibercultura, pois os sujeitos passam a ser usuários e começam a interagir com as máquinas e “não mais apenas com o objeto (a máquina ou a ferramenta), mas com informação, isto é, com o conteúdo. [...] A interação homem-tecnologia tem evoluído a cada ano no sentido de relação mais ágil e confortável”.²⁷ Essa interação homem-tecnologia que Lemos discorre em seu livro nos leva a refletir sobre as recentes criações de leitores portáteis, ou seja, aparelhos que comportam livros eletrônicos para leitura como *iPad* e *Kindle*.

O *iPad* foi lançado pela empresa *Apple* no dia 3 de abril de 2010. Daniel dos Santos, em uma reportagem da *Macworld* Brasil, relata que o *iPad* revolucionará o modo como utilizamos os computadores e também como lemos os livros *on-line*. Segundo Santos:

O iPad não é apenas um leitor de livro eletrônicos, mas chega para brigar com aparelhos como o Kindle. Tem tela de 9,56 polegadas, pesa apenas 730 gramas, tem tela sensível ao toque que dispensa mouse ou os tradicionais trackpads de notebooks, é uma porta de entrada para a Internet, com conexão Wi-Fi ou 3G, e para o mundo do livros eletrônicos [...].²⁸

Então, o recente aparelho além de modificar o modo de ler os livros também modificará a produção das editoras, afinal os livros deverão possuir o formato digital para vendê-los aos leitores que se utilizam dessas novas tecnologias. Além dos *iPads*, podemos mencionar o *Kindle* que é fabricado pela empresa *Amazon*. Be Szpilman, no site Editoraplus, discorre que esse aparelho também é um leitor portátil lançado em 07 de outubro de 2009. Sob a égide de Szpilman:

Na verdade estamos dentre os países mais bem agraciados no quesito disponibilidade de livros. Teremos um catálogo de 290.000 livros eletrônicos de língua inglesa, dentre os quais 100.000 estão abaixo de 10 reais (U\$6)! O preço dos livros restantes fica na média de U\$12, ou vinte reais. [...] Acesso via assinatura eletrônica a grandes jornais do mun-

27 Ibidem, p. 114.

28 SANTOS. Tudo o que você precisa saber sobre o tablet da Apple, equipamento que será lançado no dia 3/4 e com o qual a empresa pretende sacudir o mercado de portáteis e e-readers. Disponível em: <<http://macworldbrasil.uol.com.br/dicas/2010/04/01/especial-ipad/>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

do inteiro, incluindo The New York Times, El País, The Daily Telegraph, Le Monde e pasmem: O Globo! Essa assinatura vem em opção única: paga-se U\$5 (R\$9) semanais e tem-se acesso a todos os jornais oferecidos, que são muitos. Como alternativa, você pode comprar uma única edição de qualquer um dos jornais por U\$2.²⁹

Portanto, podemos perceber que o mercado está, cada vez mais, em busca dessa produção, e até podemos dizer, dessa *vasta* produção de livros eletrônicos, jornais e revistas que surgem na era informatizada, haja vista que essas produções não mais passam despercebidas, tampouco o mercado e os editores poderão dar as costas a elas.

O que proporcionam os *blogs* e as *websites*

O que devemos de fato observar aqui são as formas, ou seja, as diversas estruturas que encontramos ao acessar e obter os textos/livros eletrônicos nas páginas da *web*. Percebemos que há muitos percalços para elas se sustentarem no meio digital, porém não podemos negar que muitos escritores contribuem com a produção da literatura de ficção científica, por exemplo, nas páginas da *web*. Apesar de alguns críticos ainda possuírem certa apatia por essas publicações, Sven Birkerts discorre que: “a perspectiva dos livros em CDs [e acrescentamos na internet]? Qual a diferença? As *palavras* não mudam”.³⁰ Portanto, não importa o formato do livro e sim o conteúdo, afinal, as palavras de fato não se alteram.

Primeiramente, percebemos que os *sites/blogs* ainda não possuem estruturas para revisão,³¹ pois os artigos, contos e *e-books* disponíveis são, na maioria das vezes, gratuitos. Os editores das páginas da *web* são quase sempre apreciadores do gênero que divulgam seus trabalhos nos *blogs*, portanto, buscam na realidade propagação e produção da literatura, seja

29 SZPILMAN. *Kindle no Brasil. Tudo que você precisa saber*. Disponível em: <<http://editoraplus.org/kindle-no-brasil-tudo-o-que-voce-precisa-saber/>>. Acesso em: 17 maio 2010.

30 Tradução livre do original: “The prospect of books on disk? What is the difference? The *words* don’t change.” BIRKERTS. *The Gutenberg elegies: the fate of reading in an electronic age*, p. 4.

31 Queremos enfatizar aqui, que os *sites* e *blogs* não possuem verbas para contratação de revisores. Portanto, a avaliação dos textos/*e-books* que essas páginas da *web* recebem, na maioria das vezes, é realizada pelo próprio editor do *site*.

ela impressa e/ou *on-line*. Apesar de observarmos alguns equívocos quanto à digitação e “problemas” ortográficos nas produções *on-line*, não causam desprestígios à literatura, também esses contribuem para a expansão dela no ambiente virtual. Lucia Santaella afirma em seu livro intitulado *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*, que “[...] o leitor das imagens evanescentes da computação gráfica e o leitor do texto escrito, do papel, saltou a superfície das telas eletrônicas”.³² Portanto, não devemos deixar de analisar os recentes suportes, nem tampouco refletir sobre o novo leitor que começa a emergir nos espaços da virtualidade. Mas André Lemos nos alerta quanto à leitura no meio digital:

Toda a leitura exige um estado de atenção, de lapsos e de correlações similares ao surfar na Web. No entanto, a diferença situa-se no fato de que, no ciberespaço, a conexão é em tempo real, imediata, *live*. Ela nos permite passar de uma referência à outra, sendo a conexão imediatamente disponível.³³

Vale a pena ressaltar também a importância do meio digital para o aumento da produção e do consumo na sociedade. Fredric Jameson, em *A cultura do dinheiro*, relata que a globalização, em termos tecnológicos, ocupa uma dimensão inevitável. Segundo o crítico:

[...] a revolução da informática – inovações que, é claro, não permanecem apenas no nível das comunicações em sentido estrito, mas que também produzem impacto na produção e organização industriais, assim como na *comercialização dos produtos*.³⁴

Então, a internet se tornou muito mais que uma tecnologia de fácil e rápido acesso à comunicação, mas também oportunizou a divulgação de novos produtos e a sua venda *on-line*. Ou seja, estamos vivendo em torno de várias mídias que estimulam esse consumismo exacerbado. Temos que dar conta, como descreve Jameson, “de um outro tipo de consumo: o consumo do próprio processo de consumo”.³⁵ Com as mesmas reflexões, Gomez acredita

32 SANTAELLA. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*, p. 18.

33 LEMOS. *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*, p. 123.

34 JAMESON. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*, p. 18 (Grifo nosso).

35 _____. *Pós-modernismo: a lógica do capitalismo tardio*, p. 282.

que existem muitas livrarias criando *websites* visando, dessa maneira, o aumento do lucro. Como afirma o autor:

As livrarias, que costumavam ser um local para negócios (mesmo na era das grandes lojas), deram caminhos a *websites* como Amazon, onde os leitores de todo o país podem comprar e pedir livros toda vez que quiserem. Na verdade, a *Internet* mudará mais que a maneira como os leitores leem os livros. Ela irá também – e já tem – mudado a maneira como as pessoas compram, aprendem e discutem sobre os livros.³⁶

Portanto, a internet, além de promover, ao mesmo tempo, a divulgação de obras disponíveis nas bibliotecas virtuais, também contribui para a venda de vários produtos *on-line*. Em suma, podemos perceber que é crescente a produção de textos nas páginas da *web*, principalmente no que se refere à literatura marginal. Os *blogs* e *sites* são o que antes os escritores denominavam de *fanzines*. Não há como negar que os esforços e as tentativas de propagar uma literatura de ficção científica brasileira, por exemplo, nas malhas da rede digital estão, de fato, tornando esta literatura mais visível. A produção *on-line*, além de tornar as obras mais acessíveis aos fãs e não fãs da literatura de ficção científica, oportuniza aos novos escritores contribuir com seus trabalhos. É importante salientar também que as editoras estão cada vez mais renovando, oferecendo ao leitor-consumidor uma gama de possibilidades para vender seus produtos. Estão produzindo livros impressos, digitalizados, e muitas editoras possuem um *site* para compras *on-line*. Estas estratégias nos levam a intuir sobre a questão da indústria cultural, pois os livros, por exemplo, não estão mais voltados somente à produção cultural, ou seja, ao conhecimento/saber, mas também à produção de consumo/mercado.

Quanto à revisão dos *e-books*, acreditamos que em breve haverá uma preocupação maior na avaliação das obras para disponibilizá-las aos leitores conectados na rede. Afinal, os *e-books* vêm sendo utilizados recentemente. O que nos salta aos olhos e que não podemos deixar de

36 Tradução livre do original: “Bookstores, which used to be local businesses (even in the age of the megastores), have given way to websites like Amazon, where readers from all over the country can buy and shop for books whenever they like. In fact, the Internet will change more than the way readers read books. It will also – and already has – changed the way people buy, learn about and discuss books”. (GOMEZ. *Print is dead*, p. 157).

mencionar é que o espaço virtual se torna a cada dia mais aberto a esse tipo de produção. Mesmo que ainda existam algumas resistências quanto à produção de literatura *on-line*, não podemos de modo algum ignorá-la, pois ela está, cada vez mais, se tornando uma via de mão dupla, do impresso ao meio digital ou do digital para a versão impressa.

Referências

BELLEI, Sérgio, Luiz Prado. *O livro, a literatura e o computador*. Florianópolis: UFSC, 2002.

BORGES, Jorge Luís. *Ficções*. Trad. Carlos Nejar. 7. ed. São Paulo: Globo, 1997.

CARQUEIJA, M.; CALIFE, J. L. *As portas do magma*. Disponível em: <http://www.scarium.com.br/ebooks/as_portas_do_magma/as_portas_do_magma.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2010.

_____. *A face oculta da galáxia*. Disponível em: <http://www.casadacultura.org/Literatura/Ficcao_Cientifica/Ebooks/gr01/Face_Oculta_Galaxia.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2010.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. Trad. Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, Fábio. *Interface com o vampiro e outras histórias*. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/banco/interface-com-o-vampiro>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

GOMEZ, Jeff. *Print is dead*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Trad. Maria Elisa Cevasco, Marcos César de Paula Soares. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevasco. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: estudos culturais – identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Edusc, 2001.

LEMOS, André. *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999.

RESENDE, Beatriz. *Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Biblioteca Nacional, 2008.

ROCHA, Everaldo. Comunicação, troca e classificação: notas para uma pesquisa do consumo como sistema cultural. In: PEREIRA, M.; GOMES, R. C.; FIGUEIREDO, V.L.F. (Org.) *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

SANTAELLA, Lucia. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Daniel dos. *Tudo o que você precisa saber sobre o tablet da Apple, equipamento que será lançado no dia 3/4 e com o qual a empresa pretende sacudir o mercado de portáteis e e-readers*. São Paulo. Disponível em: <<http://macworldbrasil.uol.com.br/dicas/2010/04/01/especial-ipad/>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

SZPILMAN, Be. *Kindle no Brasil! Tudo que você precisa saber*. Rio Grande do Sul, 5 fev. 2010. Disponível em: <<http://editoraplus.org/kindle-no-brasil-tudo-o-que-voce-precisa-saber/>>. Acesso em: 17 maio 2010.

VIEGA, Ana Cláudia. A ficção brasileira contemporânea e as redes hipertextuais. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Rio de Janeiro: Abralic, n.9, p. 213- 228. 2006.

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA INDÍGENAS: O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDO

Maria Aparecida da Silva Ramos
Rita de Cássia Pacheco Limberti

[...] se o Brasil não tivesse sido descoberto, seria uma maravilha para o índio, né?... (Professor João Machado)

Introdução

Nosso estudo busca compreender as representações que os professores indígenas constroem sobre educação formal. Essas representações adquirem sentido por meio da linguagem, visto que refletem sobre como os indivíduos, os grupos e os sujeitos sociais edificam o conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural etc. – e, nesse sentido, a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e as relações em seu interior. Se as representações são entendidas como um processo cultural que inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos, por meio dos quais os significados são produzidos, entende-se também que os discursos e os sistemas de representações constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos se posicionam e falam. As representações que os professores indígenas fazem sobre a educação formal resultam do conjunto das relações histórico-sociais, mutáveis no tempo. Não compreendemos as representações construídas nem o sujeito fora de sua prática social, porque esta, por sua vez, encontra-se mergulhada em um contexto também histórico-social.

Por que esse itinerário histórico? Porque entendemos que é no passado que se fundam as raízes do presente. Compreendendo-o, há sentido no presente e o presente indígena, especialmente com relação à educação formal, só pode ser compreendido pelo estudo de seu passado,

estudo esse que só faz sentido se projetado num futuro, pois está condicionado a acontecimentos e forças sociais cujo vislumbre proporcionado pelo exercício da prospectivização torna-se imprescindível para se propor ideias e soluções possíveis para a sua existência.

A epígrafe que abre esse artigo nos convida e nos motiva a fazer esse itinerário sobre o contato focalizando, principalmente, as políticas de Educação Formal, pois é preciso distinguir quais papéis narrativos os indígenas ocuparam/ocupam na história da educação brasileira.

Para Gomes (1991) o Brasil do final do século XX, em relação aos índios, não é pior nem melhor do que o Brasil dos séculos anteriores. Ele argumenta que a má vontade das autoridades, a política indigenista paternalizante, a ambição econômica das elites e a falta de solidariedade humana ‘pesa’ sobre os indígenas do Brasil.

Continua a existir um número pesado de brasileiros que insiste em condenar os índios ao extermínio, considerando-os inviáveis como culturas humanas e um empecilho à civilização brasileira. E continua a haver um número razoável de brasileiros que tem a maior simpatia pelos índios, reconhecendo-os senhores originários dos territórios que habitam e para quem a nação como um todo tem um grande débito a resgatar. (GOMES, 1991, p.15)

Segundo Cunha (1992) são os “descobridores” que inauguram e conferem aos indígenas uma entrada “de serviço” no grande curso da História. Suas *transformações* se dão desde o tempo em que os índios eram uma ameaça real ao estabelecimento colonial português, e por isso eram combatidos em guerra, passando pelas relações de escravidão e servilismo, pela instituição do paternalismo (que nasce no Império e se consolida na República), até a crise de libertação que caracteriza os tempos mais recentes.

A autora, ao tratar da política indigenista no Brasil, destaca que durante o primeiro meio século, os indígenas foram sobretudo parceiros comerciais dos europeus, trocando por foices, machados e facas o pau-brasil para tinturas de tecidos e curiosidades exóticas como papagaios e macacos.

Barros (2000), por sua vez, ao analisar os livros didáticos de História afirma que nos primeiros trinta anos após a chegada dos europeus, os índios cumpriram o papel de *adjuvantes*, ou seja, de atores auxiliares para a realização do programa narrativo dos sujeitos do *fazer*, portugueses ou franceses na exploração do pau-brasil, persuadidos pelas ofertas de objetos que

desconheciam e que pouco valor tinham para os europeus. Vê-se que as relações eram cordiais, contratuais, pois a *manipulação* se fazia, naquele momento, pela troca de valores.

Porém, com o primeiro governo geral do Brasil as relações se alteraram, tensionadas pelos interesses em jogo que, do lado europeu, envolviam o governo, os colonos e os missionários, mantendo entre si uma complexa relação feita de conflitos e de simbiose. Note-se que com a instalação da Colônia os indígenas passam a ocupar um papel de *objeto valor*, um bem que os europeus desejavam possuir e em função disso muitos povos foram escravizados, surgindo daí as relações de conflitos entre os europeus, que passaram a disputar o mesmo objeto.

Basicamente a disputa era para ver quem tinha direitos sobre os índios e qual a melhor maneira de civilizá-los. Os oficiais da Coroa achavam que os índios deveriam ser civilizados pelo trabalho individual que prestassem ao projeto colonial; os religiosos, pela doutrinação e pela organização do trabalho coletivo. Os oficiais queriam as aldeias de administração, das quais convocavam os índios para trabalhar nos serviços públicos, bem como nas fazendas e engenhos particulares; os religiosos queriam as aldeias de missão e a exclusividade do trabalho indígena. (GOMES, 1991, p. 75)

O dado histórico mais importante dos últimos tempos, na interpretação das relações entre os índios e a sociedade nacional é, segundo Gomes (1991, p. 16), “o crescimento demográfico das populações indígenas”. O autor esclarece que sua proposta não é a de fazer uma revisão da história indígena brasileira, mas aprofundá-la para dela extrair os fundamentos sociológicos e antropológicos que permitam demonstrar como e por que a maioria das nações indígenas se extinguiu, e uma minoria sobreviveu e aos poucos vai se recompondo.

O autor enfoca a história pelo aspecto dos indígenas que sobreviveram. A partir desse enfoque ele perfaz o caminho até nossos dias, iniciando pela “descoberta” do Brasil. Apresenta-se e discute-se um conjunto de medidas oficiais elaboradas para os índios ao longo de cinco séculos de controle militar, político, social e jurídico, o que constitui a política indigenista brasileira.

Ao formular a política indigenista para o Brasil, Portugal se valeu da experiência contemporânea na África do norte e na Ásia, conservando a mesma agressividade. O projeto colonial visava a fazer dos povos indígenas do Brasil, “súditos e vassalos do rei” e, para tanto, não permitia modificações nas políticas implementadas. As políticas indigenistas de Portugal para

a Colônia e a maneira como os não índios deveriam se relacionar com os índios estão contidas nos regimentos que o rei dava aos capitães de navios que partiam para o Brasil. (GOMES, 1991, p.65).

O governo português, durante todo o Período Colonial, no tocante à legislação sobre os índios, oscilou entre os interesses dos colonos, que desejavam escravizar os índios, e os esforços dos missionários, que tinham por objetivo convertê-los ao cristianismo e ao mesmo tempo fazê-los adotar os costumes dos “civilizados”. Essa contradição estava presente no regimento trazido pelo primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza, quando sugere que se tratem bem os índios, ao mesmo tempo em que manda prender, escravizar e até dizimar aqueles que não estivessem em paz.

A partir do regimento de Tomé de Souza, de 1549, e da lei 1570 2, todas as que se propõem esclarecer melhor essa questão sempre deixam brechas para que pudesse levar guerras contra os índios, aprisionamento, esbulho de terras, realocamentos, enfim, o que fosse necessário para não comprometer a segurança do empreendimento colonial. (GOMES, 1991, p.68).

Conforme Perrone-Moisés (1992), no Brasil Colonial, a questão da liberdade dos índios ocupa lugar central. Segundo ela, todos os autores que se dedicam, com interesses e abordagens diversas, ao estudo do Período Colonial, reconhecem na questão da liberdade dos índios o ‘motor’ da história colonial.

Os papéis dos índios na história da educação escolar: da Colônia à República

Conforme Barros (2000, p. 146), a teoria semiótica distingue papéis narrativos ‘ativos’ de ação e de transformação, de papéis narrativos ‘passivos’ de ser agido e transformado. No primeiro grupo estão: o papel do *sujeito* que age sobre os objetos, transformando-os, ou que se opõe a outro sujeito e disputa os objetos de valor que ambos desejam; o papel do *destinador* que estabelece contratos com o destinatário e que o leva a querer certos valores e a agir de modo a obtê-los; e o papel de *adjuvante* do sujeito ou de seu oponente. Já no segundo grupo estão: o papel de *objeto* desejado, disputado e transformado pelos sujeitos;

e o de *destinatário* manipulado pelo destinador, que lhe transforma a competência e o leva a se tornar sujeito da ação.

A ação dos *destinadores-manipuladores*, preenchida pelo Estado, pelos colonizadores e pelos missionários, sobre os *objetos e destinatários-manipulado* – indígenas – tem início em 1549, quando chega ao território nacional o primeiro governador-geral Tomé de Souza, acompanhado por jesuítas encabeçados por Manuel da Nóbrega.

Segundo Piletti (2003, p. 22) o argumento para a colonização das novas terras é explicitado na “expansão da fé católica”. Assevera o autor que Dom João III dizia no Regimento entregue a Tomé de Souza “*A principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se converta à nossa santa fé católica*”. Ribeiro (2001) citando Mattos (1958) destaca que entre as diretrizes básicas constantes no Regimento a conversão dos indígenas à fé católica se daria pela catequese e pela instrução.

[...] dele dependeria (...) o êxito da arrojada empresa colonizadora; pois que, somente pela aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã é que a colonização portuguesa poderia lançar raízes definitivas (...) (MATTOS, 1958 *apud* RIBEIRO, 2001, p. 18)

Observa-se que por trás da “expansão da fé católica” havia, na verdade, a sujeição dos índios e a conquista de suas terras, e a catequização foi um instrumento eficaz para isso.

Na literatura sobre a História da Educação no Brasil e nos textos que tratam especificamente dos processos de escolarização para os indígenas, desde o Período Colonial até o advento da primeira república, os missionários são os primeiros a ocupar os papéis narrativos “ativos” de *destinadores-manipuladores*. Os missionários estabelecem contratos com os *destinatários* (indígenas) para que estes acreditem nas mesmas crenças e valores que os europeus e ajam segundo esses valores.

A ação dos missionários através da catequização e da educação formal buscava neutralizar os valores indígenas tidos, segundo Limberti (2003, p. 131), como ‘inconvenientes’, do ponto de vista dos europeus. Assim, estes atribuíam valor negativo aos valores da cultura indígena e com isso criavam espaço e fertilidade para lhes inculcar outros valores, considerados, na ótica dos missionários, como positivos. A religião e a língua dos índios, pilares de sustentação e expressão de sua cultura e de todos os seus outros valores, foram desqualificados através da

catequização e do ensino formal, pois o propósito era embutir “os valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã”.

A ação dos missionários sobre os índios resumia-se na conversão ao cristianismo e na pacificação, com o intuito de torná-los dóceis para o trabalho, tornando-se imprescindível o processo de escolarização. Foi assim que os padres se tornam os primeiros mestres da nova colônia portuguesa. (ARANHA, 1996, p. 101)

Com a catequização e a instrução, os indígenas são levados a *crer serem* inferiores, a *crer não saber*, a *crer não poder fazer* o que quer que não fosse da vontade dos portugueses, a *dever fazer* o que fosse da vontade destes.

A cristianização foi a rubrica que legitimou um “amansamento” com métodos e critérios próprios. Com seus tentáculos poderosos, disseminou a fé por meio da completa desqualificação dos usos e costumes dos indígenas, manipulando-os de duas formas: por *intimidação* (medo dos castigos divinos e do fogo do inferno), e por *tentação* (busca da salvação e de um lugar no reino dos céus). (LIMBERTI, 2003, p.131).

Vê-se que, historicamente, aos indígenas couberam, naquele período, os papéis narrativos “passivos” de *destinatários-manipulados* transformados pelo destinador. Os missionários os levavam a *crer não poder ser* como eram, modificando e destruindo seus valores, infiltrando, em paralelo, os valores cristãos que, por sua vez, levavam os índios a *dever ser* segundo os rígidos padrões ideológicos da igreja e da sociedade europeia do século XVI. O *dever crer*, que constitui a base da cristianização, precede o *dever ser* e o *dever fazer*: é assim que se compreende as ações dos indígenas a partir da crença, sobretudo as ações de trabalho braçal dentro do projeto de colonização.

Limberti (2003, p. 130) distingue o projeto de cristianização do projeto de colonização. Para a autora, o projeto de colonização se coloca como um fim em si mesmo, como o objetivo final, enquanto o projeto de “cristianização”, considerado por ela como uma “rubrica” de “dominação”, presta-se para – além de adicionar uma justificativa mais nobre ao projeto de colonização – ser o meio para que o sujeito entre *em conjunção* com o *objeto de valor modal* (a submissão dos índios pela fé e pelo temor a Deus – cristianização), que torna os sujeitos (europeus) *competentes* para realizar a *performance* e entrar em conjunção com os *objetos de valor descritivo*

desejados: a terra e suas riquezas, o trabalho dos índios, a união carnal com as índias. O estado ‘animalizado’ dos índios parece perfeito para a realização das *performances*: fisicamente podem oferecer sua força de trabalho; culturalmente não podem oferecer nenhum tipo de resistência ao processo de dominação, pois não possuem o repertório de operações abstratas necessário para o jogo de poder nas relações sociais interculturais, nem a organização operacional de racionalização de forças, como um exército, por exemplo, ou grupos de defesa, proteção e ataque.

Percebe-se que a organização escolar no Brasil Colonial está estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses, como não poderia deixar de ser, pois as questões que envolvem a escolarização e, conseqüentemente, a educação formal estão engendradas nas relações que os homens estabelecem ao produzir sua existência. Nesse sentido, a educação jamais é neutra porque sofre os efeitos da ideologia.

No processo de catequização, os missionários jesuítas se aproximaram dos indígenas para conquistar sua confiança e aprender suas línguas. Os padres aprenderam a língua tupi-guarani e elaboraram os textos usados para a catequese. De início tornou-se comum falar em tupi, adotado como “língua geral”. O procedimento perdurou por algum tempo na Colônia, até que as autoridades portuguesas, temerosas de que a língua nativa predominasse, passaram a exigir o uso exclusivo do português. (ARANHA, 1996, p 100).

Esses primeiros contatos entre jesuítas e índios ocorreram ora em clima de hostilidade, ora de forma amistosa. Quando o índio se recusava a trabalhar ou se revoltava, opondo resistência ao processo de escravização, era perseguido e reprimido. A justificativa do uso de armas para catequizar foi uma das principais razões para se declarar e praticar *guerras justas*¹ contra os índios durante quase todo o período da colonização portuguesa. (GOMES, 1991, p.67).

1 Declaração de guerra a partir de decisão feita em junta que determinava pela justeza da guerra que se pretendesse efetuar contra determinado povo indígena. Os principais critérios para isso eram: 1. que os índios punham empecilho à propagação da fé católica; 2. que atacavam povoados ou fazendas portuguesas; 3. que eram antropófagos; 4. que eram aliados de inimigos dos portugueses (GOMES, 1991, p. 69). Ocorre que a colonização dependia dos braços escravizados, por isso a Coroa não podia simplesmente impedir a escravização do nativo. A solução foi permitir que fossem aprisionados os índios capturados nas “*guerras justas*”. Assim, as “*guerras justas*” deveriam ser feitas em legítima defesa, contra tribos que fossem consideradas uma ameaça aos colonos. Através delas, inúmeras tribos foram tornadas escravas.

Segundo Casimiro (2007, p. 90), parte da literatura sobre a ação dos jesuítas na Colônia qualifica moralmente a ação dos padres, ora a favor ora contra. A autora cita os estudos de Nagel (“Educação colonial: escolástica ou burguesa?”, 1996, publicado na Revista Educação), que destacam duas perspectivas com relação à ação dos jesuítas: uma positiva e outra negativa.

Na primeira, os jesuítas são vistos como catequistas, evangelizadores eficientes que despertavam muitas vocações, bondosos cristãos, opositores da crueldade dos colonizadores, defensores dos índios ou educadores conscientes que, compreendendo a realidade dos “gentios”, amoldavam os ensinamentos à sociedade indígena.

Na segunda perspectiva, dos juízos negativos, eles são apontados como responsáveis pela submissão, segregação e destruição da cultura indígena. Na visão de Nagel, as críticas aos jesuítas seguem e banalizam o modelo anticlericalista dos iluministas; como o sujeito do projeto educacional colonial não tinha as características do sujeito europeu, as condições de existência do ensino escolástico ‘esboroam-se’, ou seja, desfazem-se, desmantelam-se e o modelo educacional é substituído, principalmente junto aos índios, por rituais alegres, festas, música, procissões e teatro, dando um novo significado ao termo “doutrina” que passa a ser o ato de negar a antropofagia, recusar a guerra, eliminar a preguiça etc. Doutrinar, neste contexto, significaria ensinar – através da fé – uma vida com normas e obediência a um superior, sob as coordenadas do trabalho.

A princípio, para ensinar os índios a ler, a escrever, a contar e lhes inculcar a doutrina cristã, os missionários jesuítas percorriam as aldeias em busca principalmente das crianças. Não conseguindo agir diretamente sobre os adultos, os padres conquistaram os filhos dos índios. Usaram diversos recursos de *manipulação* para atrair a atenção das crianças: teatro, música, poesia, diálogos em versos e, assim, aos poucos, as crianças foram aprendendo a moral e a doutrina cristã.

Depreende-se que no processo de catequização e escolarização os recursos argumentativos (dramatizações, pregações, narrações de histórias exemplares) foram empregados para dissuadir os índios de seus próprios valores, ao mesmo tempo em que os persuadiam a incorporar os valores dos europeus. Segundo Limberti (2003, p. 133), por não terem um quadro hierarquizado e definido de conceitos e valores nos moldes de organização do quadro apresentado pelo *outro* – que tinha mais força de persuasão, mais recursos e mais poder –, os índios, fragilizados

e vulneráveis, foram cedendo às modalizações, assumindo o projeto do *outro* e engendrando, ou melhor, reforçando um engendramento plural que se deu em todos os níveis e momentos da relação colonizador-colonizado – a imagem do Brasil como amena e de seus habitantes como bondosos.

O fato é que, desde o início do contato entre portugueses e índios, estes se encontraram diante de três atores que ocuparam os papéis actanciais de *destinadores-manipuladores*, cada qual com interesses diferentes, que ora se complementam e ora se chocam: a metrópole que deseja integrá-lo ao processo colonizador, o jesuíta que quer convertê-lo ao cristianismo e aos valores europeus e o colono que o quer como escravo.

A partir 1757, entretanto, o trabalho dos jesuítas deixa de contar com o apoio da Coroa Portuguesa, então interessada em aumentar a produção agrícola da colônia, para a qual, como reivindicavam os colonos, a escravização dos índios era necessária. Os jesuítas foram expulsos do Brasil e os aldeamentos elevados à categoria de vilas, sendo criado o regime de Diretório, representado por um diretor nomeado pelo governador. Ou seja, a implantação do Diretório de Índios não representou mudanças significativas para as populações indígenas, pois, em linhas gerais, deu continuidade ao regime de expropriação. Ressalte-se, porém, a proibição pelos Diretórios do uso de línguas indígenas em salas de aulas, inclusive da Língua Geral, e a definição da obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa e de seu uso.

Com a implantação dos Diretórios intensificou-se a escravização dos índios para atender ao aumento da demanda de braços para atuar nas atividades domésticas, agrícolas e extrativistas. Os indígenas foram considerados adequados para essas funções pelo fato de estarem adaptados às condições naturais da região e por constituírem mão de obra mais barata que os escravos negros comercializados no Brasil desde 1580. Segundo Barros (2000, p. 148), duas interpretações narrativas são possíveis para a escravização: na primeira o escravo é um sujeito *manipulado* por *intimidação* e, dessa forma, obrigado a exercer o papel de *adjuvante* do manipulador; na segunda o escravo é um objeto de valor, uma mercadoria comercializada, um bem que se possui.

Em 1798 foi também revogado o Diretório dos Índios e nada o substituiu oficialmente até 1845, quando o Decreto 426, de 24 de julho, definiu o Regulamento das Missões. Essa norma tratava das diretrizes gerais para a reintrodução de missionários no Brasil que voltassem a se responsabilizar pela catequese e civilização dos indígenas.

Todos os dias da semana, acabada a oração, se dirá logo uma missa que a possam ouvir os índios antes de irem às suas lavouras (...) a qual acabada se ensinarão aos índios em voz alta as orações ordinárias: a saber, Padre-Nosso, Ave-Maria, Credo, Mandamentos a Lei de Deus, e da Santa Madre Igreja; e os Sacramentos, acto de contrição, e confissão, geralmente os diálogos do catecismo breve, em que se contem os mistérios da fé. Acabada esta doutrina irão todos os nossos para a Escola (...) aonde os mais hábeis, se ensinarão a ler e escrever, e havendo muitos se ensinarão também a cantar, e tanger instrumentos para beneficiar os ofícios divinos; e quando menos se ensinará a todos doutrina cristã... (Pe. Antônio Vieira, Regulamento de Aldeias e de Missões sec.XVII, *apud* AMOROSO, 2001, p. 133).

O texto citado é significativo no sentido de percebermos como a escolarização continua articulada à catequese. Vê-se também o caráter disciplinador da ação dos jesuítas: “*todos os dias da semana*” denota o caráter regular e permanente das ações que se seguem. Nota-se que a catequese estende-se a todos os índios, mas o ensino da leitura e da escrita se destina aos “*mais hábeis*”. Assim, aos poucos, foram se definindo ambientes distintos para o ensino: as casas – para a doutrina dos índios não batizados – e os colégios, que abrigavam meninos portugueses, mestiços e índios batizados. Nos colégios a educação tinha caráter mais abrangente e voltava-se para a formação de pregadores que ajudariam os jesuítas na conversão de outros.

A atuação desses missionários assemelhou-se, em alguns pontos, ao trabalho anteriormente desenvolvido pelos jesuítas, como por exemplo: retoma-se o sistema de aldeamento, *reduções* ou *missões*, que volta a ser entendido como ferramenta imprescindível para os processos de catequização, civilização e assimilação física e social dos índios ao restante da população.

Duas diferenças, contudo, devem ser destacadas. Em primeiro lugar, não foi dada a esses missionários a mesma autonomia de que os jesuítas dispunham. Eles ficaram a serviço do governo brasileiro, sem contestar quaisquer determinações, pois seus contratos tratavam de prestação de serviços à administração provincial como assistentes religiosos e educacionais. Em segundo lugar, esses missionários acreditavam que o convívio com cristãos facilitaria a catequização dos índios, razão pela qual, diferentemente dos jesuítas, eles permitiam a permanência de não índios nos aldeamentos (militares, comerciantes, colonos, escravos e ex escravos negros).

Ao instalar os missionários nos diversos aldeamentos, o Estado monárquico subvencionava a criação e a manutenção de escolas para crianças e adultos indígenas que se interessassem

em aprender a ler, a escrever e a contar (instrução primária). Essa política se desenvolvia a partir da visão da escola como *instrumento de desenvolvimento humano* capaz de viabilizar a formação do povo brasileiro. Com relação às populações indígenas, esse desenvolvimento só seria alcançado se elas fossem catequizadas e integradas ao mundo do *trabalho das sociedades não índias*. Assim, nesse período, incluía-se também como função da educação para os índios a formação voltada para certos ofícios.

O Regulamento da Catequese e Civilização dos Índios, de 1845, propunha a criação de oficinas de artes mecânicas e o estímulo à agricultura nos aldeamentos indígenas, bem como o treinamento militar e o alistamento dos índios em companhias especiais, como as de navegação. (AMOROSO, 2001, p. 135)

Por volta de 1870, diante da dificuldade de manter os índios nas escolas dos aldeamentos, ocorreu em algumas províncias o investimento em institutos de educação (internatos, orfanatos) para crianças indígenas, com o fim de *transformá-las* em intérpretes linguísticos e culturais para auxiliar os missionários na suposta civilização dos seus parentes. Essas escolas localizavam-se fora da área dos aldeamentos e pretendiam oferecer às crianças indígenas não só a instrução primária elementar, mas também o ensino para o desempenho de funções identificadas com o desenvolvimento das províncias e com os processos de assimilação da diversidade dos povos indígenas.

Em linhas gerais, durante todo o Período Imperial (1808-1889) realizaram-se debates em torno do tema da educação escolar primária organizada e mantida pelo poder público estatal que atendessem principalmente negros (livres, libertos ou escravos), índios e mulheres, que compunham as camadas inferiores da sociedade. Isso se deu em um contexto em que a instrução popular era considerada a base do progresso moral, intelectual e social de qualquer país e havia o entendimento, tanto no plano nacional quanto no internacional, de que investir na quantidade de escolas e de alunos representava a preocupação para com o progresso e civilização de uma nação. No entanto, estar presente nas agendas políticas da época não representou para os índios uma política imperial voltada para seus interesses.

Dessa forma, até o início do século XX o indigenismo brasileiro manteve uma total identificação com a missão católica e o Estado dividiu com as ordens religiosas católicas, mais uma vez, a responsabilidade pela educação formal para índios.

Na primeira década do Período Republicano, foi retomada a oferta às populações indígenas de ensino suplementar associado ao ensino de *ofícios*, voltados às necessidades locais, sob o comando das missões religiosas que fundaram internatos para a educação de meninos e meninas. Conforme Ferreira (2001, p. 73), nesses internatos, o ensino do português era imposto em detrimento do uso das línguas nativas, investia-se na *capacitação profissional* dos índios, como forma de produzir mão de obra barata para a população não índia.

Segundo a autora, existe hoje consenso em torno da inadequação do modelo colonial/educacional desse primeiro momento da história da educação escolar, mas os mesmos propósitos reaparecem de forma mais sutil no segundo momento, em que o Estado sistematizou uma política indigenista com a clara intenção de mudar a imagem do Brasil perante a sociedade nacional e mundial, quando foram criados órgãos governamentais com as funções de prestar assistência aos índios e protegê-los contra atos de exploração e opressão e de gerir as relações entre os povos indígenas, os não-índios e os demais órgãos de governo.

Educação escolar para indígenas: SPI, FUNAI e MEC

A criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, marca o segundo momento da história da educação para indígenas no Brasil. A educação escolar, uma das ações de proteção e assistência, sob a responsabilidade desse órgão indigenista, assumiu papel fundamental no projeto republicano de integração do índio à sociedade nacional por meio do trabalho. Segundo Ferreira (2001, p. 74), o Estado baseado nos ideais positivistas² resolveu formular uma política indigenista menos desumana.

2 De acordo com a doutrina positivista o conhecimento humano está sujeito a passar por sucessivos estados de sua evolução, quais sejam, o teológico, o metafísico e o positivo, desse modo, entre os povos primitivos e as sociedades mais civilizadas existem apenas estados diferentes de evolução. O estado teológico foi dividido por Comte em três etapas sucessivas: fetichismo, politeísmo e monoteísmo, que conduziriam fatalmente ao estado metafísico. O fetichismo correspondia à infância, através da qual passam ou passaram todas as sociedades na escala evolutiva até o estado positivo. Daí a preocupação dos positivistas em proteger os índios, pois acreditavam que os povos indígenas estavam na infância do desenvolvimento social, e que, para integrá-los à sociedade nacional ocidentalizada deveriam ser cuidadosamente guiados por meios civilizatórios proporcionados pelos princípios do estado positivo. (GAGLIARDI, 1989, p.44).

O SPI foi produto do positivismo e do liberalismo (...) Via o índio como ser digno de conviver na comunhão nacional, embora inferior culturalmente. Era dever do Estado dar-lhe condição de evoluir lentamente a um estágio superior, para daí se integrar à nação (GOMES, 1991, p. 85).

Com a criação do SPI, contemplou-se uma concepção de política indigenista em que os índios adquirem o direito de preservar suas tradições e viver de acordo com elas, sem abandonar seus territórios, cabendo ao Estado dar-lhes proteção. A política indigenista implantada pelo governo federal e implementada pelo SPI ordenava que a educação dos indígenas, bem como outros programas que os envolvem, fossem realizados na própria aldeia, assegurando deste modo a agregação familiar e tribal.

A educação foi posta como fundamental para a sobrevivência física dos índios e incluiu não só o ensino da leitura e da escrita, mas também de outros conhecimentos como higiene, saneamento, estudos sociais, aritmética, ensinamentos práticos de técnicas agrícolas, marcenaria, mecânica e costura. Conforme Ferreira (2001, p. 15), nessa fase foi atribuído menor peso ao ensino religioso nas escolas missionárias, enfatizou-se o trabalho agrícola e doméstico com vistas à integração dos índios à sociedade nacional. A finalidade de tal medida foi *fazer* com que os indígenas passassem a atuar como produtores de bens de interesse comercial para o mercado regional e como consumidores das tecnologias produzidas pelos não índios, constituindo também uma reserva alternativa de mão de obra barata para abastecer o mercado de trabalho.

Ferreira (2001), referindo-se a estudos realizados por Cunha (1990), mostra que um “crescente desinteresse pelo processo de escolarização” por parte das comunidades indígenas levou o SPI, a partir de 1953, a “elaborar um programa de reestruturação das escolas tendo como objetivo adaptá-las às condições e necessidades de cada grupo indígena”, dado que “ensinar é preparar a criança para assumir aqueles papéis que sua sociedade a chamar a exercer” (FERREIRA, 2001, p. 75)

Ainda segundo Ferreira, o Programa Educacional Indígena proposto pelo SPI previa a criação de ‘Clubes Agrícolas’ e as escolas passaram a ser chamadas de “Casas do Índio”, tentando-se evitar as “conotações negativas” que a escola tinha para os indígenas. Com relação às línguas e culturas o autor destaca que, apesar de o SPI se referir às diversidades de línguas e

culturas como ‘o que melhor caracteriza os nossos grupos indígenas’, o número reduzido de índios, por comunidade indígena, não justificava, para as autoridades da época, o investimento na alfabetização bilíngue, pois a elaboração de gramáticas para as várias línguas faladas pelos indígenas e a preparação de professores capazes de aplicá-las ‘fugiam’ às possibilidades do órgão. (FERREIRA, 2001, p. 75)

Com a extinção do SPI em 1966 e a criação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI em 1967 ocorreram algumas modificações na educação escolar para indígenas. A FUNAI desejava instituir uma política indigenista aceita internacionalmente. Para isso o discurso utilizado foi o da valorização da diversidade linguística dos povos indígenas, com a proposição da utilização das línguas maternas no processo de alfabetização para grupos que não faziam uso da língua portuguesa, visando facilitar o processo de integração à sociedade nacional. O ensino bilíngue foi estabelecido como prioridade e buscou-se implantá-lo nas escolas indígenas por meio de materiais produzidos para a alfabetização e da capacitação de índios para assumirem funções de alfabetizadores em seus respectivos grupos. Como nota Ferreira (2001, p. 76): “a educação bilíngue se firmou como tática para assegurar interesses civilizatórios do Estado, favorecendo o acesso dos índios ao sistema nacional”.

No programa de educação bilíngue então vigente, os índios eram alfabetizados na língua materna ao mesmo tempo em que eram introduzidos no aprendizado da língua portuguesa. Quando atingiam o domínio deste idioma, o ensino passava a ser realizado exclusivamente em português. Essa metodologia, na qual a língua materna é usada como *ponte* para o domínio da língua nacional, é chamada de *bilinguismo de transição*. A língua indígena servia para facilitar, e mesmo acelerar, o processo de integração do índio à cultura da sociedade não índia, pois quando aprendia o português e deixava de falar sua língua, simultaneamente abandonava seu modo de vida e sua identidade diferenciada.

A FUNAI, entretanto, não dispunha de meios técnicos para implantar o ensino bilíngue, visto que os conhecimentos linguísticos referentes às várias línguas indígenas eram escassos. Diante disso, a partir de 1970, a fundação recorreu ao *Summer Institute of Linguistics* (SIL), que contava com linguistas especializados em aprender e descrever as línguas indígenas, organizar gramáticas, alfabetos e preparar cartilhas de alfabetização para o treinamento do pessoal docente da FUNAI e de missões religiosas. Ao estabelecer convênios com o SIL, o Estado, além

de evitar o investimento na educação escolar para indígenas, repassou a essa instituição toda a responsabilidade com relação à educação escolar indígena. Observe-se:

A FUNAI adotou integralmente o modelo do SIL por várias razões. Tinha como objetivo instaurar uma política indigenista internacionalmente aceita e cientificamente fundamentada, suprindo as deficiências do SPI no que diz respeito à desqualificação do quadro técnico. O ensino bilíngue, garantido pelos especialistas do SIL garantiria também a integração eficiente dos índios à sociedade nacional, uma vez que os valores da sociedade ocidental seriam traduzidos nas línguas nativas e expressos de modo a adequar às concepções indígenas [...] O SIL acabou desempenhando o papel de criador, implementador e de responsável pelos programas de educação bilíngue e bicultural desenvolvidos em áreas indígenas, apoiados e oficializados pelo órgão indigenista oficial (FERREIRA, 2001, p.77 e 79).

O SIL, cujo objetivo principal era converter povos indígenas à religião protestante, passou a atuar de uma forma que se confundiu com a do Estado e, em alguns casos, assumiu para si a obrigação estatal de tutela desses povos.

As ações desenvolvidas junto aos indígenas pelos missionários e linguistas vinculados ao SIL foram alvo de críticas, sobretudo por parte de instituições da área de linguística e de antropologia. Por conta disso, foram/são levantadas polêmicas em torno da presença do SIL junto às comunidades indígenas, tanto no Brasil quanto na América do Sul e Central. O convênio com a FUNAI, celebrado no início da década de 1970, foi rompido em 1977. Mas, segundo Ferreira (2001, p. 77), depois de gestões junto ao governo brasileiro o SIL conseguiu “reativar a parceria com a FUNAI, no final de 1983”, mantendo atividades assistenciais de linguistas, educação, saúde e desenvolvimento comunitário junto a 53 povos, podendo ainda ampliá-los para inclusão de outros”. A ruptura aconteceu em 1999, quando, a pedido da Coordenação de Apoio às Escolas Indígenas, do MEC, a assessoria internacional do órgão elaborou um parecer que resume a posição oficial do ministério em relação ao SIL e suas ações junto aos indígenas. Ferreira transcreve os itens 7 e 8 do Parecer enviado ao *Summer Institute of Linguistics* (SIL).

(...) o Ministério da Educação tem-se mobilizado a favor de que as escolas, se necessárias e solicitadas pelo grupo indígena, sejam acompanhadas por professores que tenham conhecimento da dimensão de sua presença profissional dentro da aldeia e da necessidade de ação pedagógica que vise à autonomia dos índios em relação ao assistencialismo e ao

paternalismo introduzidos pelo contato [...] Nesse sentido, comunico que o Ministério da Educação não está em condições de fornecer o apoio solicitado por esta instituição a suas atividades e ensino missionário nos meios indígenas no Brasil.(PARECER/OFICIO Nº 198/99 *apud* FERREIRA, 2001, p. 84)

Em linhas gerais, a educação escolar para os indígenas proposta pelo Estado brasileiro, antes do advento da Constituição de 1988, dava continuidade à política praticada nos períodos Colonial e Imperial, focada na *assimilação e integração* dos povos indígenas à sociedade nacional, por meio de sua adaptação a uma nova língua, a uma nova religião, a novas crenças, a novos costumes, a novas tradições, enfim, a novas formas de *ser*.

No programa de assimilação do indígena à sociedade nacional que, como vimos, iniciou-se com a colonização, traçou-se um percurso de sentido em que a educação escolar para os indígenas se configurou, desde o início, como *adjuvante* no sentido de que seria pelo conhecimento – principalmente da língua portuguesa e da cultura ocidental – que os indígenas seriam assimilados à sociedade nacional.

Limberty (2003, p. 138) assevera que, no início, as manipulações primavam por levar o índio a *querer fazer* os trabalhos necessários para o projeto de colonização e o ensino imposto pelos missionários – sobretudo os jesuítas – contribuindo para a realização da *performance*. Ainda segundo a autora, a manipulação sobre o *ser* do índio que precedia a do *querer* modalizou-o completamente. A dinâmica dos contatos e da realização dos programas de manipulação, que se davam ora por *tentação* e ora por *intimidação*, revelou a “incapacidade” dos índios, que produziu a categorização de *ser natural* (no sentido de não humano), desprovido do *querer*. Considerado *incompetente* (por não *saber* e não *poder querer*), os índios passaram a ser manipulados a *fazer*, o que, sendo uma manipulação a partir do *querer* do *outro*, levou-os a *dever fazer*. Note-se como o dever-fazer imposto pelo querer do outro se presentifica no enunciado de Edna de Souza, índia guarani kaiowá, em depoimento registrado em 1991: “...Tenho de viver como branca para sobreviver: tenho de trabalhar, de terminar a faculdade, de lecionar segundo as ordens dos brancos...” (MEIHY, 1991, p.210).

Para Limberty (2003, p. 138) a manipulação do *dever fazer* produziu um duplo dano aos índios: o primeiro deles foi realizar um projeto de *fazer* a partir do *querer* do outro, o que lhes acentua a característica de *não humano*, de um *ser* totalmente alheio ao produto de seu *fazer*, o objeto-valor com o qual ele não entra em conjunção e que nem reconhece como valor. O

segundo dano é a modalização que eles sofrem no *ser*, na medida em que perdem a autoestima, preenchendo o papel de “incompetentes” para *saber*, para *poder* e para *querer* atribuído a eles, impedindo-os, por isso – e também pela completa ocupação de seu tempo em realizar o *querer* do *outro* – de *querer fazer* seus próprios projetos. É o que corrobora a afirmação de Edna de Souza, citada no parágrafo anterior: “...*Muitas vezes eu quero, mas não posso participar de tudo que a cultura nhandeva me ensinou... então sou dividida...*”. (MEIHY, 1991, p.210).

A partir dos anos 70 surgiram algumas ações alternativas às do governo brasileiro com relação à educação escolar indígena. No Brasil, iniciou-se – por conta da emergência mundial de debates em torno dos direitos humanos, possibilitados pelos processos de descolonização e pela tendência à globalização – um movimento de recuperação da autonomia e da autodeterminação dos povos indígenas, até então controladas pelo poder de tutela do Estado. Criaram-se organizações civis de colaboração, apoio e defesa da causa indígena, compostas por pesquisadores não índios – principalmente antropólogos e linguistas – indigenistas e missionários leigos.

Essas organizações atuaram como *adjuvantes* no programa narrativo da autonomia, defendendo o reconhecimento da diversidade sociocultural e linguística dos povos indígenas e, conseqüentemente, a participação desses povos como sujeitos virtuais modalizados para o *querer*, pois não estão *atualizados*, falta-lhes o *poder-fazer* em relação às definições, formulações e execuções de políticas e ações no campo indigenista. As iniciativas dessas organizações contribuem para mudanças importantes na visão que a sociedade nacional e o Estado brasileiro tinham dos indígenas e de seus direitos.

As iniciativas não governamentais de apoio aos índios aos poucos ganharam força e se multiplicaram; paralelamente, lideranças indígenas se articularam em assembleias. De acordo com Ferreira (2001),

A realização de assembleias indígenas em todo país, a partir de 1970, resultou na articulação de lideranças indígenas até então isoladas do cenário político nacional. Organizações indígenas foram sendo criadas, entre as quais se destacou a União das Nações Indígenas (UNI), em 1980 (FERREIRA, 2001, p. 87).

Dessas mobilizações surgiu uma política e uma prática indigenista paralela à oficial, desenvolvida pelo Estado, visando a soluções coletivas para problemas comuns aos diferentes

grupos étnicos, que se constituíram, basicamente, na defesa de territórios, no respeito à diversidade linguística e cultural, no direito à assistência médica adequada e a processos educacionais específicos e diferenciados. Como resultado efetivaram-se mudanças significativas na história dos povos indígenas no Brasil, iniciadas com a definição da Constituição de 1988 e asseguradas nos demais textos legais. (FERREIRA, 2001, p. 95)

No campo da educação escolar, as organizações indígenas e de apoio aos povos indígenas propuseram e mantiveram ações de cunho educativo que, gradativamente, passaram a compor uma rede de programas educacionais para as populações indígenas no Brasil. Essa rede se sustentou em projetos educacionais implantados para atender a reivindicações indígenas por uma educação diferenciada. Além disso, pressupuseram a participação *ativa* das comunidades indígenas – representadas por seus líderes – na elaboração, no acompanhamento e na execução dos projetos desenvolvidos em seus territórios. (MEC/SECAD, 2007, p. 15)

No início, esses programas eram voltados para a alfabetização de indígenas das comunidades envolvidas, respeitadas as demandas políticas e especificidades culturais e linguísticas. Em seguida, de forma autônoma e comunitária, as entidades promotoras passaram a se responsabilizar por iniciativas de formação de professores índios, pela formulação, sistematização e regularização de propostas curriculares alternativas às vigentes nas escolas indígenas até aquele momento e pela elaboração de materiais didáticos de autoria indígena adequados às diferentes realidades.

As organizações indígenas reivindicaram, junto ao poder público, a legitimação e legalização dessas atividades educacionais formais desenvolvidas pelos professores indígenas em suas escolas por meio da sua inserção no sistema público de ensino.

Nesse sentido foram criadas parcerias entre órgãos governamentais – de âmbito federal, estadual e municipal – e movimentos indígenas e organizações pró-índio e, aos poucos, experiências educacionais bem-sucedidas, desenvolvidas por essas organizações, passaram a ser referência para as agências governamentais na construção de políticas públicas oficiais. (FERREIRA, 2001, p. 96).

Essas novas referências políticas e conceituais foram afirmadas pelas definições presentes na Constituição de 1988, a qual, como mencionado, serviu como alavanca em um processo de mudanças históricas para os povos indígenas no Brasil. A partir dela a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas se *transformou* e a política estatal indigenista, de caráter integra-

cionista e homogeneizador, vigente, como vimos, desde o Período Colonial, deu lugar a um novo paradigma, no qual os povos indígenas passaram a ser considerados como “sujeitos de direitos” (MEC/SECAD, 2007, p. 16).

Segundo Cordeiro (2007), na concepção clássica de sujeito de direito proposta por Orlando Gomes e Clóvis Beviláqua, são admitidas duas espécies de pessoas: aquelas naturais ou físicas, de existência visível, denominadas seres humanos, e aquelas pessoas jurídicas, de existência ideal. O sujeito de direito é a quem a ordem jurídica atribui a faculdade, o *poder* ou a obrigação de *agir*, ora exercendo poderes, ora cumprindo deveres. Este poder atribuído é um gozo, uma vantagem. Desta forma, segundo o conceito clássico, o sujeito de direito é aquele que participa da relação jurídica, sendo titular de direitos e deveres, enfim, aquele que tem capacidade para tal. Esta possibilidade decorre de uma qualidade inerente ao ser humano, chamada personalidade jurídica e os que a têm são denominados “pessoas”.

Para a autora o conceito de sujeito de direito foi construído para atender aos princípios basilares da Era Moderna: igualdade, liberdade e fraternidade, com o propósito específico de sustentar um novo modo de produção: o capitalismo. Ela afirma que, anteriormente à Revolução Francesa, a economia apoiava-se no trabalho do servo e do escravo, inexistindo a figura de sujeito de direito. O advento revolucionário acrescentou mudanças, pois era imprescindível uma nova formatação para a força de trabalho. Assim, até aquele momento da história, os trabalhadores eram tutelados juridicamente por donos ou senhores; somente trabalhadores livres poderiam formular negócio jurídico tendo por objeto a sua força de trabalho. A solução foi a criação de um conceito abstrato, tornando todos os homens iguais em valor e dotando-os de liberdade para agir.

O homem, mesmo não pertencendo à categoria de “proprietário”, poderia manter viva a esperança de vir a sê-lo, pois todos são iguais e livres para obter tal feito. Segundo Cordeiro (2007) “a categoria de sujeito de direito surge em um momento da história e para dar condições a um novo modo de produção”. Foi assim que a igualdade formal e a noção de sujeito de direito representaram progresso indispensável para a operacionalização do modo de produção capitalista.

De acordo com o MEC/SECAD, a Constituição de 1988 rompe com uma tradição da legislação brasileira, marcada pela postura integracionista que incorporava os índios à “comunidade nacional”. No texto constitucional, os índios não só deixaram de ser considerados uma

“espécie em vias de extinção” como passaram a ter assegurado o direito à diferença cultural, isto é, o direito de serem índios. O ordenamento jurídico, ao considerar o indígena como “sujeito de direito”, atribuiu-lhe o valor modal de *poder-fazer*.

Além do reconhecimento do direito dos índios de manterem sua identidade cultural, a Constituição de 1988 garante-lhes, no artigo 210, o uso de suas línguas maternas e criação de processos próprios de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações das culturas indígenas. Esses dispositivos abriram a possibilidade para que a escola indígena se constituísse num instrumento de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas, deixando de se restringir a um instrumento de imposição dos valores culturais da sociedade envolvente. Nesse processo, a cultura indígena, devidamente valorizada, deve ser a base para o conhecimento dos valores e das normas de outras culturas. A escola indígena, então, passa a desempenhar um importante e necessário papel no processo de autodeterminação desses povos.

Em decorrência desse reconhecimento, fica definida como responsabilidade da União assegurar e garantir aos povos indígenas o direito de serem diferentes, de manterem sua organização social, seus costumes, suas línguas, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

O direito ao uso da língua materna e dos processos próprios de aprendizagem ensejou mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que menciona, pela primeira vez, de forma explícita, a educação escolar para os povos indígenas. Essa menção encontra-se na parte do Ensino Fundamental, no artigo 32, que estabelece que o ensino seja ministrado em língua portuguesa, mas assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, ou seja, reproduz-se o direito inscrito no artigo 210 da Constituição Federal.

Nos artigos 78 e 79, nas “Disposições Gerais”, preconiza-se como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngue e intercultural que fortaleça as práticas socio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena, e proporcione a oportunidade de recuperar sua memória histórica e reafirmar sua identidade, dando-lhes também acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional. Para que isto possa ocorrer, a LDB determina a articulação dos sistemas de ensino para a elaboração de programas integrados de ensino e pesquisa, com a participação das comunidades indígenas em sua formulação e que

tenham como objetivo desenvolver currículos específicos, neles inclusos conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades. A LDB ainda prevê a formação de pessoal especializado para atuar nessa área e a elaboração e publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados.

A partir da Constituição de 1988 outros textos legais³ foram criados no sentido de garantir aos indígenas uma educação escolar específica e diferenciada onde o professor indígena passou a ser categoria necessária ao “novo” modelo de escola que se delineava.

O Decreto Presidencial nº 26/1991 retirou da FUNAI a incumbência exclusiva de conduzir processos de educação escolar junto às comunidades indígenas e atribuiu ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC) a responsabilidade pela proposição da política de educação escolar indígena, passando aos Estados e Municípios a responsabilidade pela execução, sob a orientação desse órgão.

Para o delineamento dessas políticas, o MEC conta com a participação de representantes indígenas, entidades de apoio e outras instituições, adotando como parâmetro as experiências desenvolvidas pelas organizações não governamentais, afirmando conceitos e metodologias. Dessa maneira, iniciativas de caráter local se tornaram referência ampla para a conceituação e implementação de uma política pública de educação escolar indígena voltada ao atendimento da demanda de escolarização das comunidades indígenas, a partir de um novo paradigma da especificidade, da diferença, da interculturalidade e da valorização da diversidade linguística.

A educação escolar para indígenas passou a ser educação escolar indígena, tendo em vista que a proposta é de que sejam ouvidos e atendidos os povos indígenas com relação ao tipo de escola que querem e que eles próprios conduzam a gestão dessa escola. As ações governamentais passaram a ser orientadas para possibilitar que os povos indígenas discutam, proponham e procurem realizar seus modelos e ideais de educação escolar, segundo seus interesses e suas necessidades.

3 No âmbito Federal, a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001; o Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, regulamentadas pela Resolução nº 03/CNE/99; Referencial Curricular para as Escolas Indígenas (1998); Referencial para Formação de Professores Indígenas (2002).

Nesse caminho, educação escolar para indígena, anteriormente imposta aos índios e por eles vivenciada como uma ameaça à sua maneira de ser, pensar e fazer é atualmente reivindicada por eles. As comunidades indígenas percebem na educação escolar indígena por eles ressignificada um instrumento para a construção de seus projetos de autonomia. Percebem ainda novas possibilidades, novos caminhos para se relacionarem e se posicionarem diante da sociedade não indígena, em contato cada vez mais estreito.

A educação escola indígena almejada é aquela capaz de preparar os alunos indígenas para os desafios que o contato com a sociedade impõe, sem, no entanto, desrespeitar suas crenças e práticas culturais. Entre essas práticas, uma das mais relevantes concerne ao uso das línguas indígenas, proibidas nas escolas brasileiras até 1988.

Historicamente a educação escolar para indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e de negação de identidades diferenciadas, por meio de diferentes processos como a catequização, a civilização, a assimilação e a integração. Atualmente, a educação escolar indígena tornou-se um meio de acesso a conhecimentos universais e de valorização e sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais.

Considerações finais

Pode-se reconhecer, por meio das políticas indigenistas, que a relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, no que se refere à educação formal, esteve pautada, desde o período colonial até o final dos anos 80 do século passado, em uma tendência: a de dominação, por meio da integração e da homogeneização cultural. Essa tendência formou a base da política indigenista desenvolvida no Brasil em diferentes etapas de sua história. A partir da Constituição de 1988, um novo papel se delineou para a educação formal indígena: os protagonistas são os professores indígenas e suas comunidades. Alteraram-se os papéis narrativos e as comunidades indígenas, representadas por seus professores, passaram a ocupar “*papéis ativos*” na história da educação para indígenas, que passaram a ter o direito de tomar decisões sobre seus destinos, com autonomia e liberdade. Ao que se assiste hoje, os próprios povos indígenas reivindicam para si o direito de decidir o caminho que desejam trilhar, a partir de relações mais equilibradas com o mundo de fora das aldeias, assentadas no respeito às suas concepções de mundo.

Conforme o RCNEI “Os povos indígenas (...) têm o direito de decidir seu destino, fazendo suas escolhas, elaborando e administrando autonomamente seus projetos de futuro”. (BRASIL, MEC, 2005).

Referências

AMOROSO, Marta R. A mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001.

ARANHA, Maria L. de A. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

BARROS, Diana L. P. de (Org.). *Os discursos do descobrimento: 500 anos e mais anos de discursos*. São Paulo: Fapesp, 2000.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Igreja, educação e escravidão no Brasil colonial. *Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista*, v. 7, n. 1, p. 85-102, 2007. Disponível em: <<http://www.uesb.br/politeia/v7/artigo4.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2010.

CORDEIRO, Diva. O princípio da igualdade e o sujeito de direito. *Revista Jus Vigilantibus*. ISSN 1983-4640, 2007. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/24691>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

CUNHA, Manoela C. da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

_____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERREIRA, Mariana K. L. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001.

GOMES, Mércio P. *Os índios e o Brasil: ensaio sobre o holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1991.

LIMBERTI, Rita de C. P. *Imagens do índio: discursos e representações*. 2003. Tese – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MEIHY, José C. S. B. *Canto de morte kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1971.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/Secad, 2005.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola*. Brasília: DF, 2007.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

RIBEIRO, Berta G. *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Global, 1984.

UM OLHAR SOBRE A CHINA: DISCURSO, REPRESENTAÇÃO E CULTURA

Elza Mieke Koba Perles
Vânia Maria Lescano Guerra

Temos que questionar essa visão limítrofe que nos é familiar em diversas teorias da linguagem atualmente mobilizadas, e também concordar com Nietzsche e Foucault, por entendermos que a interpretação e verdade são contingentes, pois elas estão no verdadeiro de cada tempo e nas tramas discursivas de cada rebanho.

(Guerra, Vania M. L.; Benites, Flávio R. G., 2010, p. 394).

Considerações introdutórias

A sociedade contemporânea se configura como a sociedade do conhecimento, na qual a informação, tanto no nível local quanto global, constitui-se em fonte de saber que confere poder. Nessa perspectiva a mídia exerce papel fundamental na configuração desse saber/poder, visto que ela é uma importante instância de produção de informação que circula no meio social. Em função do papel que exerce na atualidade, o discurso midiático tem sido objeto de muitos estudos da perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (AD), que procura mostrar a constituição do discurso e explicar os mecanismos que embasam a produção de sentido.

Os órgãos midiáticos, sobretudo os jornais, são formadores de opinião e exercem influência na formação identitária dos mais variados segmentos sociais, posto que a representação identitária que os jornais veiculam, seja subliminarmente ou explicitamente, é constitutiva de nosso imaginário social.

Este trabalho¹ pretende problematizar o discurso dos jornais *Folha de S. Paulo*, doravante *FSP*, acerca da China, país em franco desenvolvimento e sede das Olimpíadas de 2008, e examinar as relações de poder que determinam a imagem identitária daquele país frente aos brasileiros. Tomando como acontecimento discursivo as Olimpíadas de Pequim, por ser um evento de relevância internacional, partimos da hipótese de pesquisa de que o evento esportivo fez emergir um novo discurso acerca da China nos órgãos midiáticos. Da perspectiva foucaultiana, o acontecimento do discurso deve ser entendido pelo princípio da sua regularidade, de modo que para analisar o discurso é preciso pensar o acontecimento, as séries, a regularidade e as condições de possibilidade.

Para tanto analisamos dois excertos do discurso em questão à luz dos preceitos teóricos da AD, a partir dos trabalhos de Foucault (2001, 2008a, 2008b e 2009), bem como das teorias do discurso midiático trazidos por Charaudeau (2009). O primeiro excerto foi retirado da reportagem “Made in China”, publicado em 09 de agosto de 2008 e o segundo, da entrevista concedida pela antropóloga Susan Brownell, publicada em 06 de julho de 2008.

A escolha temática deste trabalho se deve à importância que a China alcançou no cenário mundial, tornando-se, em 2010, a segunda economia do mundo, com perspectivas de superar os Estados Unidos nos próximos vinte anos (TREVISAN, 2006). Quanto à opção pelo discurso midiático, o estudo acerca da China decorre da importância das mídias na sociedade contemporânea, dada a sua penetração nas mais diferentes classes sociais, bem como por ser responsável, em certa medida, pela construção do imaginário social, pois cria formas simbólicas que representam o mundo real que são cristalizados e incorporados pela sociedade – segundo Gregolin (2003), a mídia se configura pela construção da história do tempo presente. Devemos considerar ainda que toda informação que possuímos sobre a China nos chega por meio da mídia, sobretudo jornalística e televisiva, em virtude do isolamento por que passou o país asiático durante décadas.

Buscamos neste trabalho desvelar a construção dos efeitos de sentido do discurso midiático e buscar os efeitos de verdade que emergem da opacidade do discurso travestida pela aparente neutralidade e transparência, e, desse modo, mostrar a configuração discursiva da representação identitária que a *FSP* constrói acerca da China. Essa representação é constituída

1 Agradecemos a leitura atenta do Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues, em junho de 2010.

nos fios do discurso, num entrelaçamento com as teias da memória e da história, de modo que estudar a identidade chinesa pressupõe o conhecimento da história recente e antiga da China, bem como de toda a complexidade que envolve esse país. Pressupõe ainda relacionar o discurso com as teias da memória e as representações identitárias consolidadas no imaginário social ocidental a respeito desse país emergente.

Tanto para Fish (1992) quanto para Coracini (2007), o poder cria regras de conduta que acabam abafando a multiplicidade de pontos de vista, responsáveis pelas contradições e conflitos, capazes de provocar as mudanças interna e externa necessárias. Consideramos que as visões de imaginário que perpassam os textos de Fish e Coracini surgem como diretrizes de nossa interpretação. A visão discursiva de Coracini traz o imaginário ligado a representações socialmente construídas e transmitidas, isto é, sempre que lemos estamos interpretando, construindo sentido a partir do que somos, do momento sócio-histórico que nos constitui como sujeitos.

O discurso e o engendramento do poder

O discurso, na perspectiva teórica da AD, é tomado como práticas sociais que se constituem sócio-historicamente entre os sujeitos, cujo funcionamento engendra a confluência entre a língua, o sujeito e a memória. (GREGOLIN, 2003, 2007) Assim, estudar o discurso pressupõe analisar a produção de sentido desse discurso a partir da materialidade linguística em sua relação com o sujeito enunciador, com a história e a memória, que (re)atualiza o dizer. Desse modo, as palavras (re)significam numa constante inter-relação com a história e a memória na forma de interdiscursos, de outros já-ditos, fora, em outro lugar. Vale ressaltar, portanto, que as palavras não são neutras, tampouco transparentes, ao contrário, denunciam posições ideológicas que emergem das relações com os outros discursos, com o interdiscurso. Além disso, o discurso, na perspectiva foucaultiana, não pode ser estudado fora das relações de poder.

De acordo com Foucault (1990), discurso e poder se inter-relacionam, de modo que as relações de poder permeiam a produção do discurso. Para o filósofo, o poder surge como questão metodológica. O poder não se localiza em instituições como o Estado, não é algo que um indivíduo cede ao soberano, o poder é, antes, uma relação de forças e como tal está em todas as partes, ou seja, o poder atravessa todas as relações pessoais e sociais.

As incursões foucaultianas nos estudos do discurso são evidenciadas em várias de suas obras, sobretudo em “Arqueologia do saber” (2008a), “A ordem do discurso” (2008b) e “Microfísica do poder” (2009). A grande contribuição de Foucault diz respeito ao sujeito e suas relações com o poder, saber e a verdade, bem como com os deslocamentos e as formas como os discursos se constituem ao longo do tempo. Nessa perspectiva, configuram-se as noções de ruptura, descontinuidade, dispersão, de modo que o discurso passa a ser estudado em seu acontecimento discursivo, em sua historicidade.

A história, na perspectiva foucaultiana, não deve ser vista em sua linearidade, na sucessão de fatos históricos, deve antes ser pensada em sua descontinuidade, na ruptura, onde emergem as relações de poder. Nesse aspecto, tornam-se relevantes as noções de arquivo e genealogia, bases dos preceitos teórico-metodológicos denominados *arqueogenealogia*, que fundamentam esta pesquisa.

Foucault (2008a) chama de arquivo a soma de todos os discursos possíveis, sem estabelecer nenhuma hierarquia de valores, apenas buscando as regularidades do discurso: é sobre esse arquivo que a arqueologia deve incidir. O método arqueológico investiga a natureza do poder na sociedade a partir dos discursos produzidos na sociedade numa dada época. Para o filósofo, interessam os discursos sobre a psiquiatria, a medicina e o direito, desse modo ele investiga a natureza desses saberes, rejeitando qualquer tentativa de unificação da memória coletiva, da linearidade histórica. Ao contrário, busca na descontinuidade e na dispersão os fundamentos de sua pesquisa.

O conceito de genealogia apoia-se em Nietzsche, que estabelece a história do presente nos domínios dos saberes. O método genealógico postula a relação do saber com o poder, considerados em uma relação intrínseca. Assim, esta pesquisa busca, nos arquivos do discurso midiático sobre a China, as relações de poder que possibilitam o aparecimento desse discurso.

Foucault dedicou inúmeros estudos às relações de poder que regem as relações sociais, sobretudo nas obras já citadas, bem como em “Vigiar e punir” (2001). Já nos seus livros intitulados “Arqueologia do saber” (2008a) e “A ordem do discurso” (2008b), o historiador investiga como os saberes foram se constituindo e as suas condições de aparecimento. Nessa fase chamada arqueológica, ele apresenta o método arqueológico no qual o analista, qual um arqueólogo, “escava” os enunciados a fim de investigar seu funcionamento e compreender a formação discursiva que possibilitou seu aparecimento.

Em “Arqueologia do saber” (2008a), Foucault apresenta também a noção de Formação Discursiva, tão cara para a AD e que influenciou as pesquisas de Pêcheux. O conceito de FD possibilitou ao filósofo investigar como o saber se constitui a partir das práticas discursivas em determinada época. Tomando o enunciado como acontecimento discursivo, para Foucault (2008a, p. 30) interessa “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar”, desse modo o autor investiga o funcionamento do discurso no âmbito das formações discursivas, trazendo à tona o surgimento do saber psiquiátrico sobre a loucura.

As formas de exercício do poder são ressaltadas em “Vigiar e punir” (2001) e “Microfísica do poder” (2009). Em sua vasta obra, Foucault estudou as formas de exercício do poder ao longo da história, cujas práticas punitivas do corpo foram se transformando em práticas disciplinares, em sistemas de controle, de poder e de exclusão. Para ele, por meio do poder disciplinador é possível explicar o funcionamento do poder sobre o indivíduo na sociedade moderna. As práticas disciplinares, segundo o filósofo, conduzem à sociedade disciplinar, e o poder disciplinador é também exercido pela escola, igreja, quartel, hospital, entre outros. Nessa perspectiva, a disciplina utilizada no sistema carcerário também é uma das formas de adestrar o indivíduo e torná-lo produtivo (GREGOLIN, 2003, p. 101), do mesmo modo, os sistemas de segurança, com câmeras de vídeo, também representam o poder disciplinador, assim, toda a sociedade é submetida a esse poder. De certa forma, a mídia jornalística também exerce esse tipo de poder disciplinar, pois as condutas consideradas irregulares costumam estampar as manchetes de jornais.

O poder não se manifesta, portanto, de forma centralizada e hierárquica, na figura do Estado, ele se espalha e se estende por toda a sociedade, manifestando-se em micropoderes (FOUCAULT, 2001), por meio das relações de luta e jogos de força entre os grupos sociais. Tal embate de relações de força ocorre no âmbito do saber, de modo que poder e saber se imbricam. Gregolin (2003, p. 100) ressalta que a disciplina gera saber e este por sua vez gera poder, de modo que poder e saber se relacionam intrinsecamente. E no âmbito do discurso midiático, o poder das mídias se concentra, fundamentalmente, nas práticas discursivas relacionadas ao regime de verdade. Conforme já dissemos, a ilusão da unicidade do discurso midiático, bem como a sua aparente objetividade, criam efeitos de verdade. Ao analista do discurso cabe dissecar a construção desse discurso e revelar os efeitos de sentido possíveis, circunscritos nas formações discursivas, nas quais o sujeito enunciativo se inscreve, bem como a *vontade de verdade* desse discurso.

Para Foucault (2008b p. 9), em nossa sociedade a produção do discurso passa por processos de exclusão, de interdição, de modo que “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa”. O discurso sobre a sexualidade e o discurso político são, para o filósofo, lugares privilegiados onde o poder se manifesta. Foucault (2008b, p. 19) nos ensina, ainda, que não existe a verdade, mas a *vontade de verdade*, considerada, junto com a *palavra proibida e a segregação da loucura*, os três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso. Segundo o filósofo, qualquer um não pode falar qualquer coisa, o discurso se encontra inserido em uma “ordem do discurso”, do qual fazem parte esses sistemas de exclusão. A vontade de verdade também se configura como uma construção sócio-histórica na confluência com o poder. A verdade é construída em cada época, de acordo com as forças de poder que as regem em cada período histórico.

Dos três sistemas de exclusão, é da vontade de verdade que menos se fala, pois ela se nos apresenta mascarada pela própria verdade: apresenta-se aos nossos olhos como verdade única e universal. A vontade de verdade se configura como sistema de exclusão, pois ela exclui todas as outras verdades que a ela se contrapõem. Concernente ao discurso midiático, a vontade de verdade é perpassada pelos interesses econômicos e mercadológicos, visto que a sociedade pós-moderna, de acordo com Jameson (2001), é constituída sob a égide do capitalismo tardio e da globalização da economia. Assim, ela constrói sua verdade a partir das relações de poder do capital, e a mídia, como toda a sociedade, também é regida pelas mesmas relações de poder. Considerando que o discurso verdadeiro é construído historicamente pelas relações de poder em cada época, um discurso considerado verdadeiro em determinado período pode não o ser em outro, ou na mesma época, mas em sociedade com valores culturais diferentes. Assim, a verdade historicamente construída no Ocidente pode não se apresentar como tal no Oriente, ainda que este seja afetado pela globalização e pelo domínio cultural norte-americano. O discurso da *Folha de S. Paulo*, concernente à abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, parece traduzir a vontade de verdade do capitalismo Ocidental, cujos valores não são exatamente os mesmos do comunismo chinês, ainda que a abertura econômica tenha inserido a China no mercado globalizado.

Charaudeau (2009, p. 48) assevera que a verdade, para as sociedades ocidentais, pré-existe à sua manifestação, no entanto essa premissa se encerra na medida em que o homem é o

agente e ao mesmo tempo beneficiário da verdade; sendo assim, ela é marcada pela contradição, pois se a verdade é exterior ao homem, ao mesmo tempo só pode atingi-lo por meio de seu sistema de crenças e valores. Com efeito, Charaudeau (2009, p. 49) define valor de verdade e efeito de verdade no discurso midiático: o valor de verdade é expresso por meio de construções explicativas de caráter científico exterior ao homem, que se define como “técnicas de saber dizer, de saber comentar o mundo”; já o efeito de verdade está ligado ao crer verdadeiro, é, pois, subjetivo, sendo que cada sujeito confere um efeito de verdade de acordo com a relação que estabelece com o mundo. O discurso midiático não busca a verdade em si, mas a credibilidade, posto que a verdade é uma construção discursiva.

Na perspectiva de Charaudeau, torna-se mais apropriado falar em veracidade da notícia do que em verdade veiculada pela notícia. Já na perspectiva foucaultiana, a verdade não existe fora do poder, ela é construída no/pelo poder. Para a AD, importa mais a constituição do discurso midiático, ou seja, a explicação dos seus mecanismos e estratégias discursivos que produzem os efeitos de sentido interpretados pelo leitor. Desse modo, ao adotarmos a perspectiva foucaultiana nesta pesquisa, importa-nos o desvelamento das relações de poder que determinam a vontade de verdade do discurso midiático, considerando a intersecção entre a língua, o discurso e a história, bem como a memória discursiva que permite os deslocamentos de sentido decorrentes de usos linguísticos feitos pela mídia, tal como ocorre no título da reportagem “Made in China”, sobre a abertura das Olimpíadas, veiculada pela *FSP*.

Devemos considerar que o título da reportagem “Made in China” veiculada pela *FSP* inscreve no discurso jornalístico a memória do discurso econômico. A expressão “made in” significa “feito em” e remete à produção industrial destinada à exportação. Afora isso, devemos considerar o contexto amplo que inseria a China como um dos principais responsáveis pela indústria da falsificação de produtos industriais, de modo que os produtos *made in* China eram conhecidos como falsificados ou de baixa qualidade. Portanto, esse título, referindo-se à abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, parece conferir ao evento o mesmo caráter de falsificação, tal como os produtos produzidos na China. Desse modo, a memória discursiva (res)significa o dizer, conferindo à expressão-título um sentido outro que só é recuperado pelo interdiscurso, pelos já-ditos que cristalizaram uma representação identitária da China como o “paraíso da pirataria”.

Vale dizer que, na Análise de Discurso, o texto não é visto como uma unidade fechada, com começo, meio e fim. Pelo contrário, ele é estudado a partir de sua relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com as condições de produção (os sujeitos e a situação), com a exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer), o que caracteriza sua incompletude (ORLANDI, 1996, p. 54). E no que diz respeito às formações discursivas (FD), Pêcheux (2009, p. 162) diz que o propósito de toda formação discursiva é dissimular, mascarar na evidência e transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso. Objetividade material essa que reside no fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, a partir do que pode e deve ser dito em cada discurso (FD).

Nessa ótica, o interdiscurso é a relação de um discurso com outros discursos, constitui os outros dizeres, o já-dito. Apoia-se na noção de pré-construído que, por sua vez, refere-se ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que impõe a realidade e seu efeito de sentido sob a forma da universalidade. (cf. PÊCHEUX, 2009, p. 164). Graças ao interdiscurso, o sujeito pode sustentar o seu dizer por meio das filiações de sentido presentes no já-dito.

Análise discursiva acerca da China

Tanto para Fish (1992) quanto para Coracini (2007), o poder cria regras de conduta que acabam abafando a multiplicidade de pontos de vista, responsáveis pelas contradições e conflitos, capazes de provocar as mudanças interna e externa necessárias. Consideramos que as visões de imaginário que perpassam os textos de Fish e Coracini surgem como diretrizes de nossa interpretação. A visão discursiva de Coracini traz o imaginário ligado a representações socialmente construídas e transmitidas, isto é, sempre que lemos estamos interpretando, construindo sentido a partir do que somos, do momento sócio-histórico que nos constitui como sujeitos (GUERRA, 2010).

Logo após o término dos Jogos de Pequim, em outubro de 2008, o mundo inteiro se viu assolado pela maior crise econômica depois de 1929 (CARDOTE, 2009), cujo epicentro ocorreu nos Estados Unidos. Enquanto isso, a China, embora afetada pela crise internacional, apresentou um crescimento de 9,6%, em 2008, e 8,7%, em 2009 (BBC Brasil, 2010). Tais números mostram o país asiático como um dos responsáveis pela recuperação econômica

mundial, ampliando a relevância da China como potência internacional, despertando cada vez mais o interesse dos países ocidentais a respeito desse país que se abriu para o capitalismo, mas conduz com rigor a estrutura política do Partido Comunista.

Durante a realização das Olimpíadas de Pequim o mundo todo esteve conectado com o País do Meio, emissoras de televisão e jornais do mundo todo enviaram correspondentes ao país para acompanhar e transmitir os Jogos. A cerimônia de abertura, que aconteceu no dia oito de agosto de 2008, às 20h 08min, horário de Pequim, foi assistida por aproximadamente 4 bilhões de pessoas em todo o mundo, de acordo com os organizadores do evento. Diante do objetivo deste trabalho, qual seja, encontrar, na materialidade linguística, na opacidade da língua, nos fios que tecem o discurso jornalístico da mídia brasileira, indícios da identidade chinesa, tomando como acontecimento discursivo as Olimpíadas de Pequim, consideramos necessária a compreensão do conceito de arquivo, formulado por Foucault (2008a). Para o filósofo a noção de arquivo não se refere à “soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documento de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida” (2008a p. 146). O arquivo é antes

o que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das performances verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas; mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo. (FOUCAULT, 2008a, p. 146)

A noção de arquivo, conforme proposta por Foucault, refere-se, pois, à análise de um conjunto de enunciados produzidos segundo um sistema de enunciabilidade, segundo leis que regem o seu aparecimento. Para Coracini (2007, p. 16), o arquivo é “aquilo que justifica, sem que se saiba a sua razão imediata, o que pode ser dito num dado sistema de discursividade: é, enfim, o que dá sentido ao que é dito”, desse modo, o arquivo se relaciona com a memória, que (re)atualiza os dizeres. A autora assevera ainda que a noção foucaultiana de arquivo sofre a ação das relações de poder, visto que é responsável pela materialização das práticas discursivas. De acordo com Foucault (2009, p. 8), o poder é produtivo e não apenas repressivo, ele produz coi-

sas, produz o saber, produz o discurso. O discurso por sua vez é “ao mesmo tempo instrumento e efeito de poder” (CORACINI, 2007, p.17); se o discurso é o lugar onde se exerce o poder, é também o lugar de resistência, visto que, para Foucault, não existe poder sem resistência. Ou seja, o sujeito resiste ao poder, sendo o discurso *instrumento e efeito do poder* e o sujeito uma constituição discursiva, o sujeito resiste ao poder que o constitui.

Consideramos que a mídia jornalística se configura como uma instância de poder que produz um saber; o poder de circulação e a abrangência do discurso midiático conferem à instância midiática o *status* de “quarto poder”, segundo Charaudeau (2009). O discurso midiático reorganiza os relatos de supostas verdades sobre a realidade, de modo que as relações de poder não se mostram como tal, são travestidas de “retrato fiel da realidade”, de verdade única dos fatos, veiculadas como se não existissem outras vozes, outras verdades. Pode-se dizer que a memória social, que outrora se encontrava nas relações sociais e culturais dos indivíduos, agora se encontra nos arquivos da mídia (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 116), tornando-se dispositivo identitário e produtor de subjetividades. Para Coracini (2007, p. 60), a identidade seja nacional ou individual é construída socialmente por quem tem o poder, por quem, legitimamente, tem o poder de dizer verdades. Assim, procuramos “escavar”, nos arquivos do discurso midiático, indícios da constituição identitária de um país controverso e importante como a China.

O movimento identitário da China no discurso da FSP

O silêncio não são as palavras silenciadas que se guardam no segredo, sem dizer. O silêncio guarda um outro segredo que o movimento das palavras não atinge² (Le Bot, 1984, p.57)

Em E1, encontramos a referência aos protestos que antecederam a Olimpíada, marcando o evento como eminentemente político.

E1 - O desfile das 204 delegações de atletas **também** fez lembrar que a festa era política. Aliados da China no cenário internacional, Paquistão, Cuba e Coreia do Norte foram

2 Tradução nossa.

os mais aplaudidos – depois, claro, da anfitriã. As passagens de EUA, Japão e França mereceram **murmúrios e aplausos polidos**. [...] Os discursos, embora breves, também tiveram pitadas políticas. Presidente do COI (Comitê Olímpico Internacional), o belga Jacques Rogge disse que os Jogos “são o encontro de 204 nações, **independentemente** de origens étnicas, sexo, religião ou sistema político”. Comandante do comitê organizador de Pequim, Liu Qi falou em “**aprofundamento do entendimento mútuo**”. **Isso diante de jovens vestidos com trajes das 56 minorias étnicas chinesas**, pintando um **retrato de harmonia** que os protestos de tibetanos e muçulmanos uígures insistem em desmentir.³

As marcas formais indicam uma afirmação do caráter político do evento com a utilização do operador argumentativo “também” em “O desfile das 204 delegações de atletas também fez lembrar que a festa era política”, ou seja, para a *FSP*, a cerimônia como um todo teve viés político, apesar do esforço empreendido pelo governo chinês em mostrar apenas a festa colorida. Para o jornal, os aplausos aos aliados políticos da China e os “murmúrios e aplausos contidos” aos não aliados são indícios da conotação política do evento, sobretudo se considerarmos que tais aliados são países fechados que vivem sob o regime socialista e sofrem sanções econômicas impostas pela ONU. Além disso, o operador argumentativo “também” vem reativar os acontecimentos que antecederam os Jogos, ou seja, os protestos contra a China em razão dos confrontos no Tibet, de modo que o discurso da *FSP* aqui encontra-se inscrito na FD política atravessada pela FD dos direitos humanos.

Durante o desfile das delegações, segundo o jornal, houve o *silenciamento* dos países não aliados da China, ao mencionar “os aliados da China no cenário internacional Paquistão, Cuba e Coreia do Norte foram os mais aplaudidos”; aqui, são silenciados também todos os outros países que não o são, dentre os quais estão Estados Unidos, Japão e França, que, segundo o jornal, “mereceram murmúrios e aplausos polidos”. Ressaltamos que os referidos países são tradicionais opositores do regime comunista chinês, embora se apresentem como importantes parceiros comerciais. De acordo com Foucault (2008b), há um dispositivo de interdição, de silenciamento, no processo de produção de sentido que nos faz entender a dimensão do não dito. No desvelamento das relações de poder que determinam a vontade de verdade do discurso

3 Grifos nossos.

midiático, o silenciamento desses países, sobretudo dos Estados Unidos, revela um confronto velado entre os países socialistas, aliados da China, e as potências capitalistas ocidentais.

Para Bhabha (2007), o Japão deve ser considerado como pertencente ao bloco capitalista ocidental, embora situado na Ásia oriental. Temos então um confronto entre as mais importantes nações do mundo e a mais nova superpotência mundial que ora emerge; assim, o silenciamento das potências ocidentais pode ser interpretado como uma forma de resistência ao domínio do imperialismo ocidental.

Também são interditadas pelo governo chinês, segundo o jornal, as vozes das minorias étnicas, conforme observamos em E 1, na passagem “comandante falou em ‘entendimento mútuo’”. As palavras da autoridade chinesa referem-se aos conflitos e protestos envolvendo a China, testemunhados pelo mundo, nos meses que antecederam o evento esportivo. Ao dizer algo, automaticamente se interdita o que não é dito, assim, a expressão “entendimento mútuo” silencia os conflitos, de certa forma, censura os protestos e os direitos exigidos pelas etnias subordinadas a Pequim, excluindo esses segmentos da sociedade chinesa. Frente à assertiva do jornal impresso de que “Isso [ocorreu] diante de jovens vestidos com trajes das 56 minorias étnicas chinesas, pintando um retrato de harmonia que os protestos de tibetanos e muçulmanos uigures insistem em desmentir”, a *FSP* vem conferir às palavras do presidente do comitê organizador uma “vontade de verdade”: a versão chinesa que confere apenas aos chineses o *status* de verdade vem implicar uma *interdição* da outra versão dos fatos aos olhos do mundo (FOUCAULT, 2008b).

Aqui, o silenciamento entre os interlocutores ainda pode ser entendido como uma não linguagem que circunda o círculo da linguagem, temporalmente configurada, não se confundindo com o ato de se calar, que, à sua maneira, é um modo de fala. Sabe-se, entretanto, que o silêncio é também “a fala de um ausente” (FREUD, 1984, p.110). E é no intervalo, no silêncio que algo continua a ressoar, algo fecundo que subjaz o discurso midiático: exclusão, subalternidade, inferioridade.

Além disso, a heterogeneidade mostrada marcada pela presença do discurso direto, demarcada pelas aspas, configura um distanciamento entre a voz enunciativa do jornal e a afirmação feita pela autoridade chinesa, de modo que o discurso direto isenta o sujeito enunciator da responsabilidade pelo efeito de sentido provocado por tais palavras; no entanto o uso do

termo referencial “isso” parece mostrar o espanto do sujeito jornalista diante de uma afirmação julgada “mentirosa”, acerca da autoridade chinesa. Tal espanto se acentua se considerarmos que o discurso foi proferido por uma autoridade, por um sujeito que tem o direito de dizê-lo, a partir de uma fala que está na *ordem do discurso*.

De acordo com Foucault (2008b, p. 37), a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada e selecionada, passando por procedimentos de exclusão, ou seja, “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”, para entrar na ordem do discurso é preciso satisfazer certas exigências, é preciso ser qualificado para fazê-lo. O Sr. Liu Oi está legitimado para enunciar tal discurso, ele fala do lugar de comandante do comitê organizador do evento, do lugar de autoridade que lhe permite proferir um discurso em nome do governo chinês.

Devemos considerar também que o discurso direto, ou o “discurso relatado”, de acordo com Charaudeau (2009, p. 163), apoiado na operação de empréstimo, tem o objetivo de produzir autenticidade ao dito de origem. O sujeito jornal assume o posicionamento de autoridade ao relatar e mostrar ao público leitor que ele, sujeito, sabe o que diz, além de lhe conferir poder, o poder de dizer a verdade. Desse modo, podemos dizer que a utilização das palavras da autoridade chinesa, por meio do discurso relatado, confere ao sujeito *FSP* o *status* de enunciador da verdade.

Entendemos que o termo “isso”, nesse caso uma anáfora indireta, remete não apenas às palavras de Lui Qi, mas ao fato de que o “aprofundamento do entendimento mútuo” silencia os conflitos étnicos e, sobretudo, as perseguições sofridas pelas minorias étnicas chinesas, ou seja, “isso” remete ao amplo contexto histórico-social que envolve essa questão tão conflituosa; além disso, a expressão “pintando um retrato de harmonia” mostra que essa harmonia é “forjada” pelo governo chinês. Assim, o discurso direto, retomado pelo termo referencial “isso”, é utilizado pelo enunciador para contestar a autoridade chinesa por meio de suas próprias palavras.

A outra citação apresentada nesse excerto de E 1, também demarcada por aspas confere ao enunciador a posição de autoridade, pois as palavras do presidente do COI confirmam o tom político do evento demonstrado pelo jornal, no decorrer da reportagem. Na passagem “independentemente de origens étnicas, sexo, religião ou sistema político”, temos a emergência do interdiscurso (PÊCHEUX, 2009) que ativa a memória discursiva dos conflitos étnicos, religio-

sos e políticos, ocorridos no Tibet, além dos conflitos entre as *Coreias*, entre Israel e Palestina, entre Estrados Unidos e Iraque, bem como as desigualdades sexistas que, longe de terem sido resolvidos, devem, segundo “o belga Jacques Rogge”, ser substituídos pelo espírito olímpico, pois trata-se de um *encontro* de nações e não de *confronto*.

Convém explicar que a reunião das 205 nações, dos cinco continentes, em uma única cidade, torna os países participantes hóspedes e o país-sede hospedeiro, aquele que acolhe, que recebe o outro. Na noção de Derrida de hospitalidade, o hóspede deve ser acolhido incondicionalmente por aquele que hospeda, pois a *lei da hospitalidade* absoluta determina uma acolhida inquestionável; no entanto, o termo hospedar – *hostis* - guarda em sua origem latina dois aspectos contraditórios: tanto indica hospitalidade, acolhimento, quanto hostilidade, de modo que o estrangeiro pode ser recebido como hóspede e como inimigo (2003, p. 41). Nas palavras da *FSP*, os aliados da China foram os mais aplaudidos “depois, claro, da anfitriã”, o que (res)significa que a China não hospeda todos os estrangeiros do mesmo modo, alguns ela acolhe e/ou hostiliza.

E 2, o outro excerto analisado, foi extraído de uma entrevista da antropóloga americana Susan Brownell, radicada em Pequim, concedida ao jornalista Raul Juste Lores, cujo título é “Chineses ainda têm complexo de inferioridade”. Na entrevista, a antropóloga traz as marcas identitárias dos chineses, conforme se vê em:

E 2 - Os chineses têm uma estratégia de investir em esportes que vão se tornar olímpicos. E ganham medalha nesses chamados “**esportes novos**”. Vários esportes que não eram olímpicos em 1984, hoje são dominados pelos atletas chineses. Eles também focaram em esportes sem tradição local, como o remo. O esporte é pouco praticado no mundo, então o nível internacional não é tão alto. É o oposto do que acontece com o futebol, onde o nível é altíssimo, então a China **não consegue nada**.

A China vai bem em *badminton*, tiro com arco, tênis de mesa, onde sempre foi forte, mas apenas ganhou na natação quando o doping não era tão controlado, depois nunca mais. [...] Muitos chineses **ainda se veem** com o preconceito ocidental do século 19. **Julgam-se** menores, mais fracos, desnutridos, pequenos, há um complexo de inferioridade. É uma ideologia **desatualizada**, que o resto do mundo **já** deixou para trás, **mas** que **ainda deixa** marcas no país.

Entendemos que o operador argumentativo “ainda”, presente no título, remete à memória discursiva do período histórico em que a China foi subjugada pelas potências ocidentais, durante os séculos XIX e XX, em decorrência da Guerra do Ópio, quando a China se viu obrigada a ceder parte de seu território à possessão inglesa, francesa, alemã, russa, japonesa e americana. Ao mesmo tempo, a expressão atualiza o complexo de inferioridade atribuído aos chineses, trazendo-o para o tempo presente, num indício de que tal sentimento perdura até hoje. O que implica dizer que os chineses se encontram numa condição de subalternidade, embora o país se constitua como um dos principais polos econômicos do mundo. Para Bhabha (2007), todas as culturas não eurocêntricas se encontram na periferia, à margem, assim, a China continua sendo um país periférico, mesmo sendo a segunda maior economia do planeta, o que justifica o enunciado sobre o sentimento de inferioridade dos chineses.

A entrevista foi publicada pela FSP sem as perguntas formuladas pelo jornalista, assim, as palavras da antropóloga foram organizadas por temas e inscritas em rubricas. Sob a rubrica “Estratégia”, o jornal traz o discurso de Brownell que parece atribui aos chineses uma imagem ardilosa, capaz de armar estratégias para galgar espaço no mundo esportivo, com a conquista de um número significativo de medalhas olímpicas. No entanto, de acordo com E 2, a China só é capaz de vencer em “esportes novos”, sem tradição olímpica, cuja prática não desperta interesse, tais como o levantamento de peso feminino, o taekwondo e o remo (sobretudo nas nações tradicionalmente bem sucedidas nos Jogos). Isso pode ser verificado no enunciado “O esporte [remo] é pouco praticado no mundo, então é nível internacional não é tão alto. É o oposto do que acontece com o futebol, onde o nível é altíssimo, então a China não consegue nada”. A dupla negação “não consegue nada” reforça a condição de incompetência atribuída à China, numa vontade de verdade que vem construir a imagem negativa desse país.

A referência ao título da matéria pode ser percebida sob a rubrica “Complexo”, numa indicação de que se trata de uma imagem imputada pelos próprios chineses. Em E 2, no enunciado “Muitos chineses ainda se veem com o preconceito ocidental do século 19”, observamos que o operador argumentativo “ainda” instaura um “agora” da enunciação que se reatualiza a cada leitura, de modo que o complexo de inferioridade é configurado como atual e constante, ou seja, é um sentimento que não se acaba. Trata-se da articulação de um sentimento em que

as construções verbais no tempo presente, “se veem” e “julgam-se”, trazem o pronome reflexivo “se” para atribuir ao próprio chinês tal complexo, isentando as nações ocidentais.

Também em E 2, os adjetivos “menores, mais fracos e desnutridos” instauram uma contradição, uma comparação com o(s) outro(s) considerado(s) como maior(es), forte(s) e nutrido(s); aqui a representação identitária dos ocidentais é marcada por uma imagem positiva, forte e saudável, em detrimento dos traços identitários dos chineses, marcados por adjetivos que os desqualificam. Segundo a entrevistada, essa representação a que os chineses se imputam é decorrente de uma ideologia “desatualizada”, visto que o mundo ocidental “já [a] deixou para trás”. Aqui, o operador argumentativo “já” permite ativar a rede de memória de que o Ocidente considerava os chineses inferiores, num passado não muito distante: havia, pois, uma ideologia colonialista que imputava ao país oriental uma imagem inferior, numa visão etnocêntrica, que procurava justificar a subjugação da China aos países ocidentais desenvolvidos. A mesma visão etnocêntrica tem tentado justificar o discurso colonial que, segundo Bhabha (2007, p. 11), tem por meta criar um estereótipo de degenerado para o colonizado, o que parece justificar a conquista e a imposição de um sistema administrativo colonizador. Embora essa visão ocidental em E 2 se constitua como passado, instaurado pelo verbo no pretérito perfeito “deixou”, os operadores argumentativos “mas” e “ainda” indicam uma ritualização do preconceito ocidental; visão também reforçada pelo verbo no presente do indicativo “deixa” em que, longe de ser um complexo sem justificativa, a marca colonialista continua latente.

Considerando as condições de produção desse discurso midiático, entendemos que a entrevista marca um regime de verdade que imprime uma visão estereotipada dos chineses, além disso, sendo a entrevistada uma pesquisadora, uma antropóloga e radicada em Pequim, suas palavras assumem a condição de verdade absoluta, pois ela o enuncia de seu lugar de autoridade, como estudiosa da sociedade humana. Entendemos ainda que, embora E 2 venha mobilizar que o complexo de inferioridade seja algo imputado pelos chineses, esse discurso chega carregado de contradições, outros sentidos, como todo discurso, sujeito a falhas, ao equívoco próprio da linguagem: o Ocidente tem uma visão estereotipada e colonialista dos chineses, perspectiva que está longe de acabar. Portanto, mais do que complexo dos chineses, trata-se de preconceito contra os chineses, discurso estereotipado e cristalizado ao longo da história dessas nações. Nessa medida, vale considerar a tese de Rancière (1996) de que a política deve ter como base

não o consenso, mas o conflito, efeito da angustiante presença da dissonância que o outro nos impõe; esse “outro” é o povo, sempre heteróclito, contraditório e multifacetado em seu desejo.

Considerações finais

[...] é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. (Paul Henry, 1994, p. 51-52).

Diante do nosso objetivo de problematizar os discursos midiáticos, estudando os engendramentos do poder/saber desses discursos que trazem as marcas identitárias acerca da China, em determinado contexto social e histórico, homologamos que o discurso da *Folha de S. Paulo* confere à abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim um caráter essencialmente político e evidencia a FD de onde o sujeito *Folha* enuncia seu discurso, qual seja, o capitalismo ocidental, marcado fortemente pelas ideologias das nações ocidentais, o que vem corroborar a construção de uma imagem negativa atribuída à China. Um país, segundo o discurso midiático, marcado pelo autoritarismo governamental, ausência de liberdade de informação e desconsideração com as minorias étnicas, evidenciando a marca identitária da desvalorização social e política, entre outras.

Examinamos que as relações de poder político e econômico ocidental determinam o surgimento desse discurso antichinês, visto que a *Folha de S. Paulo*, como quase todo órgão midiático brasileiro, insere-se na cultura e nos valores ocidentais e está sob a égide do poder econômico do imperialismo ocidental. Além disso, esse *mass media* é considerado como um veículo voltado à imagem de um público leitor escolarizado e com senso crítico aguçado, de modo que seus profissionais, cuja formação lhes garante conhecimento político e econômico, são capazes de perceber e de evidenciar o cunho político de um evento festivo como a abertura dos jogos olímpicos.

Homologamos também que o discurso da *FSP* marca uma vontade de verdade, que atribui à China uma imagem heterogênea, entre o autoritarismo, controle rigoroso da infor-

mação e ausência de direitos constitucionais básicos apregoados pelo Ocidente, e a imagem de subalternidade, de país periférico que busca superar a condição de colonizado. Essa imagem identitária que a *FSP* constrói da China não condiz com a condição de superpotência econômica que o país asiático tenta imprimir a si mesmo, assim, para a mídia brasileira, embora o país asiático tenha alcançado o posto de segunda economia do mundo, e seja importante parceiro comercial das nações desenvolvidas e em desenvolvimento, a China continua sendo marcado, identitariamente, como um país fechado aos valores ocidentais.

Por fim, é possível vislumbrar um caminho para se pensar uma política da diferença, e assumirmos, diante daqueles que pretendemos acolher em nossa nação, uma *hospitalidade incondicional*, o que significa oferecer-lhes uma hospedagem sem lhes impor pagamentos ou adaptações para que se acomodem ao tamanho do sofá que oferecemos...

Referências

BBC BRASIL. *Economia da China cresce 8,7% em 2009 e deve se tornar 2ª do mundo*. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila et. al. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CARDOTE, L. F. R. A crise econômica de 2008: a interdependência e as mudanças no regime financeiro internacional. *Revista de direito da Unigranrio*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2009.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

CORACINI, M. R. F. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade – línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

DERRIDA, J. *Anne Dufourmantelle convida Jaques Derrida a falar da Hospitalidade*. Trad. Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário do Aurélio*. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em: 13 maio 2010.

FISH, S. Is there a text in this class? The authority of interpretative communities. [1980]. Trad. Rafael Eugenio Hoyos-Andrade. *Alfa*, São Paulo, n. 36, p. 189-206, 1992.

Folha de S. Paulo, 06 de julho de 2008. Caderno Especial de Esporte.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2008b.

_____. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe B. Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. Method. *The history of sexuality: an introduction*. v. 1. Vintage, 1990 [1976], p. 92-102.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 24 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

_____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete, 24 ed. São Paulo: Vozes, 2001.

GUERRA, V. M. L.; BENITES, F. R. G. Movimentos interpretativos em Nietzsche, Foucault, Fish e Derrida. In: GUERRA, Vânia M. L.; NOLASCO; Edgar C. (Orgs.). *Formas, espaços, tempos: reflexões linguísticas e literárias*. Campo Grande: UFMS, 2010, p. 377-394.

GUERRA, Vânia M. L. *O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais*. São Carlos: Pedro e João editores, 2010.

GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades – comunicação, mídia e consumo. *Revista da ESPM*. São Paulo, v. 4, n 11, p. 11-25, nov. 2007.

_____. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, Eni P. (Org). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 29-53.

JAMESON, F. *A cultura do dinheiro: ensaio sobre a globalização*. Trad. Maria Elisa Cevalco e Marcos P. Santos. Petrópolis: Vozes, 2001.

LE BOT, M. Le silence dans les mots. *Corps Ecrit*. Paris: PUF, 1984.

NAVARRO-BARBOSA, P. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M.R. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 111-124.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica de discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi et. al. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento. Trad.* Ângela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.

TREVISAN, C. *China: o renascimento do império.* São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.

RETRATOS COMO *BIOPICTOGRAFIAS* DE CLARICE LISPECTOR

Marcos Antônio Bessa-Oliveira
Edgar César Nolasco

Os fatos da experiência, ao serem interpretados como metáforas e como componentes importantes para a construção de biografias, se integram ao texto ficcional sob a forma de uma representação do vivido.
(Eneida, Maria de Souza, 2002, p. 119).

As imagens de Clarice Lispector, via seus vários retratos – sejam fotografias, desenhos, imagens literárias, sejam pinturas – estão difundidas na memória cultural de grande parte da sociedade brasileira, latino-americana e até mundial. Alguns desses retratos da escritora, principalmente os que foram feitos pelos “amigos” artistas plásticos Giorgio De Chirico, Carlos Scliar, Alfredo Ceschiatti e Dimitri Ismailovitch, serão tomados aqui como difusores dessa imagem da intelectual na região da América Latina. A imagem da escritora que queremos compreender, acessando esses retratos artísticos, é a de uma intelectual que viveu, quase que constantemente, em diáspora, como dito, dentro e fora do Brasil. Esta é a primeira questão que queremos tentar pensar neste trabalho, que visa, principalmente, discutir a relação de amizade entre Clarice Lispector e quatro amigos artistas que a retrataram.

Outra questão que nos é pertinente pensar, por meio desses retratos claricianos, é exatamente a relação de amizade entre esses “amigos artistas” – Clarice e os seus “retratistas” – que acabam, mesmo que metaforicamente, levando a escritora a se tornar também uma pintora. Neste caso, temos algumas interrogações a que procuraremos responder: 1) Qual é a relação entre as *políticas da amizade*, dos amigos, que se sobressai daí? A difusão da carreira intelectual em um território geográfico maior?; O enveredamento profissional em outra prática artística,

que não a sua, no caso de Clarice Lispector!? 2) Em relação aos “amigos”: o fato de registrar artisticamente uma intelectual do “calibre” de Clarice Lispector traria alguma recompensa para a produção desses artistas? E já que a pauta deste trabalho é a amizade, e que talvez seja o mais importante aqui, finalmente queremos pensar: 3) Quais as imagens que esses amigos difundiram da amiga escritora na nossa região latino-americana?

A história de vida “errante” da escritora Clarice Lispector muito já fora contada pela grande crítica ensaística que cerca toda a obra da intelectual. Descendente de família ucraniana, fora gerada para salvar a mãe. Nascida sob o “signo” de Haia, no decorrer da viagem de navio em direção ao Brasil, aporta-se primeiro em Maceió, depois Recife e, em seguida, no Rio de Janeiro. Já em seu processo de escrita, casa-se com um diplomata, muda-se para vários outros estados brasileiros, mora em países da Europa e em cidades americanas. Nessa sua trajetória diaspórica, após sua separação conjugal, volta para o Brasil, com os filhos, 16 anos depois, e se instala na cidade do Rio de Janeiro. Trabalha intensamente na imprensa brasileira, como tradutora, escrevendo sua literatura, pintando suas telas, etc. Casos bem específicos sobre essa diáspora intelectual da escritora estão nas suas biografias, a exemplo de *Clarice: uma vida que se conta* (1995), *Clarice Fotobiografia* (2008) e *Clarice, uma biografia* (2009). Nesse sentido, vale advertir que não trataremos dessa diáspora de vida/história da escritora. Atravessado pelas questões relacionadas às políticas das amizades, partindo dos pensamentos derridaianos, queremos pensar em uma Clarice errante sim, mas não em uma Clarice que esteve certa e, muito menos, errada que, ao pactuar com seus amigos artistas plásticos, procurou favorecer a sua atividade intelectual. Essas relações de amizades a que pretendemos pensar se deram no plano das trocas ou de favorecimentos mútuos que os amigos de verdade se dispõem a fazer. Com relação à diáspora nas imagens/retratos de Clarice Lispector, pensamos a partir não de questões de raça ou cor, como aquelas pensadas magnificamente por Stuart Hall, mas de uma diáspora de credices religiosas, já que nossa personagem era de descendência judaica, na relação de não-pertencimento a lugar geográfico algum e a todos os lugares ao mesmo tempo, mesmo porque nossa autora tracejou um longo percurso de vida – desde o seu nascimento no trânsito entre a Ucrânia e o Brasil, até sua morte no estado do Rio de Janeiro. A diáspora a que nos referiremos é a de uma relação intervalar ou a de uma *fissura* que a imagem forte e inconfundível de

Clarice Lispector provocou, e ainda provoca, na cultura latino-americana, principalmente na brasileira, ao percorrer vários lugares distintos. Refletiremos nesta direção por partilhar da ideia de Alberto Moreiras ao afirmar que “[...] as fronteiras moveram-se em direção ao norte e para dentro. O imaginário imigrante precisa conhecer o outro, na medida em que esse outro é agora quase que nós mesmos, ou uma parte importante de nós mesmos” (MOREIRAS, 2001, p. 42). Ou seja, Clarice Lispector, retratada pelos amigos pintores, é parte dos “estrangeiros”¹ que vivem a *americalatinidade*.

Os retratos claricianos feitos pelos artistas, apenas para pensarmos em um único meio de divulgação midiático, constam em várias capas ou como ilustrações de publicações sobre a escritora que já foram traduzidas para várias línguas – latinas e europeias –, divulgando sua escritura e imagem (auto)biográficas. A partir dessa constatação, gostaríamos de iniciar a questão da diáspora da imagem em Clarice exatamente por aí, considerando que são por meio delas que leitores latinos – para concentrarmos em um lugar mais geograficamente delimitado – têm acessos às imagens da escritora. Seja pelos retratos dos amigos artistas, que, às vezes, são inseridos nestes livros, seja por imagens literárias dos retratos dos artistas que os autores desses livros relatam neles. As biografias de modo geral, que são as que mais alcançam espaços territoriais diferentes, trazem melhor esses “retratos”: ora como ilustração na capa ou internamente, ora descritos literariamente. Do nosso ponto de vista, os “retratos” das biografias literárias demarcam a diáspora latina da imagem clariciana na contemporaneidade ao avaliar que “a distinção de nossa cultura é manifestamente o resultado do maior entrelaçamento e fusão, na fornalha da sociedade colonial, de diferentes elementos culturais, asiáticos e europeus” (HALL, 2009, p. 31).

A difusão das imagens/retratos de Clarice Lispector encontra na América Latina um número ilimitado de culturas diferentes que a recebem de braços abertos como ilustrações de suas próprias imagens culturais. Neste caso, a diáspora da imagem clariciana se dá de forma a beneficiar a própria escritora e o artista que a produziu, já que aquela cultura na Améri-

1 Empregamos este termo aqui não apenas com o sentido de estrangeiros de línguas ou países diferentes, mas, antes, o inserimos com sentido de muito diferentes culturalmente, seja latino, americano, europeu, asiático – oriental ou ocidental – que habitam o mesmo *locus geocultural*, que é a América Latina.

ca Latina, também em condição de diáspora, identifica-se com ela. Ucrânianos, alagoanos, pernambucanos, cariocas, europeus, asiáticos, americanos, bolivianos, paraguaios, brasileiros e outros tantos povos que formam o *locus* latino-americano em situações parecidas ou não com a da escritora, reconhecem-se nas imagens, ilustradas e/ou literárias, da bibliografia da ou sobre a escritora. Pensamos nessa possibilidade levando em conta que a América Latina, mesmo com sua “heterogeneidade”,² ainda assim tem *a presença dos mesmos elementos rastreadores básicos* em diferentes países que formam o conjunto latino. Como advertimos, não queremos pensar aqui uma imagem diaspórica da escritora Clarice Lispector na América Latina, a partir de seus retratos feitos pelos amigos, como relações binárias entre os amigos e a escritora e, muito menos, entre os sujeitos latinos. Levamos em consideração, para pensar desta forma, o que dissera Stuart Hall sobre um conceito de diáspora fechado, do qual não queremos fazer uso aqui. Diz Hall:

O conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora (HALL, 2009, p. 32-33).

Acreditamos que as imagens circulantes da escritora, através dos retratos, são reconhecidas por sujeitos diferentes em cada lugar onde elas são expostas como retratos culturais seus também – uma vez que as imagens trazem, impregnadas nelas, significados e/ou referências diasporizadas de outros tantos lugares e culturas de “outros” por onde a escritora passara, vivera ou convivera. Os retratos sígnicos que estão por trás dos retratos-imagens

2 Utilizamos o termo “heterogeneidade”, aqui entre aspas, pensando na possibilidade de que não seja entendido como sinônimo de muitos que representam um, como também não o quis Homi K. Bhabha em *Local da Cultura*. Também não queremos que o termo seja entendido com a possibilidade, que argumenta Alberto Moreiras em *A exaustão da diferença*, com o sentido de negação a uma globalização que já está aí posta e que é, talvez, inevitável – o estudioso adverte que pode haver possibilidades críticas de pensar a América Latina fora desse contexto. Desta concepção que se esboça, gostaríamos que o sentido de “heterogeneidade” fosse pensado de fato entre aspas mesmo, ou seja, como sinônimo apenas de demarcação, com muita cautela, de que a América Latina tem. Como argumenta Stuart Hall, em *Da diáspora*, quando fala do Caribe, *em toda parte, há hibridismo(s), différence*.

da escritora, realizados pelos amigos ao custo de uma relação de amizade, são referenciados em passados e presentes da escritora, dos artistas amigos e dos amigos-espectadores que estas imagens criam nos contextos a que são submetidas. Vêm à tona, incorporados às imagens pintadas de Clarice Lispector, signos da sua vida de errâncias: como filha de judeus à procura de exílio; seu trânsito entre cidades do agreste nordestino; seu êxodo da periferia brasileira para uma cidade do grande centro como o Rio de Janeiro. Além das suas relações de poder, nos grandes salões de festas importantes na Europa e nos Estados Unidos, ao lado do marido diplomata.

As imagens iconográficas extrapinturas, ou, melhor dizendo, para além das pinturas, acumulam fragmentos de felicidades, tristezas, companheirismos, solidão, popularidade, amores, desamores, etc., das “vidas em diáspora” que Clarice Lispector viveu ao longo dos seus anos de vida. Todas as identidades diaspóricas das várias Clarices que estão retratadas nas obras dos amigos contam uma história particular de momentos específicos da vida não apenas de Clarice, mas das vidas dos amigos artistas plásticos e dos seus espectadores que fazem contatos visuais com ela. Da perspectiva da ideia das múltiplas identidades, do passado, do presente e do futuro, que rodam as imagens, é que entendemos o que postula Stuart Hall sobre a relação entre imagem e a sensação de pertencimento a determinado momento/lugar da história-pessoal-cultural que está associado à identidade cultural do sujeito.

Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de “tradição”, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua “autenticidade” (HALL, 2009, p. 29).

Se em um primeiro momento do contato visual as imagens dos retratos são da escritora Clarice Lispector que fora retratada pelos amigos, em um segundo instante, as imagens iconográficas, que são carregadas nessas primeiras imagens visuais, trazem relações diversas com as identidades culturais de um número infundável de sujeitos latino-americanos, que vivem em condição de diáspora na “sua” região. A nossa região sul-americana, posicionada convencionalmente do lado de baixo do globo por imposição de discursos hegemônicos –

americanos ou europeus –, tem fundações civilizatórias oriundas de diferentes regiões globais e tem, na contemporaneidade, um efeito globalizante e transitório de sujeitos e identidades diferentes, como qualquer outro lugar do planeta. É nas “Ameríndias” que os navios colonizadores da história vão primeiro bater ao saírem de seus portos-seguros europeus. E, mais tarde, nós, os aborígenes americanos, vamos fazer os caminhos da colonização em sentido inverso, em busca de um reconhecimento de paternidade – seja para pedir a bênção, seja para renegá-la. O fato é que essa troca de sentido no trânsito, que ficou de mão-dupla, na contemporaneidade, permite que tenhamos *lá e cá*, em lados contrários – ou serão contraditórios? – do Atlântico, identidades multiplicadas e diversificadas. Nós, literalmente, invadimos as praias geladas deles. Já que, como quer Alberto Moreiras: “a divisão não foi, e não é, pura, mas sim está marcada desde o início por uma espécie de contaminação mútua” (MOREIRAS, 2001, p. 18).

As imagens pintadas pelos amigos artistas plásticos de Clarice Lispector trazem significados que vão muito além da representação artística da imagem de uma das maiores escritoras entre as brasileiras. Ao retratarem Clarice Lispector, as imagens dos artistas contribuem com a recriação de novos significados sobre a *persona* da escritora e sobre as *personas* que as observam. As imagens de cada artista demonstram, seja pelo traço, pela técnica, pela expressão que empregam na retratada, ou ainda pelas cores utilizadas no trabalho artístico, referências a momentos ou passagens – errâncias – da escritora diaspórica que fora Clarice Lispector, e dos diaspóricos que a vislumbram desse lugar culturalmente diversificado que é a América Latina. Seja pela imagem visual, seja imagem literária, o que fica é “a fantasia de um significado final [que] continua assombrando pela “falta” ou “excesso”, mas nunca é apreensível na plenitude de sua presença a si mesma” (HALL, 2009, p. 33). São várias Clarices e vários sujeitos que compartilham daquelas imagens-retratos dos artistas amigos de Lispector.

Iconograficamente, as imagens nos retratos de Clarice Lispector trazem referências judias, nordestinas, cariocas, americanas e europeias que encontram na cultura latina correspondentes em “pares” e iguais. Pois quatro “amigos” artistas plásticos retrataram a escritora Clarice Lispector – Giorgio De Chirico, Carlos Scliar, Alfredo Ceschiatti e Dimitri Ismailovitch – um italiano, dois brasileiros e um ucraniano descendente da mesma região daquele país que a escritora. Cada um emprega o seu olhar específico de sua própria diáspora, ao propor, artísti-

camente, uma diáspora à escritora. Partindo desta constatação, não é difícil afirmar que a escritora teve sua identidade difundida pelos retratos através desses amigos, identidade perseguida também nas artes plásticas. Os sinais e traços desses artistas amigos da escritora e as imagens da diáspora deles e da amiga estão presentes nas obras artísticas que os amigos fizeram dela e, claro, por toda parte das imagens que nossos(seu) olhares(olhar) circulam(circula), somos(o outro é) levado(s) a lembrar sempre das(sua) diáspora(s) deles(neles). O outro sente que, naqueles retratos-imagens de Clarice Lispector, também estão pintados fragmentos da sua própria cultura. Considerando que:

[...] a cultura não é apenas uma viagem de descoberta, uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos (HALL, 2009, p. 43).

A produção desse novo sujeito, segundo Hall, sempre tem referência em um outro sujeito genealógico, que contribui na formação cultural desse primeiro sujeito. Por isso é que a interferência visual das imagens de Clarice Lispector, criadas pelos amigos também em diáspora, no inconsciente cultural de quem também está em condição de diáspora na latinidade – como muitos latino-americanos – contribuem para a formação cultural desses sujeitos. Neste sentido, podemos dizer então que os retratos pintados pelos artistas amigos da escritora corroboram uma negociata entre amigos, no melhor sentido derridiano. As trocas são mútuas entre as partes, sem o menor ressentimento em ficar o sentimento de dívida para com o outro. É desse lugar que agora queremos pensar os retratos dos amigos: como amizades politicamente constituídas. Aqui, também acreditamos que fica possível pensar melhor a influência que fizeram os retratos, conseqüentemente a relação com os amigos artistas plásticos também, como contribuição para que a artista/pintora desenvolvesse o exercício da pintura, principalmente nos anos de 1975-76 e, também, o quanto essas relações de amizades contribuíram para que a obra literária de Clarice – principalmente no livro *Água viva* de 1973 – firmasse tão grande parceria com as artes plásticas. É

de conhecimento dos leitores de sua obra que no livro *Água viva* tem-se uma pintora que quer ser escritora, presentificada quase que de *fió a pavio*. Além do livro ainda apresentar passagens que aludem a outros artistas e outras artes. Mas não vamos nos ater a esses outros pormenores, considerando o *corpus* deste trabalho – amizades artístico-políticas entre a escritora e quatro amigos artistas que a retrataram.

Clarice Lispector: uma escritora politicamente ativa

Só não conto os fatos de minha vida: sou secreta por natureza. O que há então? Só sei que não quero a impostura. Recuso-me. Eu me aprofundi mas não acredito em mim porque meu pensamento é inventado. (Clarice Lispector, 1998, p. 41).

Silviano Santiago, escrevendo sobre as “imagens” emblemáticas de Clarice no texto “A política em Clarice Lispector”, afirma que há quatro imagens políticas que circundam a *persona* da escritora naquele momento – meados dos anos de 1968. As quatro imagens abordadas por Santiago são de meu interesse para pensar as relações de *políticas da amizade* em Clarice Lispector com seus amigos artistas. Aqui, a princípio, manteremos a relação de Clarice e amigos, sem distinguir nenhum dos quatro a que nos propomos discutir neste trabalho. Ou seja, não trataremos, neste primeiro momento, de nenhum dos quatro amigos especificamente porque queremos adentrar na questão das amizades artístico-políticas pelas imagens que Santiago aborda em seu texto. A primeira imagem de Clarice Lispector observada por Santiago fala da sua relação com movimentos políticos sociais. Diz Silvano Santiago:

Em torno de Clarice Lispector circulam duas imagens contraditórias. A primeira é divulgada por uma foto. Ladeada pelo pintor Carlos Scliar e o arquiteto Oscar Niemeyer, ambos conhecidos membros do Partido Comunista, Clarice participa em 1968 de uma passeata contra a ditadura militar (SANTIAGO, s/d, p. 1).



Ladeada pelo pintor Carlos Scliar e o arquiteto Oscar Niemeyer

Ilustração 1 – Imagem de Clarice Lispector ladeada e ladeando vários artistas.³

Esta primeira imagem clariciana apresentada por Silviano Santiago nos evidencia um posicionamento político engajado da escritora, mesmo que este não integrasse os seus ideais particulares à época; era preciso participar deles para, digamos politicamente, manter-se no círculo dos intelectuais ativos daquele momento histórico.

Já a segunda imagem da escritora “política”, que Silviano nos traz à tona, diz:

3 Confira: SANTIAGO, Silviano. *A política em Clarice Lispector*. Disponível em: <http://www.claricelispector.com.br/artigo_silvianoSantiago.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2010. Nádía Battella Gotlib traz, no livro *Clarice fotobiografias* (2008), a seguinte informação sobre a fotografia: Clarice Lispector “participa da passeata contra a ditadura militar, no Rio de Janeiro, em 22 de junho de 1968, com cerca de trezentos intelectuais e artistas, tendo à frente, entre outros, Carlos Scliar, Oscar Niemeyer, Glauce Rocha, Ziraldo, Milton Nascimento. Dirigem-se ao Palácio Guanabara para exigir do Governador Negrão de Lima tomada de posição a favor dos estudantes” (GOTLIB, 2008, p. 374).

A outra [imagem] nos chega através de um depoimento de Olga Borelli, que está no esboço para um quase retrato escrito pela amiga e confidente. Clarice, observa ela, “dizia que os problemas da justiça social despertavam nela um sentimento tão básico, tão essencial que não conseguia escrever sobre eles. Era algo óbvio. Não havia o que dizer. Bastava fazer...” (SANTIAGO, s/d, p. 1).

Esta segunda imagem – ilustrada literariamente – de Clarice Lispector também evidencia uma intelectual politicamente preocupada com a situação do país naquele momento da história do Brasil. Sua literatura posterior vai mostrar que essa preocupação foi uma constante na sua vida produtiva intelectual, se considerarmos, principalmente, o livro *A hora da estrela* (1977). Nessa obra, vários estudiosos detiveram-se na história da retirante nordestina que, vinda para o Rio de Janeiro, vive todas as mazelas de uma vida em diáspora/errância. Mas importa-nos as imagens de Clarice Lispector mostradas por Silvano Santiago, visando à relação política de amizade entre Clarice Lispector e artistas – ativistas politicamente falando ou não. Nesse sentido, uma afirmação pode-se fazer na melhor acepção de amizades proposta por Jacques Derrida: a intelectual pactua-se politicamente com outros artistas para se manter ligada artisticamente a eles e os amigos também a ela. Há, então, a troca de favores, pela amizade, via imagens “ilustres” dos amigos. Mostra-nos Derrida o posicionamento político como configuração do seu ato político pessoal: “se um tal protesto assume uma configuração política, ele será talvez menos propriamente político do que parece. Significará antes o princípio de uma resistência possível à redução do político, do ético mesmo, ao onto-fenomenológico” (DERRIDA, 2003, p. 20).

Silvano Santiago adverte que aquele posicionamento da imagem fotográfica – amigos ladeando-se em passeata em prol de questões politicamente sociais – não corresponde ao posicionamento social do sujeito artista. Para Santiago, a produção intelectual dos artistas anteriores ao tempo de Clarice Lispector, na sua grande maioria, é mais bem posicionada politicamente que os próprios autores delas devido a uma fraqueza política.

A ativista da passeata não se confunde politicamente com o texto na vitrina da livraria (a exceção - e esta confirma a regra - é o romance *A hora da estrela*, logo depois transformado em filme mais participante ainda). Se o ser humano arrisca a própria vida na rua, lutando contra a repressão militar, o texto ficcional é julgado pelos contemporâneos como “apolítico”. Numa literatura como a brasileira, escrita por zelosos (vale dizer: medrosos)

funcionários públicos, como nos lembrou Carlos Drummond em crônica admirável, e concebida dentro dos padrões oitocentistas do realismo-naturalismo, o oposto é que é verdadeiro. O texto é sempre mais “revolucionário” do que o escritor. Este é conformista para que aquele possa ser radical (SANTIAGO, s/d, p. 1).

A passagem de Santiago confirma o que suspeitávamos e passa então a ser uma afirmativa de que há, também, entre os amigos daquela passeata, um pacto artístico-político em favor da manutenção da amizade e da produção artístico-intelectual de cada um deles. A imagem visual – fotográfica – deve falar por si só aos espectadores, mostrando o posicionamento ativista que o intelectual, autor de uma obra artística, deve ter e que, por conseguinte, essa *persona* deve ir, na prática, muito mais além do que sua própria obra artístico-intelectual vai como protesto. Para Silviano Santiago, é também na postura intelectual do autor, como sujeito, que está o diferencial de sua obra artística. O intelectual garante que durante muito tempo as mazelas brasileiras – crimes *narcopoliciais* nas favelas cariocas, o narcotráfico na fronteira brasileira com o Paraguai e a Bolívia, crimes do colarinho branco em Brasília, seca no Nordeste, etc. – foram temas das produções artísticas para os “gringos”. Modificando essas imagens “berrantes” da sociedade brasileira para fora do Brasil, inscreve-se um grupo de amigos intelectuais ativistas, político e artisticamente, do qual faz parte Clarice Lispector, Carlos Scliar, Milton Nascimento, Niemeyer e outros tantos como mostra a fotografia da qual é feita referência por Santiago.

Mais duas imagens são mostradas no texto de Silviano Santiago: a terceira imagem é relacionada à diáspora da escritora como filha de judeus, sua trajetória histórico-familiar, a qual mencionamos no início deste trabalho. A quarta, fotografia literária, a que mais nos interessa destas duas últimas, traz uma Clarice *envolvida até o pescoço* com outros amigos intelectuais, contribuindo mais para a nossa leitura sobre suas amizades políticas. Afirma Santiago sobre essas novas imagens:

Em torno de Clarice circula outro par de imagens contraditórias. A primeira é a de uma criança judia que chega com a família imigrante ao nordeste do Brasil e, pouco a pouco, galga posição de destaque na sociedade carioca, na sociedade tradicional brasileira. Casa-se com um diplomata de carreira, góí. A segunda imagem, sugerida pela própria Clarice, é a de uma jovem e talentosa artista que se cerca de intelectuais confessadamente católicos, como Lúcio Cardoso, ou discretamente católicos, como Fernando Sabino, despertando

num outro católico, Antônio Callado, a ideia de que tinha morrido cristã. Isso está em depoimento do escritor fluminense feito por ocasião do enterro do corpo de Clarice em cemitério judeu (SANTIAGO, s/d, p. 1).

Silviano Santiago, na segunda imagem clariciana descrita por ele nesta passagem, mais uma vez corrobora para pensarmos nas relações de amizades da escritora como forma de pactos artístico-políticos, porém agora Clarice, segundo Santiago, aproxima-se pela religião dos amigos. Sabe-se que mais tarde Clarice vai se manter muito próxima do escritor Lúcio Cardoso, o qual alguns estudiosos da obra da escritora afirmam ter tido um romance amoroso às escondidas (por parte dela) – ele escreve honrosos elogios e boas notícias, como leitor contumaz da obra da amiga escritora. Fernando Sabino, além de amigo e também escritor, é um correspondente por carta da escritora, quando ela morava fora do Brasil. Sabino é quem passou para Clarice todas as coordenadas da recepção de seus romances no Brasil escritos enquanto ela estava morando fora.

Pensado nesta *coerência política e na personalidade multifacetada de Clarice Lispector*, podemos compreender que essas imagens desvendadas por Silviano Santiago mostram que as relações de amizades entre as *personas* – Clarice e seus amigos artistas – renderam “frutos saborosos” a ela e a eles também. Podemos pensar que Clarice Lispector – influenciada ou não por todos esses amigos – vai se aproximar das artes plásticas ao ponto de tornar-se também uma pintora, mesmo que amadora, e eles, sem nenhuma exceção, vão tornar-se difusores das imagens diaspóricas da escritora, não só na América Latina, mas em toda esfera globalizada, como comprova a vasta produção crítica sobre a escritora existente em vários idiomas. Os retratos claricianos feitos pelos artistas e as imagens fotográficas ao lado de diversos artistas circulam por toda a América Latina, por países europeus e nos Estados Unidos, ora na produção sobre ela, ora na produção sobre eles, mas sempre divulgando suas obras – dos amigos e da artista/escritora – como produções (auto)biográficas e politicamente ativas que, como diz Santiago sobre a obra de Clarice, modificam o conceito de experiência para os próprios sujeitos e para a narrativa artístico-cultural brasileira.

As amizades são objetos de estudos há muitos anos na história da humanidade. Várias leituras sobre essa relação entre os sujeitos já foram realizadas. Na contemporaneidade, temos alguns estudiosos que despontaram com seus estudos mais que revolucionários sobre as temá-

ticas: amigos, amizades, relacionamentos pessoais etc. Entre esses contemporâneos estudiosos dessa relação de afetividades destacam-se: Francisco Ortega e Jacques Derrida – o primeiro lendo as proposições do segundo que, por conseguinte, faz releituras de Aristóteles, Platão e Cícero, quando tocaram no assunto. Ainda servem como escopo teórico, para pensar as relações de amizades na contemporaneidade, as produções sobre a crítica biográfica, cujo referencial teórico-crítico nos permite pensar as cinco *personas* aqui em questão – os quatro artistas plásticos e a escritora Clarice Lispector – como prováveis amigos no passado. As amizades nas leituras mais tradicionais – ciceronianas, como diz Derrida – se davam apenas como relações de afetividade. Já hoje o próprio Jacques Derrida vai nos mostrar que estas afetividades se dão primeiro como relações políticas.⁴

De amigo para amigo: relações e ações

O amigo não é o amigo, nem mesmo ele é um amigo, ainda não poderá ser nenhum amigo, *quicá*, ser seu amigo, outrora jamais será um dia amigo, o amigo ele jamais se tornará. Será que você tem um amigo, ou ainda, existe um amigo? Quem será o amigo? (Marcos Antônio Bessa-Oliveira)

Jacques Derrida, no livro *Políticas da amizade* (2003), esclarece-nos que para Cícero as amizades tinham peso afetivo muito mais forte do que os pesos políticos que a amizade tem hoje. Cícero considerou a amizade um reflexo de si próprio no amigo, ou, como ele próprio nomeia, o amigo é um *exemplar* de si próprio que deve estar ali refletido na amizade verdadeira. Há no amigo um modelo ideal que se torna duplo ao próprio sujeito primeiro da amizade; o amigo se torna, segundo Cícero, um reflexo porque nos vemos nele com o nosso próprio sentimento de afetividade amiga. Derrida, então, classifica essa consideração de amizade verdadeira ciceroniana de narcísica, posto que buscamos na verdade apenas nós mesmos no outro. E, ao

⁴ Talvez na leitura deste texto perceba-se um uso muito constante dos termos relação e/ou relações quando nos referimos à amizade. Justificamos que realmente ele(s) foi repetido incansavelmente por considerarmos que são exatamente as relações – artística, política, emocional, comercial, etc. – entre as amizades que buscamos explorar. Ou seja, procuramos entender como se dão os contatos entre essas relações dos “amigos”.

nos reconhecemos no outro, deixamos de reconhecer o que é diferente do outro e também não reconhecemos o que é diferente em nós mesmos. Nesse sentido, para Jacques Derrida, fica evidente que, ao agirmos em busca de nós mesmos reconhecido no outro, no amigo verdadeiro ciceroniano, deixamos de reconhecer nossos próprios “defeitos”, por assim dizer, para que não nos sintamos constrangidos ao reconhecer os defeitos do outro como nosso. Diz Derrida:

Ora, segundo Cícero, projecta-se ou reconhece-se no amigo verdadeiro o seu *exemplar*, o seu duplo ideal, o seu outro si-mesmo, o mesmo de si melhorado. E porque o vemos a ver-nos, ao vermo-nos desta maneira, uma vez que o vemos guardar a nossa imagem nos olhos, na verdade nos nossos, a sobrevivência é então esperada, antecipadamente iluminada, senão mesmo assegurada, por este Narciso que sonha com a imortalidade. Para além da morte, o porvir absoluto recebe assim a sua luz extática, e *aparece* apenas a partir deste narcisismo e segundo está lógica mesmo (DERRIDA, 2003, p. 18).

A amizade para além da morte é a ideia de amizade para Cícero, segundo mostra Derrida em *Políticas da amizade*. Se o amigo é o *exemplar* de nós mesmos que buscamos no amigo verdadeiro, essa amizade sonhada por Cícero se dá além vida, acompanha o amigo até a morte mesmo. O amigo, que na verdade somos nós mesmos, e já que é o nosso *duplo ideal*, como estipulado pelo pensamento ciceroniano – segundo esclarece-nos Derrida –, morre-se conosco como amigo de verdade também. Não existe, para Cícero, uma amizade que não seja reconhecida como verdadeira e por isso ela vai junto para o túmulo como o “amigo” que se diz verdadeiro. São as mortes dos sujeitos que se reconhecem uns nos outros como amigos de verdade. Assim, para Cícero, não há condições lógicas de haver um número considerável de amigos verdadeiros. A amizade verdadeira, a fraternal, para Cícero, só é possível existir em um número reduzido de amigos que, conseqüentemente, é aquela amizade que acompanha o amigo para até além-morte. Sobre isso, observa Derrida:

A amizade traz imensas vantagens, nota Cícero, mas nenhuma delas é comparável a esta esperança sem igual, a este êxtase em direcção a um porvir que ultrapassará a morte. Por causa da morte, e desta passagem única para além da vida, a amizade dá-nos assim uma esperança que nada tem de comum, exceptuando o nome, com qualquer outra esperança (DERRIDA, 2003, p. 17-18).

Não é essa a amizade que parece haver entre Clarice Lispector e seus amigos artistas. Mesmo que tenhamos, como observadores no *bios* da escritora, refletido na amiga deles – a Clarice pintora – uma das características dos amigos pintores, que é a da pintura. Mas aqui queremos defender a ideia de que não é o reflexo *exemplar* de Cícero que a artista pintora Clarice faz de seus amigos. Eles não eram amigos para *além vida* na perspectiva colocada. Insistimos nessa ideia já que os amigos vão trilhar caminhos tão diferentes por suas vidas, e também Clarice e os quatro amigos se virão restritas vezes. Queremos dizer, com isso, que as amizades entre eles eram políticas e não narcísicas. Não buscavam reconhecer um no outro, mas talvez, sim, ter um do outro para si próprio enquanto artistas intelectuais. Para Jacques Derrida, as amizades na contemporaneidade são pautadas por relações de negociações entre as partes interessadas. É indiferente, segundo Derrida, inclusive o número de amigos que se tenha. A questão está vinculada à relação simbólica que essa amizade – verdadeira ou mesmo *mediocre*, para usar um termo derridiano – possa oferecer aos amigos.

Para Jacques Derrida, opostamente ao pensamento de Cícero, quanto menos amigos pior, já que o filósofo argelino considera que *o pequeno número não caracteriza os próprios amigos*.

A raridade acorda-se com o fenómeno, vibra com a luz, o brilho e a glória. Se se nomeiam e citam os melhores amigos, aqueles que ilustraram a amizade, «verdadeira e perfeita», é porque esta vem iluminar. Ela mesma ilustra, faz brilhar, dá a ver, torno mais resplandecentes as coisas felizes ou conseguidas [...] (DERRIDA, 2003, p. 17).

Inferimos do pensamento derridiano que o volume substancioso de amizade é que nós podemos levar para *além vida*, indiferentemente de esse volume trazer uma relação aritmética, como diz Derrida, ao falar da relação quantidade *versus* qualidade de amigos para Cícero, («*verdadeira e perfeita*» ou «*vulgar e mediocre*») que não deve ser levada em conta. Neste caso, pensamos mais uma vez nas nossas personagens artístico-intelectuais: Clarice cria sabiamente um número significativo de amigos artistas, como fora mostrado antes por uma fotografia que Silviano Santiago também faz uso, engajados politicamente nos mesmos ideais. O mesmo não deixa de fazer dos seus amigos artistas participantes daquela passeata. Daí podemos também constatar que a escritora se vale do seu lugar de intelectual e dos lugares de seus amigos para se colocar a par da situação e se tornar uma representante ativa em um movimento contra uma

condição social que quase toda (senão toda) a América Latina viveu – a ditadura militar. Dessa forma, o retrato do amigo, e também ativista na mesma passeata, Carlos Scliar, vai transmitir ao seu espectador latino, que viveu momentos como a ditadura militar, a mesma preocupação da intelectual.

Sabe-se, e publicações recentes da biógrafa da escritora Nádya Battella Gotlib comprovam, que Carlos Scliar tinha uma amizade real com a escritora, pois o retrato dela foi feito na casa do artista na cidade de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, e os artistas eram ativistas, como mostramos antes, de causas comuns. Os amigos ainda compartilharam da experiência de trabalharem juntos literalmente, em situação de entrevistador e entrevistado. Clarice Lispector, em situação desconfortante financeiramente, vai trabalhar como jornalista entrevistando personalidades políticas, artísticas: da literatura, da música, teatro e artes plásticas. Foram vários os amigos “de sentidos derridianos” que contribuíram nesta fase de produção intelectual de entrevistadora, que até poderia ser vista como falida, da Clarice escritora. Mas a produção teórico-crítica, que se concentra neste período da carreira jornalística da escritora, vai comprovar que fora muito pelo contrário. Intensa e produtiva, Clarice não só entrevistou as personalidades como tirou proveito – amigavelmente – das relações com eles para suas produções literárias. Daí podermos dizer que mais uma vez eles se valem actualmente das suas relações de amizades. Por um lado, Clarice Lispector, necessitada financeiramente, vai em busca dos amigos entrevistando-os, e, por outro, eles se valem da *persona* intelectual entrevistadora para expor suas produções artísticas e exporem-se como artistas.

As amizades, em condições políticas e não como amizades fraternais, como essas que se deram entre Clarice Lispector e os amigos artistas, evidenciam um lado da amizade que, para Jacques Derrida, é como se fosse mais uma *chance* a que seu amigo, mesmo que este não seja o único, tem direito de receber de você amigo “verdadeiro” ou “político”. É dever político do amigo, segundo Derrida, proporcionar ao seu amigo, que não é um *exemplar* fidedigno seu como queria Cícero, uma chance. Mesmo que seja essa chance a única ou não, ou a última de cada vez que a chance deve e pode ocorrer. Derrida esboça esse pensamento dizendo que

A menos que eles não venham, talvez, um dia, os amigos, seja qual for o seu número, e o único seria também suficiente, receber a frase de que cada um permanece singularmente

o destinatário improvável. A eles de a contra-assinarem, a fim de lhe darem a sua *chance*, sempre, de cada vez a sua primeira e única *chance*. De cada vez a última, portanto (DERRIDA, 2003, p. 12).

O amigo, partindo deste pensamento exposto pela passagem de Derrida, permanece único em sua singularidade, o que não permitira reconhecermos a nós mesmos nele. E, dessa perspectiva, é possível compreender que este amigo pode se tornar um provável e até um improvável receptor, pensando em um objeto usado como exemplo pelo próprio Derrida, de *nosso* testamento da amizade. Tal passagem de Jacques Derrida corrobora pensar, nessa proposição, as amizades de Clarice Lispector, levando em conta que os amigos dão à escritora-pintora-entrevistadora uma “nova” chance deixando-se serem entrevistados pela amiga; e ela, no mesmo sentido, proporciona-os a oportunidade de falar de seus próprios mundos e objetos artísticos.

Referências

BESSA-OLIVEIRA, Marcos A. Clarice Lispector e suas a políticas da amizade. *Rabiscos de Primeira*: caderno dos alunos do curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: A Universidade, v. 7, n. 7, p. 77-82, nov. 2007.

_____. Nas malhas da rede: os espectros de Lispector no imaginário virtual-cultural. In: NOLASCO, Edgar C.; GUERRA, Vânia M. L. (Org.). *Culturas do contemporâneo: projetos locais/leituras globais*. Campo Grande: UFMS, 2010, p. 177-204.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

DERRIDA, Jacques. *Políticas da amizade*. Tradução Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2003.

GAMA, Rinaldo. Estreia incomum: sai em livro a primeira prosa longa de Lima Barreto. *Revista Veja on-line*, ed. 03 de dez., 1997. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/031297/p_138.html>. Acesso em: 07 maio 2010.

GOTLIB, Nádia B. *Clarice: uma vida que se conta*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Clarice fotobiografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardiã Resende. [et al.], 1ª ed. atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

IANNACE, Ricardo. *Retratos em Clarice Lispector: literatura, pintura e fotografia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. (Humanitas)

LISPECTOR, Clarice. *Água viva: ficção*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998.

_____. *A vida íntima de Laura*. Ilustração Flor Opazo. Editora Rocco. Coleção Jovens Leitores. E-book. Disponível em: <[http://portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/ClariceLispector\(1\).pdf](http://portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/ClariceLispector(1).pdf)>. Acesso em: 07 maio 2010.

_____. *Entrevistas/Clarice Lispector*. [organização de Claire Williams; preparação de originais e notas biográficas de Teresa Monteiro]. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

MOSER, Benjamim. *Clarice, uma biografia*. Tradução José Geraldo Couto. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Tradução Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

NEPOMUCENO, Margarida. Retratos de Mario de Andrade interpretados por ele mesmo. *Portal Carta Maior*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=7908>. Acesso em: 07 maio 2010.

NOLASCO, Edgar César. *Clarice Lispector: nas entrelinhas da escritura*. São Paulo: Annablume, 2001.

_____. *Restos de ficção: a criação biográfico-literária de Clarice Lispector*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____.; BESSA-OLIVEIRA, Marcos A. (Org.). *A reinvenção do arquivo e da memória cultural da América Latina*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

RETRATO DE CLARICE LISPECTOR POR ALFREDO CESCHIATTI. Disponível em: <<http://fotos.estadao.com.br/clarice-lispector-retrato-de-clarice-em-desenho-de-ceschiatti-datado-de-paris-janeiro-de-1947.galeria,627,15821,,,0.htm?pPosicaoFoto=6#carousel>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

RETRATO DE CLARICE LISPECTOR POR CARLOS SCLiar. Disponível em: <<http://fotos.estadao.com.br/clarice-lispector-retrato-de-clarice-feito-pelo-pintor-carlos-scliar-foto-faz-parte-do-livro-clarice-fotobiografia,galeria,627,15823,,,,0.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

RETRATO DE CLARICE LISPECTOR POR DIMITRI SMAILOVITCH. Disponível em: <<http://fotos.estadao.com.br/clarice-lispector-clarice-lispector-por-dimitri-ismailovitch-imagem-faz-parte-do-livro-clarice-fotobiografia,galeria,627,15807,,,0.htm?pPosicaoFoto=1#carousel>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

RETRATO DE CLARICE LISPECTOR POR GIOGIO DE CHIRICO. Disponível em: <<http://fotos.estadao.com.br/clarice-lispector-retrato-a-oleo-de-clarice-lispector-pintado-por-giorgio-de-chirico-em-roma-em-1945,galeria,627,15815,,,0.htm?pPosicaoFoto=4#carousel>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

SANTIAGO, Silvano. *A política em Clarice Lispector*. Disponível em: <http://www.claricelispector.com.br/artigo_silvianoSantiago.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2010.

SOUZA, Eneida M. de. *Crítica cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (Humanitas).

_____. Espelho de tinta. *Jornal de Resenhas – Discurso Editorial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, n. 3, p. 8-9, julho 2009.

PRECONCEITO E INTOLERÂNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DE TEXTOS DE ALUNOS INDÍGENAS

Olinda Siqueira Correa Viana
Rita de Cássia Pacheco Limberti

Introdução

O presente capítulo faz parte da dissertação de mestrado em Linguística e Transculturalidade desenvolvida na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Trata-se de uma análise semiótica de textos produzidos por alunos indígenas em que deixam claro, ou nas entrelinhas, o grave problema do preconceito e da intolerância por que passam perante a sociedade não indígena.

Esta pesquisa surgiu da necessidade encontrada durante as aulas de língua portuguesa destinadas à produção de texto de se tratar com maior seriedade o problema que, constantemente, delineava-se nos textos produzidos pelos alunos da Escola Municipal Francisco Meireles, do município de Dourados – MS: o preconceito e a intolerância.

A escola em estudo é caracterizada por ser missionária, ligada à Missão Evangélica Caiuá, e ao mesmo tempo pública, uma vez que é mantida pelo município de Dourados – MS. Apesar de não ser classificada como indígena, a maioria de seus alunos é composta por indígenas pertencentes a três etnias diferentes: Guarani, Kaiowá e Terena, além de alunos não indígenas e por uma minoria Kadiwéu, bem como pelos filhos de casamentos interétnicos (que se auto-denominam mestiços). Seu quadro de professores é composto por indígenas e não indígenas.

Até o 7º ano do ensino fundamental, geralmente, as turmas são separadas por etnias, sendo que os Terena e os não indígenas ficam numa mesma turma, enquanto os Guarani e os Kaiowá ficam em outra. A partir do 8º ano, como há uma diminuição de turmas, bem como não é mais oferecida a língua indígena como L2, as turmas se fundem, independentemente de etnia.

Inicialmente, para este estudo, é apresentada a metodologia de coleta dos dados que compõem o *corpus* da pesquisa; na sequência, é apresentada uma análise dos conceitos de preconceito e intolerância utilizados neste trabalho; depois, fala-se um pouco sobre a identidade indígena no Brasil; em seguida, são apresentadas algumas análises de fragmentos dos textos que compõem o *corpus* da pesquisa; e, finalmente, são apresentadas as conclusões de tais análises.

Coleta de dados

O *corpus* desta pesquisa, como um todo, é composto por entrevistas com o professor da turma, com o diretor, bem como com as coordenadoras da Escola Municipal Francisco Meireles; pesquisa bibliográfica sobre as etnias Kaiowá, Guarani e Terena; e textos produzidos pelos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental dessa escola.

A análise das entrevistas contribuiu para uma melhor compreensão de como é percebido o relacionamento de alunos de etnias diferentes dentro de um mesmo espaço escolar, assim como o tratamento que a escola dá às situações de conflitos ligadas às identidades étnicas desses alunos. O conteúdo de tais entrevistas é de grande importância para o levantamento de como acontecem os diversos discursos dentro da escola, espaço fundamental para a formação do cidadão.

A pesquisa bibliográfica serviu como suporte para entender melhor as identidades étnicas desses alunos, como se dá a relação deles com a sociedade e como percebem as situações de intolerância e preconceito entre os grupos diferentes.

Finalmente, para detectar como os alunos deixavam subjacentes em seus escritos marcas do preconceito e da intolerância por que passam, foram analisados, com base na teoria semiótica greimasiana, alguns textos produzidos por esses alunos em situações reais de sala de aula, ou seja, sem a interferência do pesquisador. Os textos coletados foram produzidos nas aulas de língua portuguesa dedicadas à produção de textos no início do ano letivo, mais especificamente no primeiro bimestre – período em que o professor, geralmente, procura conhecer melhor os seus alunos por meio da escrita, bem como debates e outras atividades. Após trabalhar alguns textos sobre identidade, sociedade e cidadania, seguidos de debates em sala de aula, o professor da turma pediu aos alunos que escrevessem seus textos sobre os temas trabalhados. Esta opção

de coleta de *corpus* se deve ao fato de que, segundo Brumatti (2007), ao se trabalhar com textos produzidos como parte das atividades previstas pelo professor da turma, e não com a finalidade de serem objetos de análise de uma pesquisa, espera-se maior naturalidade ao produzi-los.

Para realizar a análise desses textos foi levado em conta o fato de que para Bakhtin (2004) a língua é um fato social e, como tal, sua existência se funda nas necessidades de comunicação. Além disso, este autor afirma que a classe dominante a utiliza para reforçar seu poder.

Ainda como parte da análise de tais textos, a identidade dos alunos foi analisada por meio do seu discurso escrito, uma vez que

o sujeito é construído no momento da enunciação, com os elementos que o discurso dá, com a face que a voz revela. A detecção da identidade dá-se exatamente aí, quando os contornos da face apresentam homologação com todas as outras formas de linguagem do sujeito: crenças, costumes, histórias, ideologia (LIMBERTI, 2009, p. 32).

Acrescente-se aí o fato de que o discurso tem um caráter manipulador. Nele está presente a ideologia de quem o produziu, afastando “qualquer ideia de neutralidade ou de imparcialidade do texto” (BARROS, 2005, p. 83).

Inicialmente, para a realização da pesquisa, foram contados como sujeitos da pesquisa todos os alunos das duas turmas de 9º ano da Escola Municipal Francisco Meireles, como mostram as duas tabelas abaixo:

Tabela 1: 9º Ano A

Idade	Etnia					Total
	Guarani	Kaiowá	Terena	Branco/terena	Branco	
13 anos	4	-	8	-	-	12
14 anos	6	1	2	1	-	10
15 anos	-	-	3	-	1	4
16 anos	-	-	-	-	-	-
17 anos	-	-	1	-	-	1
Total	10	1	14	1	1	27

Obs.: Nesta turma, 26 alunos no ato da matrícula declararam ter a Língua Portuguesa como L1 e 1 aluno não assinalou nenhuma opção (mas é falante da Língua Portuguesa).

Tabela 2: 9º Ano B

Idade	Etnia						Total
	Guarani	Kaiowá	Terena	Guarani/Terena	Guarani/Kaiowá	Branco	
14 anos	1	-	-	-	-	-	1
15 anos	1	2	3	1	-	-	7
16 anos	2	5	2	-	1	1	11
17 anos	2	-	2	-	-	-	4
18 anos	-	-	-	-	-	-	-
19 anos	-	-	1	-	-	-	1
20 anos	-	-	-	-	-	-	-
21 anos	-	1	-	-	-	-	1
Total	6	8	8	1	1	1	25

Ob.: 18 alunos declararam no ato da matrícula ter a Língua Portuguesa como L1; 3 alunos declararam falar o Guarani; 2 alunos declararam falar o Kaiowá; 2 alunos, sendo 1 terena e outro kaiowá, deixaram a opção de L1 em branco; e nenhum aluno declarou ser falante da Língua Terena.

Como é possível observar nas tabelas acima, a maioria dos alunos do 9º A está na faixa etária entre 13 e 14 anos; enquanto a do 9º B está entre 15 e 16 anos de idade. Mesmo sendo contados inicialmente todos os alunos como sujeitos da pesquisa, foram utilizados apenas os textos devidamente autorizados pelos pais ou responsáveis pelos alunos, dando preferência aos textos dos alunos que participaram da maioria das atividades propostas pelo professor da turma. Os textos que não cumpriram os requisitos acima não foram contados como parte do *corpus* desta pesquisa. Portanto, os alunos que não participaram da maioria das atividades propostas pelo professor e/ou não tiveram a autorização dos pais ou responsáveis deixaram automaticamente de fazer parte do rol de sujeitos desta pesquisa.

Observados os critérios acima, apenas 26 alunos fizeram parte efetiva dos sujeitos da pesquisa e tiveram seus textos analisados.

Sobre os conceitos de preconceito e intolerância

Tendo em vista o desconhecimento por parte da sociedade brasileira sobre quem realmente são os povos indígenas, como vivem e o que pensam, percebe-se que estes foram e ainda são vítimas de várias situações de preconceito e de intolerância.

Neste trabalho, para entender como as marcas de preconceito e intolerância aparecem nos textos analisados, é importante deixar claro como tais conceitos são utilizados.

O dicionário Michaelis traz a seguinte definição para os vocábulos preconceito e intolerância, respectivamente:

Pre.con.cei.to *sm* (pré + conceito) **1** Conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos adequados. **2** Opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independentemente de experiência ou razão. **3** Superstição que obriga a certos atos ou impede que eles se pratiquem. **4** *Sociol* Atitude emocionalmente condicionada, baseada em crença, opinião ou generalização, determinando simpatia ou antipatia para com indivíduos ou grupos. *P. de Classe*: atitudes discriminatórias incondicionadas contra pessoas de outra classe social. *P. racial*: manifestação hostil ou desprezo contra indivíduos ou povos de outras raças. *P. religioso*: intolerância manifesta contra indivíduos ou grupos que seguem outras religiões. (MICHAELIS, 1998, p. 1684).

In.to.le.rân.cia *sf* (*lat intolerantia*) **1** Falta de tolerância. **2** Qualidade de intolerante. *I. medicamentosa*: impossibilidade orgânica de tolerar certos medicamentos. (Op. Cit. p. 1172).

Para melhor compreensão do termo intolerância, é interessante observar que este mesmo dicionário define intolerantismo como “Sistema dos que não admitem opiniões ou crenças opostas às suas” (Op. Cit. p. 1172). Desse modo, fica mais claro como o termo foi empregado, neste trabalho, como sinônimo de falta de respeito ao Outro e às suas crenças, ou seja, atitude que surge do preconceito.

A partir destes conceitos é possível perceber que o preconceito surge do desconhecimento adequado sobre os mais diversos assuntos e é capaz de levar o indivíduo a cometer atos de intolerância. Em seus trabalhos sobre intolerância, Barros (2009),¹ ao fazer a distinção entre as duas etapas dos percursos passionais do sujeito intolerante, afirma que o preconceito é aquela etapa em que “o sujeito se torna malevolente em relação ao outro, que, ‘diferente’, não cumpriu o contrato de identidade, e benevolente em relação à pátria, aos iguais, aos idênticos”.

1 Conteúdo disponível no site: <<http://www.rumoa tolerancia.fflch.usp.br/node/2185>>. Acesso em: 27 abr. 2010.

Para o presente trabalho, foi analisado o preconceito que, muitas vezes, é fruto do desconhecimento de quem sejam os povos indígenas habitantes do território brasileiro e que pode fazer com que esses povos sejam vistos de forma pejorativa ou romântica e detentores de uma cultura inferior, ou seja, são negadas completamente as diferenças culturais.

Apesar de preconceito e intolerância parecerem sinônimos, Leite (2008, p. 20) mostra que há diferença entre eles:

Preconceito é a ideia, a opinião ou sentimento que pode conduzir o indivíduo à *intolerância*, à atitude de não admitir opinião divergente e, por isso, à atitude de reagir com violência ou agressividade a certas situações. Isso indica uma primeira diferença: o traço semântico mais forte registrado no sentido de *intolerância* é ser um *comportamento*, uma *reação explícita* a uma ideia ou opinião contra a qual se pode objetar. Não constitui, simplesmente, uma discordância tácita. Um *preconceito*, ao contrário, pode existir sem jamais se revelar e, por isso, existe antes da crítica.

Para Van Dijk (2008, p. 135) “as ideologias e os preconceitos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e aprendidos e isso normalmente ocorre através da comunicação, ou seja, da escrita e da fala”. Geralmente as pessoas afirmam taxativamente que não são preconceituosas, mas os seus discursos revelam os mais diversos tipos de preconceitos: consideram sua cultura superior à dos outros e têm muita dificuldade em aceitar as diferenças culturais.

O preconceito também pode ser fruto do racismo que, visto como ideológico, parte do princípio da

crença na existência das raças (branca, negra, indígena e oriental) e na possibilidade da superioridade de uma sobre as outras. A ideologia do racismo não se centra na ciência ou em uma necessidade imperativa da verdade: ela em si é uma verdade, uma verdade de um pequeno grupo que, pela força ou pelo convencimento (da repetição ou da cooptação) se torna imposta ou aceita como verdade legítima de todo um grupo social (PAULA, 2005, p. 89).

Bueno (2006, p. 56) afirma que

o primeiro passo para o preconceito é a construção de um simulacro negativo do outro. Essa construção ocorre, para além do estranhamento inicial, de duas maneiras: a primeira, pelo conflito identitário em que, por exemplo, uma sociedade tenta assimilar o outro e este procura manter seus valores de origem [...] o segundo tipo de construção negativa do simulacro envolve a questão de aspectualidade.

No caso da sociedade brasileira, é possível perceber que a imagem do indígena, construída por parte dos não indígenas, em muitos casos, não condiz com a realidade. E, como este estudioso afirma, constroem-se simulacros negativos. O indígena é representado como um ser preguiçoso, incapaz ou violento. Desse modo difundem-se muitas atitudes preconceituosas, mesmo dentro das escolas. O indígena passa a ser visto como um atraso ou como um ser que precisa abandonar todos os seus costumes, sua cultura, sua identidade e assumir os modos de viver da sociedade não indígena para ser aceito.

Devido a esse desconhecimento por parte da sociedade brasileira a respeito de quem são os povos indígenas, como vivem e o que pensam, percebe-se que os indígenas foram e ainda são vítimas de várias situações de preconceito e intolerância. São obrigados a, muitas vezes, para se proteger, negar a sua própria identidade.

Além disso, diversos problemas permeiam a história dos povos indígenas brasileiros, entre eles, a redução de sua população, a desigualdade social, o desprezo, o silenciamento, o preconceito e a intolerância. Para Borges et. al. (2002), por motivos históricos e econômicos, a desigualdade social e o preconceito atingem principalmente os negros e os índios.

Estes autores definem preconceito como sendo o ato de formular julgamentos a respeito de uma pessoa, um grupo de indivíduos ou um povo que ainda não se conhece. As opiniões ou sentimentos adotados são irrefletidos, não têm fundamento ou razão.

Eles explicam também que não há culturas isoladas, puras, e chamam a atenção para o fato de nenhuma delas serem inertes e autônomas.

Ao longo de suas experiências históricas, as culturas adotam e excluem elementos “estranhos”, isto é, vindos de outras experiências ou mundos culturais. Assim, todas as sociedades e grupos humanos estabelecem relações de semelhança e diferença com outros povos. (Op. Cit. p. 8).

No entanto, como afirma Machado (2007), muitos autores tendem a naturalizar as diferenças entre os povos formadores da sociedade brasileira (índios, negros, portugueses, italianos, alemães, japoneses, dentre outros). Essa naturalização faz com que ocorra uma espécie de apagamento dos preconceitos existentes entre os povos. Transmite-se, assim, a **falsa** ideia de um convívio em perfeita harmonia com a natureza e entre eles.

A sociedade brasileira, segundo Borges *et. al.* (2002), está cheia de casos de intolerância para com os mais diversos grupos que a compõem: religiosos, homossexuais, prostitutas, deficientes físicos, idosos, negros, indígenas, entre outros. Geralmente as ações de intolerância não se restringem às palavras, mas chegam a atos absurdos, como, por exemplo, a morte do índio Galdino ocorrida em Brasília no dia 20 de abril de 1997, que chocou todo o país. “Galdino Jesus dos Santos, liderança do povo indígena Pataxó Há-Há-Hãe, foi queimado vivo por jovens de classe média alta, quando dormia num abrigo de ônibus, após ter participado de manifestações pelo dia do índio”.²

Nos textos dos alunos, a intolerância fica clara quando dizem que algumas pessoas comecem a falar baixinho umas para as outras quando os veem passar nas ruas da cidade de Douros – MS, ou quando vão às lojas ou supermercados. Borges (2002, p. 4) deixa claro que “a tolerância pode ser vista como uma importante ferramenta de luta contra todas as formas de discriminação” sem, no entanto, significar que “se deva aderir aos valores do outro”. É necessário apenas que se respeitem esses valores como uma expressão da diversidade.

Bueno (2006, p. 5) chama a atenção para o fato de que a intolerância pode ser entendida como um fazer malevolente (fazer o mal a um outro). Nesse sentido ela

Pressupõe o preconceito que é a crença do sujeito (indivíduo, Estado, sociedade etc.) de que seus valores são bons e os valores do outro, ruins. Essa crença orienta a interpretação do sujeito em relação ao outro, em que se constrói a imagem negativa da alteridade. Em outras palavras, o sujeito interpretador é dotado de uma série de valores que ele reconhece e crê como seus e que servem de parâmetro para a sua interpretação, o seu julgamento e a sua ação.

2 Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Galdino_Jesus_dos_Santos>. Acesso em: 18 set. 2009.

Assim, fica claro que as práticas preconceituosas e intolerantes da sociedade para com os indígenas se devem ao fato de que essa sociedade julga que seus valores e crenças são superiores aos dos indígenas, muitas vezes tratados como sendo possuidores de uma cultura inferior que necessita ser modificada, adaptada à sociedade do não indígena.

Identidade indígena no Brasil

Luciano (2006) chama a atenção para o fato de que há uma enorme diferença entre os habitantes do Brasil, antes da chegada dos portugueses, e os que aqui hoje habitam, não só em termos de número, mas principalmente em termos culturais e de visão de mundo.

[...] os povos indígenas não são seres ou sociedades do passado. São povos de hoje, que representam uma parcela significativa da população brasileira e que por sua diversidade cultural, territórios, conhecimentos e valores ajudaram a construir o Brasil (LUCIANO, 2006, p. 18).

Esse autor explica que a denominação de índios foi dada aos habitantes nativos desde a primeira invasão de Cristóvão Colombo. Ainda hoje, é comum encontrar pessoas que usam o termo de forma pejorativa e que têm uma visão deturpada sobre os povos indígenas, muitas vezes vistos de forma homogênea e preconceituosa, como fica evidente neste outro trecho sobre a visão que muitos brasileiros têm do indígena, como

um ser sem civilização, sem cultura, incapaz, selvagem, preguiçoso, traiçoeiro etc. Para outros, ainda, o índio é um ser romântico, protetor das florestas, símbolo de pureza, quase um ser como o das lendas e dos romances (Op. Cit., p. 30).

Nesta obra, ele apresenta dados da FUNASA indicativos de que a população indígena atual é de pouco mais de 300.000 habitantes, falantes de cerca de 180 línguas. Devido a pressões políticas, religiosas, econômicas ou por terem sido despojados de suas terras, alguns povos indígenas foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência. Como o termo *índio* - ou *indígena* - era visto de forma pejorativa, os indígenas preferiam negá-lo, provocando assim a negação da própria identidade.

Na década de 1970, com o surgimento do movimento indígena organizado, os povos indígenas decidiram manter os termos *índio* ou *indígena* como forma de:

identidade que une, articula, viabiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes [...] De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns (op. cit., p. 30-31).

Outro fenômeno importante ocorreu a partir da década de 1990, conhecido como “etnogênese” ou “reterritorialização”, em que os indígenas começaram a reassumir e recriar suas tradições. A produção do RCNEI (Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas) é fruto dessa valorização da própria identidade, da busca de uma escola que respeite suas diferenças e que valorize sua cultura, suas línguas, seus costumes, como fica claro no depoimento abaixo, retirado desse documento:

Com relação aos fundamentos gerais da educação escolar indígena, dou mérito pelo reconhecimento de que o Brasil é uma nação construída por muitos povos de diferentes etnias, com histórias, saberes, culturas e línguas próprias; [...] o reconhecimento do direito dos povos indígenas à autodeterminação e a capacidade de autonomamente administrarem seus projetos de futuro; o reconhecimento do direito como cidadãos brasileiros a uma educação intercultural, específica e diferenciada (BRASIL, 1998, p. 21).

Com base no exposto acima, nega-se o mito de uma única identidade indígena. São várias identidades que são formadas e transformadas nas relações estabelecidas diariamente entre os membros de um mesmo grupo e/ou com pessoas de outros grupos, outras culturas, indígenas ou não. É necessário ressaltar que tais relações não se dão apenas no “face a face”, já que a tecnologia permite outras formas de contato – televisão, celular, *internet* e outros meios.

Um dos objetivos deste documento, o RCNEI, é oferecer subsídios para “a elaboração e implementação de programas de educação escolar que melhor atendam aos anseios e interesses das comunidades indígenas” (op. cit., p. 13). Espera-se, com isso, promover o respeito pelas diferenças étnicas, culturais e identitárias dos diversos povos indígenas brasileiros.

Ressalte-se, no entanto, que, segundo Limberti (2009), “a partir do contato intercultural, a identidade passa a possuir vários tipos de assimetrias: étnicas, sociais, políticas, que se hierarquizam segundo seu grau de legitimidade”. E tais assimetrias podem ser responsáveis por diversas situações de preconceito e de intolerância.

O preconceito e a intolerância na visão do aluno indígena

As análises dos trechos retirados das produções dos alunos indígenas apontam o enorme desconhecimento por parte da sociedade não indígena acerca de quem realmente sejam os habitantes da Reserva Indígena de Dourados – MS. Mesmo vivendo numa área em contiguidade com a zona urbana do município e estando, constantemente – seja a trabalho, seja a passeio ou por algum outro motivo – a se relacionar com o restante da população da cidade, ainda são tratados como pertencentes a uma cultura inferior à dos não indígenas, sendo muitas vezes ignorados.

[...] a dificuldade que os brancos têm de reconhecer que os povos indígenas têm uma história, uma subjetividade, tal qual o “civilizado”, leva-os a pensar que a alma indígena é inferior e imanente à sua condição de bestialidade (GUERRA, 2010, p. 40).

Tanto o preconceito quanto a intolerância estão presentes, de acordo com os textos dos alunos, em diversos momentos de suas vidas, como uma simples ida à cidade ou os momentos dedicados às compras.

O preconceito, segundo Albuquerque Júnior, é fruto de “definições prévias, definições ou descrições que não advêm do conhecimento do outro, mas que nascem da hostilidade, da distância ou do desconhecimento do outro” (2007, p. 10). É fruto da discriminação, definida por Grupioni como

toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em motivos de raça, cor, origem nacional ou étnica que tenha por objetivo ou por resultado anular ou menosprezar o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos fundamentais (2001, p. 91).

Fica evidente, a partir dessa definição, a necessidade de se buscar o diálogo tolerante entre os vários grupos de uma sociedade, pautando-se na justiça e não na caridade, como afirma Oliveira (2001, p. 252):

Entendo [...] que é imperioso separar da noção de tolerância qualquer sentido que a vincule a um certo sentimento de caridade diante do Outro, tratado como um ser subalterno; pois tolerância deve ser compreendida como respeito, sem o qual a dignidade moral é atingida.

Nos trechos abaixo, fica claro o desconhecimento da população não indígena sobre a identidade dos povos indígenas habitantes desta região, mesmo sendo a cidade de Dourados – MS tão próxima das aldeias e da presença constante do indígena na zona urbana.

Em: “Quando eu saio por aí pela cidade com minha mãe, as pessoas da cidade ficam olhando, paralisadas. Parecem ter visto um fantasma. Depois de olharem começam a falar bem baixinho” (Recorte 1) é inegável a intolerância com que são tratados por muitas pessoas ainda hoje. A aluna diz que, além de ficarem olhando, falam baixinho – ação que indica, em nossa sociedade, uma forma de tecer comentários pejorativos – pois não podem ser ouvidos pelo Outro – o que consiste em fator de exclusão.

Esta ainda é uma situação comum nas ruas de Dourados – MS. Muitas pessoas preferem ignorar a presença do indígena ou mesmo mostrar-se superior, dono de uma cultura “especial”.

Por outro lado, alguns alunos, devido ao fato de serem filhos de indígenas com não indígenas, não são imediatamente identificados como indígenas, o que, segundo eles, diminui o preconceito e a intolerância por parte do não-indígena. Isso fica claro no recorte a seguir:

Nos tempos atuais onde eu vivo, vivo sem forte preconceito porquê minha aparência é de não-índia, não que eu não queira ser índia, também sou mestiça, meu pai Baiano minha mãe é índia Terena.

E eu me relaciono bem com os não-índios eles não tem preconceito comigo. Eu sei também que essa não é a realidade de muitos índios no Brasil.

Quando eu vou para a cidade eles me tratam muito bem só que não sabem que eu sou índia (Recorte 2).

A aluna reconhece que há preconceitos contra o indígena, mas que ela não sofre tais preconceitos devido à sua aparência física se assemelhar mais à de uma adolescente não-indígena. Por meio de seu discurso ela poderá apresentar-se como indígena ou negar sua identidade, dependendo de seus propósitos.

A partir da imagem deturpada que a sociedade brasileira tem dos povos indígenas nascem os estereótipos. Albuquerque Júnior (2007, p. 13) afirma que

O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira, rápida e indiscriminada do grupo estranho, este é dito em poucas palavras, é reduzido a poucas qualidades que são ditas como sendo essenciais. O estereótipo é uma espécie de esboço rápido e negativo do que é o outro. Uma fala redutiva e reducionista, em que as diferenças e multiplicidades presentes no outro são apagadas em nome da fabricação de uma unidade superficial, de uma semelhança sem profundidade.

O desconhecimento ou o desprezo de muitos não indígenas em relação ao indígena é muito grande, como se pode observar no recorte 3:

Eu sou indígena da tribo terena. Eu não concordo com alguns brancos ele tem preconceito com os indígenas eles acham que nós por ser indígenas andamos pelados vivemos de caça e pescas para sobre viver.
Não e verdade nós trabalhamos para sobre viver a gente somos mas trabalhadores do que os branco.

A aluna inicia o parágrafo se identificando como terena. Mostra a importância para ela de se identificar com o seu povo. Critica a imagem idealizada, ou melhor, estereotipada que muitos não indígenas apresentam em relação aos indígenas. Esse desconhecimento de quem sejam os indígenas é muito comum ainda hoje na cidade de Dourados – MS, e a Aldeia onde a aluna mora (Jaguapiru) está situada em contiguidade com a zona urbana e os indígenas são vistos diariamente na área urbana. É expresso aí o desprezo com que, em muitos casos, a sociedade trata os indígenas. Muitos fecham os olhos para a realidade que os cerca.

Outro fato importante nesse trecho é que, como não é valorizado o fato de viver da caça e da pesca, ela faz questão de dizer que os indígenas trabalham. A questão do viver da caça e da pesca traz consigo um tom pejorativo, o que provavelmente gerou a ideia de que o indígena é preguiçoso. Guerra (2010, p. 40) diz que tal preconceito ao indígena é fruto de uma “visão etnocêntrica e estereotipada”.

Em boa parte dos textos dos alunos é possível ainda perceber o preconceito e a intolerância por que passam nos estabelecimentos comerciais. Geralmente, dizem que são maltratados ou que os funcionários desses estabelecimentos ficam vigiando cada passo que dão.

No recorte 4: “eu sofro preconceito com os lojistas eles ficam cuidando, para gente não pegar algumas coisas da loja” percebe-se que o fato de ter um funcionário nas lojas, para evitar que alguém saia sem pagar, apesar de ser uma prática comum na cidade de Dourados – MS, revela que boa parte dessa categoria profissional não está preparada para lidar com as diferenças, causando constrangimentos aos clientes. Geralmente fazem os próprios julgamentos, orientados por preconceitos, e vigiam mais as pessoas que julgam possuírem menor poder aquisitivo, ou que possuem traços físicos que os distinguem da população que julgam ser digna de mais respeito. Como, em grande parte dos casos, o indígena não consegue negar sua origem devido aos traços de sua fisionomia, essa população se torna muito mais vulnerável a tal tipo de preconceito. Generaliza-se o indígena por meio dos estereótipos que a sociedade possui, como sendo um povo preguiçoso, sujo, incapaz, como afirma Luciano (2006).

É possível perceber gestos de intolerância advindos do tratamento que os alunos dizem receber nos estabelecimentos comerciais, como fica claro no recorte 5: “Como as condições são mínimas os adolescentes [...] são ignorados ou até vigiados por seguranças em lojas, supermercados, restaurantes, etc.”

Estas situações de preconceito e de intolerância reveladas nos discursos dos alunos são corroboradas pelo que o professor da turma relata sobre os depoimentos que vem ouvindo de seus alunos ao longo dos 16 anos de profissão. Segundo ele, muitos alunos reclamam do tratamento que recebem, principalmente dos lojistas. Afirmam que são vistos como ladrões, prestes a furtar alguma coisa. Atribuem este preconceito ao fato de serem indígenas, uma vez que são facilmente reconhecidos por suas características físicas.

[...] as características físicas, como a cor da pele, por exemplo, são traços menos flexíveis do que os aspectos culturais e, a despeito de ambos não conseguirem representar o ser humano na sua totalidade, no Brasil, em decorrência do racismo, os fenótipos de uma pessoa funcionam como elemento constitutivo da identidade (SILVA, 2005, P. 38-39).

Esses traços vão definir, em muitos casos, o tratamento que receberão na sociedade. Isso fica claro no recorte 6: “Hoje em dia os adolescentes indígena, sofre muito preconceito fora das Aldeia, eu acho que nesse tempo atuais os índios sofre por causa da sua cor e seu modo de viver e de se vestir etc.”.

Conclusão

De acordo com o exposto neste trabalho sobre o modo como os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Francisco Meireles se apresentam em seus textos escritos, os povos indígenas ainda enfrentam muito preconceito por parte da sociedade não indígena. A proximidade entre a Reserva Indígena de Dourados e espaço urbano não diminui o desconhecimento do não índio sobre quem são os povos indígenas habitantes desta região, sua cultura e sua identidade.

Para serem aceitos, muitos desses alunos buscam se identificar ao máximo com os adolescentes não indígenas, mesmo tendo consciência de que muitos deles carregam nos seus traços físicos a marca de sua identidade indígena. Os que fisicamente se assemelham mais aos não índios sabem que muitas vezes são aceitos em vários lugares porque não são imediatamente reconhecidos como indígenas.

Por outro lado, percebe-se também claramente o preconceito que muitos deles apresentam em relação ao não indígena. Isso comprova que as atitudes preconceituosas são frutos do desconhecimento de quem é o Outro. Além disso, verifica-se uma generalização quanto à sociedade não indígena, vista por eles, em alguns casos, como homogênea. Quando falam dos adolescentes, frequentemente se referem a eles de forma generalizada, como todos sendo pertencentes à classe média, dificilmente falam sobre aqueles adolescentes que precisam trabalhar para garantir o seu sustento ou aqueles que passam por diversas situações de preconceito também.

Nos seus textos, deixam claros também seus sonhos quanto ao futuro. Buscam nos estudos a realização desses sonhos e falam sobre as possíveis profissões que querem exercer. A maioria delas são ligadas ao que consideram gerar maior *status* social: médico, advogado, empresário, jogador de futebol... muitos veem nessas profissões uma forma de ajudar o povo indígena, como pode ser visto nos trechos abaixo: “Meu sonho é ser um médico formado para atender o meu povo.” (Recorte 7); “Quando eu crescer quero ser uma advogada, para defender a minha aldeia.” (Recorte 8).

No decorrer da história, muitos povos indígenas sofreram grandes transformações no seu modo de viver: muitos perderam suas terras, suas línguas e foram obrigados a negar a própria identidade. Mas muitos conseguiram preservar seus principais traços culturais e hoje lutam “pelo reconhecimento de suas etnicidades e de suas territorialidades nos marcos do Estado Brasileiro” (LUCIANO, 2006, p. 33) e sentem orgulho de serem indígenas.

Finalmente, é necessário ter consciência de que “conhecer a memória cultural do Outro é a via que nos pode permitir aceder não ao Outro como um em si, mas a outros mundos, que a linguagem, na sua historicidade e densidade ontológica, constitui e continua a constituir” (BAPTISTA, 2007, p. 290).

A escola tem papel fundamental na mudança de mentalidade da sociedade, como fica claro nos dizeres de Silva (2001, p. 116):

Uma educação escolar diferenciada é, antes de mais nada, aquela que abriga, acolhedo-ramente, a diferença: aceita-a, analisa-a, reconhece-a. Se a escola é um lugar onde processos locais, regionais, nacionais e globais se entrecruzam, é no conhecimento de saberes também múltiplos que está a sua força como instituição indígena, nos casos em que ela é aceita e desejada pelos índios, quando inscrita em seus projetos de futuro.

No caso da Escola Municipal Francisco Meireles, mesmo não sendo considerada escola indígena, mas que tem a totalidade do seu quadro discente composto por alunos indígenas de diferentes etnias, dentre os quais também se encontram alguns alunos não índios, a busca por essa educação diferenciada deve ser uma constante. Além do acolhimento das diferenças, é necessário que ela busque um modelo de educação que tenha como um dos seus principais objetivos o trabalho de orientação de seus alunos para, além da aceitação da diferença, estarem preparados para lutar pelo reconhecimento e valorização de seus múltiplos saberes.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (1960-2005). 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAPTISTA, Maria M. Identidade e cultura: a questão do discurso sobre o outro. In: ROQUE-FARIA, Helenice Joviano; DIAS, Marieta P. de Lima (Org.). *Cultura e identidade: discursos*. Cáceres: Ed. da Unemat, 2007, p. 276-293.

BARROS, Diana L. P. de. *O discurso intolerante: primeiros estudos*. Disponível em: <<http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/node/2185>>. Acesso em: 27 abr. 2010.

_____. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. 6. reimp. São Paulo: Ática, 2005.

BORGES, Edson et. al. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002. (Espaço e Debate).

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional Para as Escolas Indígenas*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRUMATTI, Sônia A. V. *Identidade indígena: algumas características de estudantes indígenas da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados-MS*. Campo Grande, MS. 2007. 124 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

BUENO, Alexandre M. *Intolerância linguística e imigração*. São Paulo. 2006. 216p. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) – Universidade de São Paulo.

GRUPIONI, Luís D. B. Os povos indígenas e a escola diferenciada: comentários sobre alguns instrumentos jurídicos internacionais. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi et. al. (Org.). *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 87-97.

GUERRA, Vânia M. L. *O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

LEITE, Marli Q. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

LIMBERTI, Rita de C. P. *Discurso indígena: aculturação e polifonia*. Dourados: EDUFGD, 2009.

LUCIANO, Gersem dos S. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACHADO, Carolina de P. Algumas considerações sobre a designação da palavra preconceito em dicionários do final do século XX e início do século XXI. In: SEMINÁRIO DE TESES EM ANDAMENTO, 2007, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp, v. 1, p. 146-151, 2007.

MICHAELIS: Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

OLIVEIRA, Roberto C. de. Sobre o diálogo intolerante. In: GRUPIONI, Luís D. B. et. al. (Org.). *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 245-252.

PAULA, A. J. Educar o Brasil com raça: “das raças ao racismo que ninguém vê”. In: SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria P. da (Org.). *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, v. 1, p. 89-93.

SILVA, Aracy L. da. Educação para a tolerância e povos indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, Luís D. B. et. al. (Org.). *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 99-131.

SILVA, Maria P. da. Identidade racial brasileira. In: SANTOS; Gevanilda; SILVA, Maria P. da. (Org.). *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, v. 01, p. 37-44.

VAN-DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. Org. Judith Hoffnagel; Karina Falcone (Org.). São Paulo: Contexto, 2008.

VARIAÇÃO TRÓPICO-NÔMADE: HENRY MILLER E O NOMADISMO DE DELEUZE E GUATTARI

Daniel Rossi
Edgar César Nolasco

Introdução

As relações entre a obra de Miller e os estudos de Deleuze e Guattari são muito instigantes e profícuas. Como uma aliança entre combatentes de um inimigo comum, pode-se perceber que os autores entram em um processo de dupla influência, como em um campo onde os três abandonariam suas individualidades em um movimento nômade, responsável por desestabilizar boa parte do pensamento filosófico ocidental. A literatura também não passará incólume a eles: será virada do avesso, atravessada por bandos cada vez mais diferentes, responsável por estabelecer relações inauditas entre termos e conteúdos contrastantes.¹

Propomos analisar *Trópico de câncer* (1934), romance de Henry Miller, partindo do conceito de nomadismo cunhado por Deleuze e Guattari. O intuito deste trabalho² é mostrar tais conceitos em um plano de interação, sem hierarquização entre os diferentes campos teóricos. Para entendermos essa relação entre a literatura de Miller e a filosofia de Deleuze e Guattari é necessário, primeiramente, apresentar uma definição do conceito de nomadismo. Após a expo-

1 Um exemplo desta parceria ou revezamento entre os autores pode ser conferido no artigo de Clara Roberta Novaes Raimundo, que desenvolve a relação entre o conceito de inconsciente de Deleuze e Guattari e a literatura milleriana. RAIMUNDO. *O conceito de inconsciente no pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari e sua relação com a literatura de Henry Miller*, p. 229-260.

2 Este artigo faz parte de uma pesquisa desenvolvida junto ao PPGM/UFMS, intitulada “Trópico de câncer: trajetos rizomáticos, vida nômade”, no período de 2009-2011.

sição do conceito, trabalharemos *Trópico de câncer* e o conceito de nomadismo em conjunto, procurando mostrar literatura e filosofia em interação, numa lógica de duplo aticamento entre os dois campos de saber.

Nomadismo: conceituação

Em *Mil Platôs*, no platô intitulado “1227 – Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra”,³ o conceito de nomadismo será trabalhado detidamente e tomará uma importância muito grande na obra da dupla de filósofos franceses. A criação do conceito de nomadismo atravessará, em um movimento transversal, vários campos do conhecimento: mitologia, etnologia, epistemologia, ciência política, filosofia, etc. Além deste movimento entre diversos campos, um movimento no tempo também será feito, mostrando que a questão de um nomadismo atravessa várias épocas e, como dito por Deleuze em “Pensamento Nômade”, cabe perguntar “quais são nossos nômades de hoje”.⁴

Um outro conceito importante para o entendimento do nomadismo é imagem do pensamento. Mas o que seria esta “imagem do pensamento que recobriria todo o pensamento, que constituiria o objeto especial de uma ‘noologia’, e que seria como a forma-Estado desenvolvida no pensamento”?⁵ O que a constituiria? Como ela procede? A primeira questão a ser respondida seria a da própria forma do pensamento, ou seja, de que maneira o pensamento é concebido e o que esta concepção implica para o que seja pensar:

Acontecem criticarem conteúdos de pensamento julgados conformistas demais. Mas a questão é primeiramente a da própria forma. O pensamento já seria por si mesmo conforme a um modelo emprestado do aparelho de Estado, e que lhe fixaria objetivos e caminhos, condutos, canais, órgãos, todo um *organon*. Haveria portanto uma imagem do pensamento que recobriria todo o pensamento (...). Esta imagem possui duas cabeças que remetem precisamente aos dois polos da soberania: um *imperium* do pensar-verdadeiro, operando por captura mágica, apreensão ou liame, constituindo a eficácia de uma fun-

3 DELEUZE; GUATTARI. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, p. 11-110. v. 5.

4 DELEUZE. *A ilha deserta: e outros textos*, p. 328.

5 _____; GUATTARI. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, p. 43, vol. 5.

dação (*muthos*); uma república dos espíritos livres, procedendo por pacto ou contrato, constituindo uma organização legislativa e jurídica, trazendo a sanção de um fundamento (*logos*). (...) Contudo, não se deve descartar que, para passar de uma à outra, seja preciso um acontecimento de natureza inteiramente diferente, “entre” as duas, e que se oculta fora da imagem, que ocorre fora dela. Porém, se nos atemos à imagem, constatamos que não se trata de uma simples metáfora, cada vez que nos falamos de um *imperium* e de uma república dos espíritos. É a condição de constituição do pensamento como princípio ou forma de interioridade, como estrato.⁶

Observa-se, então, que a imagem do pensamento é a constituição do mesmo como interioridade, ou seja, a partir de um estriamento primeiro, de uma “agrimensura” dos conteúdos passíveis de serem pensados, da criação de canais que serão os locais onde o pensamento pode fluir, uma forma de pensamento se apropriaria destes conteúdos e os interiorizaria, validando-o para os critérios de sua própria manutenção. Podemos perceber a redundância que faz com que a imagem do pensamento recubra o pensamento, mas que *não* seja ele: ela se coloca como fundação e legitimação dos conteúdos do pensamento, do próprio pensar. Deleuze e Guattari descrevem a imagem clássica/estatal do pensamento, sua formação e instauração e, posteriormente, o pacto que colocaria o intelectual (espírito livre) em uma república que garantiria tanto a sua permanência quanto a permanência de um estado de coisas determinado, no caso, o aparelho de Estado como forma de interiorização de onde o pensamento toma sua imagem:

A imagem clássica do pensamento, a estriagem do espaço mental que ela opera, aspira à universalidade. Com efeito, ela opera com dois “universais”, o Todo como fundamento último do ser ou horizonte que o engloba, o Sujeito como princípio que converte o ser em ser para-nós. *Imperium* e república. Entre um e outro, todos os gêneros do real e do verdadeiro encontram seu lugar num espaço mental estriado, do duplo ponto de vista do Ser e do Sujeito, sob a direção de um “método universal”.⁷

A partir destes dois universais, Todo e Sujeito, esta imagem estatal do pensamento pode qualificar e legitimar os tipos de conhecimento que podem ter validade ou não. De certa ma-

6 Ibidem, p. 43-44.

7 Ibidem, p. 49.

neira, ela aspira a interiorizar tudo o que pode, mas sempre escapa alguma coisa. Uma outra forma de pensamento que se insinua entre o Todo e ao Sujeito, desestabilizando uma ordem ideal de maneira a só ser recuperada posteriormente: o pensamento nômade será domado através da violência.

Mas, para não perdermos esta linha de pensamento, é justamente o *entre* que interessa aqui e também aos dois filósofos. Como vimos no caso do conceito de rizoma, este entre é “um movimento transversal que as carrega uma e outra [no caso, Todo e Sujeito], riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio”.⁸

O *fora* possivelmente possa caracterizar esse *entre*, esta fissura entre os dois polos da imagem de pensamento estatal que ainda impera: um pouco de ar, um espaço para os nômades passarem, para conteúdos nômades do pensamento poderem passar. Em Nietzsche, esse movimento é apresentado na figura do filósofo como flecha:

A natureza joga o filósofo como uma flecha no meio dos homens, ela não visa, mas espera que a flecha venha a se cravar em algum ponto. Fazendo isso, ela se engana um número infinito de vezes e fica exasperada com isso. (...) O artista e o filósofo testemunham contra o sentido prático da natureza na escolha de seus meios, ainda que estes sejam a mais excelente prova da sabedoria de seus fins. Eles só afetam poucas pessoas, quando deveriam afetar a todas, e mesmo estas poucas pessoas não são afetadas pela força que o filósofo e o artista deram a seu projétil.⁹

Mas não se estaria erigindo, desta maneira, outra imagem do pensamento? O pensamento e o pensador como uma flecha atirada a esmo, a força que se dá ao projétil, seu percurso do *fora* não à interioridade, mas a criação de um espaço do *fora* no dentro: uma fissura. Isto seria a armadilha do pensamento estatal: trazer uma nova dualidade, um nova dicotomia. Por que o que seria opor o pensamento do exterior ao de interioridade se não submeter o pensamento a uma lógica dualista, dicotômica? E é aí que aparece a grande contribuição de Deleuze e Guattari: esta não seria outra imagem do pensamento que se oporia à imagem clássica.

8 Ibidem, v. 1, p. 39.

9 NIETZSCHE. *Escritos sobre educação*, p. 201.

A forma de exterioridade do pensamento – a força sempre exterior a si ou a última força, a enésima potência – não é de modo algum uma *outra imagem* que se oporia à imagem inspirada no aparelho de Estado. Ao contrário, é a força que destrói a imagem e suas cópias, o modelo e suas reproduções, toda possibilidade de subordinar o pensamento a um modelo do Verdadeiro, do Justo ou do Direito (o verdadeiro cartesiano, o justo kantiano, o direito hegeliano, etc.). Um “método” é o espaço estriado da *cogitatio universalis*, e traça um caminho que deve ser seguido de um ponto a outro. Mas a forma de exterioridade situa o pensamento num espaço liso que ele deve ocupar sem poder medi-lo, e para o qual não há método possível, reprodução concebível, mas somente revezamentos, *inter-mezzì*, relances. O pensamento é como o Vampiro, não tem imagem, nem para constituir modelo, nem para fazer cópia. No espaço liso do Zen, a flecha já não vai de um ponto a outro, mas será recolhida num ponto qualquer, para ser relançada a um ponto qualquer, e tende a permutar com o atirador e o alvo. O problema da máquina de guerra e o dos revezamentos, mesmo com meios parcos, e não o problema do modelo arquitetônico ou do monumento. Um povo ambulante de revezadores, em lugar de uma cidade modelo.¹⁰

O pensamento é sempre uma tribo, uma multiplicidade. Esse revezamento, essa descontinuidade, é característico da construção de um mapa sempre mutante: uma linha zigue-zagueante, um movimento aberrante que percorreria vários pensadores, escritores, artistas, etc. Esse pensamento do *fora* ou pensamento como exterioridade não configura uma outra imagem do pensamento porque não é cópia de um modelo, assim como não forma uma imagem de onde possam ser efetuadas cópias. Como escreve Peter Pál Pelbart: “Pode-se dizer que o pensamento rizomático, tal como os autores o definem no início de *Mil Platôs*, responde perfeitamente a essas exigências” e, sendo assim, na “exterioridade pura, apenas aí o pensamento como multiplicidade (tribo) pode deslocar-se fora das estriagens do ‘espaço mental’ imposto pelas imagens clássicas do pensamento”.¹¹ Pelbart estabelece a ligação do conceito de rizoma com o de nomadismo. Mas qual seria a característica deste espaço preparado pelo rizoma e fabricado pelos nômades?

O espaço liso é criação dos nômades e, para ser construído, necessitaria de dois elementos primordiais. Primeiro: um espaço não geometrizable, no sentido de não mensurado (estriado).

10 DELEUZE; GUATTARI. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, p. 47. v5.

11 PELBART. *O tempo não-reconciliado*, p. 30.

Um *espaço estriado* se configura como o espaço de um método pré-definido onde todas as rotas estão previamente demarcadas. Isso posto, o espaço liso, no caso do pensamento nômade, seria um espaço livre de medição e mensuração, sem “método” para predeterminar os rumos do pensamento: ele instauraria um espaço relacional “construído” conforme as necessidades deste pensamento da exterioridade: “um povo ambulante de revezadores, em lugar de uma cidade modelo”.¹² Segundo elemento: o espaço liso é um espaço de imanência absoluta, ou seja, não existe termo transcendente ou centro de poder que fosse responsável por domá-lo ou mensurá-lo.

Pode-se dizer que existe uma contradição entre imanência e exterioridade, mas isso só pode ser afirmado a partir de uma avaliação dialética: a imanência implica relações de devir em um plano de imanência, que rejeita termos transcendentos e centralizadores e a própria criação do espaço liso é a criação de um espaço onde somente relações “exteriores” podem ser realizadas, ou seja, relações de proximidade, de vizinhança e não de interioridade entre os sujeitos. O “eu penso, logo existo” cartesiano, já criticado por Nietzsche, é aqui destituído de validade já que a fórmula se torna, simplesmente, “Penso”. Mas quem pensa? Pode-se sempre dizer que existe um sujeito oculto, nada mais que um sujeito... Ou, como afirmam os autores, que o pensamento se faz através de um impessoal, o pensamento como relação de exterioridade entre os termos, em um processo de subjetivação.

Como dito anteriormente, se a imagem do pensamento necessitava de dois polos – Todo e Sujeito – para se constituir como interioridade, no espaço liso elas são expulsas em favor de relações de devir, que se fazem a partir de encadeamentos locais e impessoais. Como escrevem Deleuze e Guattari:

Desde logo é fácil caracterizar o pensamento nômade que recusa uma tal imagem [estatal ou clássica] e procede de outra maneira. É que ele não recorre a um sujeito pensante universal, mas, ao contrário, invoca uma raça singular; e não se funda em uma totalidade englobante, mas, ao contrário, desenrola-se num meio sem horizonte, como espaço liso, estepe, deserto ou mar. Estabelece-se aqui outro tipo de adaptação entre a raça definida como “tribo” e o espaço liso definido como “meio”.¹³

12 DELEUZE; GUATTARI. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, p. 47. v. 5.

13 Ibidem, p. 49.

Essa passagem nos ajudará a compreender *Trópico de câncer* pela perspectiva do nomadismo: o pensamento nômade “não recorre a um sujeito pensante universal, mas, ao contrário, invoca uma raça singular”. Cada vez mais vemos o imbricamento do pensamento nômade com o conceito de rizoma que o prepara e anuncia. Se um dos vetores do conceito de rizoma era a criação de um mapa, temos agora o povo responsável pelo povoamento deste traçado mutante: aqueles que mudam para permanecer no mesmo lugar, que *ocupam* o espaço sem mensurá-lo, numa pragmática experimental. Nas palavras de Simone Curi, em seu livro sobre a escritura nômade de Clarice Lispector:

[O nomadismo aparece] no intenso movimento que se dá em um mesmo lugar, em outras palavras, um mundo que se manifesta como intensidade pura, pulsações que diluem todas as formas e conteúdos, as significações como fluxos desterritorializados, ou seja, territórios que se abrem, desfazendo-se a todo momento. (...) Processo de criação na fragmentação, produção de multiplicidades (qualitativa e numérica). Textos que convergem no mesmo, como uma grande linha dobrada e desdobrada sobre si mesma, redesenhando um mosaico fractal da palavra.¹⁴

Curi está no contexto da obra de Clarice Lispector, mas a caracterização do nomadismo na escritura da autora casa muito bem com *Trópico de câncer*. As características de fragmentação e esse tentar dizer mais do que um texto pode dizer é próprio da escrita milleriana. Os fluxos que são responsáveis por uma escrita alegre e fluida, são o que caracterizam o escritor para Miller: alguém com antenas, que sabe se agarrar a estes fluxos que dão direção à vida. Veremos isso mais detidamente no próximo subtítulo.

Variação trópico-nômade

Coloquemos em evidência a obra *Trópico de câncer*, para podermos aceder ao estabelecimento desta ligação entre o conceito de nomadismo e o romance:

Em outros tempos, eu achava que ser humano era o objetivo mais alto que um homem podia ter, mas vejo agora que isso se destinava a destruir-me. Hoje, orgulho-me em dizer

14 CURI. *A escritura nômade em Clarice Lispector*, p. 77-78.

que sou *inumano*, que não pertenço a *homens e governos* [Grifos nossos], que não tenho nada a ver com crenças e princípios. Nada tenho a ver com a maquinaria rangente da humanidade, eu pertenço à Terra! Digo isso deitado em meu travesseiro e sinto os chifres nascendo na minha testa. (...) Um homem que pertence a essa raça [os inumanos] precisa ficar em pé no lugar alto, com palavras desconexas na boca, e arrancar as próprias entranhas. (...) Quero rios que criem oceanos (...), rios que não sequem no vazio do passado. Oceanos, sim! Tenhamos mais oceanos, novos oceanos que apaguem o passado, oceanos que criem novas formações geológicas, novas vistas topográficas e continentes estranhos e assustadores, oceanos que destruam e preservem ao mesmo tempo, oceanos nos quais possamos navegar, partir para novas descobertas, novos horizontes. (...) precisamos procurar fragmentos, lascas, unhas dos dedos dos pés, qualquer coisa que contenha mistério, que seja capaz de ressuscitar corpo e alma. (...) Fora biografias, histórias, bibliotecas e museus! Que os mortos comam os mortos. Dancemos nós, os vivos, à beira da cratera, uma última e agonizante dança. Mas que seja uma dança!¹⁵

A imagem do oceano como espaço liso, espaço não mensurado, o inumano como maneira de escapar à imagem do pensamento estatal: do Todo e do Sujeito, a celebração do fragmentário e da vida. Esta citação de Miller parece congrega o conceito de nomadismo em sua totalidade, cabendo perguntar se Miller antecipa Deleuze e Guattari ou se existe um Intempetivo que liga os autores no tempo, uma área de passagem que possa explicar essa confluência: o pensamento é uma tribo e requer esses revezadores que atirem a flecha aleatoriamente, sempre a lugares diferentes, sempre de *fora*.

No caso, vale dizer que a obra de Miller é a obra de um de nômade. Não nos referimos aqui apenas a um movimento no *espaço*: a viagem de Miller a Paris. Queremos salientar aspectos atinentes tanto à sua obra quanto à própria figura de seu autor, sempre em movimento constante para se livrar das armadilhas impostas por instituições, governos e moral: o movimento é *intensivo*. Isso é característico de Miller e de sua escrita, já no momento em que responde o que é um artista, um escritor:

Quem escreve os grandes livros? Não somos nós que assinamos. O que é um artista? È um homem que têm antenas, que sabe como se grudar às correntes que estão na atmosfera, no

15 MILLER. *Trópico de câncer*, p. 324-327.

cosmos; ele apenas tem essa facilidade de se grudar nelas, como elas são. Quem é original? Tudo que estamos fazendo, tudo que pensamos, já existe, somos apenas intermediários, isso é tudo, aqueles que usam o que está no ar. Porque ideias, porque grandes descobertas científicas quase sempre ocorrem em diferentes partes do mundo ao mesmo tempo? O mesmo é verdade para os elementos que fazem parte na feitura de um poema ou um grande romance ou qualquer trabalho artístico. Eles já estão no ar, não foi dada voz a eles, isso é tudo. Eles precisam *do* homem, *do* intérprete, para trazê-los à frente.¹⁶

A posição de Miller é, no mínimo, inusitada. Primeiramente, ele acaba com a figura do escritor como o grande intelectual fechado em seu gabinete, que pensa e *interpreta* o mundo se excluindo do mesmo. O escritor está, na verdade, imerso até o pescoço no mundo e sua função é *grudar* nas correntes que atravessam a vida, que dão sentido, que nos movem. Diferente dos sedentários, o escritor nômade está em constante movimento, arrastado por fluxos que o atravessam, suas antenas captando o máximo que conseguirem. Segunda característica: um movimento no próprio tempo, que, no mínimo, faz vacilar o conceito de originalidade: a partir de agora o que veio antes ou depois, a questão da inspiração, pouco importam. Se o escritor é um mediador e sua principal característica é ter antenas, todos os livros já foram escritos, tudo já foi feito, tudo está no ar. Falta a voz, falta aquele que consegue se *ligar* a esses fluxos, sem interpretá-los, mas fazê-los passar, tentar fazer a vida passar.

No que tange ao romance, podemos ressaltar, por meio de citações, o aspecto fugidio e ambulante da narrativa. Se o nomadismo é caracterizado por uma luta contra a interioridade, o livro é uma das formas a serem abolidas. Diz Pelbart: “A história, o livro, o Estado, são formas de interioridade construídos segundo o tempo de captura e conciliação de um Todo e de um

16 MILLER; WICKES. *Paris Review*, nº 28. Trecho original: “*Who writes the great books? It isn't we who sign our names. What is an artist? He's a man who has antennae, who knows how to hook up to the currents which are in the atmosphere, in the cosmos; he merely has the facility for hooking on, as it were. Who is original? Everything that we are doing, everything that we think, exists already, and we are only intermediaries, that's all, who make use of what is in the air. Why do ideas, why do great scientific discoveries often occur in different parts of the world at the same time? The same is true of the elements that go to make up a poem or a great novel or any work of art. They are already in the air, they have not been given voice, that's all. They need the man, the interpreter, to bring them forth.*”

Sujeito”.¹⁷ Lembremos do início de *Trópico de câncer*, e a recusa radical em se manter sob a tutela de qualquer forma de interioridade impostas ao romance:

E este aqui? Este não é um livro. É uma difamação, uma calúnia, uma falta de caráter. Não é um livro no sentido comum da palavra. Não, este é um longo insulto, uma cusparada na cara da Arte, um chute na bunda de Deus, do Homem, do Destino, do Tempo, do Amor, da Beleza, do que você quiser.¹⁸

Vários nomes são dados às duas instâncias de interiorização do pensamento: Deus (Todo)-Homem (Sujeito), Tempo (Todo)-Destino (Sujeito). A cusparada, o chute na bunda destas instâncias é justamente a tentativa da liberação tão almejada. Liberação que começa com a recusa da forma clássica do livro e vai até a criação de um espaço nômade que “se oferece com suas metamorfoses numa exterioridade pura, e segundo um “tempo liberado”.¹⁹

O romance é categórico nesse sentido: onde nos procuram, é aí onde não estamos, sempre fugindo, sempre em movimento no tempo e no espaço: paradoxos dos paradoxos, o nômade foge *porque* permanece no mesmo lugar. O *vitalismo milleriano* (nas palavras de Bradbury²⁰) é justamente esse nomadismo, esse movimento intensivo responsável por um vitalismo renovado na escritura:

Escreve-se em função de um povo por vir e que ainda não tem linguagem. Criar não é comunicar mas resistir. Há um liame profundo entre os signos, o acontecimento, a vida, o vitalismo. É a potência de uma vida não orgânica, a que pode existir numa linha de desenho, de escrita ou de música. São os organismos que morrem, não a vida. Não há obra que não indique uma saída para a vida, que não trace um caminho entre as pedras.²¹

Trópico de câncer é esse espaço nômade, liberado, exterior: uma abertura, um passar entre as categorias de Todo e Sujeito. Espaço nômade-inumano de transumância.

17 PELBART. *O tempo não-reconciliado*, p. 115.

18 MILLER. *Trópico de câncer*, p. 8.

19 PELBART. *O tempo não-reconciliado*, p. 115.

20 BRADBURY. *O romance americano moderno*, p. 132.

21 DELEUZE. *Conversações*, p. 179.

Inumanidade nômade?

A questão do inumano é de suma importância para o entendimento de *Trópico de câncer* a partir da perspectiva do nomadismo. Isso se explica pela ânsia do narrador em tentar se caracterizar como alguém fora do mundo, a partir de um movimento no mesmo lugar que o desterritorializa, que desfaz seus laços com a moral, a política, as instituições sociais: esse movimento de desligamento, de não pertencimento, é característica daqueles que não se curvam perante as armadilhas do Estado, do pensar verdadeiro. *Inumanizar-se* é tornar-se humano por outros meios, é habitar e criar um espaço liso, sem as estrias do Estado, sem uma métrica estatal no pensamento representada por um método: se existe método, ele é feito ao sabor das correntes que arrastam o escritor, que fazem suas antenas vibrarem em seu fluxo.

Como dissemos anteriormente, o pensamento é uma tribo, sempre clama por um povo menor: ao artista sempre falta um povo, um povo de revezadores responsáveis por lançar a flecha mais longe, em outras direções, outros sentidos. O inumano em Miller não é apenas seu devir, mas também inclui esta tribo de revezadores na multiplicidade rizomática de seu romance:

Vejo essa outra raça de indivíduos esquadrinhando o universo, virando tudo de cabeça para baixo, os pés sempre pisando em sangue e lágrimas, as mãos sempre vazias se estendendo na tentativa de agarrar o além, o deus fora do alcance: matando tudo o que podem para acalmar o monstro que lhe rói as entranhas. (...) E tudo quanto estiver além deste espetáculo assustador, tudo que causar menos sobressalto, menos terror, o que for menos louco, menos inebriante, menos contagiante, não é arte. O resto é falsificação. O resto é humano. O resto pertence à vida e à ausência de vida.²²

Crueldade combativa, essa raça inumana não busca a verdade: onde existe um espaço estriado, eles fabricam um espaço liso, viram tudo de cabeça para baixo, atravessam sangue e lágrimas no seu combate. Fazendo uma ponte com o texto de Deleuze “Para dar um fim ao juízo”²³ podemos caracterizar mais precisamente as características deste combate nômade-inumano, mostrado na narrativa de *Trópico de câncer*.

22 MILLER. *Trópico de câncer*, p. 235.

23 DELEUZE. *Crítica e clínica*, p. 143-153.

Em seu texto, Deleuze trabalha com a obra de quatro autores que seriam responsáveis por se desvencilhar do juízo de Deus: Nietzsche, Lawrence, Kafka e Artaud. Na realidade a questão é muito maior: como fazer para escapar do juízo, de todo e qualquer juízo, e se abrir ao novo? A faculdade do juízo implica uma “relação suposta entre a existência e o infinito na ordem do tempo. Àquele que se atém a essa relação é dado o poder de julgar e ser julgado”.²⁴ Neste caso, o juízo de conhecimento implica “uma forma moral e teológica primeira, segundo a qual a existência estava relacionada com o infinito conforme uma ordem do tempo: o existente como tendo uma dívida para com Deus”.²⁵ O que aparece aqui é a interrogação sobre os termos responsáveis por estabelecer uma dívida infinita entre o existente e a faculdade do juízo, responsável por uma ordenação das culpas, penas e – por que não? – do próprio conhecimento.

Ainda segundo Deleuze, estes autores são responsáveis por experiências limite para se livrarem do juízo exterior em todas as suas formas. O que sobressai no texto é a questão da justiça, e não do juízo, como forma relacional, onde os existentes se enfrentam “e se dão reparação segundo relações *finitas* que só constituem o *curso* do tempo”.²⁶ Pode parecer que esta é uma discussão não pertinente... Mas cabe lembrar que a questão do juízo, da liberação de termos judicativos exteriores aos envolvidos é também um problema que *Trópico de câncer* levanta: se a experimentação de Miller com a escrita e com formas novas que não o livro causou tanto furor em parte da crítica e dos governos que proibiram sua obra durante tanto tempo, acreditamos que não foi somente por seu conteúdo dito pornográfico.

Trópico de câncer era e é um livro perigoso, já que libera forças responsáveis por opor resistência a outras forças que querem domá-lo. Combater o juízo (moral, político) é um dos problemas que se apresentam mais fortemente. Mais ainda quando tratamos o romance a partir do conceito de nomadismo.

Cinco características parecem opor resistência ao juízo e sua economia da dívida: “a crueldade contra o suplício infinito, o sono ou a embriaguez contra o sonho, a vitalidade contra a organização, a vontade de potência contra um querer-dominar, o combate contra a guerra”.²⁷ A

24 Ibidem, p. 144.

25 Ibidem, p. 144.

26 Ibidem, p. 144.

27 Ibidem, p. 153. Grifos do autor.

primeira delas é opor um sistema de juízo transcendente ao jogo imanente das forças e atores responsáveis por suas próprias vidas. Acabar com a dívida é acabar com a divindade: “Um chute na bunda de Deus”, como escreve Miller. A segunda é escapar das armadilhas do sonho:

Apolo é ao mesmo tempo o deus do juízo e o deus do sonho: é Apolo quem julga, impõe limites e nos encerra na forma orgânica; é o sonho que encerra a vida nessas formas em nome das quais a julgamos. O sonho ergue os muros, nutre-se da morte e suscita as sombras, sombras de todas as coisas e do mundo, sombras de nós mesmos. (...) É nos estados de embriaguez, bebidas, drogas, êxtases que se buscará o antídoto ao mesmo tempo do sonho e do juízo.²⁸

Êxtase pelo qual *Trópico de câncer* clama, pelo qual os inumanos estão aparecendo, transformando o mundo, criando mundos. O nomadismo não é apenas político, estético, mas carrega também uma carga de vida, que temos ressaltado no decorrer deste capítulo. Ser nômade inclui uma nova forma de existência, a vida como obra de arte. E o conteúdo extático, além da carga liberadora frente ao juízo e ao sonho, carrega também um novo tipo de *homem*: na verdade não mais homem, não mais humano... Inumano, nômade: na narrativa de Miller e aqui, como esperamos ter mostrado, a terminologia se confunde, a filosofia e a literatura se entrelaçam de maneira irreversível:

Se sou inumano é porque meu mundo transbordou das fronteiras humanas, porque ser humano parece uma coisa pobre, triste, miserável, limitada pelos sentidos, *restrita pela moral e pela lei, definida pelos lugares comuns e pelos ismos*. Eu derrubo o suco de uva na minha garganta e encontro nele sabedoria, mas minha sabedoria não nasce da uva, minha embriaguez não deve nada ao vinho.²⁹

Embriaguez sóbria, vinda do suco da uva. O apóstolo de Dioniso,³⁰ Henry Miller, segue seu cortejo embriagado por sua própria alegria, por escapar ao juízo, às transcendências. Aqui

28 Ibidem, p. 147.

29 MILLER. *Trópico de câncer*, p. 236. Grifos nossos.

30 NIETZSCHE. *O nascimento da tragédia*. Nesta obra, o autor desenvolve as diferenças entre a perspectiva apolínea e dionisíaca estabelecendo, ao nosso ver, a base das considerações de Deleuze.

encontramos a terceira característica para dar fim ao juízo: a vitalidade contra a organização. Vitalidade essa que é responsável por aniquilar o mundo do sonho por um mundo de embriaguez. Vitalidade capaz de desfazer a organização do próprio corpo, retirar o organismo que compartimenta e ordena o corpo em prol de novas formas responsáveis por acabar com o juízo. Os fluxos, o jorro esquizofrênico:

De repente, vejo uma fenda escura e cabeluda na minha frente colocada numa bola de bilhar polida e brilhante; as pernas me prendem como uma tesoura. Dou uma olhada naquela ferida escura e descosturada e uma profunda *fissura* se abre na minha mente: *todas* as imagens e lembranças que foram cuidadosa ou distraidamente classificadas, rotuladas, documentadas, arquivadas, seladas e carimbadas, *surgem numa confusão* como formigas saindo de um buraco na calçada. O mundo para de girar, o tempo para, *o próprio nexos dos meus sonhos se rompe e se dissolve*, minhas tripas saem num grande jorro esquizofrênico, uma evacuação que me deixa cara a cara com o Absolut. ³¹

A quarta característica é não querer dominar nada, mas ter a vontade de potência necessária para opor ao sistema de violência que quer a tudo domar. Mesmo os conteúdos de *Trópico de câncer* obedecem à lógica da vontade potência: se Miller é crítico, é por fazer sua força aumentar com a força dos conteúdos que maneja, não por se engajar em uma guerra contra tudo e todos. A guerra é o mais baixo combate, é vontade de domínio, não vontade de potência. Por isso a recusa milleriana em erigir um método de escrita responsável por estabelecer uma guerra contra a literatura, o livro, etc. Seu radicalismo está em fazer esta nova forma, em opor a alegria do aumento de potência à tristeza e estupidez da guerra, mais uma das faces do juízo:

Fiz um pacto tácito comigo de não mudar uma linha do que escrevo. Não estou interessado em melhorar meus pensamentos nem meus atos. (...) Hoje, só uma coisa me interessa muito, é registrar tudo que está omitido dos livros. Ninguém, pelo que sei, usa esses elementos existentes no ar que dão direção e motivação a nossa vida. ³²

31 MILLER. *Trópico de câncer*, p. 227-228. Grifos nossos.

32 MILLER. *Trópico de câncer*, p.16.

Por último, a quinta característica para acabar com juízo, que abordamos em conjunto com a quarta é: *o combate contra a guerra*. “O combate não é de modo algum a guerra. A guerra é somente o combate-contra, uma vontade de destruição, um juízo de Deus que converte a destruição em algo ‘justo’”.³³ O combate se dá entre as forças em interação em determinado momento: “O combate, (...) é essa poderosa vitalidade não orgânica que completa a força com a força e enriquece aquilo de que se apossa”.³⁴ Apossar, verbo interessante ao caracterizar o combate. Lembremos do verbo utilizado para definir a relação dos nômades com o espaço: *ocupar*. Diferente de medir, esquadrinhar: ocupar/se apossar do espaço, estabelecer relações de vizinhança e de potência.

O combate para dar fim ao juízo é também tarefa dos nômades, mesmo sem ser citado diretamente por Deleuze. Como esperamos ter mostrado, a raça inumana-nômade de Miller em *Trópico de câncer* está engajada neste combate. O romance está diretamente ligado a esse devir-nômade que tenta ocupar a terra novamente, expulsando seus termos transcendentais, judicativos. A aliança entre literatura e filosofia no combate: para dar fim ao juízo, à dívida infinita e em prol da embriaguez dionisíaca, de novas formas de vida.

Referências

BRADBURY, Malcolm. *O romance americano moderno*. Trad. Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

CURI, Simone. *A escritura nômade em Clarice Lispector*. Chapecó: Argos, 2001.

_____. *A ilha deserta: e outros textos*. Org. da tradução Luiz B. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 1992.

_____. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 1997.

_____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: 34, 1997, vol. 5

33 DELEUZE. *Crítica e clínica*, p. 151.

34 Ibidem, p. 151.

_____; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: 34, 1995, vol. 1.

MILLER, Henry. *Trópico de câncer*. Trad. Beatriz Horta. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____; WICKES; George. The art of fiction: Henry Miller. *The Paris Review*, n. 28. Disponível em: <http://www.theparisreview.org/media/4597_MILLER_H.pdf>. Acesso em: 05 maio 2010.

NIETZSCHE, Friedrich W. *O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo*. Trad. de J. Ginsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PELBART, Peter P. *O tempo não-reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

RAIMUNDO, Clara R. N. O conceito de inconsciente no pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari e sua relação com a literatura de Henry Miller. In: CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. *Inconsciente-multiplicidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.